



# **O GUIA DO CALANGO LUMBRERA**

**As melhores e piores respostas do CACD 2014**

**Material de Estudo para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	4
ESTATÍSTICAS.....	6
PORTUGUÊS	
Redação.....	8
Exercício 1.....	52
Exercício 2.....	71
HISTÓRIA DO BRASIL	
Questão 1.....	91
Questão 2.....	103
Questão 3.....	114
Questão 4.....	121
INGLÊS	
Translation part A.....	129
Translation part B.....	133
Composition.....	137
Summary.....	143
GEOGRAFIA E POLÍTICA INTERNACIONAL	
Questão 1.....	150
Questão 2.....	163
Questão 3.....	171
Questão 4.....	183

## DIREITO

Questão 1.....	191
Questão 2.....	199
Questão 3.....	207
Questão 4.....	213

## ECONOMIA

Questão 1.....	220
Questão 2.....	229
Questão 3.....	239
Questão 4.....	247

# APRESENTAÇÃO

Em 2013, a turma de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) teve uma grande ideia: lançar uma coletânea de suas melhores e piores respostas no certame. Sem conflitar com o guia de estudos oficial, publicado pelo Instituto Rio Branco em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), **O guia do filhote de gnu** foi indispensável à preparação de milhares de candidatos, incluídos os dezoito que conseguiram aprovação em 2014. O PDF de 218 páginas já nasceu clássico, e as expectativas de que os aprovados deste ano fizessem algo parecido eram mais do que naturais. É com satisfação, portanto, que apresentamos **O guia do calango lumbrera – As melhores e piores respostas do CACD 2014**.

O Chanceler Azeredo da Silveira (1917-1990), lembrado na prova de português deste ano, afirmou que a melhor tradição do Itamaraty era saber renovar-se. Nesse sentido, mantivemos princípios do **Gnu**, mas também propusemos duas novidades.

A ideia de publicar as três melhores respostas da terceira fase e a pior delas foi preservada. No caso dos empates das respostas mais bem avaliadas, que foram muitos neste ano, usamos como critério a tentativa de representar cada candidato com algo como três ou quatro questões, de modo que todos os estilos estivessem contemplados no guia. Como inovação, figura a transcrição dos espelhos de prova dos dezoito aprovados, sem identificação, bem como informações sobre recursos contra penalizações gramaticais e respostas da banca. Ademais, foi feito um apanhado estatístico referente ao perfil dos aprovados: anos de estudo para aprovação, idade média, curso de formação, entre outros dados quantitativamente aferidos em entrevista com todos os aprovados no concurso do CACD 2014.

Devemos dizer algumas palavras sobre o nome desta coletânea.

Uma página de Facebook sugeriu que os aprovados do CACD 2014, que integram a menor turma do Instituto Rio Branco desde 1989, seriam os Dezoito do Forte. Apreciamos a criativa associação com a revolta tenentista de 1922 e propomos um título que dialoga com o achado de maneira bem-humorada e que foi muito bem representado no desenho de Solange Ribeiro, artista brasileira a quem agradecemos pela imagem de capa do guia.

Segundo o Dicionário Houaiss, calango é “design. comum a diversos lagartos de pequeno porte, esp. da fam. dos teiúdeos”. Não se trata, pois, de uma espécie, mas de um conjunto de espécies. Há, nessa escolha, uma tentativa de dizer algo sobre a nossa diversidade: os do Forte somos sete mulheres e onze homens de quatro regiões brasileiras, formados em

graduações como física, odontologia e publicidade, além das clássicas relações internacionais e direito. As singularidades das nossas respostas refletem nossas diferentes trajetórias e visões de mundo.

Diminuto, não raro confundido com a paisagem, o calango também é tido como um bicho insignificante e até mesmo desprezível, o que ajuda a afastar qualquer tentação de autoelogio.

Lumbrera, por seu turno, foi uma palavra mencionada no exame de espanhol e desconhecida pela maioria de nós. De acordo com o dicionário da Real Academia Española, trata-se de “persona que brilla por su inteligencia y conocimientos excepcionales”. Lumbrera não foi aqui empregado para ressaltar uma suposta genialidade, mas para lembrar o vocábulo estrangeiro obscuro. Buscamos, de alguma maneira, evocar a máxima socrática de que só sabemos que nada sabemos.

Entre a insignificância do calango e o jogo de claro e escuro do lumbrera, desejamos ressaltar que o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, ainda que bastante difícil, é humanamente possível. Que nossas respostas que impressionaram a banca e aquelas que não a comoveram sirvam de inspiração para os nossos futuros colegas. – Turma de 2014

# ESTATÍSTICAS

O intuito dessas estatísticas é fornecer maiores dados quantitativos acerca dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2014. Com eles, desejamos quebrar ou ajudar a minimizar alguns mitos e questionamentos, como: (i) é impossível ser aprovado em sua primeira tentativa na terceira fase; (ii) é impossível/muito difícil ser aprovado se estiver trabalhando; (iii) apenas formados em Relações Internacionais são aprovados; (iv) sou muito novo/velho para ser aprovado; (v) será que algum dia conseguirei passar no TPS?; (vi) a aprovação no CACD é um processo de longo prazo? De quanto tempo?

Obviamente, algumas dessas questões não podem ser resolvidas por meros dados quantitativos, mas a intenção deles é mostrar que existem diversos caminhos que podem ser percorridos, a fim de se alcançar a aprovação em um dos concursos mais difíceis do Brasil.

A Turma do Instituto Rio Branco 2014-2015 é composta por 19 pessoas. Dessas, 18 foram aprovadas no Concurso 2014.

Dos 18 aprovados no último concurso, aproximadamente 40% (7 em termos absolutos) são mulheres, compondo uma das turmas com o maior percentual feminino da história do Instituto.

A média de idade dos aprovados é de 28 anos. O mais jovem tinha 23 anos no momento de sua aprovação. O mais velho, 33 anos.

Em termos de formação universitária dos aprovados no último concurso, tem-se:

7 formados em Relações Internacionais

5 formados em Direito

1 formado em Economia

1 formado em Filosofia

1 formado em Física

1 formado em Odontologia

1 formado em Letras e Propaganda

1 formado em História

Dos 18 aprovados, um foi beneficiário do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco.

Quando verificada a quantidade de reprovações na primeira fase (TPS), a média foi de 1,3 vezes. A maior quantidade de reprovação por um mesmo indivíduo na primeira fase foi 4 vezes. A menor foi 0 vezes. Dos 18 aprovados, apenas 2 nunca foram reprovados na primeira fase. 11 pessoas foram reprovadas uma vez. 4 pessoas foram reprovadas duas vezes.

Na estatística referente à terceira fase, a média de tentativas foi de 1,8 vezes. Aproximadamente 40% (7 pessoas) passaram de primeira na terceira fase. A mesma percentagem (aproximadamente 40%) foi aprovada na segunda tentativa. Pouco menos de 17% (3 pessoas) passaram na terceira tentativa. Uma pessoa passou na quarta tentativa.

A média de anos de estudo dos aprovados foi de 3 anos. O que passou mais rápido estudou um ano. O que mais demorou a passar estudou 5 anos.

Quando verificada a percentagem de aprovados que estudaram e trabalharam concomitantemente, obteve-se que 33% (6 pessoas) realizaram as duas atividades durante todo/maior parte do período em que se dedicaram ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. O tempo médio de aprovação apenas desse grupo de indivíduos foi de aproximadamente 4 anos, um pouco superior à média geral acima mencionada.

# PORTUGUÊS

**\*As marcações dos erros microestruturais foram destacadas em vermelho**

## REDAÇÃO

### Texto I

Planejar uma política externa exige — além do conhecimento da conjuntura interna do país — o estudo do quadro internacional dentro do qual essa política deverá operar. É necessário, portanto, antes de mais nada, tentar prever a evolução provável da conjuntura mundial nos próximos anos, como pano de fundo para as opções possíveis da diplomacia brasileira. Um exercício desse gênero comporta elementos impressionísticos inevitáveis, pois não é possível antecipar tendências futuras com a mesma precisão com que podemos descrever acontecimentos atuais. O máximo que podemos fazer para limitar o alcance do componente puramente especulativo é formular hipóteses alternativas e, em seguida, verificar a maior ou menor plausibilidade de cada uma delas.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Política externa brasileira: seus parâmetros internacionais. 16/1/1974. Arquivo do CPDOC, FGV.

### Texto II

O Brasil, em razão de fatores objetivos, tem um destino de grandeza, ainda relativa em nossos dias, ao qual não terá como se furtar, e isso lhe impõe a obrigação de encarar o seu papel no mundo em termos prospectivos fundamentalmente ambiciosos. Digo ambição no sentido de vastidão de interesses e escopo de atuação, e não no desejo de hegemonia ou de preponderância.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Discurso proferido em 9/11/1976, apud Matias Spektor (Org.). Azeredo da Silveira: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

### Texto III

O mundo tem passado por transformações significativas, e o lugar do Brasil no mundo mudou. Essas transformações incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Desenham-se os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia mundial. A desconcentração do poder econômico e político no espaço internacional vem conferindo mais voz e peso aos países emergentes. (...) A confluência dessas grandes transformações no Brasil e no mundo tem efeitos significativos sobre a formulação e a execução da política externa brasileira. Tenho enfatizado que a política externa é parte integral do projeto nacional de



desenvolvimento do Brasil — econômico, político, social, cultural. Nesse papel de instrumento do desenvolvimento, uma política externa sem perspectiva estratégica de longo prazo torna-se reativa, sem direção.

Luiz Alberto Figueiredo Machado. Discurso proferido na abertura dos Diálogos sobre Política Externa, em 26/2/2014 (com adaptações).

**A partir da leitura dos fragmentos de texto acima, discuta e opine a respeito das perspectivas de longo prazo da política externa brasileira, tendo em vista as circunstâncias internas e os cenários internacionais a ela relacionados.**

**Extensão do texto: 600 a 650 palavras**

**[valor: 60 pontos]**

O Pragmatismo Responsável, conduzido por Azeredo da Silveira, e a política externa contemporânea apresentam aspectos de continuidade e de ruptura. Tanto a estratégia desenvolvida na década de 1970 quanto aquela elaborada por Luiz Alberto Figueiredo enfatizam o desenvolvimento e a mitigação das assimetrias globais como objetivos de longo prazo da diplomacia brasileira. Cabe ressaltar, entretanto, que não somente o contexto internacional é, **significativamente**<sup>1</sup>, diferente nos dois períodos, mas também os meios de ação externa do Brasil foram transformados. O processo de redemocratização e a maior projeção do país no mundo ampliaram os temas da agenda diplomática nacional e viabilizaram o aumento do interesse da sociedade pela política externa do país, o que influenciará, positivamente, o processo de inserção do Brasil no contexto global.

Segundo Gelson Fonseca, uma das diferenças fundamentais entre a política externa do período posterior à redemocratização e aquela desenvolvida durante o regime de exceção é a ênfase no multilateralismo como meio de ação. Segundo o autor, a busca de autonomia decisória, na década de 1970, dava-se pelo afastamento brasileiro dos foros internacionais, em estratégia que denominou autonomia pela distância. Atualmente, o âmbito multilateral é meio prioritário da ação externa do país, o que caracteriza o novo paradigma da política externa nacional, chamado autonomia pela participação. Os foros multilaterais tornaram-se, portanto, centrais na estratégia de inserção de longo prazo do país, o que pode ser evidenciado pelo ativo engajamento brasileiro na reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela criação de organizações internacionais regionais, de que é exemplo a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Luiz Alberto Figueiredo afirmou, recentemente, que “o diálogo diplomático é, também, um diálogo com a sociedade”. Essa percepção demonstra o interesse de que a autonomia pela participação não seja obtida somente com a inserção do país no âmbito multilateral, mas também pelo ativo engajamento da sociedade civil na formulação da política externa. A elaboração do Livro branco da política externa, no qual serão apresentadas as diretrizes de longo prazo da estratégia internacional do Brasil, bem como a realização dos Diálogos sobre Política Externa, **é**<sup>2</sup> evidência da importância atribuída pela diplomacia à participação popular. Esse processo garante legitimidade à tendência de continuidade da projeção internacional do Brasil e aos pleitos históricos de democratização dos foros multilaterais, o que dota de conteúdo a emergência político-econômica nacional.

A Rio+20 e a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) são simbólicas do momento de transição das estratégias desenvolvidas pelos regimes militares para as elaboradas pela diplomacia democrática. Essas conferências não se destacam apenas pela grande participação de Chefes de Estado e pela contribuição popular, mas também porque consolidaram o meio ambiente como tema prioritário da agenda internacional. Os direitos humanos, o desenvolvimento social e o meio ambiente não são mais considerados secundários, o que relativiza a ideia de que a diplomacia trata apenas de temas distantes da população. Há, portanto, uma tendência de aproximação das políticas públicas desenvolvidas internamente e aquelas elaboradas no âmbito internacional, o que transforma as políticas externas contemporâneas e do futuro em importantes meios de desenvolvimento econômico e social.

As reivindicações históricas do Estado brasileiro pela diminuição das assimetrias globais e pelo desenvolvimento de um multilateralismo de reciprocidade foram complementadas, recentemente, pela maior participação da sociedade civil no processo de elaboração da política externa. Esse maior engajamento fortalece os pleitos tradicionais do Brasil, como a redução da pobreza e a reforma das organizações internacionais com sistema de representação inadequado ao século XXI, e garante legitimidade à ascensão do país no âmbito externo. Esses processos são desenvolvimentos contemporâneos, mas **que**<sup>3</sup> deverão influenciar a diplomacia brasileira no futuro de forma intensa. O “destino de grandeza” do Brasil, mencionado por Azeredo da Silveira, será atingido não pelo alijamento da população, mas pela sua intensa contribuição.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

<sup>2</sup> Concordância Verbal

<sup>3</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	10,0
Análise	7,50
Gramática	27,0

O mundo hodierno experimenta transformações significativas. Em nível sistêmico, verifica-se a ascensão da China ao grupo das grandes potências e a recuperação da Rússia, em termos políticos e militares. Esses dois dados, tomados em conjunto, terão consequências ainda imprevisíveis para a ordem mundial futura. Adicionalmente, os efeitos da crise financeira de 2008 têm demonstrado que os Estados Unidos e a Europa deverão ter sua hegemonia econômica e financeira, nos próximos anos, mais relativizada. Considerando as condicionantes externas e as circunstâncias internas do Brasil, pode-se afirmar que os formuladores de política interna e externa devem ser capazes de antecipar algumas tendências, de modo a manter a continuidade do projeto de desenvolvimento nacional.

O Brasil é um país de renda média, onde há uma quantidade de jovens proporcionalmente maior do que a de crianças e de idosos. Estima-se que essa característica da pirâmide etária brasileira dure, aproximadamente, mais duas décadas. Nesse sentido, para que o Brasil possa elevar a renda média da população, é necessário que se invista na qualificação da mão de obra, sobretudo, nas áreas do setor produtivo que requerem forte base **em física, em química e em matemática**<sup>1</sup>. Atualmente, verifica-se uma carência da ordem de cem mil professores nessas áreas. Consequentemente, essa é uma limitação interna com a qual o Brasil terá de lidar nos próximos anos.

A estrutura produtiva atual está organizada em cadeias globais de valor. Uma das maneiras de integrar-se, beneficentemente, a essas cadeias é por intermédio da intensificação da agenda de cooperação internacional na área científica e tecnológica. Nesse contexto, uma hipótese plausível é a de que países emergentes deverão aumentar, significativamente, sua parte na produção científica de alto nível. Projeta-se, por exemplo, que a China irá, em breve, ultrapassar os Estados Unidos na produção de artigos científicos. Consequentemente, para além das parcerias tradicionais, seria vantajoso para o Brasil intensificar o envio de estudantes no âmbito do programa Ciências sem Fronteiras para os países do BRICS, bem como desenvolver políticas de atração de pesquisadores para o Brasil, de modo a elevar a projeção internacional do Brasil nessa área.

A estrutura do balanço de pagamentos do Brasil é típica de países em desenvolvimento, o que significa que o Brasil é deficitário em transações correntes e necessita de superávits na conta capital e financeira. Em decorrência dessas circunstâncias, o Brasil necessita criar poupança interna, para conseguir viabilizar os investimentos necessários para o desenvolvimento nacional. Será necessária, a longo prazo, uma complexa reestruturação dos

processos produtivos, para modificar o perfil deficitário das transações correntes; além disso, será imprescindível aumentar o nível de investimentos internos, o que implicará mudanças internas, a fim de aumentar o nível de poupança doméstica.

No âmbito externo, deve-se reconhecer que, no futuro, será mais difícil conseguir inserir-se em terceiros mercados, considerando a competitividade que caracteriza o comércio internacional. O Brasil deverá aproveitar, ao máximo, o perfil universalista de sua política externa, a fim de viabilizar a abertura de mercados para produtos brasileiros, preferencialmente, de maior valor agregado. Nesse sentido, o Brasil deve priorizar a inserção em mercados consumidores emergentes, como é o caso do continente africano, cuja classe média se estima ser de, aproximadamente, 300 milhões de pessoa e que tenderá a aumentar nos próximos anos.

Em síntese, conquanto haja incertezas inerentes à ordem internacional hodierna, verifica-se uma tendência de fortalecimento dos dois principais países do bloco euroasiático, bem como de crescimento econômico do continente africano. O principal desafio para os formuladores de políticas públicas brasileiros é o de criar condições para transformar o país em uma sociedade do conhecimento, baseada na produção de itens de alto conteúdo tecnológico. Para a consecução desses objetivos, as estratégias que se propõem são a intensificação da cooperação científica no âmbito dos BRICS, além da busca de novos mercados para os produtos manufaturados brasileiros.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	8,25
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	29,0

### **Comentário do candidato:**

<sup>1</sup> Recurso (argumentação do candidato):

O Candidato solicita a revisão do que foi considerado erro de construção de período/colocação de termos. O trecho "[...] forte base em física, em química e em matemática", vale-se do paralelismo sintático, por meio da repetição da preposição "em", conforme prescrito no livro "Comunicação em Prosa Moderna", de Othon M. Garcia, páginas 52 e 53.

Resposta da banca: recurso indeferido:

A argumentação apresentada não sustenta o recurso. Registra-se erro referente à repetição da preposição "em" no trecho: "... forte base em física, em química e em matemática", visto que, nesse caso, a concisão deve prevalecer ao paralelismo, já que não se justificam palavras repetidas sem qualquer efeito enfático, sem que sejam necessárias para evitar interpretação equívoca e cujo sentido seja logicamente deduzível. Também não há, no trecho, estrutura de longa extensão que exija retomada da preposição, portanto, a sua repetição concorre para a prolixidade do texto. No item 1.4.5 Coordenação, correlação e paralelismo, da obra citada no texto de recurso, Garcia afirma: "...Entretanto, o paralelismo não constitui uma norma rígida, nem sempre é, pode ou deve ser levado à risca, pois a índole e as tradições da língua impõem ou justificam outros padrões".

A importância de uma visão de longo prazo no planejamento da política externa, bem como a consciência do potencial de atuação global do Brasil estavam presentes nos discursos do chanceler Azeredo da Silveira na década de 1970 e, quatro décadas depois, são reafirmadas pelo chanceler Figueiredo Machado. O exercício da diplomacia pressupõe uma leitura atenta das tendências internas e internacionais para que se formule uma inserção proativa, e não simplesmente reativa, na ordem mundial. Nesse sentido, os desafios que se colocam à política externa contemporânea referem-se, no plano interno, às demandas populares por aprofundamento da democracia e, no plano externo, aos avanços em direção a uma multipolaridade econômica e também política. Recentes iniciativas do Itamaraty têm demonstrado esforço constante em se adaptar a essas transformações e dotar a política externa brasileira de perspectivas estratégicas fiéis às ambições do país.

No que tange às circunstâncias internas, é importante reconhecer que os anseios da população brasileira por maior participação política, manifestados em junho de 2013, não **se esgotam a**<sup>1</sup> questões puramente nacionais. O interesse por assuntos internacionais tem-se elevado na medida em que o Brasil se consolida como ator de peso nas relações internacionais e que a globalização permite uma conexão direta com o que acontece no exterior. Em atenção a essa tendência, o Ministério das Relações Exteriores antecipou-se no reconhecimento da importância de ouvir a população na formulação da política externa. É de se notar a velocidade com que tem atualizado seus métodos de trabalho para fomentar esse diálogo. Três novos canais de comunicação já foram abertos, como a promoção de conferências com participação da população civil, o uso de redes sociais para recolher sugestões e críticas e o contato direto da Presidenta da República com o setor empresarial. Esse aggiornamento indica que, no longo prazo, as perspectivas são de uma política externa cada vez mais legítima, forte e, sobretudo, criativa.

Em relação ao cenário internacional, a previsão de que a ordem mundial se configure de maneira multipolar tem orientado novas iniciativas **tanto no âmbito político quanto econômico**<sup>2</sup>. Consciente da desconcentração do poder político no espaço internacional, o Brasil tem-se esforçado em articular seus parceiros para promover **uma democratização** dos foros internacionais, como a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional, **que dê maior voz aos países em desenvolvimento**<sup>3</sup>. A perspectiva de que, no futuro próximo, o Brasil ocupe um assento permanente no Conselho de Segurança parece adequada para um país com tradição de solução pacífica de controvérsias e de articulação de consensos. A desconcentração do poder econômico na ordem mundial também oferece ao Brasil a oportunidade de se

projetar na arena internacional com maior influência para defender seus pleitos. A eleição, em 2013, do Embaixador Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio demonstrou que o Brasil é valorizado por seu protagonismo na defesa do sistema multilateral de negociações comerciais. A perspectiva de longo prazo é, também nesse caso, animadora, pois não apenas o Brasil, como os demais membros daquela organização se beneficiarão da conclusão exitosa da Rodada de Doha.

Pelas razões acima discutidas, tudo indica que a política externa brasileira caminha em consonância com as projeções que não apenas os diplomatas, como, agora também, a sociedade civil faz para os cenários interno e global. **Mesmo se** essas projeções não se provarem acertadas, **há**<sup>4</sup> flexibilidade suficiente entre os formuladores brasileiros para corrigir, de maneira pragmática, os rumos. Conforme ressalta o chanceler Figueiredo Machado no discurso de abertura dos “Diálogos sobre Política Externa”, a política externa brasileira é parte integral do projeto de desenvolvimento nacional. Nessa condição, continuará respondendo, de forma fidedigna, aos anseios da população se mantiver a preocupação com estratégias de longo prazo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Regência Verbal

<sup>2</sup> Construção de período/colocação de termos

<sup>3</sup> Construção de período/colocação de termos

<sup>4</sup> Construção de período/colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	10,0
Argumentação	8,75
Análise	7,50
Gramática	26,0



## 51,50/60

Desde o início do século XX, a política externa tornou-se importante mecanismo para o projeto de desenvolvimento nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a ação diplomática proativa garantiu os recursos necessários ao início do processo de industrialização brasileira, a qual foi essencial para a sustentabilidade do crescimento econômico nacional e para o ascendente nível de desenvolvimento social do país. Desse modo, verifica-se que a análise estratégica do governo brasileiro, ao evitar um posicionamento reativo permitiu que a diplomacia pátria maximizasse os ganhos do país, apesar das limitações oriundas do contexto doméstico e das circunstâncias internacionais. A fim de lograr êxito na implementação de uma política externa proativa que represente o interesse nacional, a diplomacia brasileira deve definir estratégias de longo prazo que levem, em consideração,<sup>1</sup> as circunstâncias domésticas e internacionais.

A política externa brasileira é influenciada, profundamente, por modificações na conjuntura interna, visto que elas alteram as prioridades e os objetivos de longo prazo do país. O fim da ditadura militar favoreceu o fortalecimento da sociedade civil, o que originou a necessidade de melhorar o diálogo entre a sociedade brasileira e os formuladores de política externa, a fim de que a diplomacia não só contribuísse para a consolidação democrática, mas também representasse, internacionalmente, os pleitos desse povo que se libertara do autoritarismo. Reforçada pelo fim da Guerra Fria, a tradução diplomática desse processo consiste na ênfase ao multilateralismo e à democratização dos foros decisórios internacionais como objetivos centrais da política externa brasileira, a fim de que o fortalecimento da ordem multilateral permita uma maior representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento na agenda internacional.

A conjuntura internacional impõe limites à ação diplomática brasileira, na medida em que apresenta um processo decisório bastante concentrado. Desse modo, a agenda internacional é definida com base nos interesses de um grupo restrito de países, do qual o Brasil está excluído. Essa perspectiva tem sido alterada, em razão do acelerado crescimento econômico dos países emergentes, cuja importância ascendente foi verificada durante a crise financeira de 2008, quando o apoio deles foi fundamental para amenizar os efeitos danosos da instabilidade financeira. A verificação da maior interdependência entre os países tem estimulado a aceitação de que democratizar os mecanismos de governança global favoreceria a estabilidade mundial, além de ampliar a representatividade do processo decisório internacional. Desse modo, a estratégia diplomática brasileira mostra-se em sintonia com as tendências mundiais.

No Brasil, a recente ascensão política de governos progressistas fortaleceu a ênfase dada pela diplomacia pátria à temática do desenvolvimento econômico e social. Desse modo, o desenvolvimento integral dos povos torna-se objetivo primordial da política externa brasileira. O contexto internacional de crescente instabilidade, sobretudo em regiões mais pobres, corrobora a interpretação da diplomacia brasileira de que o combate à fome e à miséria é a única iniciativa capaz de prover estabilidade ao sistema internacional. Dessa forma, as circunstâncias internacionais indicam que a promoção do desenvolvimento deve continuar sendo o paradigma orientador da estratégia internacional brasileira no longo prazo.

Verifica-se que os formuladores da política externa brasileira têm logrado êxito em estabelecer diretrizes de longo prazo que permitam a realização dos objetivos nacionais e que ampliem a projeção internacional do Brasil. Os impactos das modificações políticas no âmbito doméstico favoreceram o estabelecimento de uma diplomacia proativa que está em sintonia com os interesses dos países em desenvolvimento e que, portanto, se torna mais representativa, o que amplia o poder de barganha do Brasil. Essa representatividade permite ao país reduzir os limites impostos por um processo decisório internacional ainda bastante concentrado, visto que legitima a defesa brasileira da democratização dos foros internacionais e do fortalecimento do multilateralismo, ambos essenciais para a paz mundial.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	10,0
Análise	7,50
Gramática	29,0

## 50,75/60

A política externa brasileira tem como objetivo permanente a busca do desenvolvimento; este, entretanto, não se limita, apenas, ao crescimento econômico. A diversidade dos condicionantes que caracterizam uma nação verdadeiramente desenvolvida abrange aspectos como o respeito aos direitos humanos, a justiça social e a liberdade política. O vínculo indissociável entre desenvolvimento e democracia norteia a ação externa brasileira. Nesse sentido, os objetivos de longo prazo da política exterior do Brasil relacionam-se com a **busca da democratização dos sistemas de governança mundial, do que decorre a necessidade<sup>1</sup>** de se ampliar a participação dos países periféricos nos fóruns decisórios internacionais. Contribuem para a consecução da ambiciosa perspectiva brasileira a inevitabilidade do multilateralismo, em um contexto multipolar, e a consolidação democrática, no âmbito doméstico, que, ao favorecer a participação popular na definição da política externa, confere legitimidade aos pleitos do país.

A redemocratização política, a conquista da estabilidade macroeconômica e a consolidação dos programas de inclusão social transformaram as bases da inserção internacional do Brasil. A melhora no padrão de distribuição de renda, em um ambiente de liberdade democrática, suscitou o aparecimento de uma nova classe média, mais consciente, politicamente;<sup>2</sup> mais demandante e crescentemente participativa. Além disso, o acesso instantâneo aos acontecimentos mundiais, o incremento da produção acadêmica nacional acerca de temas internacionais, a intensificação das relações de comércio e das trocas culturais entre as nações contribuíram para ampliar o engajamento da sociedade civil na agenda externa do país. À medida que se consolida a democracia brasileira, iniciativas que visam a expandir a participação popular na determinação do interesse nacional colaboram para ampliar a legitimidade dos posicionamentos do Brasil, no contexto internacional.

A política externa brasileira dos últimos doze anos baseou-se no diagnóstico da inevitabilidade dos países emergentes para a resolução das problemáticas internacionais. A estes correspondem, por exemplo, a maior contribuição para o crescimento econômico mundial e a maior proporção das emissões de carbono na atmosfera. Ao demonstrarem inédita capacidade de se articularem em múltiplos temas, como a macroeconomia e o meio ambiente, países como o Brasil, a Índia e a China comprovam que o mundo não pode mais prescindir das nações periféricas. A tendência à multipolaridade não é meramente conjuntural. Dessa forma, eventuais **empecílios<sup>3</sup>** à institucionalização da nova ordem multipolar, com o atraso verificado na reforma do Conselho de Segurança da ONU, não devem ser interpretados

como retrocessos às recentes conquistas do multilateralismo. A democratização da governança mundial é uma necessidade estrutural do mundo contemporâneo; os entraves para que isso ocorra são conjunturais.

As transformações paradigmáticas a que visa o Brasil não ocorrerão de forma abrupta. A diplomacia nacional não se baseia em ações de confrontação à hegemonia vigente, mas na proposição de alternativas práticas que a relativizem, de forma a garantir uma transição segura e estável para uma nova ordem multipolar institucionalizada. No âmbito financeiro, o advento do G-20, em substituição ao G-8, como fórum principal das discussões macroeconômicas, exemplifica a necessidade da integração das novas potências financeiras, sem a exclusão das tradicionalmente estabelecidas. O processo de mudanças pretendido pelo Brasil, apesar de revolucionário em seu conteúdo, deve ser implementado com paciência estratégica, de forma a garantir avanços contínuos, sem ameaçar a consolidação de conquistas já realizadas.

Há uma evidente relação entre a consolidação da democracia, no âmbito doméstico, e a busca da institucionalização do multilateralismo, no contexto externo. Na realidade, há o reforço mútuo desses dois condicionantes da política externa brasileira. Esta, que, tradicionalmente, se constituiu como mecanismo para a consecução do projeto de desenvolvimento nacional, volta-se para o estabelecimento e para a implementação de uma nova ordem mundial, mais democrática e representativa. As perspectivas de êxito são significativas, dada a irreversível centralidade de que os países emergentes dispõem, no mundo contemporâneo; a velocidade com que se concretizarão as transformações ansiadas pelo Brasil, entretanto, dependerá de condições conjunturais, o que de todo modo, não altera a tendência geral de longo prazo ao multilateralismo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/colocação de termos

<sup>2</sup> Pontuação

<sup>3</sup> Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	27,0

### **<sup>1</sup> Resposta da banca: recurso indeferido**

Trata-se de falha na construção do período em apreço, o que dificulta sua interpretação, visto que o trecho "do que decorre a necessidade de ..." relaciona-se com tudo o que foi expresso anteriormente, ou seja, conclui-se dessa formulação que "a necessidade de..." decorre do fato de "os objetivos..." estarem relacionados à "busca da democratização", o que é incoerente. Para se concluir que "a necessidade..." decorre da "busca da democratização..." apenas, essa relação deveria ser feita por meio do emprego de expressão conectiva (da qual) que especificasse essa correferência.

## 50,75/60

As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira caracterizam-se pela crescente legitimidade da ação do Brasil no mundo. As circunstâncias internas e os cenários internacionais contemporâneos indicam que o país pode contribuir **de modo criativo**<sup>1</sup> para formação de ordem multilateral mais justa. Pode-se afirmar que o atual esforço da diplomacia nacional, consubstanciado no projeto de escrita do Livro Branco da Política Externa, resultará em maior coerência entre práticas internas e externas, incremento do diálogo com a sociedade e fortalecimento do multilateralismo como espaço privilegiado de cooperação entre os povos.

As transformações pelas quais o Brasil tem passado ampliam a legitimidade da diplomacia nacional. Se Azeredo da Silveira, em plena ditadura militar, considerava que país estava destinado à grandeza, pode-se argumentar que o êxito das políticas brasileiras de inclusão social, conservação ambiental e fortalecimento da cidadania estão transformando o prognóstico de Silveira de projeto liderado por poucos em sonho compartilhado por muitos. Conquanto o Brasil ainda enfrente desafios significativos em infraestrutura e educação, o planejamento estatal em diálogo com a sociedade é forma eficaz de solucioná-los, pois incentiva práticas transparentes, em sintonia com o interesse nacional.

Os cenários internacionais de um mundo multipolar em formação representam oportunidade única para a política externa brasileira. Em que pese a maior possibilidade de divergências entre Estados cujos recursos de poder são menos desiguais, a multipolaridade requer a cooperação entre as nações, porquanto nenhum país pode determinar a agenda internacional sozinho. Fortalece-se, portanto, o multilateralismo como espaço privilegiado para a concertação política. Assim como as Nações Unidas estão promovendo a definição colaborativa dos objetivos do desenvolvimento para o período posterior a 2015, o Itamaraty patrocinou a elaboração coletiva do Livro Branco, que contará com as contribuições de representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil, presentes nos Diálogo sobre Política Externa.

O desenvolvimento inclusivo nacional e o surgimento da multipolaridade da cooperação contribuem para que se identifiquem três tendências para a **política**<sup>2</sup> externa brasileira a longo prazo: maior coerência, diálogo ampliado e fortalecimento da estratégia multilateral. Já no século XIX, Honório Hermeto Carneiro Leão compreendia que a política externa deve ser a outra face do progresso interno. Esse entendimento continua a inspirar a atuação dos diplomatas brasileiros, e é por essa razão que os avanços sociais e

democráticos contemporâneos tendem a resultar em política externa mais coerente e legítima.

A expectativa de diálogo ampliado entre o Itamaraty e as sociedades brasileira e latino-americanas relaciona-se a tradições e inovações da diplomacia nacional. Assim como a solução pacífica de controvérsias foi o princípio que inspirou o Barão do Rio Branco a propor diálogo franco entre Argentina, Brasil e Chile há mais de um século, o desejo de dialogar com cidadãos do país e da região tem feito o Ministério das Relações Exteriores empregar as tecnologias da comunicação para transmitir suas mensagens de forma clara e transparente.

A terceira perspectiva que surge para a política externa futura é a de crescente influência nas organizações multilaterais. Embora o Brasil já participe há décadas desses foros, a ação histórica do país<sup>3</sup> era caracterizada sobretudo por atitude demandantes. Atualmente, a diplomacia brasileira não apenas pleiteia a reforma da governança global, como tem condições e legitimidade para ofertar ideias e recursos para implementá-la.

Em O conto da ilha desconhecida, José Saramago descreve barco onde navegam homem e mulher à procura de suas identidades. Pode-se afirmar que a diplomacia brasileira, quando começou a se universalizar, nos anos 1960, era como esse barco, pois não estava ainda plenamente harmonizada com os interesses da maioria dos brasileiros, que viviam em país desigual e progressivamente autoritário. Atualmente, ao buscar legitimidade, promover o diálogo e contribuir para o multilateralismo, o Brasil demonstra que aprendeu a lição de João Cabral de Melo Neto: “um galo sozinho não tece a manhã”, pois a “tenda” do futuro será democrática e inclusiva.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

<sup>2</sup> Grafia/acentuação

<sup>3</sup> Grafia/acentuação

Apresentação	8,75
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	27,0

## 50,25/60

Em um contexto internacional globalizado e em constante transformação, a política externa adquire importância crescente. Isso torna-se ainda mais verdadeiro para países como o Brasil, que almeja obter maior influência internacional, **ao mesmo tempo que**<sup>1</sup> se dispõe a assumir maiores responsabilidades em temas como segurança internacional e cooperação para o desenvolvimento. As perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira são favoráveis, uma vez que há reforço do diálogo entre a sociedade brasileira e os formuladores de política externa, o que ocorre simultaneamente à manutenção da tradição diplomática do país de defesa de um sistema internacional mais equilibrado, baseado no Direito Internacional.

Nos últimos anos, como exposto pelo ministro Luiz Alberto Figueiredo, houve transformações significativas no contexto internacional que favoreceram países em desenvolvimento. Esse novo contexto externo enseja maior participação do Brasil em temas como a reforma da governança global, a resolução pacífica de conflitos e a promoção do desenvolvimento. A diplomacia brasileira tem aproveitado o contexto internacional mais favorável aos países em desenvolvimento para constituir ou para reforçar diversos agrupamentos de diálogo e de concertação política, como BRICS, IBAS, UNASUL, CELAC e ZOPACAS. Conquanto não seja possível prever as próximas mudanças no contexto externo, a existência desses grupos confere à diplomacia brasileira oportunidades mais institucionalizadas de diálogo com diferentes países, o que é positivo.

O contexto interno tem sido igualmente favorável à política externa brasileira. O êxito de iniciativas de redução da pobreza e da fome, que atesta o crescente desenvolvimento social do país, possibilita a cooperação com diversos países. A temática do desenvolvimento é vertente tradicional da política externa brasileira; a mudança das condições econômicas internas do país, entretanto, tornou possível a realização de diversos programas de cooperação para o desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolve iniciativas em vários continentes, segundo os princípios desenvolvidos pela política externa brasileira, como a inexistência de condicionalidades e a sustentabilidade dos projetos.

Outro aspecto que permite considerar favoráveis as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira é o crescente diálogo entre a sociedade e os formuladores de política externa. Recentemente, o Ministério



das Relações Exteriores promoveu o seminário Diálogos de Política Externa, do qual participaram acadêmicos, estudiosos e empresários, com o objetivo de debater temas importantes para a política externa do Brasil. A elaboração de um Livro Branco de Política Externa, com diretrizes e objetivo da política externa, confere maior previsibilidade à ação externa do país. Esse diálogo entre os diversos interessados em temas internacionais proporciona, ainda, maiores legitimidade e efetividade à política externa brasileira, uma vez que uma política externa formulada de maneira isolada da sociedade e de seus interesses não apresentará consequências positivas duráveis.

Essa inovação recente de maior abertura ao diálogo interno existe conjuntamente com a manutenção das tradições da diplomacia brasileira, o que é positivo para a imagem internacional do país. O Brasil tem orientado suas ações externas por meio do respeito ao Direito Internacional e a princípios como a não-interferência nos assuntos internos, a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica de controvérsias. A manutenção dessa tradição diplomática tem proporcionado ganhos ao país, como comprovado por sua recente eleição para presidir a Comissão de Construção da Paz da Organização das Nações Unidas. Com a permanência dessas diretrizes e desses princípios, as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira manter-se-ão positivas.

A política externa tem sido percebida como mais importante pela sociedade brasileira, uma vez que constitui política pública cujo objetivo primordial é o projeto de desenvolvimento nacional. Os contextos interno e internacional propiciaram ação externa mais abrangente para o Brasil, coadunando-se com o “destino de grandeza” do país, afirmado por Azeredo da Silveira. As perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira tendem a ser favoráveis, desde que sejam mantidos tanto o diálogo com a sociedade quanto as tradições da diplomacia brasileira.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de períodos; colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	7,50
Análise	6,25
Gramática	29,0

## 50,00/60

Azeredo da Silveira previa que o Brasil tinha um destino de grandeza. Para o chanceler de Geisel, isso significa que o país tinha capacidade de exercer maior protagonismo na defesa de seus interesses, no âmbito internacional. Esse maior protagonismo dependia de mudanças tanto no contexto interno quanto no contexto internacional. O Brasil hodierno não é mais o mesmo em que viveu Azeredo da Silveira. A redemocratização e o crescimento econômico favoreceram a inserção internacional do Brasil em um mundo cada vez mais multipolar. Avançou-se muito na busca do desenvolvimento sustentável e na defesa do meio ambiente; a essas perspectivas de longo prazo de política externa brasileira, porém, deve-se acrescentar a luta contra as desigualdades raciais, para que o Brasil atinja seu potencial.

A política externa brasileira tem como uma de suas perspectivas de longo prazo a busca do desenvolvimento nacional. O barão do Rio Branco buscava, na “**aliaça**<sup>1</sup> não-escrita” com os Estados Unidos, conforme descreve Bradford Burns, meios para fazer desenvolver o Brasil. Azeredo da Silveira, por meio do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, também almejava eliminar os constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro. Apesar de a matriz desenvolvimentista estar presente ao longo da história da atuação diplomática brasileira, a ascensão de governos progressistas propiciou mudança no que se compreende, atualmente, como desenvolvimento. O conceito evoluiu no âmbito interno e no externo. A diplomacia brasileira acompanhou essa evolução e, hodiernamente, não busca o mero crescimento de seu produto interno bruto, mas o desenvolvimento sustentável de todos os países periféricos, o que **favoreceria**<sup>2</sup> o surgimento de um mundo mais multipolar ainda.

O desenvolvimento sustentável implica proteção ao meio ambiente, outra perspectiva de longo prazo da diplomacia brasileira. No que concerne ao meio ambiente, a atuação diplomática brasileira evoluiu de postura defensiva, também adotada pelo regime militar em relação aos direitos humanos e à não-proliferação, para postura propositiva, facilmente evidenciada pelo fato de o Brasil ter sediado duas das mais importantes conferências das Nações Unidas sobre a temática ambiental. **Mediante a redemocratização e a conscientização da população brasileira quanto aos problemas ambientais**<sup>3</sup> a diplomacia brasileira consegue “renovar suas credenciais”, conforme afirma o embaixador Gelson Fonseca Júnior. Antecipou-se, desse modo, à evolução da pauta ambiental no contexto internacional a tempo de poder exercer protagonismo e conformar a temática aos interesses dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Importante perspectiva de longo prazo da diplomacia brasileira é o combate ao racismo e a quaisquer outras formas de discriminação. Tão importante é a importância dessa diretriz que ela foi elencada no artigo 4º da Constituição Federal, como um dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras. Apesar da previsão constitucional, ainda é primordial uma maior conscientização da população brasileira, para que, como na questão ambiental, o Brasil possa assumir maior protagonismo internacionalmente. No contexto interno, muitos ainda acreditam na existência da democracia racial de que falou Gilberto Freyre e são contrários a medidas efetivas de combate às desigualdades raciais, evidentes mesmo em instituições,<sup>4</sup> conscientes de sua função no combate ao racismo, como o Itamaraty. Em um contexto internacional em que África e Ásia vêm se tornando parceiras cada vez mais importantes, é incoerente que as desigualdades raciais não sejam, efetivamente, combatidas no Brasil.

A busca do desenvolvimento sustentável inclusivo, a defesa do meio ambiente e o combate ao racismo são diretrizes de longo prazo da política externa brasileira. Essas diretrizes coadunam-se com a análise da evolução provável da conjuntura internacional nos próximos anos, **entre as quais**<sup>5</sup> o maior protagonismo dos países em desenvolvimento, em contexto progressivamente multipolar, o agravamento dos problemas ambientais e a conformação de sociedades, cada vez mais, multiétnicas e preocupadas com o combate à discriminação. Mediante a conformação de quadro funcional que privilegie a diversidade, surgirão diferentes análises sobre as futuras conjunturas mundiais, o que permitirá à diplomacia brasileira garantir ao Brasil o destino de grandeza que vaticinou Azeredo da Silveira.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

<sup>2</sup> Emprego de modos e tempos verbais

<sup>3</sup> Pontuação

<sup>4</sup> Pontuação

<sup>5</sup> Emprego de conectores

Avaliação:

Apresentação 8,75

Argumentação 8,75

Análise 7,50

Gramática 25,0

O longo prazo é o tempo da política externa brasileira. Preceitos ainda valorizados, como, por exemplo, o trato cordial com os vizinhos, remontam à chancelaria do Barão do Rio Branco. A persistência de rotinas e princípios, contudo, não deve remeter às ideias de fossilização ou de insulamento. Tendente à continuidade, a política externa brasileira só será política pública responsável se considerar, em seus cálculos, as demandas urgentes da sociedade civil. Por outro lado, como ensina Azeredo da Silveira, só será eficaz se tentar antecipar-se às conjunturas sistêmicas internacionais.

A imagem de cúpulas em que príncipes como Metternich, Talleyrand e Bismarck tomavam decisões, não raro brilhantes em termos políticos, mas desconectadas dos anseios das sociedades que deveriam representar, cedo se tornou um estereótipo da atividade diplomática. O Itamaraty tem confrontado esse lugar-comum de exclusivismo e segredo por meio de iniciativas de diplomacia pública, como o foro Diálogos sobre Política Externa. A abertura à interlocução com diferentes atores da sociedade civil ocorreu em momento de clamor por transparência do processo decisório, reivindicação entrevista nas Jornadas de Junho de 2013. A recente e acertada audição da opinião pública trouxe notáveis ganhos qualitativos à política externa do país. Sugestões criativas de acadêmicos, jornalistas, representantes de organizações não governamentais e minorias têm o potencial de tornar o “impressionismo inevitável” definido por Silveira, no mínimo, mais legítimo, porque beneficiado pelo diálogo democrático e pelo debate público franco.

Um país que alicerça sua política externa em uma fecunda interlocução doméstica está mais apto a realizar o destino de grandeza não hegemônico preconizado por Azeredo da Silveira. Potência média desprovida de armamentos nucleares, o Brasil tende a auferir ganhos de poder brando com suas ações de diplomacia pública. Ao considerar, em seus cálculos de política externa, as demandas e sugestões da sociedade civil, o Brasil reforça sua imagem externa de país que articula consensos, prestigia as soluções multilaterais pacíficas e reivindica uma ordem internacional menos assimétrica, na qual as vozes dos países emergentes possam ser ouvidas.

A aproximação com os países do Sul, marcante na chancelaria de Azeredo da Silveira, que defendeu, nas Nações Unidas, uma nova ordem econômica internacional (NOEI), tem sido característica da política externa brasileira desde a década passada. Sem conflitar com os países desenvolvidos, o Brasil antecipou-se, conforme a sugestão de Silveira, à conjuntura internacional. A procura pela parceria chinesa, a retomada do contato solidário com a África e o lançamento de grupos como o IBAS e o

BRICS podem parecer, hodiernamente, obviedades. Não o foram quando de sua implementação, instante em que pareciam ecoar, para certos segmentos, um terceiro-mundismo fora do tempo. A persistência da crise econômica internacional e a relativa preservação brasileira no que concerne aos seus efeitos corroboram a tese de que todo planejamento, para ser bem-sucedido, deve ser acompanhado de intuição. O longo prazo, afinal, é feito de curtos intervalos, que apresentam desafios imediatos. Criatividade e consistência conceitual fazem-se, nesse contexto, imprescindíveis.

A chancelaria de Azeredo da Silveira completa, em 2014, quarenta anos. Muitos dos embaixadores do Itamaraty atual foram terceiros-secretários impactados pelos conceitos do Ministro das Relações Exteriores do Governo Ernesto Geisel. A perspectiva de longo prazo, a ideia de inovação beneficiada pelo acumulado histórico, a intuição como elemento indispensável e a realização de um destino de grandeza não hegemônico são patrimônios legados por Silveira. O Itamaraty honra seu legado ao atualizá-lo com a defesa de uma diplomacia pública, aberta ao diálogo democrático, inexistente em meados dos **anos de 1970**<sup>1</sup>. País atento à redistribuição do poder mundial, o Brasil acerta ao abrir a política externa ao debate público interno. Que essa disposição renovadora se torne uma política pública de longo prazo, acompanhando a busca pelo desenvolvimento e a promoção de uma multipolaridade cooperativa.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	29,0

**Comentário do candidato:**

Tive uma marcação gramatical (Construção de período/Colocação de termos) na redação, na linha como o trecho "(...) Meados dos anos de 1970. País atento à redistribuição do poder (...)". Não entendi se a marcação correspondia ao trecho da primeira frase ou ao da segunda e fiz o recurso direcionado a ambos. A banca considerou a expressão "anos de 1970" equivocada e subtraiu um ponto da nota. Em minha argumentação, que não foi aceita, apresentei trechos de livros da Funag que utilizavam idêntica construção. Sempre escrevi e falei "década de 1970" (soa-me mais natural e corrente), mas um cursinho pontificou, em 2012, que eu deveria empregar o "anos de 1970" na prova e fiquei com isso na cabeça. Mais recentemente, o supracitado cursinho tem sugerido o emprego da forma que eu originalmente preferia e que era a exigida pela banca examinadora. Fica a sugestão para que os candidatos, em determinadas situações, sigam sua própria sensibilidade em vez de fórmulas arbitrárias e oscilantes.

Ao contrário do que previa Francis Fukuyama, o fim da Guerra Fria não significou o "fim da história", mas a emergência de novas possibilidades. A significativa complexidade da nova ordem internacional apresenta desafios aos Estados, mas também permite o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento social, econômico e político. Nesse contexto, a política externa ganha relevância para a consecução dos objetivos nacionais. As circunstâncias internas e externas indicam que o Brasil tende a apresentar, a longo prazo, política externa crescentemente atuante nas relações internacionais.

O significativo desenvolvimento socioeconômico obtido pelo Brasil, nas últimas décadas, **credenciam-no<sup>1</sup>** a ter participação externa proativa no contexto internacional. Por meio de políticas macroeconômicas estabilizadoras, como o Regime de Metas de Inflação, e de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, o país conseguiu retirar milhões de pessoas da linha de pobreza, alcançando os Objetivos do Milênio com antecedência. Dessa forma, o Brasil tem servido de exemplo, no âmbito da sociedade internacional, o que amplia a legitimidade de sua política externa. Promover o desenvolvimento interno favorece a posição externa do Brasil, como país emergente, permitindo-lhe atuar proativamente, a longo prazo.

Institucionalmente, o Brasil tem buscado preparar-se para assumir maiores responsabilidades nas relações internacionais. O Ministério de Relações Exteriores destaca-se, internacionalmente, pelo alto nível de profissionalização e pela capacidade de articular consensos nos fóruns multilaterais. Nos últimos anos, esse Ministério tem ampliado o debate nacional sobre política externa, ressaltando sua importância para a consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento. Exemplo disso é a recente discussão sobre a elaboração de uma estratégia nacional de política externa, em colaboração com a sociedade civil. Esse desenvolvimento institucional garante uma atuação coerente a principista, que reconhece a função da política externa como instituto de Estado e que contribui para a credibilidade internacional do país. Nesse sentido, internamente, o Brasil está preparado para incrementar sua participação nas relações internacionais, cumprindo seu "destino de grandeza", concebido por Azeredo da Silveira.

No âmbito externo, a constituição de uma ordem multipolar favorece o aumento da participação internacional de países emergentes. O sistema internacional hodierno é mais complexo que a bipolaridade ideológica que caracterizou o "curto século XX", analisado por Eric Hobsbawm, em A Era dos

Extremos. Países que haviam ficado à margem das relações internacionais começam a articular-se, reivindicando uma ordem internacional mais justa e representativa. A reforma dos órgãos de governança financeira internacionais, promovida pelo grupo de articulação Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na Cúpula do Grupo dos Vinte, em Seul, comprova essa capacidade de transformação dos emergentes.

A atuação da diplomacia brasileira tem demonstrado a disposição do país a incrementar o engajamento externo, em nome do desenvolvimento e da paz mundiais. O Brasil coopera com diversos países para a promoção do desenvolvimento. Com base no princípio de solidariedade, o Estado brasileiro construiu Unidades de Pronto Atendimento, no Haiti; instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos, na África; e promove a agricultura moçambicana com o Pró-Savana. Além disso, assumiu a presidência da Comissão para a Construção da Paz, de forma a contribuir para a resolução pacífica e duradoura de conflitos. Isso demonstra que o Brasil tem interesse em ampliar sua participação internacional, assumindo responsabilidades de cooperação.

Não tendo ocorrido o "fim da história", previsto por Francis Fukuyama, a ordem internacional hodierna apresenta oportunidades inéditas de inserção externa a países em desenvolvimento. O crescimento recente do Brasil permite que o país tenha condições de aproveitar a nova conjuntura. Nesse sentido, o Estado pode ampliar sua atuação externa, a longo prazo, cumprindo o "destino de grandeza" previsto por Azeredo Silveira. As circunstâncias internas coadunam-se com a conjuntura externa, indicando a possibilidade de a política externa brasileira ter atuação crescente nas relações internacionais a longo prazo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Concordância nominal e verbal

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	29,0



## 47,50/60

A definição de uma política externa pressupõe a avaliação de riscos e de oportunidades, com consequências verificáveis no longo prazo. Em 1976, Azeredo da Silveira assinalou, em discurso, o componente estratégico das escolhas feitas por aqueles responsáveis pela elaboração da diplomacia brasileira. De acordo com o ex-chanceler, o Brasil estava destinado a uma projeção internacional inexorável. Esse raciocínio é retomado, na contemporaneidade, pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo, cuja iniciativa de estabelecer um diálogo permanente sobre política externa, o qual congrega governo e sociedade, busca atender à necessidade de elaborar uma estratégia internacional democrática, consistente com o propósito de assegurar ao Brasil maior influência nas decisões com repercussão mundial.

A projeção internacional adquirida pelo Brasil deve-se não apenas aos atributos inerentes à condição de grande nação emergente, mas decorre, também, dos esforços diplomáticos empreendidos nas últimas décadas. Se, por um lado, o interesse internacional pelo país é consequência de aspectos demográficos, ambientais, políticos e econômicos; por outro, a tradição diplomática dotou o Brasil de uma política externa previsível, a qual lhe proporciona a condição de parceiro internacional confiável. O Brasil é membro fundador da Organização das Nações Unidas e defende, de maneira consistente, a não intervenção em assuntos domésticos, a solução pacífica de controvérsias, a ênfase no multilateralismo e a cooperação para o desenvolvimento.

Os princípios que regem a política externa brasileira permitem ao país projetar-se como interlocutor franco e confiável, condição que amplia as possibilidades atuais e futuras de contribuir para a consolidação da paz e para a promoção do desenvolvimento. Não por outra razão, o Brasil assumiu, há uma década, o comando militar da Missão para Estabilização do Haiti, iniciativa cujo êxito proporciona ao país convite para integrar missões congêneres futuras. Nesse sentido, escolhas estratégicas realizadas no passado acarretarão o surgimento de oportunidades futuras, por meio das quais o Brasil poderá reforçar a defesa de diretrizes de sua política externa, como a vinculação entre segurança e desenvolvimento.

A iniciativa de inclusão da sociedade no processo de definição das diretrizes e das metas da política externa brasileira ocorre em contexto de consolidação da democracia. No longo prazo, ao assimilar demandas sociais, a diplomacia pátria pode, de maneira eficiente, atender aos desígnios de grupos

sociais diferentes, com interesse em temas variados, como meio ambiente, imigração e política comercial. A perspectiva de que os vínculos que se estabelecem entre o Brasil e outros países tendem a se intensificar, devido à crescente interdependência econômica e política, reforça a premência da inclusão da sociedade nas decisões sobre política externa.

A diplomacia brasileira atual defende uma conjuntura internacional caracterizada pela multipolaridade. Com o propósito de que essa multipolaridade se converta em multilateralismo, a política externa brasileira pauta-se pela defesa da democratização de foros internacionais. Essa estratégia tem sido executada por meio da busca de interesses convergentes tanto em parceiros tradicionais, como França e Alemanha, quanto em países emergentes. Nesse sentido, o Brasil espera que, no longo prazo, todos os países sejam beneficiados por instituições mais plurais e mais inclusivas, o que será possível, por exemplo, após a conclusão dos projetos de reforma de foros como o FMI e o Conselho de Segurança da ONU.

A política externa brasileira é conformada tanto por circunstâncias internas quanto pela conjuntura internacional. Conquanto a diplomacia tenha aspecto estratégico, que diz respeito a expectativas futuras, as quais podem não se realizar, a política externa brasileira é concebida, no presente, em função do projeto de democratização de foros internacionais, da defesa de princípios tradicionais, como o desenvolvimento, e da inclusão da sociedade civil no processo decisório. Ao associar-se a países com expectativas semelhantes acerca do futuro da ordem mundial, o Brasil amplia as chances de êxito do projeto de reforço do multilateralismo. Além disso, o diálogo entre governo e sociedade confere maior legitimidade aos pleitos do país no âmbito internacional.

**Avaliação:**

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	5,00
Gramática	30,0

**Comentário do Candidato:**

Comentário da banca: no quesito 2.2, o que se espera do candidato é a defesa de uma opinião original e pessoal.

## 47,50/60

Política internacional e política interna são aspectos dinâmicos das sociedades. Cabe aos formuladores dessas políticas adequá-las aos desafios impostos pelas transformações sociais constantes. No âmbito externo, a política internacional contemporânea caracteriza-se pela diversificação de temas e pela ascensão de novos Estados relevantes para o futuro da governança global. No Brasil, a política interna tem passado por significativas modificações, desde o fim do regime militar. Em ambiente institucional interno democrático e diante da conformação de uma ordem internacional multipolar, a perspectiva de longo prazo da política externa brasileira deve ser ativa e abrangente, sem deixar de ser representativa dos anseios da sociedade nacional que a legitima.

O Brasil é um Estado que, devido a suas características geográficas, populacionais e econômicas, não pode deixar de assumir postura protagônica nas negociações internacionais. Henry Kissinger, em seu livro Diplomacia, reforça esse entendimento ao argumentar que não se poderá excluir o Brasil dos debates acerca do futuro da governança global, uma vez que o país possui dimensão continental, contingente populacional dinâmico e uma das maiores economias do mundo. A compreensão de que uma inserção internacional ativa é imprescindível para a identidade internacional do país precisa pautar as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira, especialmente na atual conjuntura internacional de redistribuição de poder, a qual permite que Estados emergentes atuem de maneira mais representativa.

Após o fim da União Soviética, uma ordem multitemática e multipolar começou a ser conformada. Ao lado do tratamento de tradicionais aspectos da economia e da segurança, novas temáticas, como meio ambiente, direitos humanos, inclusão social e governança da rede mundial de computadores, ganharam espaço na agenda internacional. Além disso, a maneira de lidar com as novas problemáticas deixou de respeitar a lógica hierárquica da bipolaridade, e propostas apresentadas por países emergentes passaram a receber respaldo. Nesse contexto, a inserção internacional de longo prazo do Brasil deve basear-se na ampla atuação em relação às temáticas que passaram a ser discutidas em âmbito global, pois isso reforçará o protagonismo do país na nova ordem internacional.

No âmbito interno, o fim do regime militar permitiu a constituição do debate democrático e plural na formulação de políticas públicas, o que as torna mais representativas e legítimas. Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, argumentou que a democracia se tornaria legítima, no Brasil, quando

fossem criados mecanismos para a inclusão de todos os grupos sociais na classe política dominante. Essa é a tendência que se observa atualmente, na medida em que a população vota regularmente, o direito de livre manifestação é respeitado e a transparência na gestão pública é reforçada por intermédio de medidas como a lei de acesso à informação e o voto eletrônico.

A perspectiva de longo prazo da política externa deve observar essa tendência de inclusão do indivíduo no processo político. É importante que os formuladores de política externa promovam, recorrentemente, iniciativas como a do Diálogos sobre Política Externa. Por meio de conferências que reuniram integrantes do governo e da sociedade civil, buscou-se debater os principais aspectos da política internacional, a fim de auxiliar na conformação de um livro branco de política externa, documento que apresentará ao público as diretrizes da inserção internacional do país. Conformar, junto com a sociedade, os principais objetivos da política externa aumenta sua legitimidade, porquanto sua formulação tem a participação de diferentes grupos de interesse.

A política externa, como política pública, muda de acordo com o contexto social. No âmbito internacional, em razão de suas características físicas e econômicas, o Brasil deve aproveitar o momento de redistribuição do poder e de surgimento de novas temáticas, para estabelecer posicionamento ativo em vários temas internacionais. No âmbito interno, a consolidação da democracia demonstra que, para que a política externa de longo prazo seja legítima e eficaz, ela deve ser elaborada com significativa participação da sociedade.

#### Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	5,00
Análise	5,00
Gramática	30,0

#### **Comentário do Candidato:**

Recurso - Argumentação do Quesito: 2.1

Solicito, respeitosamente, reavaliação na nota atribuída ao quesito capacidade de argumentação, em razão dos argumentos expostos a seguir. O candidato, ao longo de todo o texto, buscou sistematizar as informações e trazer argumentos seguindo

padrões consagrados em obras de renome no âmbito da comunicação escrita, como “Comunicação em prosa moderna”, de Othon M. Garcia.

O candidato, inicialmente, buscou propor uma introdução que deixa explícita tanto sua ideia-núcleo (apresentada por meio de uma sentença independente, entre as linhas 7 -10) quanto os planos nos quais irá basear-se ao longo do desenvolvimento do texto (âmbito externo [linhas 3 – 5] e interno [linhas 5 – 7]).

Nesse sentido, o candidato organizou sua introdução tendo em vista o padrão consagrado na mencionada obra de Othon M. Garcia (página 378), na qual o autor indica que são essas (“ideia núcleo” e “plano”) as partes essenciais de uma boa introdução em um texto dissertativo. Ao longo dos quatro parágrafos seguintes, à guisa de melhor sistematizar a argumentação, o candidato faz referências recorrentes à ideia núcleo (linhas 17 – 21; 29 – 32; 42 - 43) e aos “planos” (linhas 13, 26, 32).

Ao longo dos parágrafos de desenvolvimento, o candidato utilizou diferentes estratégias consagradas na obra “Comunicação em prosa moderna” (página 224),

a fim de deixar o texto o mais objetivo e sistematizado possível. O candidato seguiu a compreensão, consagrada nesse livro, de apresentar um tópico frasal em cada parágrafo destinado a essa parte da dissertação (linhas 11 – 13; 22 – 23; 33 – 35; 42 – 43 e 49 – 52). Exemplos disso são os fatos de o candidato ter buscado apresentar um tópico frasal por meio de uma declaração inicial (l. 11 – 13), dois tópicos frasais históricos (l. 22-23 e 33 – 35), bem como um tópico frasal diluído (l.42 – 43 e 49- 52).

Além da preocupação com a sistematização e objetividade, o candidato visou a reforçar a pertinência de seus argumentos recorrendo a métodos de argumentação apresentados na obra de Garcia (página 381). Exemplos disso são os recursos ao argumento de autoridade (l. 13 – 16 e 35 – 38) e a fatos e exemplos (38 – 41 e 43 – 49).

Na conclusão, o candidato buscou seguir as instruções de Garcia (página 379) de “repisar a ideia núcleo”, apresentada na introdução da dissertação. De modo a garantir a objetividade e a clareza necessárias ao texto, o candidato propôs conclusão que faz remissão à ideia núcleo explicitamente vinculando-a ao plano internacional (l. 54 – 57) e ao plano interno (l. 57 – 60), já que são esses os planos apresentados na introdução.

Em virtude da correspondência entre a proposta da questão formulada pela banca e a argumentação empregada na resposta do candidato – argumentação essa pautada nas concepções consagradas da comunicação escrita - requer-se, respeitosamente, a revisão da nota conferida em leitura preliminar.

Referência: GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26ª E

*Indeferido*

**CONTEÚDO**

Quesito 2.1 – Recurso indeferido. O tema da redação é a discussão das perspectivas de longo prazo da PEB, a partir do pronunciamento de dois Chanceleres, Azeredo da Silveira e Luiz Alberto Figueiredo. É bem possível que o próprio Othon M. Garcia estranhasse a ausência de referência aos autores na redação, e, mais ainda, da citação dos nomes de Henry Kissinger e Sérgio Buarque de Holanda, que atestam princípios semelhantes aos que se encontram nos textos sugeridos. Ocorre que, ao longo da redação, a capacidade de argumentação se vê de fato comprometida porque o candidato, sem fugir inteiramente ao tema, optou por discutir aspectos da PEB sem demonstrar que a motivação principal deveria ser o comando da questão e os elementos presentes nos textos. Assim, a banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

## 46,75/60

O planejamento da política externa brasileira depende de dados conjunturais endógenos e exógenos, de modo que a perspectiva estratégica do desenvolvimento esteja sempre presente na inserção internacional do país. O Brasil representa potência emergente que defende um multilateralismo de reciprocidade e busca uma ordem internacional mais justa e equilibrada, em um contexto de novas dinâmicas internas e globais. Por isso, convém analisar os três eixos de ação que sustentam as perspectivas da política exterior de longo prazo e o multilateralismo: o econômico, o político e o social.

No domínio da economia, o Brasil é a sexta maior economia do mundo e um dos mercados emergentes mais atrativos para o capital globalizado. A necessidade de continuar a crescer, em meio à crise financeira internacional, apresenta-se como desafio para a política econômica nacional e para os rumos da política externa brasileira. O peso do país na economia mundial o fez integrar a principal coalizão multilateral de diálogo e de concertação política sobre o sistema financeiro contemporâneo, o G-20 financeiro, **onde<sup>1</sup>** o Brasil defende a cooperação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para que a renda e o emprego sejam estimulados. A diplomacia brasileira age de modo pragmático ao usar o multilateralismo financeiro como vetor do desenvolvimento econômico internacional, visto que o crescimento da economia nacional depende do incremento das exportações e do influxo de capitais.

A política interna influencia as diretrizes da política exterior. O Brasil constitui potência emergente guiada em suas relações internacionais por princípios constitucionais que abrangem a defesa da paz e a prevalências dos direitos humanos. O país demonstra, portanto, ter credenciais para ser liderança emergente no multilateralismo político em face da nova distribuição de poder global, **onde<sup>2</sup>** predomina a multipolaridade. Nesse contexto, a diplomacia brasileira almeja unir-se a outros países emergentes para reformar as instâncias internacionais de decisão, de modo a dotá-las de maior legitimidade e eficácia. O Brasil foi um dos incentivadores para a criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e sustenta uma reforma no principal órgão multilateral a cuidar da manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança da ONU. Dessa forma, a política externa pátria recorre ao realismo para defender os interesses brasileiros, vinculados aos princípios constitucionais.

A grandeza da nação e o papel do Brasil no mundo não se resumem ao aspecto econômico e político. Estes se associam ao plano social nas diretrizes de longo prazo adotadas pela diplomacia. O país conseguiu algo inédito ao unir

as aspirações democráticas da nação ao combate à fome e à pobreza. Políticas econômicas e sociais retiraram milhões de brasileiros da miséria, o que embasa o desenvolvimento social. O Brasil é, portanto, exemplo para o mundo e não pode abster-se de difundir os projetos nacionais de cunho social para outros países por meio de ações bilaterais ou multilaterais de cooperação. A cooperação para o desenvolvimento mostra a vontade brasileira de constituir a igualdade de oportunidades nas relações internacionais.

O desenvolvimento é o maior objetivo da política externa brasileira, seja de longo prazo, seja de curto prazo. Os domínios da economia, da política e do social servem como base para que ações específicas alcancem os interesses nacionais, os quais estão em consonância com um multilateralismo mais justo, em contexto de configuração de uma nova multipolaridade. O Brasil coopera, conseqüentemente, para que a coesão de ideias multilaterais seja elemento estratégico de planejamento da política externa. Dessa forma, o Estado brasileiro conseguirá consolidar-se como potência emergente e contribuirá para que a multipolaridade sistêmica seja oportunidade para a igualdade entre todos os países. Para tanto, a política externa une as circunstâncias internas e os cenários internacionais para estimular o desenvolvimento nacional e o progresso da sociedade internacional.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Emprego de conectores

<sup>2</sup> Emprego de conectores

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	28,0

## 46,75/60

A elaboração de perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira exige que se considerem circunstâncias internas e internacionais, as quais definem valores e limites para a atuação do país. O Brasil não possui recursos militares que lhe permitam exercer influência determinante na conformação do sistema internacional. O país busca garantir seus interesses por meio de iniciativas que lhe assegurem posição internacional adequada. Interessa-lhe a manutenção de estabilidade na ordem mundial, com predomínio de esforços cooperativos. Esse cenário propicia condições favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico.

A política externa brasileira apresenta aspectos de continuidade e de mudança. As mudanças percebidas nessa política são tributárias de transformações das circunstâncias internas do país e de novas formas de distribuição de poder no cenário internacional. Novas perspectivas não significam, nesse caso, rupturas; antes, referem-se a maior ênfase em determinados temas da agenda internacional ou a esforços renovados em certo sentido. Os traços de continuidade são característicos do discurso diplomático brasileiro. Quase cinquenta anos separam, no tempo, discurso proferido pelo Ministro de Estado Antonio Francisco Azeredo da Silveira de outro discurso, proferido pelo Ministro de Estado Luiz Alberto Figueiredo Machado. Ambos apontam a importância de pensamento estratégico <sup>1</sup>que permita ao Brasil aproveitar suas potencialidades, para inserir-se de forma mais favorável no sistema internacional.

As circunstâncias internas, ora vigentes, no Brasil, possibilitam ao país buscar uma nova inserção. Nos últimos trinta anos, promoveu-se a redemocratização e alcançou-se a estabilidade macroeconômica. A Constituição Federal, promulgada em 1988, assegura a transparência das eleições e o respeito às garantias individuais. Iniciativas de combate à pobreza implicaram ascensão social de milhões de brasileiros. Esse conjunto de novas condições e de novas características influenciou a formulação da política externa. Hoje, o Brasil apresenta-se como país emergente, democrático e promotor da cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico. Essa condição permite que o país reivindique uma ordem internacional justa, democrática e inclusiva.

O cenário internacional contemporâneo pode oferecer oportunidades valiosas para o atendimento das reivindicações brasileiras. O fim da Guerra Fria ensejou surgimento de cenário internacional multipolar, no qual não há centros hegemônicos absolutos. Por um lado, o novo contexto pode resultar em recrudescimento de rivalidades; por outro lado, pode significar melhores



chances para os ensaios de cooperação internacional e para soluções pacíficas de conflitos armados. Ao Brasil, interessa atuar em prol do segundo cenário. Um contexto de estabilidade sistêmica, reforçado pela cooperação e pela solidariedade, propicia espaço para a ascensão dos emergentes e fomenta a reforma democrática de foros decisórios internacionais.

As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira devem buscar o atendimento dos interesses nacionais. O desenvolvimento socioeconômico e a reforma das instâncias decisórias internacionais figuram como objetivos básicos da política externa pátria. Esses interesses têm guiado a ação internacional do Brasil nos últimos cinquenta anos. O Brasil não possui excedentes de poder militar, os quais poderiam permitir ao país exercício de influência significativa nos foros decisórios que articulam as relações internacionais. As iniciativas de política externa consideram essa limitação e têm buscado promover a formação de um novo cenário internacional, no qual o poder militar não seja preponderante de forma absoluta.

O sistema internacional contemporâneo oferece desafios e oportunidades para o Brasil. As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira devem promover avaliação crítica dos novos cenários, de forma a assegurar a consecução dos objetivos nacionais. Mudanças no contexto interno do país, nos últimos trinta anos, possibilitam uma ação internacional proativa e legítima, a qual busca assegurar formação de contexto sistêmico favorável à cooperação e ao desenvolvimento. É possível que o mundo adote essa perspectiva, uma vez que o fim da Guerra Fria ampliou as margens de manobra necessárias para o exercício da cooperação; é preciso evitar, não obstante, surgimento de rivalidades que restringiriam essas margens de manobra e que seriam prejudiciais a países,<sup>2</sup> como o Brasil. No longo prazo, o Brasil seria beneficiado por um sistema internacional democrático e cooperativo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

<sup>2</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	28,0

**Comentário do candidato:**

Nessa prova, fui penalizado por dois erros de gramática: ausência de vírgula antes da oração subordinada adverbial final no trecho “*que permita ao Brasil aproveitar suas potencialidades, para inserir-se de forma mais favorável no sistema internacional*” e presença de vírgula desnecessária no trecho “*que seriam prejudiciais a países, como o Brasil*”. Dois casos de falta de atenção, sendo que, no segundo, a vírgula era sobra de um período que cortei – seria “*países que, como o Brasil, não detêm excedentes de poder militar*”.

Fica a dica: cuidado com as vírgulas e com as sobras de trechos cortados, na redação final.

## 42,50/60

A política externa está efetivamente relacionada com a conjuntura nacional e internacional. Diversas mudanças, como a emergência de países em desenvolvimento, com crescimento econômico superior ao de nações ricas, e a difusão de protestos populares em vários Estados, têm ocorrido nas últimas décadas. Essas alterações influem na formulação das estratégias diplomáticas. O contexto interno é, também, base para a ação internacional. No caso do Brasil, seu papel ao lado dos grandes emergentes, as mudanças socioeconômicas e a tradição histórica e principiológica são fatores que norteiam as diretrizes externas. Considerando-se que o desenvolvimento é um dos maiores objetivos brasileiros, é por meio da articulação desse conceito com o contexto nacional e o internacional que devem ser analisadas as perspectivas da política exterior.

A adequação ao cenário interno é essencial para o estabelecimento da política externa. A dinâmica nacional delimita as metas e os parâmetros da atuação internacional. No Brasil, a ascensão da classe média e a redução da pobreza coadunam-se com a ideia de desenvolvimento amplamente defendida em foros multilaterais. Políticas públicas, como o Bolsa Família, permitiram que várias famílias obtivessem melhores condições de vida e são defendidas no plano externo. A experiência brasileira em distribuição de renda é replicada em países africanos, mediante projetos de cooperação técnica implementados pelo Brasil. Embora ainda existam desafios socioeconômicos domésticos, o Estado deve continuar a utilizar seus programas exitosos em ações externas. Desse modo, o Brasil age como exemplo de que é possível melhorar a situação interna, incentivando mudanças em outras nações.

O desenvolvimento nacional e a existência de uma sociedade harmônica, sem graves conflitos étnicos, conferem ao Brasil credenciais para a participação em decisões internacionais sobre diferentes temas e regiões. Formado pela união de índios, brancos e negros, o Brasil arvora a mestiçagem como motivo de orgulho nacional e como modelo para locais conflituosos. Ademais, como ressaltou o embaixador português José Fernandes Fafe, o equilíbrio de antagonismos da sociedade brasileira, de acordo com conceito de Gilberto Freyre, forneceu ao Brasil a habilidade de articulador de consensos. É por meio dessas duas teses que o país tem sua atuação legitimada em questões como o conflito entre Israel e Palestina e a guerra civil na Síria. Em consonância com os princípios de relações internacionais inscritos na Constituição Federal de 1988, o Brasil defende a solução pacífica de controvérsias, buscando contribuir para o estabelecimento do diálogo e da paz nesses e em outros conflitos.

A consolidação da democracia no Brasil e a ascensão dos países emergentes na esfera internacional permitem ao Estado a meta de maior participação nas decisões multilaterais. A crescente abertura das instituições estatais no âmbito interno, até mesmo no contexto da diplomacia, como demonstram os Diálogos sobre Política Externa, pode basear a demanda brasileira pela reforma da governança internacional. A decisão do futuro global por cúpulas que envolvam apenas as maiores potências, como na época do Congresso de Viena e da Conferência de Versalhes, não deve mais ocorrer. É importante que os organismos multilaterais sejam atualizados, para que incluam um conjunto representativo de países. Com essa finalidade, o Brasil propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a principal instância decisória em questões de paz e segurança, mas que ainda reflete a divisão de poder do período após a Segunda Guerra Mundial. O aumento da participação da sociedade internamente legitima a busca por maior abertura no âmbito multilateral.

Como afirmou Luiz Alberto Figueiredo Machado, o Brasil ocupa novo lugar no mundo. As transformações no cenário interno e no externo permitem ao país desempenhar papel mais proeminente nas instâncias internacionais, seja demandando maior participação nas decisões globais, seja ampliando seu âmbito de atuação. A postura principista e as tradições nacionais, como a defesa do diálogo e a valorização da mestiçagem, permanecem importantes e fortalecem a atuação brasileira, sempre visando ao desenvolvimento.

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	3,75
Análise	3,75
Gramática	30,0

## 40,75/60

As perspectivas de longo prazo da política externa foram objeto de análise nos Diálogos de Política Externa, recentemente promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores. Conquanto um exercício do gênero seja especulativo, como afirmou Azeredo da Silveira, ele é útil na medida em que suscita debate sobre as circunstâncias internas e os cenários internacionais, análises que Keneth Waltz denominava de “segunda imagem” e “terceira imagem”. Considerando os resultados das discussões realizadas, pode-se afirmar que as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira são positivas.

Transformações significativas têm ocorrido no sistema internacional. Embora muito teóricos tenham afirmado que o mundo bipolar decorrente da Guerra Fria seria substituído por um sistema unipolar com prevalência dos Estados Unidos, não foi isso que ocorreu. Começou a formar-se uma ordem mundial multipolar, na qual o poder passou a ser distribuído entre diversos países, ainda que de maneira desigual. Um grupo de nações foi especialmente beneficiado, as quais constituíram o agrupamento BRICS, do qual o Brasil é membro. A alteração das diversas estruturas de governança mundial decorre do processo de redistribuição de poder em curso, de maneira a suscitar tendência de aumento de poder desses países no médio prazo e sua consolidação no longo prazo.

As mudanças geopolíticas estão vinculadas a mudanças geoeconômicas. A evolução dos países emergentes confirmou a dualidade desse processo, uma vez que ao desenvolvimento econômico correspondeu a aquisição de poder. Na crise de 2008, por exemplo, a diferença da capacidade de reação dos países desenvolvidos e dos emergentes fez que o G-20 Financeiro se consolidasse como instância máxima de decisão financeira, em detrimento do G-8. Esse cenário é de grande importância para o Brasil, dado que o desenvolvimento nacional está historicamente relacionado a capitais estrangeiros. Dessa maneira, o aumento de poder decisório do país em instâncias financeiras multilaterais pode ensejar a elaboração de regras que facilitem a criação de fluxos financeiros, bem como o aumento de transações comerciais. A manutenção do ritmo de crescimento do país no longo prazo pode ser assim garantida, de modo a fazer da política externa instrumento do desenvolvimento, como afirmou o Embaixador Figueiredo Machado.

A economia brasileira desenvolveu-se de maneira intensa nas últimas décadas. Embora o país tenha sido submetido a anos de hiperinflação, o Plano Real fez que a economia retomasse o crescimento e se estabilizasse, de maneira a se transformar na sexta economia mundial. Inovações tecnológicas

viabilizaram a comprovação de reservas de petróleo em águas profundas, e investimentos permitiram que a produção agrícola e a extração mineral se expandissem. Por conseguinte, o Brasil tem reservas energéticas e naturais, que, exploradas de maneira sustentável, podem assegurar o crescimento do país no longo prazo, bem como viabilizar a cooperação para o desenvolvimento de outras nações. Circunstâncias internas, assim, permitem posição estratégica no cenário internacional.

As circunstâncias internas do Brasil também mudaram nos últimos anos. A democracia foi consolidada, o acesso à educação foi facilitado e a pobreza foi reduzida. A sociedade tem participado de maneira ativa na política, inclusive no processo de formulação da política externa. A nova realidade brasileira pode ser considerada modelo de desenvolvimento, porquanto o país superou séculos de dominação e décadas de subdesenvolvimento. Essas circunstâncias permitem o exercício de “soft power”, o qual tende a consolidar-se no longo prazo, na medida em que a imagem internacional do país se torna mais positiva.

As perspectivas de longo prazo da **política**<sup>1</sup> externa brasileira são positivas. Essa constatação, no entanto, não é suficiente, dado que é preciso elaborar políticas ativas e estratégicas, **conforme Figueiredo Machado**<sup>2</sup>. Para tanto, foram formuladas propostas ao longo dos Diálogos sobre Política Externa, que serão compiladas **em Livro Branco**<sup>3</sup>. O desafio do Brasil é, no curto prazo, formular essas políticas, a fim de executá-las no médio prazo. Dessa maneira, a perspectiva positiva pode-se confirmar no longo prazo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

<sup>2</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>3</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	5,00
Análise	3,75
Gramática	27,0

Em sua obra Diplomacia, Henry Kissinger afirmou que um dos grandes desafios da prática diplomática é o longo prazo de tempo necessário para a execução de ações e **para**<sup>1</sup> a consecução de objetivos. O ex-Secretário de Estado afirmou que o mundo moderno transforma-se, por vezes, mais rapidamente do que os estadistas podem formular suas políticas. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a velocidade das mobilizações militares impediu que negociações emergenciais fossem convocadas **à**<sup>2</sup> tempo de impedir o conflito. Os acontecimentos do mundo contemporâneo requerem reações ainda mais urgentes dos estadistas, devido à revolução nas tecnologias da informação e à contínua globalização. O desafio para a política externa brasileira é o de reagir de maneira célere aos acontecimentos mundiais, sem prejudicar seus interesses permanentes<sup>1</sup> como a promoção do desenvolvimento, a defesa dos Direitos Humanos e a busca por uma ordem internacional mais justa.

Após o final da Guerra Fria, o fim da bipolaridade tornou mais complexa a ordem internacional, o que aumentou a incerteza da diplomacia e permitiu o surgimento de novos desafios, frustrando os teóricos do “fim da história”. Como afirmou o ex-chanceler Azeredo da Silveira, muitas das novas tendências não foram antecipadas, como o ressurgimento do nacionalismo nos Balcãs, o aumento do número de conflitos intraestatais, o recrudescimento de ações terroristas baseadas em radicalismo religioso ou as grandes crises económicas. Esse aumento da incerteza ocorreu simultaneamente à revolução nos meios de comunicação acarretada pela disseminação da internet, gerando uma situação paradoxal: atualmente, os tomadores de decisão têm mais informações à sua disposição do que jamais antes, **porém**<sup>4</sup> a tomada de decisões nunca foi tão difícil. Desde o final da Guerra Fria, a política externa estadunidense tem sido criticada, ora por realizar ações desnecessárias e danosas, ora por não agir em situações em que seria necessário fazê-lo, o que evidencia a falta de um modelo adequado às novas complexidades internacionais.

A palavra complexidade nunca teve conotações negativas para o Brasil. A amplitude geográfica do Brasil, assim como sua população vasta e matizada, com diferentes raças, credos, culturas e opiniões políticas significa,<sup>5</sup> necessariamente, uma grande complexidade. Cada vez mais, porém, essa pluralidade é valorizada como vantagem, tanto nacionalmente quanto no âmbito internacional. A crescente inclusão social da última década teve efeito

---

também<sup>6</sup> sobre a diplomacia, que passou a incluir novos atores, temas e demandas. O Itamaraty tem um papel fundamental na formulação de uma política externa inclusiva, que atenda aos anseios de diversos setores, seja coordenando as demandas de diferentes ministérios, seja privilegiando o contato direto com a sociedade civil, por meio de iniciativas de diplomacia pública. Esse esforço de coordenação interna é o que permite que o Brasil aja de maneira coerente e promova a coordenação também entre diferentes atores no plano internacional. A eleição de brasileiros para diversos cargos de direção de organizações multilaterais é exemplo da legitimidade do Brasil como interlocutor e de sua capacidade de formar consensos internacionais. À medida que o mundo torna-se mais complexo, essa capacidade será cada vez mais essencial à governança global.

O Brasil, como país que, historicamente, buscou desenvolver-se e reformar a ordem internacional, sempre esteve ciente do contraste referido por Kissinger, entre o tempo necessário à diplomacia e a urgência das necessidades materiais nacionais. A solução encontrada foi, por um lado, definir princípios que permanecessem válidos independentemente de transformações nacionais ou internacionais, e por outro lado, a formação de um corpo diplomático eficaz, propositivo e constantemente renovado. Somado à capacidade de coordenação nos âmbitos interno e internacional, esse modelo permite a execução de uma política externa coerente, capaz de beneficiar-se da configuração multipolar descrita pelo chanceler Figueiredo Machado para propor soluções construtivas aos desafios globais, sem descuidar dos interesses brasileiros permanentes.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/colocação de termos

<sup>2</sup> Grafia/acentuação

<sup>3</sup> Pontuação (faltou vírgula)

<sup>4</sup> Construção de período/colocação de termos

<sup>5</sup> Pontuação

<sup>6</sup> Construção de período/colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	3,75
Análise	5,00
Gramática	24,0



Auferir os interesses nacionais de um país é o objetivo permanente da política externa. Por conseguinte, ela pode ser caracterizada como política de Estado. A função da política externa é fixa, mas seus objetivos e meios alteram-se no longo prazo. A política externa brasileira tem como característica a continuidade, visto que é possível identificar a defesa contínua de alguns princípios, como o da soberania. O século XXI inicia-se com alterações significativas na ordem mundial. A política externa brasileira, como um dos meios de promoção do desenvolvimento nacional, deve ser executada com base em perspectiva de longo prazo, a fim de realizar seus objetivos internos e internacionais.

Identificar os objetivos de longo prazo de um Estado facilita sua ação internacional autônoma no presente. O conhecimento dos contextos interno e internacional, nesse sentido, faz-se necessário, pois ele permitirá a identificação das possibilidades no longo prazo, pois a realidade internacional está em constante mudança. No século XXI, verificam-se alterações significativas na distribuição de poder. A ascensão dos países emergentes, como o Brasil, enseja maior multipolaridade, a qual impõe novos desafios e oportunidades. A criação do Livro Branco da política externa brasileira será importante meio de consecução da estratégia de longo prazo da diplomacia nacional.

A mudança de perspectiva sobre o desenvolvimento ensejou a alteração da posição internacional do Brasil. A maior ênfase na inclusão social significou a expansão da classe média e a redução da pobreza nos últimos dez anos. Um país só pode ser considerado desenvolvido se incluir seus cidadãos. Programas governamentais, como o Bolsa Família, são reconhecidos internacionalmente, devido aos seus esforços sociais. O economista Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano, afirmou que a liberdade só existe se houver igualdade de oportunidades. No âmbito internacional, o Brasil luta por essa igualdade no comércio, nas finanças e nos **orgãos**<sup>1</sup> internacionais. O estímulo à cooperação técnica com países em desenvolvimento insere-se nessa lógica, ao não exigir condicionalidades.

A busca de uma ordem internacional mais democrática requer a existência de um contexto mais multilateral. Um dos objetivos de longo prazo da diplomacia brasileira é a multiplicação de instâncias multilaterais. O estabelecimento do G-20 comercial, do IBAS, dos BRICS e do BASIC visa à democratização da ordem internacional, tornando-a mais justa e inclusiva. O desejo brasileiro de maior participação nas negociações internacionais ensejou posição propositiva nos âmbitos financeiro, ambiental, comercial e político. O

exemplo mais recente de protagonismo brasileiro foi a convocação da Reunião Multissetorial sobre governança na rede mundial de computadores, com o objetivo de tornar a rede mais democrática no futuro.

O avanço da democracia no Brasil, verificado nos movimentos populares recentes, estimula maior participação dos nacionais nas discussões sobre política externa. Dessa maneira, as estratégias de política externa tornar-se-ão mais legítimas e democráticas. Isso fornecerá maior projeção internacional ao Brasil e facilitará a consecução de seus objetivos, principalmente o de desenvolvimento. A liderança brasileira, **nas negociações dos objetivos para o desenvolvimento pós-2015<sup>2</sup>**, exemplifica a busca dos objetivos de longo prazo do Brasil nos âmbitos interno e internacional. A conferência Rio +20 também representa a maior democratização das negociações multilaterais e a ênfase no desenvolvimento sustentável.

A política externa mais ativa e propositiva dos últimos dez anos só foi possível devido ao avanço da inclusão social brasileira. O estímulo à democracia ensejará meios mais legítimos de consecução da política externa brasileira, a qual deve sempre visar ao desenvolvimento inclusivo. A elaboração do Livro Branco da Política Externa, com o auxílio dos diversos setores sociais, será o melhor meio de garantir a existência de estratégia internacional de longo prazo do Brasil. Isso facilitará o enfrentamento de possíveis óbices e dará maior legitimidade ao Brasil nas negociações internacionais.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

<sup>2</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	3,75
Análise	1,25
Gramática	28,0

**Comentário do candidato:**

<sup>2</sup>: marcação em pontuação: resposta da banca ao recurso interposto: No contexto em questão, o trecho "nas negociações dos objetivos para o desenvolvimento pós-2015" é argumental, portanto não deve ser separado por vírgulas do sintagma de que faz parte: "A liderança brasileira nas negociações... pós-2015". A liderança brasileira nessas negociações é o que "exemplifica a busca dos objetivos...", e não a liderança brasileira de maneira geral.

## PARTE II – EXERCÍCIO 1

Recife, 1923.

O que sinto é que sou repellido pelo Brasil a que acabo de regressar homem, depois de o ter deixado menino, como se me tivesse tornado um corpo estranho ao mesmo Brasil. É incrível o número de artigos e artiguets aparecidos nestes poucos meses contra mim; e a insistência de quase todos eles é neste ponto: a de ser eu um estranho, um exótico, um meteco, um desajustado, um estrangeirado. Sendo estrangeiro— argumentam eles — é natural que não me sinta mais à vontade no Brasil, se não sei admirar Rui Barbosa na sua plenitude, se não me ponho em harmonia com o progresso brasileiro nas suas expressões mais modernas, antes desejo voltar aos dias coloniais — uma mentira — se isto, se mais aquilo, por que não volto aos lugares ideais onde me encontrava, deixando o Brasil aos brasileiros que não o abandonaram nunca por tais lugares? Este parece ser o sentido dominante nos artiguets que vêm aparecendo contra mim.

A verdade é que eu me sinto identificado com o que o Brasil tem de mais brasileiro. Esses supostos defensores do Brasil contra um nacional que dizem degenerado ou deformado pelo muito contato com universidades estrangeiras me parecem excrescências.

Gilberto Freyre. Tempo morto & outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 128 (com adaptações).

**Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discuta a importância da manutenção da consciência sobre a nacionalidade em contraste com a absorção de influências estrangeiras.**

**Extensão do texto: 120 a 150 palavras**

**[valor: 20 pontos]**

**17,64/20**

Edward Said, em Cultura e imperialismo, afirma que as culturas e as nacionalidades formadas sob dominação estrangeira apresentam dificuldades no desenvolvimento de linguagem própria. No Brasil, por exemplo, o desejo de criar nacionalidade original, sem influência estrangeira, é uma constante perceptível desde o Romantismo. A expressão da nacionalidade pareceu, no entanto, ser restringida pela existência de cânones estrangeiros, os quais, paradoxalmente, se tornaram referências de validade da cultura autóctone.

A revolução culturalista promovida pelo Modernismo transformou a maneira de entender a nacionalidade e a influência estrangeira. O hibridismo não era o que impedia o acesso do Brasil à modernidade, mas o que viabilizava uma inserção diferenciada no mundo. A integração de diferentes culturas ocorreria de forma antropofágica, como qualificado por Mário de Andrade, o que conferiria expressão singular da nacionalidade. Esse processo, permanente e dinâmico, relativiza o antagonismo entre o nacional e o estrangeiro.

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0

## 16,94/20

Em Tempo morto e outros tempos, Gilberto Freyre comenta que se manteve consciente quanto a sua nacionalidade brasileira, apesar das críticas que recebeu, quando regressou ao Brasil nos anos 1920. Pode-se afirmar que essa consciência do autor em relação a sua brasilidade foi fundamental para que a produção intelectual de Freyre transformasse o pensamento social brasileiro na década seguinte.

A manutenção da consciência nacional permite a apropriação crítica de valores pertencentes a cultural estrangeiras, conforme o conceito de antropofagia. Indivíduos conscientes das nacionalidades que representam podem produzir manifestações culturais inovadoras, porquanto combinam linguagens estéticas e acadêmicas nacionais e estrangeiras. Além disso, cidadãos cujo senso de nacionalidade é desenvolvido tendem a retribuir à comunidade o aprendizado decorrente de experiências no exterior. É possível concluir que a valorização da identidade nacional e o diálogo com ideias estrangeiras fortalecem a nacionalidade, pois, como afirma Claude Lévi-Strauss, não há civilização sem intercâmbio cultural.

### Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

**16,94/20**

A identidade nacional é importante fator para a coesão social de um país. Esse conceito confere harmonia à sociedade, evitando conflitos internos e favorecendo a implementação de projetos nacionais. A manutenção da consciência sobre a nacionalidade possibilita a permanência do sentimento de ser membro de um grupo, mesmo quando há influências exógenas.

Alguns pensadores condenam, contudo, a absorção de influências estrangeiras, pois elas seriam nocivas para a consciência nacional. Correntes externas suplantariam as idiossincrasias, fazendo que as particularidades fossem amainadas em um conjunto globalizante. Fatores externos podem, todavia, ser absorvidos pela cultura de um país, sem prejuízo para a manutenção da identidade. O Brasil é exemplo da abertura para influências externas, com preservação do conceito identitário comum. A identidade não precisa, portanto, ser apartada dos fluxos externos. O contato com valores estrangeiros é benéfico para a diversidade cultural.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

**16,94/20**

A nacionalidade brasileira decorre da combinação entre diferentes influências culturais, as quais são oriundas dos diversos contingentes populacionais que contribuíram para a formação do povo brasileiro. Desse modo, a identidade nacional tem como característica basilar a diversidade cultural. Ao longo do século XX, o pensamento sociológico acerca da nacionalidade brasileira ressaltou os benefícios potenciais dessa cultura mestiça em um contexto internacional de crescente interação entre os povos.

Verifica-se que a capacidade de observar as influências estrangeiras e de transformá-las, a fim de acomodar diferenças está na base da formação da cultura nacional. Dessa forma, o contexto internacional de globalização e de maior interação cultural é favorável aos brasileiros, visto que, sem perder consciência da própria nacionalidade, eles conseguem acomodar influências externas. Essa manutenção da consciência acerca da própria nacionalidade é fundamental para uma política externa que, como a brasileira, visa ao universalismo de parcerias.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	10,0



**16,82/20**

Toda fronteira é artificial, porque a existência do Estado é uma ficção jurídica. A despeito dessa utopia, defendida tanto por Kant quanto por Marx, o mundo hodierno está dividido em Estados nacionais. O ser humano somente se integra à sociedade internacional, na medida em que está inserido em contexto nacional. Como aduzia Mário de Andrade, que cunhou o termo “moléstia de Nabuco”, para denominar o mal de que padeciam pensadores deslocados do contexto nacional, é preciso ser nacional, para se tornar internacional.

Manter a consciência sobre a nacionalidade é importante e implica saber quais são os elementos constitutivos dessa identidade nacional. Para propor uma estética verdadeiramente nacional, os modernistas pesquisaram a cultura popular brasileira. Enquanto não se conformam as utopias, será necessário manter a consciência sobre a nacionalidade e “deglutir”, conforme o “Manifesto Antropofágico”, as influências estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

**16,82/20**

Em Tempo morto & outros tempos, Gilberto Freyre queixa-se das críticas acerca de sua estadia no exterior, a qual o teria convertido em brasileiro “degenerado ou deformado”. A manutenção da consciência sobre a nacionalidade foi compreendida pelos críticos de Freyre como tarefa especialmente problemática, em contexto de multiplicação de influências culturais estrangeiras; no entanto o receio de perder o conjunto de componentes culturais que possibilitam a identificação com a pátria tem como premissa conceito demasiadamente restrito de nacionalidade. De maneira diversa, o caráter nacional pode ser concebido como fenômeno inconcluso, na medida em que está submetido a transformações decorrentes tanto de novas vivências coletivas quanto da experiência pessoal. Perspectiva semelhante foi adotada pela primeira geração modernista, a qual concebia a assimilação de influências estrangeiras como etapa inerente ao processo de formação da nacionalidade.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

**16,82/20**

No Brasil, a influência estrangeira na formação da identidade nacional é temática abordada, recorrentemente, nos movimentos artísticos. Na literatura, enquanto autores românticos idealizaram a identidade nacional, por meio da representação heróica de grupos autóctones, escritores modernistas buscavam compreendê-la por intermédio da análise da miscigenação dos diversos grupos étnicos presentes no país. Na música, alguns pensadores, como Ariano Suassuna, defendem a proteção da música brasileira em relação a tendências externas, embora outros artistas, como aqueles vinculados à Tropicália, tenham incluído aspectos da música estadunidense em suas melodias.

Independentemente do gênero artístico, é importante que o sentimento de nacionalidade esteja presente, para que as influências estrangeiras sejam absorvidas sem que se perca a identidade nacional. Essa perspectiva era recorrente na obra de Mário de Andrade, por exemplo, que entendia que, para a sociedade brasileira possuir cultura universal, deveria estabelecer suas bases na cultura nacional.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

**16,31/20**

A manutenção de consciência sobre a nacionalidade constitui esforço importante para que se alcance um entendimento correto acerca da identidade nacional. De fato, é possível argumentar-se que a absorção excessiva de influências estrangeiras pode prejudicar interpretações elaboradas sobre fenômenos culturais típicos de uma nação, os quais são tributários de valores intrínsecos ao arcabouço cultural pátrio.

Apesar da validade desse argumento, é necessário reconhecer que interpretações relevantes acerca dos legados históricos e culturais brasileiros fizeram uso de métodos de análise elaborados em outros países, sem que isso compromettesse a consciência sobre aspectos fundamentais da nacionalidade. O pensamento culturalista de Gilberto Freyre, a perspectiva weberiana presente nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e o materialismo dialético percebido nos trabalhos de Caio Prado Jr. são exemplos de influências que serviram para ressaltar fenômenos importantes na formação histórica e cultural do Brasil. A cultura brasileira é sincrética; seu estudo não deve, portanto, ser infenso a influências estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0
Penalização por # de palavras	1,20

**16,22/20**

A compreensão da identidade nacional e, conseqüentemente, da inserção do Brasil no mundo permite a correta distinção dos aspectos fundamentais da tradição cultural brasileira com relação àqueles de que estar poderia prescindir. O vínculo entre o indivíduo e sua origem favorece sua inclusão social, sem que isso signifique que a valorização de características nacionais ocorra em detrimento da assimilação de influências estrangeiras. Os estudos realizados por Gilberto Freyre, nos Estados Unidos, proporcionaram-lhe a elaboração de inovadoras perspectivas acerca do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, o contato com o exterior o fez refletir sobre o Brasil.

Não há real contraste entre consciência nacional e universalismo, desde que estejam presentes os mecanismos garantidores da liberdade de escolha, como a educação. O pensamento crítico permite que cada grupo social determine, livremente, quais aspectos de sua identidade coletiva devem ser modificados, quais devem ser mantidos e, principalmente, aqueles que necessitam ser fortalecidos, no contato com culturas estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0
Penalização por # de palavras	0,60

**16,07/20**

A nacionalidade é fundamental para a constituição da identidade de um povo, motivo pelo qual ela deve ser preservada, mesmo quando influenciada **pelo exterior**<sup>1</sup>. Conforme afirmava Mário de Andrade, no início do Modernismo, o Brasil precisa ter consciência de sua unidade cultural, como nação, para que possa tornar-se internacional. A consciência nacional confere autenticidade ao povo brasileiro, tornando-o universal.

As influências estrangeiras devem dialogar com a consciência nacional, em vez de serem absorvidas. O Brasil não deve reproduzir as experiências provenientes do exterior. O país tem que ser capaz de conceber ideias originais, que influenciem a cultura e a sociedade mundiais. Conforme o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, a nação precisa adaptar o externo à realidade local, de forma a criar o nacional. Nesse sentido, manter a consciência sobre a nacionalidade significa constituir uma essência identitária.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	9,00

**16,07/20**

Gilberto Freyre não parece ter perdido a consciência sobre sua nacionalidade ao ter ido estudar fora do país, porquanto o Brasil foi uma constante de seus estudos. Freyre trouxe significativos aportes teóricos para os estudos acerca da identidade brasileira. Em termos metodológicos, o autor recebeu influência de Franz Boas, o que teve implicações para a compreensão freyreana dos processos socioculturais que formaram o Brasil; no entanto o trabalho de Freyre não poderia ter sido realizado por Boas, já que este não era brasileiro.

A absorção de influências estrangeiras fez parte da formação da intelectualidade brasileira. Se, por um lado, afirma-se que essas ideias chegaram ao Brasil com atraso e não foram adaptadas, de maneira crítica, à realidade brasileira; por outro, não se pode negar que, por intermédio de importantes formulações teóricas estrangeiras, foi criada e, em certa medida, mantida,<sup>1</sup> a consciência nacional sobre a nacionalidade.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	9,00

## 15,13/20

A tensão entre a absorção de influências estrangeiras e a manutenção da consciência sobre a nacionalidade tem sido tematizada pela intelectualidade brasileira. Joaquim Nabuco sentia saudades de Paris, quando no Brasil, e saudades do Brasil, quando em Paris. As acusações de estrangeirismo dirigidas a quem vai viver em outro país partem do pressuposto de que as influências de outras culturas pervertem o instinto da nacionalidade do “meteco”, que se torna afetado, inautêntico e, no limite, perigoso.

Gilberto Freyre revolta-se, justamente, contra as acusações de estrangeirado. Para ele, a temporada no exterior antes açulou sua brasilidade do que a mitigou. Essas reflexões são de particular interesse a quem pretende ingressar na carreira diplomática: a permanência em postos no estrangeiro pode contribuir para um melhor conhecimento do Brasil. À distância e em meio a outras referências culturais, a consciência nacional, proveitosamente, adensa-se.

### Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0



## 14,94/20

Gilberto Freyre não considerava o contato com outras culturas antagônico à identidade brasileira, nem mesmo quando esse contato acarretava a absorção de hábitos, tradições e aspectos da cultura estrangeira. Em sua obra Casa Grande<sup>1</sup> & Senzala, Freyre argumenta o oposto: que a nacionalidade brasileira é fruto do intercâmbio de culturas entre portugueses, índios e africanos e que a identidade brasileira foi influenciada pela cultura estrangeira.

Em maior ou menor grau, todos os pensadores que analisaram a sociedade brasileira a partir da “Geração de 1930” utilizaram a tese de Freyre,<sup>2</sup> de que não há contradição entre a absorção de influências estrangeiras e a manutenção da consciência sobre a nacionalidade. Uma inovação recente no debate é a valorização da pluralidade de identidades brasileiras, todas igualmente válidas como expressão da nacionalidade, em contraste com a ideia da nacionalidade como uma síntese única das influências estrangeiras.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

<sup>2</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	8,00

**14,82/20**

A nacionalidade brasileira compõe-se de influências culturais múltiplas que decorrem da miscigenação racial. Nesse sentido, ser nacional brasileiro não é apenas ter o vínculo jurídico-político com o Estado, mas compartilhar valores, axiomas e crenças que constituem a identidade nacional. Esta, segundo autores modernistas, é local sem deixar de ser universal, o que denota que a consciência sobre a nacionalidade não se restringe a aspectos socioculturais brasileiros.

Todas as nações recebem influências externas. Cabe a cada indivíduo ter a consciência de quais são as características de sua nacionalidade para não perder a identidade com o povo a qual pertence. Dessa forma, os brasileiros não serão “desterrados em sua própria terra”, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, mas indivíduos que se permitem usufruir de influências externas sem perderem o vínculo com o Brasil.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	8,00

**14,81/20**

A absorção de influências estrangeiras constitui processo natural e, muitas vezes, inevitável na formação cultural e intelectual de um povo. Os benefícios dessa troca, no entanto, esvaziam-se quando a consciência sobre a nacionalidade não é mantida.

A importação de ideias estrangeiras carrega elevado potencial de enriquecimento do repertório criativo local, especialmente no caso de países com passado colonial, como o Brasil. Tão relevante quanto absorver tendências externas é, entretanto, saber fazê-lo sem prejuízo da cultura nacional para que a identidade do povo seja preservada. A apropriação de ideais políticos de outras partes do mundo ilude, frequentemente, a compreensão dos nacionais sobre as próprias peculiaridades e necessidades, como lembra Roberto Schwartz em “Ideias fora do lugar”. Embora trate de literatura, **a solução de Antonio Candido**, nesse sentido, pode servir de metonímia para a cultura em geral, **ao sugerir uma simbiose construtiva entre o local e o universal**<sup>1</sup>.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	9,00

**14,64/20**

Ao longo da formação da identidade brasileira, discutiu-se o contraste entre uma consciência inerentemente nacional e uma cultura influenciada por ideias estrangeiras. Todas as correntes do pensamento nacional sofreram influência de autores externos. Intelectuais brasileiros, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, aderiram ao Cientificismo, no final do século XIX, o qual impactou a **maneira pela qual**<sup>1</sup> eles compreendiam o Brasil.

Na década de 1920, **o movimento modernista fez releitura**<sup>2</sup> **sobre a formação da identidade brasileira**<sup>3</sup>. Ele dividiu-se em dois grupos. O primeiro, sob influência de Plínio Salgado, rejeitou qualquer interferência externa na cultura nacional. O segundo, o Movimento Antropofágico, de Oswald de Andrade, afirmou que as ideias estrangeiras deveriam ser assimiladas, juntamente com as características nacionais, e transformadas. A manutenção da consciência nacional não contrasta com a absorção de influências estrangeiras. Ao contrário, ela é potencializada, como comprovam as obras de Gilberto Freyre.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>2</sup> Grafia/acentuação

<sup>3</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	7,00

## 13,64/20

A temática da influência estrangeira na identidade nacional tem sido preocupação constante em países que, como o Brasil, foram colonizados e tiveram suas identidades definidas por meio da percepção de estrangeiros. Isso pode ser identificado no conceito de “ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, **acerca da**<sup>1</sup> utilização de ideias e de instituições de origem externa, que não seriam **adequados**<sup>2</sup> ao contexto nacional.

Em um mundo globalizado, no qual a fragmentação cultural é mais comum, a manutenção da consciência sobre a nacionalidade é necessária para definir a própria identidade individual. Como sugeriu o Modernismo brasileiro, a influência externa deve ser “deglutida” pela cultura interna, **produzindo algo**<sup>3</sup> novo. Apenas por meio dessa dinâmica cultural entre interno e externo é possível a manutenção da consciência da nacionalidade, para que não ocorra a situação descrita por Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil: “somos desterrados em nossa própria terra”.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Concordância verbal

<sup>2</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>3</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	7,00

## 12,44/20

A importância da manutenção da consciência sobre nacionalidade em contraste com **absorção**<sup>1</sup> de **influências**<sup>2</sup> estrangeiras está relacionada com a solução entre nacional e universal. A formação cultural brasileira, dada a influência européia, fez que houvesse dificuldade em pensar sobre a nacionalidade, uma vez havia necessidade de estar em sintonia com centros culturais estrangeiros. O Romantismo suscitou tentativa de solução dessa tensão, mas a adoção de temas brasileiros não ensejou a formação de estética nacional.

No movimento modernista, Mario de Andrade propôs que fosse estabelecida mediação entre universal e nacional por meio da nação. O autor afirmava que a consciência da nacionalidade não se opunha à absorção de influências estrangeiras. Esse entendimento era compartilhado pelo movimento antropofágico, mas não era aceito pelo movimento verde-amarelo. A importância da nacionalidade era sintetizada por Mário na afirmação: “porque nacionais, seremos universais”. A tensão poderia ser assim solucionada.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>2</sup> Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	2,25
Análise	1,69
Gramática	8,00

## PARTE II – EXERCÍCIO 2

O estudo da literatura de cordel propõe inevitavelmente a reflexão sobre o espaço que nela ocupam o acervo da tradição coletiva e a criatividade do poeta. Sendo inquestionável o seu enraizamento em um repertório tradicional, tanto no que respeita à substância da expressão — temas, motivos, personagens, ideologia — quanto no que tange às formas de expressão, resta ao estudioso ou curioso indagar se, apesar desse arraigamento na tradição, podem-se esperar do cordel e da literatura oral como um todo manifestações de originalidade e inventividade.

Nesse sentido, nossa experiência com folhetos trouxe-nos à conclusão de que neles existe lugar para a surpresa e a novidade. Diríamos que no latifúndio da tradição coletiva vingam minifúndios de inovação pessoal.

Marlene de Castro Correia.

Sobre literatura de cordel: conversa (quase) descosturada.

In: Poesia de dois Andrades (e outros temas).

Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010, p. 151 (com adaptações).

**Com base no texto acima, discorra sobre as oportunidades para que a inovação surja em um contexto de tradição.**

**Extensão do texto: 120 a 150 palavras**

**[valor: 20 pontos]**

## 18,32/20

Marlene de Castro Correia argumenta que, na literatura oral e de cordel, a manifestação cultural, em contexto de consolidada tradição expressiva, não impede criações estéticas e materiais inovadoras. Não haveria, segundo a autora, antagonismo absoluto entre o dinamismo da inovação e a suposta inércia dos aspectos tradicionais da cultura. Os cânones criam tensões para a manutenção da conformidade e, por isso, segundo Silvano Santiago, na obra O entre-lugar do discurso latino-americano, devem ser desafiados por manifestações originais.

O embate entre a tradição e a inovação não é único da literatura de cordel, porquanto o surgimento de variada gama de escolas literárias e metodologias expressivas também é influenciado por essa aparente contradição entre o canônico e a ruptura. Ambos são mutuamente dependentes, uma vez que a inovação é viabilizada pela referência estática e a tradição é reafirmada pela sua ruptura.

### Avaliação:

Apresentação	1,00
Argumentação	3,38
Análise	3,94
Gramática	10,0



**18,07/20**

Ao contrário do que defendiam os primeiros modernistas, que buscavam revolucionar a arte brasileira, a inovação nem sempre significa ruptura, podendo surgir em um contexto de tradição. João Cabral de Melo Neto, em Morte e Vida Severina, demonstra que não é preciso romper com a estética e com o lirismo tradicionais para que se obtenha originalidade. Ferreira Gullar resgata a literatura de cordel, relacionada a formas de expressão tradicionais, conferindo-lhe novas perspectivas.

A tradição pode inspirar o novo, pois é passível de releituras. Conforme afirmava Walter Benjamin, as experiências passadas podem ser reinterpretadas, sob perspectiva de nova realidade, tornando-se autênticas. Essa concepção foi comprovada pela obra de Mário de Andrade. Em Macunaíma, o autor reconstituiu lendas indígenas, oriundas da tradição, integrando-as a uma nova identidade nacional a ser concebida. Dessa forma, o tradicional pode contribuir para surgimento da inovação.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,94
Análise	3,38
Gramática	10,0

## 16,94/20

À maneira do Arcadismo e do Classicismo musical, a literatura de cordel caracteriza-se por um repertório de formas fixas. O cordelista J. Borges, como Cláudio Manuel da Costa ou Joseph Haydn, reporta-se a estruturas cristalizadas e a um estoque de temas relativamente limitado. Ao contrário do gênio romântico, de quem se esperava, sempre, inovação, o poeta do cordel é, predominantemente, previsível. Não se confunda, contudo, tradição rotinizada com inexistência de inventividade: é na tensão entre o reconhecível e o surpreendente que reside a beleza do cordel.

Essas ponderações não servem, apenas, à análise de manifestações artísticas. A política externa brasileira é, também, definida como rotineira e pautada pela continuidade de princípios. Isso não significa que não possa ser criativa, como demonstram as recentes ações de diplomacia pública empreendidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Segundo Azeredo da Silveira, “a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se”.

### Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

## 16,64/20

Os mecanismos de transmissão da cultura popular através das gerações incluem, geralmente, a expressão oral e os registros informais. A memória, particular ou compartilhada, bem como livros de histórias, de receitas, as letras de música e os objetos de artesanato contribuem para conferir transcendência aos aspectos tradicionais de um sistema cultural; entretanto mesmo a mais automática reprodução de conteúdo não inviabiliza interpretações inovadoras. Apesar de, aparentemente, a capacidade de permanência da cultura tradicional se sobrepôr à criatividade individual, aquela, na realidade, depende desta.

O gênio do intérprete, ao dotar expressões tradicionais de novos significados, atualiza-as, o que garante o crescente interesse popular na preservação das heranças culturais. Além disso, a existência de referências históricas é condição indispensável para a inovação da cultura. Assim com a criatividade é favorecida pela tradição, a manutenção desta também é beneficiada por um ambiente dinâmico de renovação e de modernização.

Avaliação	
Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0

**16,37/20**

De acordo com Marlene de Castro Correia, o cordel e a literatura oral são expressões da tradição, entendida como costumes e hábitos inerentes a determinado grupo social. A tradição não impede, todavia, o desenvolvimento de perspectivas novas, pois convive com a surpresa e a novidade decorrentes da imaginação de cada autor.

Ao seguir a tradição, o indivíduo resgata heranças culturais para transmitir a perspectiva subjetiva sobre um tema específico. Essa subjetividade permite que o autor desenvolva senso crítico capaz de fomentar aspectos tradicionais por meio de perspectiva inovadora. Neste sentido, a união entre as considerações subjetivas e a tradição representa a dialética entre o antigo e o novo. Nesse contexto, a tradição coletiva abrange a criatividade individual, essencial para o desenvolvimento de qualquer cultura.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	10,0

## 16,25/20

Como asseverava Ortega y Gasset, o ser humano é produto de seu meio. Culturalmente, isso implica que o contexto social tende a homogeneizar tanto a produção literária oral quanto a escrita por meio da conformação de certa tradição. A consolidação dessa tradição, todavia, não significa que não haverá oportunidades para que a inovação surja.

A despeito da sanção moral para o que descumprir a tradição, o mundo não parou de transformar-se. Mesmo em contextos fortemente marcados pelo tradicionalismo, há novidades. Na literatura de cordel, exemplo paradigmático de literatura oral com profundo enraizamento na tradição coletiva, há espaço para a expressão da criatividade do autor, conforme demonstram recentes estudos dessa estética. O mesmo ocorre em tradicionais instituições do Estado brasileiro, como o Itamaraty, cuja maior tradição, conforme Azeredo da Silveira, é “saber renovar-se”.

### Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,81
Análise	2,81
Gramática	10,0

**15,56/20**

Um contexto de tradição não impede, em princípio, surgimento de novas formas de expressão artística. As tradições culturais servem de parâmetro para elaboração de manifestações que adotem os valores expressos pela tradição. Esses valores proporcionam arcabouço por meio do qual a inovação pode ser produzida. A literatura de cordel, objeto de pesquisa de Marlene de Castro Correia, é exemplo de forma artística que permite inovações.

Se, por um lado, a tradição fornece temas e formas ao artista, por outro, pode tolher-lhe a criatividade, se lhe impuser parâmetros rígidos para elaboração de trabalhos; tradições rígidas são, entretanto, vulneráveis. Quando um contexto de tradição não apresenta oportunidades para novas expressões, os aspectos tradicionais não se renovam, tornam-se limites à expressão artística e ficam, portanto, sujeitos ao obscurantismo. O contexto da tradição deve ser flexível de modo a permitir inovações, pois estas são as verdadeiras responsáveis pela preservação dos fundamentos do legado tradicional.

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	10,0

## 15,25/20

A tradição não é obstáculo à inovação, porque o artista cria apropriando-se da memória coletiva, de questões contemporâneas e das expectativas da sociedade em relação ao futuro. Essa criação coletiva, conquanto produzida pela inventividade do artista, caracteriza manifestações populares na cultura brasileira, como a literatura de cordel.

Assim como o cordel alia tradição e inovação, o modernismo brasileiro valorizou as artes barrocas, ao mesmo tempo em que prestigiava as vanguardas europeias. Experiência semelhante ocorreu na segunda metade do século XX, quando o contexto cultural que originou as campanhas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional permitiu o surgimento do tropicalismo na música e nas artes plásticas. Embora os tropicalistas almejassem superar os **arcaísmos**<sup>1</sup> da cultura nacional, eles beneficiaram-se do desenvolvimento da identidade brasileira, favorecido pelo experimentalismo estético e sem preconceitos de seus antecessores modernistas. Cordel, modernismo e tropicalismo, portanto, atestam as possibilidades da inovação em contexto de tradição.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	9,00

**15,25/20**

A exigência de observância de paradigmas tradicionais pode, em diversos âmbitos, constituir óbice à inovação. Nesse sentido, a resistência à transformação de técnicas, de temas e de formas pode influenciar, de maneira dupla, um trabalho artístico: por um lado, o paradigma proporciona a valorização do conhecimento tradicional; por outro, ele também delimita os aspectos artísticos passíveis de inovação.

Em manifestações populares, como a literatura de cordel, a preservação de um repertório tradicional de temas, de personagens e de linguagem possibilita que se conserve o caráter distintivo dessa arte. Não obstante reforcem os vínculos com a tradição, artistas contemporâneos adeptos da literatura oral são exitosos na busca de dotar seus trabalhos de características inovadoras, mesmo em contexto de aparente desincentivo à criação. Desse modo, verifica-se que a identificação de oportunidades para inovação pressupõe talento artístico.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0



**15,07/20**

Tradição e inovação, apesar de parecerem antagônicas, podem coexistir em diversas manifestações culturais, como a literatura. Uma vez que todo texto é produzido em determinado contexto social, mudanças significativas no contexto social representam oportunidades de inovação em uma tradição. Essas inovações podem, inclusive, constituir-se em novas tradições.

A poesia fornece exemplo ímpar acerca da coexistência entre tradição e inovação, porquanto formas fixas, como o soneto, são utilizadas há séculos. Transformações nas condições sociais e econômicas tiveram como consequência a utilização de novos conteúdos, **ocasionando**<sup>1</sup> inovações temáticas na tradição dos sonetos. Por não ser a cultura um fenômeno fixo e **sim**<sup>2</sup> dinâmico e adaptável ao contexto de determinada sociedade, há sempre oportunidades de inovação. A permanência de aspectos tradicionais em produções culturais não significa que algo novo não tenha sido criado. Nesse contexto, a literatura de cordel atual é mais um exemplo da associação entre tradição e inovação.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>2</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	8,00

Em “Sobre literatura de cordel: conversa (quase) descosturada”, Marlene de Castro Correia analisa a possibilidade de que, no contexto da força que a tradição coletiva exerce na literatura de cordel, manifestações individuais inovadoras surjam. A conclusão da autora é a de que há espaço para a novidade, apesar do repertório tradicional.

A criatividade pode aparecer em ocasiões nas quais a tradição predomina. Fatores tradicionais fornecem a base para que novas formas de expressão sejam desenvolvidas. O intento de Mário de Andrade de tradicionalizar o passado para que fosse estabelecida uma cultura efetivamente brasileira demonstra essa ideia. É necessário que haja, entretanto, abertura, para que a inovação ocorra. Um ambiente democrático, no qual a liberdade de expressão seja respeitada é essencial. A tradição não deve representar um impedimento teórico e formal, mas, sim, um substrato para a emergência de novas ideias.

**Avaliação:**

Apresentação	0,50
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0

## 14.69/20

A identidade cultural de uma sociedade e<sup>1</sup> algo dinâmico, pois recebe, constantemente, a influência de hábitos de diferentes grupos étnicos e sociais. A miscigenação da sociedade brasileira, formada com base em características da tradição erudita e da tradição popular, é representativa da contínua oportunidade de transformação das identidades culturais. Em várias regiões do país, hábitos entendidos como eruditos e conservadores misturam-se ao folclore da população local, o que estabelece uma perspectiva cultural inovadora.

Essa dinâmica pode ser observada, por exemplo, na literatura de cordel. A tradição religiosa, herdada da cultura erudita e conservadora, é transformada, por meio de sua mistura aos hábitos locais, os quais são influenciados por lendas folclóricas, transmitidas oralmente. Dessa forma, conforma-se uma arte inovadora, caracterizada por abordar, por intermédio de linguagem pouco rebuscada, temas que envolvem religião e folclore.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	9,00

**14,57/20**

A tradição pressupõe a existência de alguns padrões de conduta, que devem ser seguidos. No caso da literatura de cordel, conteúdo e forma previamente determinados são imprescindíveis. Apesar disso, é possível que haja diferenciações, inerentes à vivência de seus autores. Isso é verdade em quase todos os movimentos literários, com exceção da poesia contemporânea, a qual tem estética livre.

Ideias estrangeiras podem ensejar inovação em outros âmbitos sociais. Joaquim Nabuco, monarquista convicto e adepto da tradição, afirmou, no livro Minha Formação, a importância de seus contatos estrangeiros e de sua infância para a sua posição abolicionista. Na arte, Anita Malfatti sofreu significativas críticas de seus conterrâneos, devido às suas obras terem sofrido influência do cubismo europeu. Verifica-se que existem múltiplas possibilidades e oportunidades para que a inovação surja em diferentes contextos de tradição.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	1,69
Análise	2,25
Gramática	10,0

## 14,13/20

Os temas e elementos recorrentes na literatura de cordel devem-se, em parte, às experiências e às histórias compartilhadas da região nordestina, que tornam essas referências imediatamente reconhecíveis a seus leitores. A genialidade, tanto na literatura de cordel quanto em qualquer outro gênero artístico<sup>1</sup> está na utilização de recursos tradicionais para a consecução de efeitos novos e surpreendentes. Shakespeare utilizava os mesmos temas e personagens que seus contemporâneos, porém legou obras que continuam atuais mesmo no século XXI.

A diplomacia, por desenvolver-se em longos períodos de tempo, precisa de tradições que sirvam de orientação ao longo de décadas ou séculos. No Brasil, porém, essas tradições não impediram o êxito de figuras como Duarte da Ponte Ribeiro e o Barão do Rio Branco, que não apenas inovaram, como também estabeleceram novas tradições.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	9,00

**13,88/20**

O texto de Marlene Correia sugere ser possível, tendo em vista sua experiência com folhetos, o exercício da inovação criativa pessoal em literatura identificada com forte tradição coletiva.

Embora as oportunidades de inovar sejam restritas quando não apenas a substância, como também as formas de expressão tradicionais constituam a essência do gênero artístico, é possível, ainda, surpreender. O imaginário coletivo é, normalmente, receptivo a criações que inovem em detalhes que preservem a continuidade da obra e, ao mesmo tempo, lhe confirmem alguma dose de autenticidade. O exemplo mais notável desse fenômeno no repertório cultural brasileiro parece ser o desfile de escolas de samba no Carnaval, que se reinventa a cada ano sem, no entanto, descaracterizar uma tradição que remonta ao início do século passado. É preciso, portanto, conhecer a fundo a imaginação coletiva para nela encontrar as oportunidades de criação e novidade.

**Avaliação:**

Apresentação	0,50
Argumentação	1,69
Análise	1,69
Gramática	10,0

**13,76/20**

Em suas obras, Ariano Suassuna ressalta que a singularidade da cultura brasileira deriva da mistura entre aspectos eruditos e aspectos populares. Oriunda dessa combinação, a diversidade da cultura nacional decorre da inovação popular, cuja base inicial é a tradição erudita. Desse modo, verifica-se não só que a inovação é possível em um contexto de tradição, mas também que a realização desse processo está na base da formação da cultura brasileira.

Inserida em um contexto bastante tradicional, a literatura de cordel representa a grande capacidade inovadora do povo brasileiro. Embora a literatura de cordel mantenha aspectos tradicionais, como a proximidade entre poesia e música, ela inova nos aspectos formais, ao usar linguagem coloquial típica do sertão nordestino, e nas temáticas, ao apresentar ao leitor os desafios de uma realidade diferente daquela das grandes cidades do Sudeste.

**Avaliação:**

Apresentação	0,38
Argumentação	1,69
Análise	1,69
Gramática	10,0

**Comentários do candidato:**

Motivo da perda de pontos: não é coerente afirmar que "a literatura de cordel representa a grande capacidade criadora do povo brasileiro". Frases do tipo já foram ditas por outras pessoas em relação ao Carnaval - e a incoerência é a mesma. Além disso, a afirmação de que "a singularidade da cultura brasileira deriva da mistura entre aspectos eruditos e aspectos populares" não deveria estar confinada às obras de Ariano Suassuna: poderia ser também característica de Mario de Andrade, em Macunaíma; de Villa-Lobos, nos Choros; dos quadros de Portinari sobre festejos populares, entre tantos outros autores. No caso da literatura de cordel, é questionável que sua base inicial seja a tradição erudita. É mais provável que seja, ao contrário, outra tradição de base popular, oriunda da Península Ibérica.

**13,25/20**

O escritor paraibano Ariano Suassuna foi um dos fundadores do Movimento Armorial, na década de 1970. Inspirado na literatura de cordel, seu objetivo era resgatar a riqueza cultural do sertão nordestino, tendo, como base, seus principais símbolos heráldicos. Nesse contexto, a xilogravura, o teatro de bonecos e ao pífano, manifestações culturais criadas no passado, foram **ressignificadas**<sup>1</sup> em novo contexto. Na obra O Auto da compadecida, de Suassuna, encontram-se vários aspectos da estética Armorial.

É possível encontrar diversas oportunidades para que a inovação surja em contexto de tradição, como demonstrou Ariano Suassuna. **Juntando a estética medieval, além da tradicional religiosidade sertaneja, sua obra mais conhecida transformou-se em produções televisionada e cinematográfica**<sup>2</sup>. A primeira teve altos índices de audiência, e a segunda recebeu grande número de **expectadores**<sup>3</sup> nas salas de cinema do Brasil e do mundo.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Concordância Nominal ou Verbal

<sup>2</sup> Construção de período/Colocação de termos

<sup>3</sup> Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	7,00

**Comentário do candidato:**

Recurso: (1)



O candidato solicita que o que foi considerado erro de concordância seja revisto. A palavra que o candidato escreveu foi "ressignificadas", o que concorda com "[...]manifestações culturais criadas no passado[...]". O candidato solicita que seja feita uma comparação da grafia utilizada para as letras "a" e "o". Pode-se tomar como exemplo a grafia das letras "a" e "o" nas palavras "criadas" e "passado", na mesma linha.

Recurso indeferido

Registra-se erro referente a concordância verbal. Em lugar de "ressignificadas", o candidato deveria ter empregado "ressignificados", visto que a concordância deve ser estabelecida com o sujeito composto "a xilogravura, o teatro de bonecos e o pífano", que exige forma no masculino plural, e não com o sujeito da oração apositiva.

**9,76/20**

A inovação pode surgir em um contexto de tradição. No século XIX, empregavam-se modelos europeus na cultura brasileira, os quais chegavam com certo atraso ao Brasil, dadas as dificuldades de comunicação. Desse modo, a estética era vinculada mais ao passado que ao presente, o que **constituia**<sup>1</sup> o denominado “passadismo”. Os valores pretéritos prevaleciam, ao passo que inovações não eram bem recebidas.

No movimento modernista, alguns artistas procuraram conciliar as tradições e as novas tendências. Mario de Andrade considerava que não havia oposição entre elas, mas que releituras,<sup>2</sup> de tendências do passado poderiam ensinar inovações no presente, sem “passadismo”. Ele pesquisou o folclore e a cultura popular, a fim de demonstrar a existência de possibilidades. **A literatura de cordel foi exemplo de oportunidade**<sup>3</sup> bem aproveitada, na medida em que a revalorização de um estilo literário tradicional suscitou a elaboração de estética moderna inovadora.

Marcações da banca:

<sup>1</sup> Grafia/acentuação

<sup>2</sup> Pontuação

<sup>3</sup> Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	1,13
Análise	1,13
Gramática	7,00

## HISTÓRIA

### QUESTÃO 1

**Analise comparativamente as políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai, explicando suas motivações.**

**Extensão máxima do texto: 90 linhas**

**[valor: 30 pontos]**

#### **Ernesto Batista Mané Júnior (29/30)**

As políticas em relação à navegação internacional nesses dois sistemas hidrográficos estratégicos constituíram-se uma preocupação central para os formuladores de política externa brasileira durante o Segundo Reinado. De início, em termos geográficos, as duas bacias, do Prata e do Amazonas, delineiam o contorno atlântico do Brasil e servem de elemento de conexão para o interior, fechando a “ilha Brasil”. Desse modo, o controle do regime de navegação das águas dessas duas bacias está relacionado à própria integridade territorial do Brasil. Considerando que, em relação aos rios Paraná e Paraguai, o Brasil não dominava sua foz, era necessário garantir a livre navegação nesses rios, para garantir acesso ao Mato Grosso. Em relação ao Amazonas, o Brasil realizou uma cuidadosa política de abertura, de modo a conter a cobiça internacional.

É necessário, de início, tecer alguns comentários acerca do Período Regencial, já que deixou alguns passivos que a política externa brasileira teria de resolver nas décadas posteriores. Cervo afirma que, em relação ao Prata, a política externa brasileira foi marcada pelo imobilismo. Isso decorre, basicamente, de questões de ordem interna e de ordem externa. Internamente, os tomadores de decisão brasileiros estavam envidando esforços para manter a integridade territorial diante das revoltas provinciais. No plano externo, o fim do Conselho de Estado havia deixado a política externa brasileira acéfala, já que seus principais formuladores foram alijados de suas atribuições básicas. O parlamento passaria a ter papel importante na formulação da política externa, em que pese seu caráter predominantemente reativo, ao questionar os “tratados desiguais”.

Pode-se afirmar que, em grande medida, o fortalecimento de Rosas, durante as décadas de 1830 e 1840, ameaçou o projeto político brasileiro na bacia platina. Caso Rosas viesse a anexar o Paraguai e o Uruguai, tornar-se-ia impraticável a livre navegação nas águas daquele sistema hidrográfico; portanto a política externa brasileira no início do Segundo Reinado, no que

concerne ao Prata, terá, como foco, a contenção de Rosas. O Império Brasileiro contará com quadros do calibre de Paulino José Soares de Sousa para empreender uma política assertiva no Prata, cujo ápice será o sistema de alianças desenhado pelo futuro Visconde do Uruguai para derrubar Rosas e Oribe, substituindo-os, respectivamente, por Urquiza e por Rivera, representantes de grupos políticos mais amigáveis ao Império.

Ainda como consequência do quadro sistêmico durante o Período Regencial, deve-se mencionar o oportunismo das potências como Inglaterra e França durante esse período delicado de formação do Estado brasileiro. A França, ignorando o acordado no 1º Tratado de Utrecht, fez movimentações na região da foz do rio Oiapoque, no Cabo Norte, no momento em que a Cabanagem estava ocorrendo. Naquele momento, o máximo que o Império consegue obter é um *modus vivendi* e, somente na República, essa questão será resolvida em definitivo. Considerações semelhantes podem ser feitas com relação à Inglaterra, dessa vez em relação ao Pirara. Durante todo o Segundo Reinado a questão será colocada em suspenso. Esses dois casos, tomando em conjunto, ameaçavam a hegemonia do controle da foz do Rio Amazonas, por óbvio.

Entre a década de 1830 e 1860, os Estados Unidos da América empreenderam uma política expansionista extremamente agressiva, sob os desígnios do “destino manifesto”. Após ter garantido a condição de país bioceânico, os americanos ambicionavam seguir expandindo em direção ao sul, região tropical, que seria muito útil ao sistema de “plantation” implantado no sul dos Estados Unidos, no qual se aventava a ideia de enviar colonos, sobretudo negros, para a região amazônica. Ora, esse padrão de ocupação já havia sido realizado na região do Texas que, posteriormente, torna-se independente e é anexada pelos Estados Unidos. Cientes desse perigo, os formuladores de política externa brasileira tiveram de agir com habilidade.

Se, por um lado, o Brasil defendia, na Bacia do Prata, o direito à livre navegação, por outro, no Amazonas, o Brasil controlava a navegação para terceiros países com mão de ferro. Geograficamente, havia uma grande diferença, uma vez que o Brasil não controlava a foz do primeiro e controlava a do segundo. Esse foi, aliás, um dos argumentos utilizados pelas potências imperiais e pelos Estados Unidos para forçar a livre navegação no Amazonas – como o Brasil negava o direito de navegação em um sistema cuja navegação superior ele controlava, e reivindicava, ao mesmo tempo, ter direito à navegação em um sistema de navegação cujo controle não estava em suas mãos? Essa indagação está no centro da política em relação à navegação internacional nos rios em tela, e estratégias diferentes serão utilizadas pelo Império brasileiro, para garantir seus objetivos.

Em termos genéricos, o direito à livre navegação no sistema hidrográfico do Amazonas será utilizado pelo Império Brasileiro como instrumento de barganha para a conclusão da delimitação das fronteiras brasileiras com seus vizinhos. Somente após a garantia de estabilização fronteiriça sob um quadro jurídico favorável ao Brasil – o *uti possidetis* –, o Império brasileiro irá abrir, na década de 1860, a navegação do Amazonas para terceiros países. Mais uma vez, em termos sistêmicos, a ameaça dos Estados Unidos torna-se menor, já que o país está ocupado com sua guerra civil fratricida. Finalmente, diplomatas como Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Maria Lisboa foram fundamentais para, a um só tempo, garantir o fechamento de tratados de limites com os países andinos e impedir a formação de uma liga antibrasileira de âmbito regional. Exemplo maior desse tipo de política foi o Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia.

De volta ao Prata, deve-se tecer mais alguns comentários. Após a queda de Rosas e de Oribe, o Brasil terá um período de relativa estabilidade na região do Prata, até meados da década de 1860. É digno de nota, por exemplo, o tratado assinado entre o Império brasileiro e o Uruguai, garantindo que o Brasil pudesse navegar livremente na região. Outro ponto de destaque é a “diplomacia dos patacões”, da qual Irineu Evangelista de Souza irá participar ativamente. Finalmente, no contexto do conflito que levou à Guerra do Paraguai, o Brasil irá, por meio da força, garantir sua integridade territorial na região do rio Paraguai, de modo a preservar seus interesses de navegabilidade naquele rio.

Em síntese, o Império brasileiro no Segundo Reinado empreendeu estratégias diferentes, no que concerne às políticas de navegação internacional nos rios que formam a Bacia Platina e a Bacia Amazônica, cujos principais rios são os Paraná e Paraguai, no primeiro caso, e o rio Amazonas, no segundo. A natureza das ameaças enfrentadas pelo Brasil eram essencialmente diferentes – na região Norte, o país deparava-se com a cobiça de potências imperiais e o expansionismo americano; ao Sul, o Brasil preocupou-se peremptoriamente em conter o expansionismo de Rosas e garantir seu direito à livre navegação em uma bacia hidrográfica cuja foz não estava sob seu controle. Desse modo, a diplomacia, a hegemonia geográfica e a força física serviram de instrumentos para esses objetivos.

## Leonardo Cardote (29/30)

As políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram motivadas por interesses geopolíticos estratégicos fundamentais. Em conjunto, esses rios conformam as fronteiras da “Ilha Brasil”; questões envolvendo tais cursos fluviais envolviam, portanto, aspectos da defesa da integridade territorial e da manutenção de acesso a partes remotas do país. As políticas adotadas para proteção dos interesses brasileiros nessas regiões adequavam-se ao tipo de desafio enfrentado pelo Império. No Norte, a cobiça de atores políticos poderosos em relação ao Amazonas condicionou ensaios de articulação com os países vizinhos e medidas de manutenção da soberania territorial. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, as políticas adotadas inseriam-se no contexto do xadrez geopolítico do subsistema platino de poder. Nesse caso, circunstâncias geopolíticas específicas e “forças profundas” (Renouvin) condicionaram a política imperial.

O domínio brasileiro sobre o Amazonas fora consolidado pela política implementada por Alexandre de Gusmão. O tratado de Madri assegurou direitos territoriais sobre o avanço lusitano na bacia amazônica. A manutenção da soberania brasileira sobre tal território foi a principal motivação da política do Império para essa região. De fato, o legado lusitano na região amazônica incluía diversos fortes que serviam como entreposto avançado para proteção contra invasões. No conturbado período regencial, a escassez de recursos militares despertou a cobiça imperialista de Grã-Bretanha e França, potências detentoras de colônias lindeiras ao Norte brasileiro. Os avanços perpetrados por França e Inglaterra no século XIX tinham o mesmo objetivo político: alcançar os rios que davam acesso ao Amazonas (nos casos concretos, o rio Oiapoque e o rio Pirara).

A geopolítica do Império teve de lidar, portanto, com a cobiça aos afluentes do Amazonas por parte de potências europeias. Além disso, iniciativas de norte-americanos, em meados do século XIX, também serviram para despertar atenções para a região. Nos Estados Unidos, vigorava o expansionismo da doutrina Polk, a qual possivelmente não se oporia a um ensaio de secessão promovido por norte-americanos no Amazonas (essas iniciativas seriam suspensas com a Guerra de Secessão).

Nesse sentido, a política imperial para o Amazonas atuou em duas frentes: por um lado, neutralizou as áreas litigiosas na margem esquerda, submetendo as questões com França e Inglaterra a um posterior julgamento arbitral; por outro lado, articulou-se com países lindeiros sul-americanos, de forma a definir os limites com estes, e buscou consolidar a soberania brasileira na região. A definição de limites, aliás, também atendia aos interesses do Brasil, que esgrimia o princípio do uti possidetis e, em troca, oferecia vantagens

comerciais e o acesso à navegação do Amazonas. A década de 1850 testemunhou acordos com Peru, Colômbia e Venezuela; a de 1860, acordo com a Colômbia e, em 1867, a “abertura soberana e livre” (Amado Cervo) do Amazonas à livre navegação. Vale ressaltar o trabalho monumental de Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata que articulou as bases negociais para tratados na região. Vale ainda ressaltar iniciativas de navegação a vapor no Amazonas, implementadas pelo Barão de Mauá.

O Paraná e o Paraguai viram-se objetos de política imperial que considerava os interesses brasileiros no complexo xadrez do Prata. As duas bacias receberiam iniciativas que buscavam esses interesses. Esses interesses tiveram articulação iniciada ainda pelo Marquês de Pombal, que rejeitou as opções platinas do Tratado de Madri; não obstante, a política brasileira para a região somente foi implementada de forma efetiva a partir do Gabinete Saquarema (Ilmar Rohloff de Matos), sob a chancelaria do Visconde de Uruguai. Essa política envolvia: manutenção do acesso fluvial ao Mato Grosso; contenção dos ensaios expansionistas por parte da confederação argentina e negociação de tratados limítrofes com base no uti possidetis.

Havia interesse precípuo do Brasil na manutenção do Paraná como rio internacional; essa condição garantiria a liberdade de navegação do rio, importante tanto como via de acesso ao território brasileiro como enquanto rota comercial para o sul do Brasil. Implicava, portanto, garantir as independências Paraguai e Uruguai e conter o expansionismo de Buenos Aires. Nesse sentido, o Império promoveu intervenções no Uruguai em 1851 e na Confederação Argentina em 1852 (Guerra contra Oribe e Rosas). Ato contínuo, o gabinete conservador, no poder no Império, celebrou tratados de limites, comércio e navegação com o Uruguai; e de comércio e navegação com a confederação Argentina do Paraná, liderada pelo caudilho Justo José Urquiza. Nos dois países, o Brasil apoiou financeiramente grupos políticos próximos ao Império. Conseguiu-se, assim, manter livre o acesso do rio Paraná.

No rio Paraguai, os objetivos eram semelhantes, mas o ator político com o qual o Brasil negociava tornou a questão em torno do acesso ao rio mais difícil. O rio Paraguai era importante ao Brasil como via de acesso ao Mato Grosso e como canal de escoamento da produção dos ervais na região. Em 1857, o Visconde do Rio Branco empreendeu missão diplomática a Assunção para negociar tanto questões de limites quanto o acesso fluvial do Brasil à região. O Visconde negociava em posição de força – já passara por Montevideu e Buenos Aires e galvanizara o apoio desses governos às pretensões brasileiras. As negociações com Carlos López lograram garantir o acesso fluvial brasileiro; as questões limítrofes seriam posteriormente resolvidas. No entanto, a ascensão de Solano López implicou adoção de política agressiva por parte do país guarani. A nova intervenção brasileira no Uruguai, na década de 1860, deflagrou a agressão paraguai e o início da guerra.

O fim da Guerra do Paraguai permitiu ao Império assegurar seus interesses nos rios da região (embora isso exigisse paz em separado com o Paraguai e novas gestões para conter o expansionismo argentino). A rivalidade Brasil-Argentina, “força profunda” (Pierre Renouvin) que permeava as ações do Império na região, continuou a orientar as relações entre os dois países e sustentou políticas brasileiras no intuito de manter o caráter internacional dos rios Paraná e Paraguai.

As políticas do Segundo Reinado em relação aos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram tributárias dos interesses nacionais específicos para cada região. Esses interesses tiveram seu curso de ação definidos pelos desafios enfrentados e pelas posturas dos atores relevantes em cada parte da fronteira ocidental da “ilha Brasil”. No Norte, ameaças à soberania brasileira ensejaram articulações com vizinhos, a abertura do Amazonas à livre navegação e o início da navegação a vapor nesse rio. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, o xadrez geopolítico platino conformou interesses e ações brasileiras, as quais tinham por objetivo precípuo a manutenção da navegação livre nesses cursos fluviais.



### **Flora Cardoso de Almeida Mendes Pereira (28/30)**

É na década de 1840 que o Império brasileiro se consolida. Essa consolidação permitiu o exercício de uma política mais autônoma, que atendesse aos interesses nacionais, inclusive no que se refere à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai. Se, por um lado, o Império era reticente à abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, por outro, esse princípio era amplamente defendido na questão dos rios platinos. Por fim, o princípio da livre navegação acabou por predominar em ambos os casos, em parte por motivações que interligaram as duas questões.

A ascensão de D. Pedro II ao comando do Império, com a antecipação da maioria, permitiu a centralização do poder estatal e, assim, a consolidação do “projeto saquarema”, segundo Ilmar Mattos. O Império pôde se sustentar sobre os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aliados à burocracia da capital. Foram, assim, pacificados os conflitos internos, e o Império superou a política externa que havia caracterizado o período regencial. A autonomia permitiu, inclusive, a não renovação dos tratados comerciais da época da Independência, possibilitando o estabelecimento da Tarifa Alves Branco. O aumento da renda do Império, muito dependente do imposto de importação, a centralização política, a estabilidade interna e o apoio das oligarquias cafeicultoras permitiram ao Império a busca de seus objetivos nacionais no Prata e no Amazonas.

A questão dos rios platinos tem importância na política brasileira mesmo antes da Independência, o que no caso seria uma política portuguesa na América. À geopolítica lusitana interessava que a América portuguesa tivesse seus limites no Rio da Prata, como comprovam as intervenções joaninas na Cisplatina em 1811 e 1816, a anexação da Cisplatina em 1821 e a guerra contra a Argentina para mantê-la sob poder brasileiro, que acabou, em 1828, após mediação inglesa e acordo determinando a independência para o Uruguai. Só então foi superada a lógica portuguesa.

As principais motivações brasileiras na política para os rios Paraná e Paraguai, partes da Bacia Platina, relacionam-se à necessidade de livre navegação nesses rios. Eles dão acesso mais fácil às províncias interiores do Brasil, sobretudo o Mato Grosso. Para manter a livre navegação nesses rios, a questão de manter o caráter internacional deles é essencial, por isso também a política de evitar o surgimento de um Estado platino forte, que reunificasse o Vice-Reino do Prata. Para que isso não ocorresse, o Império brasileiro realizou intervenções e alianças na região. Em 1844, o Império reconheceu a Independência do Paraguai, evitando que ele fosse para a órbita argentina. Buscava, também, garantir a independência do Uruguai, de preferência com governos próximos ao Brasil. Intervenções no Uruguai em 1851 e 1864 foram realizadas com esse intento.

Cabe ressaltar que a livre navegação nos rios platinos era também de interesse de potências europeias, como a Inglaterra e França, que visavam ao livre comércio na região, interesse que também era brasileiro. Essa coincidência de objetivos não gerou, contudo, ação em conjunto. Inglaterra e França tentaram agir sozinhas contra Rosas na década de 1840, em contexto no qual Rosas buscou o Brasil para uma aliança, rejeitada pelo próprio após vencer os europeus. Percebendo a ameaça que Rosas representava à livre navegação, o Brasil aproximou-se de seus inimigos, como Urquiza. A intervenção no Uruguai em 1851 se deu por essa aliança e ensejou a declaração de guerra de Rosas contra o Brasil. Em 1852, o Império, aliado a Urquiza e Uruguai, derruba Rosas do poder. O livre comércio foi, assim, garantido por mais uma década, quando nova correlação de forças no Prata levou a outra intervenção no Uruguai, em 1864. Isso causou a invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, levando à formação da Tríplice Aliança, facilitada pela coincidência ideológica entre os liberais no poder na Argentina, desde a ascensão de Mitre ao poder em 1862 e dos progressistas no Brasil, também desde 1862. A Guerra do Paraguai então iniciada influenciará a política brasileira para o Amazonas. O fim da guerra, após a resolução da questão do Chaco, pacificará a região, com a estabilidade garantindo a livre navegação, tão cara ao Brasil.

No que se refere ao Rio Amazonas, os objetivos brasileiros são evitar o imperialismo na região e manter a soberania nacional. Demorou, por isso, a implementação da livre navegação nesse caso, sendo necessário o contexto da Guerra do Paraguai para incentivar o Brasil a abrir a navegação. A Amazônia foi historicamente alvo de ameaças imperialistas, como demonstram o expansionismo francês da Guiana Francesa, buscando ultrapassar o Oiapoque e atingir o Amazonas, o expansionismo britânico, sobretudo na questão do Pirara, e as iniciativas americanas, que, apesar de não abertamente apoiadas pelo governo estadunidense, geravam temores de expansionismo. A anexação do Texas pelos EUA era fonte de temor para o Brasil, pois seria um modelo do que estava ocorrendo na Amazônia. Assim, ao Brasil não interessava a livre navegação do Amazonas. Essa postura foi se modificando com o passar do tempo. Primeiro, o Brasil passou a usar a livre navegação como incentivo para assinar tratados de limites, comércio e navegação com os vizinhos, baseados no *uti possidetis*. Depois, para evitar simpatias para o Paraguai, no contexto da Guerra do Paraguai, e após cessada a ameaça pelos EUA devido à Guerra de Secessão nesse país, o Brasil abriu o Rio Amazonas à livre navegação internacional, em 1866, por ato unilateral. O princípio da livre navegação prevaleceu, por fim.

A política externa brasileira para os rios Amazonas, Paraná e Paraguai foi fruto de objetivos históricos e foi adaptada aos contextos da época. A consolidação do Estado imperial facilitou a atuação mais autônoma e voltada

aos interesses nacionais. Ainda que em um primeiro momento o mesmo princípio da livre navegação não tenha sido seguido no Prata e no Amazonas, o enleamento das duas questões levou a uma harmonização dos objetivos brasileiros nas questões dos rios, proporcionando o êxito da livre navegação no Prata e no Amazonas.

## PIOR NOTA (19/30)

Verifica-se que a postura da política imperial em relação às bacias do Prata e do Amazonas foi, inicialmente, distinta, assumindo ela maior congruência após a década de 1860. De forma paradoxal, a elite imperial defendeu, entre as décadas de 1840 e 1860, a livre navegação na bacia platina e em seus principais rios (Uruguai, Paraná e Paraguai), uma vez que restringi-la significaria ameaçar a soberania nacional em regiões interioranas inacessíveis por terra, e, ao mesmo, mantinha fechado o rio Amazonas para a livre navegação. A partir da década de 1860, o aumento da presença brasileira na bacia setentrional e a negociação de acordos com países limítrofes nessa região amazônica fizeram com que a incongruente política fosse abandonada e se abrisse a livre navegação do Amazonas. Nos anos finais do Império, observa-se a manutenção da abertura dos rios das duas regiões.

Entre as décadas de 1840 e de 1850 era imprescindível manter a livre navegação no rio Paraguai, a fim de garantir o acesso à província do Mato Grosso. Tendo a primeira conexão terrestre com essa região do interior sido criada apenas em 1913, o acesso à região da fronteira com o Chaco se fazia, durante todo o Império, necessariamente pela via fluvial. Provas da importância que a elite imperial dava ao tema são a negociação do acordo de 1856 com o governo de Antônio López, bem como a Missão Paranhos a Assunção, em 1856. No primeiro caso, o acordo além de prever suspensão temporária (6 anos) da disputa limítrofe entre os rios Apa e Branco, garantia que o Paraguai não fecharia o rio homônimo aos navios brasileiros. No segundo caso, a Missão do futuro Visconde de Rio Branco visava negociar o cumprimento do acordado em 1856, pois o regime paraguaio vinha restringindo o acesso de embarcações ao rio.

Nesse mesmo período, era de igual importância a garantia de acesso ao rio Paraná. Esse rio configurava-se como principal via de acesso ao interior paulista e a manutenção de sua livre navegação atendia aos interesses econômicos tanto do Império quanto de potências europeias. Depois do conflito entre Juan Manuel Rosas e a aliança anglo-francesa, o qual envolvia a garantia da livre navegação da bacia (tendo os europeus, inclusive, dominado a estratégica ilha de Martín García, para atender a essa finalidade), coube ao Império, especialmente a partir da segunda gestão de Paulino José Soares de Sousa, manter a liberdade de navegação no Paraná e no Prata em geral. Para tanto, adotou-se a estratégia de aliança com Urquiza e com os colorados uruguaios para retirar Rosas do poder (1852). Depois disso, a elite imperial preocupou-se em garantir a abertura do rio por meio da negociação com a Confederação Argentina (a navegação internacional era um dos temas da missão de José Maria da Silva Paranhos à cidade de Paraná, antes de seguir

para negociar com Antônio Lopez o cumprimento do acordo de 1856 com o Paraguai).

Já no extremo norte a perspectiva imperial era distinta. Observa-se, na década de 1850, crescente interesse estadunidense e europeu pela livre navegação no rio Amazonas, a qual era constantemente negada pelo governo brasileiro, que entendia que isso ameaçaria a soberania do país em região pouco habitada. De modo a garantir o cumprimento das restrições, decidiu-se pela criação da Província do Amazonas (o que aumentaria a conexão burocrática da região com o Rio de Janeiro), pela concessão de exploração da bacia amazônica ao Barão de Mauá (que cria a Companhia de Comércio do Amazonas) e pela negociação de acordos de limites com ribeirinhos superiores (que lhes garantia, em troca do reconhecimento das fronteiras com base no uti possidetis facto, o acesso ao rio Amazonas). Emblemáticos da busca pela abertura pontual da navegação a países que não ameaçariam a soberania do Império na região são os acordos limdeiros negociados com o Peru e a Venezuela, no contexto da Missão de Duarte da Ponte Ribeiro aos países do pacífico, enviada durante a segunda gestão de Soares de Souza.

Na década de 1860 um dos motivos que levaram a Guerra do Paraguai foi, justamente, o fechamento dos rios platinos, principalmente o Paraguai, por Solano Lopez. O aprisionamento do navio que levava o novo presidente da Província do Mato Grosso por tropas de Lopez é prova disso e serviu de estopim para o conflito. O acordo de aliança entre o Império, a República da Argentina e o Uruguai tinha, entre seus termos, a previsão da destruição da fortaleza de Humaitá e o apoio dos três governos à manutenção da livre navegação no Prata. A vitória na guerra e a hegemonia brasileira na região nos anos seguintes foram essenciais para impossibilitar políticas como a de Rosas na década de 1850 e de Solano Lopez na de 1860.

Já na região setentrional, observa-se a mudança de postura do Império, na década de 1860. O grande perigo de uma política expansionista estadunidense na região havia sido dissipado pela Guerra Civil e pela vitória da União. Ademais, vinha se tornando insustentável o antagonismo de políticas entre as bacias do Prata e do Amazonas, como já sustentavam alguns membros do Conselho de Estado. Por fim, a abertura seria importante para evitar desgastes com países vizinhos e com potências imperialistas no contexto do conflito armado contra Solano Lopez. Diante dessa conjuntura, e ciente de que a medida não colocaria em risco a soberania do Brasil na região, o Império abre o rio Amazonas à navegação comercial em 1866.

Já nas décadas finais do Império, não se observa significativa mudança de postura em relação à navegação internacional no Prata e no Amazonas. A preocupação do governo argentino em ampliar suas exportações de carne para a Europa, no contexto do surgimento de containers refrigerados, desloca suas

atenções para o velho continente e não há obstrução à manutenção da livre navegação no Prata. Os acordos de limites entre Paraguai e Brasil (1872) e Argentina e Paraguai (1876), embora tenham sido complexos, envolvendo a extensão da fronteira argentina no Chaco, não colocaram em risco a livre navegação. No extremo norte, comprovou-se a teoria de que a abertura do Amazonas não significou a ampliação da ameaça à soberania do país, uma vez que os EUA concentravam sua atenção mais expansionista para o extremo oeste da América do Norte e para o Caribe, e a Europa se preocupava com o colonialismo afro-asiático.

Observa-se continuidade na política de livre navegação dos rios Paraguai e Paraná. Era imperativo que intentos expansionistas como o de Rosas sobre Assunção e Montevideu e de Solano Lopez colocassem em risco a soberania e a influência do Império nas regiões ribeirinhas desses rios, pois seu fechamento seria nocivo à soberania e à economia do Brasil. No extremo Norte, verifica-se modificação da postura do Império quando este percebe que a livre navegação no Rio Amazonas não colocará em risco a soberania do Brasil. Depois de ampliar presença do Estado na região e de negociar bilateralmente com ribeirinhos superiores o acesso ao Amazonas em acordos de fronteira, o Império passa a adotar política consoante aquela já adotada no extremo sul: a de livre navegação.

## QUESTÃO 2

**Alçado ao cargo de ministro das Relações Exteriores em 1902, Rio Branco emergiu do espírito de modernização do Brasil, preparado pela presidência de Campos Sales (1898-1902). Com base nessa informação, discorra sobre os traços da modernização empenhada por Campos Sales e o papel de Rio Branco na Chancelaria.**

**Extensão máxima do texto: 90 linhas**

**[valor: 30 pontos]**

### **Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (29/30)**

Clodoaldo Bueno e Amado Cervo defendem que José Maria da Silva Paranhos Júnior assumiu a chancelaria em contexto econômico favorável, o que lhe garantiu maior margem de manobra na execução de sua política externa. Esses dois autores também argumentam de maneira acertada que a política do Barão de Rio Branco foi norteada pelos seguintes princípios: intransigência da soberania nacional; definição das questões lindeiras; inteligência cordial na política regional sul-americana; recuperação do prestígio internacional do país e defesa dos interesses da elite agrário exportadora, principalmente no referente às exportações de café e imigração.

O Barão de Rio Branco, no correto entendimento de Rubens Ricúpero, assume em um contexto afortunadamente favorável, tanto no aspecto político interno quanto no econômico. Politicamente, o governo Campo Sales, ao estabelecer a política dos governadores, logrou estabilizar o conturbado cenário do início da primeira república. Diante da estabilização interna, Rio Branco conseguiu permanecer afastado de incontingências que contribuíram para a queda dos mais de dez chanceleres que ocuparam o posto entre a proclamação da República e sua ascensão no governo Rodrigues Alves. Além disso, a implementação do funding loan negociado com casas financeiras britânicas em 1898 foi bem sucedida. O regime de austeridade do governo Campo Sales, inclusive com a queima de moeda que inflacionava a economia desde a política do encilhamento de Rui Barbosa, permitiu que Rodrigues Alves encontrasse um governo com as contas equilibradas e preparado para um ciclo de modernização, aspecto que o Barão soube aproveitar em favor da inserção internacional do país.

O contexto internacional da época de ascensão do Barão à chancelaria era de expansão do imperialismo. Os incidentes da ilha de Trindade com a Inglaterra e de Calçoene, no Amapá, com a França provavam que o Brasil não estava livre de ingerências imperialistas. O caso Panther com a Alemanha foi o estopim para que o Barão apoiasse definitivamente políticas que

assegurassem a soberania nacional. Nesse sentido, embora não tenha participado diretamente na elaboração do projeto, Rio Branco apoiou o programa de reaparelhamento naval da marinha brasileira, que se encontrava em clara inferioridade em relação até a países vizinhos, desde os incidentes da Revolta da Armada. A compra dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, bem como a de outros navios de guerra, embora tenha gerado tensões com a Argentina, foi emblemática da defesa da soberania nacional.

Outro aspecto central na política externa de Rio Branco foi a resolução definitiva das questões de fronteira. Depois de se destacar como advogado brasileiro nos arbitramentos da questão de Palmas com a Argentina e na questão da fronteira norte com a Guiana Francesa, o Barão assume com o grande desafio de solucionar a questão do Acre. Em nova prova de intransigência soberana, ele envia tropas para a região, indeniza a companhia comercial que havia recebido do governo boliviano o direito de explorar a região e negocia a compra do Acre, então juridicamente pertencente a Bolívia (o que dificultaria o recurso à arbitragem), mas sob a ocupação de seringueiros brasileiros. Ademais, Paranhos negociou também com o Peru a definição da fronteira na região do Acre, bem como foi bem-sucedido em acertar, de acordo com a doutrina do uti possidetis facto, a fronteira com a Colômbia, país historicamente defensor dos tratados de Santo Ildefonso como princípio demarcador. Por fim, estabeleceu ele ainda a fronteira com o Uruguai na Lagoa Mirim, de modo a garantir o direito de navegação de Montevideú nela.

A região sul-americana não importava apenas devido às questões de fronteira. A concepção de Rio Branco era a de que se deveria estabelecer no sub-continente uma soberania compartilhada que respeitasse o princípio da não intervenção, mas que também garantisse a estabilidade dos regimes de governo. O temor de Rio Branco era o de que a recorrência de revoluções destituindo governos estabelecidos servisse de pretexto para a atuação imperialista na região, o que colocaria, ultima ratio, a soberania do Brasil também em risco. Diante dessa perspectiva é que Paranhos Júnior aceita a proposta chilena, por ele aventada anteriormente, de estabelecimento de um Pacto entre Argentina, Brasil e Chile de cordial Inteligência. O acordo, contudo, é rechaçado pelo governo argentino, alegando que isso elevaria a desconfiança de países como o Peru.

Outra preocupação constante de Rio Branco era com a manutenção dos interesses da elite agroexportadora no contexto da ascensão dos Estados Unidos como ator protagônico. Rio Branco soube atender aos anseios da oligarquia cafeicultora ao manter a aliança com o maior mercado consumidor de café do Brasil. Contudo, esse alinhamento deixou de ser automático e passou a se embasar em diretrizes pragmáticas. O chanceler percebeu que os EUA se tornavam grande liderança global (como prova a mediação de Washington na questão de Agadir, no Marrocos, entre Alemanha



e França) e buscou servir de ponte de diálogo entre os EUA e os países latinos. Prova disso foi seu intento em sediar a Conferência Pan-americana e a Conferência científica americana. Apesar dessa política de aproximação com Washington, não era automático o alinhamento, como provam as divergências entre Brasil e EUA, na 2ª Conferência de Haia, em relação à igualdade soberana dos Estados.

Todas essas políticas do Barão tinham como fundamento a necessidade de recuperação do prestígio nacional do Brasil. Assim, conseguir o pedido de desculpas alemão no caso Panther, defender o reaparelhamento naval frente a desconfiança argentina, estabelecer o primeiro cardinalato da Igreja Católica na América do Sul no Rio de Janeiro, elevar o status da representação do Brasil nos EUA à nível de embaixada e outras medidas visavam a mostrar a importância do Brasil na cena internacional. Isso auxiliaria, ainda, na promoção da política imigratória, importante no contexto em que Brasil, Argentina e EUA buscavam atrair migrantes europeus e competiam por sua preferência.

A política externa do Barão de Rio Branco traçou novas diretrizes para a política externa do país, algumas delas ainda presentes no projeto de inserção internacional do Brasil. Não se pode negar que Paranhos Júnior teve a fortuna de chegar ao posto de chanceler em condições econômicas favoráveis à conformação de políticas como a do reaparelhamento naval e a da indenização rápida da companhia de comércio na Bolívia. Contudo, isso não minimiza as características de virtú que se observam nesse chanceler, que soube negociar questões lindeiras, soube realocar pragmaticamente os interesses brasileiros em relação aos EUA e teve a capacidade de constituir um sistema sub-regional que impediu a atuação imperialista na América do Sul.

### **Ernesto Batista Mané Júnior (27/30)**

Os anos de Rio Branco na chancelaria coincidem com os “anos dourados” vividos pelo Brasil na virada do século XIX para o século XX e a primeira década do novo século. Esse período de prosperidade, nos âmbitos interno e externo, é tributário de reformas estruturais que foram feitas, sobretudo no âmbito econômico pelo governo de Campos Sales, após os anos entrópicos do imediato período após a proclamação da república e a política macroeconômica conhecida na historiografia por encilhamento. Após a estabilização política interna e a política econômica austera de Campos Sales, foi possível para os governos subsequentes empenharem-se em um projeto modernizador, do qual Rio Branco fez parte, tendo como principal marco, além das vitórias fronteiriças, o deslocamento do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington.

Até a chegada de Prudente de Moraes à presidência da República, o Brasil experimentou um período de grande instabilidade interna. O Estado brasileiro teve de lidar com a Revolta da Armada e a Insurreição Federalista no Rio Grande do Sul e arredores, de modo que observadores externos não viam com grande entusiasmo a virada republicana, a exemplo da Inglaterra. Do ponto de vista macroeconômico, a chegada de imigrantes europeus e a Abolição demandavam a emissão de meio circulante, o que gerou um debate entre papelistas e monetaristas. Rui Barbosa, defensor do emissionismo, será o arquiteto do que se chamou de encilhamento. O resultado dessa política foi a especulação e a desestruturação macroeconômica de um país que ainda estava acostumado com o padrão-ouro e contava com sistema bancário precário.

A chegada de Campos Sales à presidência marca um ponto de inflexão na política interna e externa. No plano interno, a aprovação do Funding Loan em 1898 garante um mínimo de consenso entre as oligarquias, o que permite a instalação e consolidação da “colmeia oligárquica”, mecanismo segundo o qual o presidente emulava uma espécie de poder moderador, já que os estados da federação tinham ampla liberdade de ação e lhe conferiam legitimidade em troca. As exigências feitas pelos credores brasileiros para o empréstimo de consolidação fez o governo adotar uma política de modernização das contas públicas, conferindo maior racionalidade na política de gastos públicos. O arrocho orçamentário e o aumento da tributação foram remédios amargos, mas que renderam dividendos na década seguinte.

Desde a I Conferência Panamericana de Washington, verifica-se um processo de reorientação da política externa brasileira no sentido do americanismo. Sinais dessas mudanças foram a própria troca de delegado com nova instrução para a condução da política brasileira na conferência, na pessoa de Salvador de Mendonça. O acordo Blaine-Mendonça e a arbitragem

favorável ao Brasil na questão de Palmas, onde o Barão do Rio Branco terá papel de destaque, mostram o sentido dessa mudança em direção a um maior alinhamento com os Estados Unidos, que, na época, já era nosso principal parceiro comercial. A consolidação da virada americanista da política externa brasileira ocorrerá sob os anos da chancelaria do Barão, pelas razões que se seguem.

Além da Questão de Palmas, o Barão do Rio Branco terá papel de destaque em outras questões lindeiras tais quais o contencioso com a França na região do Oiapoque e a questão do Acre; nesta última, o Barão atuando já como chanceler. Em relação à questão do Oiapoque, Rio Branco atuará como advogado do Brasil em oposição ao geógrafo francês, Paul Vidal de La Blache. O árbitro, presidente dos cantões suíços, decidirá a favor do Brasil, que defendia que o Rio Japoc ou Vincente Pinzón era, efetivamente, o Rio Oiapoque. Em relação ao Acre, problema bem mais complexo, o Barão do Rio Branco teve de agir com senso de oportunidade, com sensibilidade e com visão de estadista, já que não se tratava de uma mera demarcação de território e sim da ameaça da própria integridade territorial do país em uma região pouco habitada, de difícil acesso e alvo das cobiças imperiais.

A derrota do Brasil, representado por Joaquim Nabuco, na Questão do Pirara talvez tenha sido o elemento sistêmico que faltava para que o Brasil, pragmaticamente, optasse por aderir à doutrina Monroe. Considerando que o árbitro da questão, o rei Vitor Emanuel, aplicou um princípio – o da ocupação efetiva – utilizado para a partilha da África na Conferência de Berlim de 1885, no Brasil, não restava dúvidas que era melhor para o Brasil alinhar-se com os Estados Unidos em nome da garantia de sua integridade territorial como conhecemos hoje. Essa foi a leitura feita por Rio Branco à época, o que demonstra a visão de longo prazo desse estadista. Além disso, o caso Panther de 1905 será outro aspecto da realidade sistêmica que forçara o Barão a defender uma política de renovação naval.

Os anos entre 1905 e 1912 são ricos em elementos analíticos para a compreensão do agir externo do Brasil, sob a chancelaria do Barão, nos anos dourados. É nesse período, por exemplo, que o Brasil terá sua primeira embaixada em continente americano, nos Estados Unidos, sob a chefia de Nabuco. Esse gesto denota o deslocamento do eixo das prioridades do Brasil de Londres para Washington. No âmbito regional, o Brasil terá momentos de acirramento da rivalidade com a Argentina, bem como de maior aproximação. Vale mencionar que o Barão sempre prezou pela estabilidade regional e pela concórdia entre os vizinhos, sobretudo, para evitar chamar a atenção das potências imperiais expansionistas. O fato de o Brasil ter sediado a III Conferência Panamericana no Rio de Janeiro em 1906, contando com a presença de Elihu Root, numa cidade que acabara de passar por processo de modernização urbana com a construção de largos bulevares *à la* Haussmann,

foi, sem dúvida, um dos pontos altos da atuação do Barão e de seu embaixador em Washington.

É instrutivo tecer mais alguns comentários sobre as relações entre o Brasil e a Argentina no período, já que os dois países quase chegaram às vias de fato. O ponto da discórdia entre os dois países era justamente o projeto de renovação da frota naval brasileiro, sob a forma de aquisição de três encouraçados – dreadnoughts, o que colocaria o Brasil em situação de grande vantagem militar sobre a Argentina. Sob a presidência de Alcorta, o chanceler argentino Zeballos irá rivalizar com Rio Branco e quase será o responsável pela conflagração militar entre os dois países. O retorno de Saenz Peña ao poder em 1910 servirá para amainar os ânimos, já que este era um amigo do Brasil. De todo modo, em termos sistêmicos, a opção brasileira pelo alinhamento com os Estados Unidos suscitou desconfianças entre os argentinos.

Finalmente, a participação do Brasil na Conferência de Paz de Haia em 1907, sob a representação de Rui Barbosa, foi fundamental para a consolidação do princípio da igualdade soberana entre as nações, princípio defendido por Rio Branco, a contragosto de Nabuco.

Pode-se afirmar que, em síntese, o governo Campos Sales, através do Funding Loan, preparou o terreno para um decênio de estabilidade política no campo interno. A supremacia de Rio Branco à frente da chancelaria deixou marcas no agir externo brasileiro, cujos ecos são ouvidos por todos os interessados em política externa até os dias atuais.

### **Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (27/30)**

Os anos entrópicos que caracterizaram a República de Espadas e o primeiro governo republicano civil, o de Prudente de Moraes, decorreram da eliminação abrupta do poder moderador de D. Pedro II. Um vácuo de legitimidade e uma profusão de propostas para o país determinaram um período de instabilidade política, econômico-financeira e social para o país. A institucionalização do regime sobre bases estáveis apenas se daria no governo do paulista Campos Sales, um oligarca da cafeicultura de São Paulo, ex-deputado durante o Império pelo PRP. A montagem de mecanismos estabilizadores que garantiram a coexistência de elementos de permanência do regime anterior e de aspectos modernizadores é a principal realização de Campos Sales. A estabilidade atingida seria fundamental para viabilizar a passagem de dez anos de Rio Branco na chancelaria brasileira, quando este pôde efetivar a transição de uma política americanista ideologizada para uma pragmática.

Um dos primeiros esforços empreendidos pelo governo de Campos Sales foi a estabilização econômica. A alta no custo de vida das grandes cidades, gerada pela política emissionista do Encilhamento, era um elemento de perturbação da ordem. O endividamento externo e as dificuldades no balanço de pagamentos fragilizavam o poder do Estado na promoção da estabilidade interna. Nesse sentido, o funding loan, grande plano de consolidação da dívida externa brasileira, visava a organizar as finanças públicas, reescalando prazos de pagamento, o que oferecia alívio temporário às restrições orçamentárias e de divisas do país. Um plano de ajuste ortodoxo foi posto em prática, saneando a política monetária de acordo com o receituário liberal imperante na city londrina. O sucesso das medidas econômicas de Campos Sales garantiu a retomada da imagem de bom pagador do Brasil, que havia sido arranhada pelo descontrole monetário dos primeiros anos da República, em uma tentativa de fornecer a liquidez necessária a uma economia crescentemente integrada ao modo de produção capitalista. Após os excessos do Encilhamento, Campos Sales promoveu a integração da economia nacional ao capitalismo financeiro internacional, que se fortalecia na transição do século XIX para o XX.

Campos Sales também inauguraria a diplomacia presidencial brasileira, um evidente traço de modernização da política externa nacional. A aproximação do Brasil com a Argentina de Julio Argentino Roca, em seu segundo mandato, foi materializada por meio da troca de visitas presidenciais. As honras, os desfiles públicos e as solenidades presentes nas duas visitas antecipam, de certa forma, a diplomacia de prestígio que seria potencializada por Rio Branco. A compreensão da necessidade de concertar posições com a Argentina prenunciaria importante elemento da política externa executada por Rio Branco. O abandono da política intervencionista no Paraguai, no início de

sua chancelaria, em evidente tentativa de superar rivalidades com a Argentina pela hegemonia na nação mediterrânea, não deixou de aproveitar as bases de aproximação construídas pro Campos Sales. Seus esforços seriam reconhecidos, anos depois, quando foi nomeado plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires. Portanto, o uso da influência do cargo presidencial para estimular a amizade e a cordialidade nas relações bilaterais foi um traço de modernidade incorporado pela gestão de Campos Sales de forma inédita na política externa brasileira até então.

A governabilidade política que Campos Sales conseguiu conquistar favoreceu um período de crescimento econômico, superação de tensões internas (Canudos, Revolta Federalista, Revolta da Armada marcaram os governos anteriores) e reorganização do Estado Nacional. Campos Sales representa a vitória do modelo federalista de República, em íntima associação com os interesses da cafeicultura paulista. As elites economia e política finalmente coincidiam-se no poder, o que possibilitou uma primeira modernização conservadora do país. É esse período de estabilidade desenhado no governo de Campos Sales o pano de fundo para a execução da paradigmática gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Sua longa permanência no cargo, além de justificar-se pela óbvia constatação de seus méritos e pela efetividade de seus métodos, também deve ser relacionada com o ambiente de estabilidade institucional consolidado por Sales.

A transcendência de Rio Branco e dos princípios de sua diplomacia são inegáveis. Ao revestir o caráter americanista da política externa brasileira de conteúdo pragmático, Paranhos instrumentalizou a aproximação com os EUA para a consecução do interesse nacional. O alinhamento aos EUA, além de não subordinado, revelava um correto diagnóstico das reações internacionais da época. A inevitável emergência dos EUA como potência mundial e o risco de as disputas imperialistas europeias transbordarem para a América do Sul tornavam os EUA um perfeito escudo contra eventuais pretensões das potências europeias com relação ao Brasil. A partilha da África, o incidente de Fashoda e a questão marroquina foram episódios imperialistas vivenciados por Rio Branco durante sua carreira consular na Europa. Rio Branco, entretanto, não considerava os EUA menos imperialistas do que a Europa, mas reconhecia a necessidade de o Brasil se proteger das ambições expansionistas do Velho Continente, por meio do concerto diplomático com os americanos. A elevação da legação brasileira em Washington, em 1905, reciprocada pelos EUA, é a materialização do advento do paradigma americanista pragmático nas relações exteriores brasileiras, o que viria a servir futuramente às negociações do Brasil em Versalhes, em 1919, por exemplo.

Além do abandono da política de intervenção no Prata, Rio Branco promoveria a estrita neutralidade brasileira nos assuntos internos de outras Repúblicas. Governos eleitos, mesmo que hostis ao Brasil, passariam a ser

tolerados. Para o Barão, a estabilidade dos vizinhos era mais importante do que o estímulo a grupos políticos pró-Brasil no Paraguai e no Uruguai. A desordem interna seria justificativa para a intervenção estrangeira na região. A melhor maneira de se afastarem as ameaças imperialista era a promoção da estabilidade institucional da região. Com relação às demais potências médias da região, Argentina e Chile, Rio Branco visará a institucionalizar um pacto para concertação política regional, de modo a diluir desconfianças e rivalidades. Ameaças pontuais ao seu maior objetivo, como a campanha de Zeballos para convencer o governo argentino de pretensas ameaças brasileiras, serão combatidas a todo o custo, como revelou o episódio do telegrama #9, após o qual Rio Branco autorizou a abertura do código criptográfico brasileiro, em nome da manutenção das boas relações com a Argentina.

A intensificação da uma diplomacia de prestígio, assentada sobre bases legalistas e principialistas, da prevalência da solução pacífica de controvérsias sobre o uso da força e o correto reconhecimento do cenário internacional para a determinação da inserção externa do país são legados da gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Ter atuado com base em princípios sólidos facilitou sua transcendência para períodos posteriores. Rubens Ricúpero aponta que o americanismo de Rio Branco tornou-se vítima de seu próprio êxito, entretanto. A obstinação por um concerto com os EUA tornaria míope a política externa brasileira. A subserviência de Lauro Muller, embora confrontada pela altivez de Domício da Gama, a busca desenfreada por prestígio que determinou a saída do Brasil da Liga das Nações em 1926 e o posicionamento subordinado de Mangabeira relacionam-se com a tentativa malograda de se reproduzir o padrão estabelecido por Paranhos.

Os ganhos conquistados por Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e a consagração dos princípios de sua política externa não deixam de ser tributários do contexto da modernização estabilizadora empreendida anteriormente por Campos Sales. Sem contar com finanças públicas reorganizadas e estabilidade interna, dificilmente Paranhos teria permanecido por dez anos na chancelaria. Sua política americanista também colaboraria com os interesses da elite conservadora do café paulista, havendo uma confluência entre a elite econômica, a política e a inserção internacional do Brasil.

## PIOR NOTA (19/30)

Chamam-na hodiernamente de velha devido a uma construção historiográfica que salienta sua diferença com o Estado Novo, mas a Primeira República não era compreendida por seus idealizadores e líderes como tal. Mediante aprimorada inserção do Brasil no contexto das relações internacionais, em que sobressai a figura do barão do Rio Branco, e a própria reorganização política interna, faina em que se destaca Campos Sales, visava-se a modernização do país.

Em termos econômicos, o governo Campos Sales saneia as contas públicas brasileiras e moderniza o sistema econômico nacional. Depois do excesso de liquidez injetado na economia que causou o “encilhamento”, ainda no governo Prudente de Moraes é negociado o primeiro “Funding Loan” junto a credores ingleses, com a presença do presidente eleito, Campos Sales. Campos Sales levou a cabo as condições impostas pelos ingleses no sentido de reduzir a quantidade de moeda em circulação, de sanear as contas públicas. O furor de suas políticas monetária e fiscal extremamente contracionistas lhe garantiram os epítetos de “campos secos” e “campos selos” junto a uma população, que, como salienta José Murilo de Carvalho, era dada ao tribofe.

Em termos políticos, o governo Campos Sales põe fim à instabilidade política, característica dos anos entrópicos da República, como salienta Renato Lessa. Mediante a “política dos governadores”, a prática política é rotinizada e conforma-se sólida aliança entre os oligarcas regionais e o governo federal. Este garante a permanência no poder daquelas, que, em troca, lhe dão o apoio necessário no Parlamento. A modernização política implementada pelo governo Campos Sales permitiu o que a hodierna ciência política chama de governabilidade, garantindo assim maior possibilidade de reforço institucional do Estado brasileiro, facilmente evidenciado pela era Rio Branco no Itamaraty.

Escolhido por Rodrigues Alves para ser seu chanceler em 1902, o barão do Rio Branco permanece como chefe da diplomacia brasileira por um decênio, até sua morte em 1912. O barão do Rio Branco representa a projeção do Império na Primeira República. Se não bastasse seu título de barão, era filho de importante estadista do Segundo Reinado, e não hesitou em buscar elementos da antiga política imperial que poderiam ser úteis ao Brasil republicano em um contexto de ascensão dos Estados Unidos como potência e de recrudescimento do imperialismo europeu.

No relacionamento com os vizinhos, abandonou a ingênua política externa de matriz kantiana implementada nos albores da República por inteligente política de não-intervenção. Cedeu o condomínio da lagoa Mirim para garantir a simpatia do Uruguai, enquanto esse país se desentendia com a Argentina quanto aos seus limites no rio da Prata; mas recusou-se a intervir quando a revolução de 1904, com apoio argentino, derrubou governo simpático ao Brasil. Quando teve de agir energicamente, não hesitou em fazê-lo. Na



permuta desigual de territórios pelo Tratado de Petrópolis, deslocou tropas para a região, para assim criar um fato político, a partir do qual negociaria em uma posição mais vantajosa para o Brasil.

Ainda quanto a fronteiras, cumpre salientar a atuação de Rio Branco nas arbitragens com a Argentina e com a França. Totalmente vitorioso em ambas, o barão garantiu que as fronteiras com a Argentina fossem fixadas nos rios Santo Antônio e Peperiguaçu e não no Chapecó e no Chopim, ao sul, e que as fronteiras com a França fossem fixadas no Oiapoque e não no Araguari, ao norte. O Brasil não foi vitorioso na questão do Pirara com a Inglaterra, mas nessa causa foi Joaquim Nabuco o advogado brasileiro.

No contexto internacional mais amplo, foi preponderante a percepção e a utilização da ascensão dos Estados Unidos para combater e evitar o crescente imperialismo europeu. O barão do Rio Branco deu início, assim, a importante paradigma da política externa brasileira, identificado por Amado Cervo como “americanista”. A aproximação inicialmente comercial com os EUA, transbordou para outros setores e permitiu que Joaquim Nabuco se tornasse o primeiro embaixador brasileiro em Washington e a legação americana no Rio de Janeiro tivesse seu status elevado a embaixada. A “aliança não-escrita” era motivo de preocupação na vizinha Argentina, para a qual o barão propôs o Pacto ABC, recusado devido ao afloramento de força profunda da rivalidade bilateral, bem evidenciada pela atuação de Zeballos.

Campos Sales empenhou-se em modernizar o Brasil política e economicamente. Sua atuação permitiu a consolidação das instituições estatais republicanas, entre as quais o Itamaraty, que sob a batuta do barão do Rio Branco orquestrou uma renovada política externa republicana dotada de arranjos imperiais.

### QUESTÃO 3

**Disserte sobre a Missão Abbink.**

**Extensão máxima do texto: 60 linhas**

**[valor: 20 pontos]**

**Helena Hoppen Melchionna (16/20)**

O governo Dutra inicia-se como um momento de grandes expectativas. O Brasil redemocratizava-se, superando a ditadura do Estado Novo, crescia e se industrializava, tendo acumulado divisas durante a Segunda Guerra Mundial, e tinha suposta “aliança especial” com a grande superpotência que emergia na ordem mundial do pós-guerra. Nesse contexto, a Missão Abbink poderia ser a correspondência das expectativas brasileiras, mas não o foi. Essa missão acabou desapontando os formuladores de política externa brasileira e pode ser incluída aos episódios que levaram o governo a redigir um “Memorando de Frustração” endereçado aos Estados Unidos.

Com base na crença da existência de uma “aliança especial” entre Brasil e EUA, o governo Dutra alinhou-se automaticamente à grande potência, sem obter as recompensas esperadas. Nessa lógica, o Brasil sediou a reunião que concebeu o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, apoiou a Carta de Bogotá, que criava a Organização dos Estados Americanos e acompanhou o voto norte-americano na ONU contra o ingresso da República Popular da China. Apesar de ter favorecido a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, o Brasil teve suas expectativas frustradas, pois não tinha mais o peso estratégico que tivera no âmbito da Segunda Guerra Mundial no novo cenário da Guerra Fria. Nesse novo contexto, a América Latina era vista como área de influência norte-americana, sem riscos de cair sob a esfera comunista, de forma que a atenção de Washington voltava-se ao Extremo Oriente e à necessidade de reconstrução da Europa. O Brasil, em segundo plano, não tinha como manter a “política de barganhas” empregada por Vargas, tendo de contentar-se com um alinhamento ideológico pautado no anticomunismo.

A Missão Abbink, embora apenas técnica, foi vista com grande expectativa pelo governo brasileiro, que pretendia utilizá-la para a promoção do desenvolvimento nacional. A missão tinha escopo reduzido, limitando-se a fazer análises técnicas acerca da situação interna do país, de forma a identificar possíveis gargalos da economia. Esses estudos, que eram entendidos como continuação dos esforços empreendidos pela Missão Cooke, negociada ainda no contexto da Segunda Guerra, permitiria ao governo brasileiro identificar áreas prioritárias de investimento. Esperava-se que, com

isso, o país fosse capaz de atrair investimentos privados, uma vez que os EUA não disponibilizariam recursos públicos. Esses investimentos, por sua vez, eram condição para que o Brasil desse continuidade ao processo de substituição de importações, mantendo os esforços de industrialização do país.

Não obstante, a Missão Abbink ficou muito aquém das expectativas brasileiras, tendo poucos, e breves, resultados práticos. Além de não se traduzir na atração de recursos, a missão também foi incompleta em seu diagnóstico da situação econômica brasileira, legando estatísticas pouco precisas. Um de seus poucos resultados foi a utilização de alguns dos dados levantados para a formulação do Plano Salte, o qual buscou canalizar os escassos recursos nacionais para setores considerados prioritários. Mesmo assim, a implementação desse plano foi limitada, não produzindo grandes transformações no sistema econômico brasileiro e sendo abandonado quando da recondução de Getúlio Vargas ao poder, em 1951. Dessa forma, a Missão Abbink desapontou o governo brasileiro e enfraqueceu o projeto liberal-conservador de desenvolvimento nacional, o qual defendia o “desenvolvimento associado” ao capital estrangeiro. Analogamente, reforçou a posição dos defensores do nacional-estatismo, que tinham certas reservas em relação ao capital estrangeiro e ao alinhamento automático com os EUA.

A Missão Abbink pode ser entendida, portanto, como parte do que Gerson Moura chamou de “alinhamento sem recompensas” do governo Dutra. Esse governo começou entusiasmado com a “aliança especial” e terminou com o amargor do Memorando de Frustração entregue à embaixada norte-americana. O lançamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na transição para o Segundo Governo Vargas, renovaria as esperanças brasileiras na relação com os EUA, levando o Brasil à tentativa de “barganha nacionalista”. Porém, novamente há frustrações, arrefecendo a “aliança especial”.

## **Ana Maria Garrido Alvarim (16/20)**

Com a Revolução de 1930, o desenvolvimento e a industrialização brasileiros tornam-se diretamente vinculados. Durante esse período, até a Missão Abbink, em 1948, o Brasil foi visitado por diversas missões financeiras estrangeiras, as quais tinham o intuito de verificar as condições reais da economia brasileira. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a crença em uma aliança especial com os Estados Unidos fará com que o governo de Eurico Gaspar Dutra procure o apoio americano para as estratégicas (sic) e para o financiamento da industrialização brasileira. A Missão Abbink insere-se nesse contexto.

O apoio brasileiro aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial criou a expectativa de apoio americano para o desenvolvimento brasileiro. Entretanto, com o final da guerra e início da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam mais preocupados com a expansão comunista na Europa, ensejando a elaboração do Plano Marshall. A diplomacia do presidente Dutra pautou-se pelo apoio a quase todas as iniciativas americanas, com a exceção do GATT, em que os países divergiram. A crença em uma aliança especial com os Estados Unidos levou Dutra a visitar esse país em 1949. Já nessa época, ficavam patentes as desilusões brasileiras com a “aliança especial”, manifestadas no Memorando das Frustrações, de Raul Fernandes.

A fim de atender aos anseios brasileiros por ajuda, e no contexto do Plano IV de Truman, foi estabelecida a Missão Bulhões-Abbink. Ela tinha como objetivo verificar a situação da economia brasileira, assim como as oportunidades de investimento. O governo brasileiro enfatizava o investimento estrangeiro público, do Eximbank, mas os americanos eram reticentes, preferindo apoiar os investimentos de empresas privadas norte-americanas. A Missão Abbink verificou os pontos de estrangulamento e de germinação da economia brasileira, emitindo relatórios com sugestões.

A Missão Abbink não resultou em financiamentos para a industrialização brasileira, mas foi importante, pois sugeriu a criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual terá início em 1951, no governo Vargas. A Comissão dará frutos e financiará projetos até 1953, quando será encerrada pelo presidente americano Eisenhower. Um dos grandes legados da Comissão foi a sugestão da criação de um banco de desenvolvimento brasileiro, que será criado no governo Vargas.

O governo Dutra teve grandes decepções com os Estados Unidos devido à crença irreal de aliança especial com aquele país. O contexto de Guerra Fria dificultará a relação entre os dois países, pois diminuirá o poder de barganha do Brasil. Os poucos resultados auferidos durante o governo Dutra,

como a Missão Abbink, não diminuirão a frustração da diplomacia brasileira. Entretanto, a missão foi fundamental ao reconhecer diversas potencialidades brasileiras, como a exploração de petróleo na plataforma continental e a do rodoviarismo. O estabelecimento da Comissão Mista, alguns anos depois, será a maior e mais importante consequência da Missão Abbink.

Dutra foi abertamente criticado por suas políticas comerciais e fiscais liberais no início de seu governo. A ilusão de divisas e a crença não fundamentada na entrada de maior volume de investimentos estrangeiros modificarão a estratégia econômica do governo, que se tornará mais protecionista com a escassez de divisas e o déficit comercial. O maior planejamento industrial dessa segunda fase e a pressão sobre os Estados Unidos, devido à crença em uma aliança especial, levarão à criação da Missão Abbink nos anos finais do governo Dutra. Apesar disso, ela terá como herança a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Plano de Metas, o qual levará em conta as sugestões da Comissão Mista.

### **Victor Hugo Toniolo Silva (16/20)**

A Missão Abbink correspondeu a uma iniciativa a fim de obter recursos para o financiamento do desenvolvimento do Brasil. Historicamente, os países da periferia do capital necessitam de recursos externos para sustentar seu desenvolvimento. Em contexto no qual não existiam instituições multilaterais de fomento — como FMI, Banco Mundial, BID — realizavam-se missões técnicas, que após análise das estruturas macroeconômicas dos países, sugeriam mudanças estruturais a fim de viabilizar empréstimos de instituições estrangeiras — especialmente da City londrina —, bem como identificavam possíveis pontos de estrangulamento nos quais os investimentos poderiam significar maiores resultados. As missões eram uma espécie de FMI “avant la lettre”, na medida em que elaboravam condicionalidades para os empréstimos. O Brasil recebeu diversas missões, dentre as quais podem ser destacadas a Montagu, a Niemeyer e, de maneira especial, a Abbink.

Após o período da equidistância pragmática, o governo Vargas realizou a barganha nacionalista. Diversos insumos para o desenvolvimento foram obtidos, especialmente a construção da CSN e o reaparelhamento das Forças Armadas. A participação efetivas nos combates, malgrado a resistência aliada, e o envolvimento na construção da paz mundial, fizeram que as elites brasileiras considerassem que o Brasil era o aliado especial dos EUA na América Latina. Dessa realidade decorreria substancial fluxo de capitais que poderiam financiar o desenvolvimento do país, o que havia se tornado o principal objetivo das políticas interna e externa. Considerava-se, inclusive, que poderia haver algo como o Plano Marshall, que havia sido formulado para a Europa. O famoso “Ponto IV” do plano permitia realmente essa percepção. Criou-se, assim, o que a literatura econômica denominou “ilusão de divisas”; o Brasil adotou uma série de medidas, como o câmbio fixo, certo de que os capitais iriam começar a fluir para o grande amigo dos “yankees”. Esse fato, no entanto, não ocorreu, e a frustração surgiu nas elites nacionais.

O governo Dutra manifestou sua insatisfação ao governo Truman, o qual, a fim de apaziguar os ânimos, enviou um grupo de técnicos ao Brasil, que constituíram a Missão Abbink. O objetivo era analisar a estrutura econômica do país, identificar os gargalos para o desenvolvimento e, por demanda brasileira, indicar as fontes de financiamento para o projeto. Na realidade, o governo brasileiro conhecia perfeitamente sua estrutura e seus gargalos, mas queria uma manifestação oficial sobre a necessidade de capitais norte-americanos. Parece ser que a ilusão não era só de divisas, pois dificilmente o Departamento de Estado permitiria uma manifestação do gênero. Após período de trabalho o relatório final da Missão Abbink fez uma série de observações e indicou que o desenvolvimento do Brasil deveria ser financiado por capitais privados. Tornava-se oficial que o Brasil não tinha aliança especial com os EUA, que a

América latina não era uma zona de prioridade e que não haveria fluxos financeiros do governo americano para o Brasil. Diante desse quadro, o chanceler Raúl Fernandes enviou o “Memorando da Frustração” ao embaixador norte-americano, de modo a manifestar o profundo desapontamento do país latino-americano que mais havia apoiado os EUA na guerra.

Não se pode afirmar que a Missão Abbink foi inútil. A frustração, no segundo governo de Vargas, daria lugar à contestação junto a Washington. Como resultado, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que se dedicou, com base no relatório Abbink, a elaborar os projetos de desenvolvimento a serem realizados com recursos do Eximbank. Uma parte dos recursos chegou ao Brasil, mas o governo Eisenhower suspendeu abruptamente a cooperação. O histórico originado a partir da Missão Abbink fez as elites brasileiras compreenderem que era preciso diversificar parcerias a fim de obter recursos para o desenvolvimento. Pode-se considerar esse, no longo prazo, o mais relevante fruto da Missão Abbink.

## PIOR NOTA (12/20)

A Missão Abbink insere-se no contexto da busca de investimento público estadunidense para o desenvolvimento brasileiro durante o período democrático republicano (1946-1964). Trata-se de grupo de especialistas em economia, chefiados por John Abbink, que desembarcam no Brasil com o intuito de identificar os problemas e propor soluções para que se superassem os constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro. É exemplo paradigmático da tentativa do governo nacional de buscar auxílio nos Estados Unidos, algo que o governo Vargas havia feito durante a Segunda Guerra Mundial, mas cuja repetição será obstaculizada por diferentes contextos internacionais.

Durante o período, havia um embate, conforme identifica Jorge Ferreira, entre dois projetos de desenvolvimento nacional: um mais identificado com as esquerdas, outro com as direitas. A Missão Abbink favorecia esse projeto mais caro às direitas, chamado de “entreguista” por muitos, mas de “cosmopolita” por Hélio Jaguaribe. Nos marcos desse projeto favorecido pela visão ideológico-econômica dos especialistas americanos da Missão Abbink o capital privado estrangeiro teria função preponderante na superação dos constrangimentos ao desenvolvimento nacional. A essa visão se contrapunha o pensamento nacional-desenvolvimentista que, cioso em garantir a autonomia econômica nacional, era favorável ao ingresso de financiamentos públicos estrangeiros, mas não à abertura total da economia brasileira ao exterior - até porque eram favoráveis à industrialização por substituição de importações.

A Missão Abbink será preponderante para a sobrevivência do paradigma americanista, implementado pelo barão do Rio Branco nos albores do século XX e recuperado pelo governo Castelo Branco após o golpe de 1964. A Missão Abbink demonstra - ou tenta demonstrar - que o governo americano estava preocupado com o desenvolvimento brasileiro. Tal postura garante simpatia por uma parte da diplomacia nacional, ciosa em utilizar a política externa brasileira como instrumento para o desenvolvimento do país em moldes liberais. Os estudos realizados pela Missão Abbink tiveram poucos resultados concretos palpáveis além da conformação da Comissão Abbink, que resultou na criação do BNDE em 1952 e também em importante instrumento para o financiamento de obras públicas até hoje, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Como se tentou demonstrar, a Missão Abbink é um marco na história da política externa brasileira, principalmente no que tange a sua abordagem ideológico-econômica liberal, consubstanciada no paradigma americanista. Trata-se de tentativa de replicar o auxílio econômico recebido pelo Brasil durante a Segunda Guerra, mas negado pelos Estados Unidos em um diferente contexto internacional.



#### **QUESTÃO 4**

**Disserte a respeito da extensão do mar territorial para 200 milhas, explicitando a suas consequências e posteriores desdobramentos.**

**Extensão máxima do texto: 60 linhas**

**[valor: 20 pontos]**

#### **Helges Bandeira (15/20)**

Em 1970, o governo Medici, nos marcos da Diplomacia do Interesse Nacional, amplia o mar territorial brasileiro para 200 milhas. Os protestos estadunidenses a essa medida somente farão aumentar a popularidade do regime, mediante instrumentalização do nacionalismo. A medida não foi original, na medida em que outros países latino-americanos já haviam feito o mesmo e acabou funcionando como elemento amalgamador, em meio a época de relações nem sempre amigáveis e cordiais entre os vizinhos.

Há muito o Brasil já vinha enfrentando problemas em relação ao resguardo de sua soberania em sua costa. O episódio que ficou conhecido como “Guerra das Lagostas” e levou, inclusive, ao deslocamento de navios de guerra franceses para o Atlântico Sul, acabou sendo resolvido no governo João Goulart, mediante inteligente argumentação jurídica pautada no conceito de plataforma continental submarina. A adoção do mar territorial de 200 milhas foi a maneira encontrada para resguardar os recursos naturais presentes na plataforma continental submarina brasileira, bem como na coluna de água superior a ela - recursos naturais esses que passaram a integrar conceito criado pela Marinha do Brasil, a “Amazônia Azul”.

Tradicional potências marítimas protestaram contra a expansão do mar territorial brasileiro. A medida, adotada unilateralmente pelo governo Medici, implicava que navios pesqueiros estrangeiros teriam de pedir autorização para explorar recursos situados a menos de 200 milhas da linha base - geralmente estabelecida na baixa-mar. O mesmo ocorreria com eventuais pesquisas sobre o leito e os recursos marinhos do Atlântico Sul levadas a cabo por potências estrangeiras. Nesse sentido, a expansão do mar territorial coaduna-se com a maior preocupação com a própria segurança do Atlântico Sul, consubstanciada na teoria geopolítica de Golbery do Couto e Silva do “hemisfério interior”.

A celeuma jurídico-diplomática quanto à extensão do mar territorial foi resolvida mediante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, na década de 1980. Ao adotar, prontamente, a convenção oriunda dessa conferência, o mar territorial brasileiro voltou a ter 12 milhas marinhas, com zona contígua de 24 milhas (onde o Brasil pode exercer poder de polícia) e zona econômica exclusiva de 200 milhas (onde o Brasil tem exclusividade na exploração econômica). Abriu-

se ainda a possibilidade de extensão da plataforma continental para 350 milhas.

À guisa de conclusão, salienta-se que o Brasil já submeteu pleito para a extensão de sua plataforma continental junto à ONU. A diplomacia brasileira, munida dos estudos realizados pelo projeto LEPLAC, conseguiu a extensão de alguns trechos da plataforma junto à Comissão de Direito do Mar; o Brasil, porém, declarou unilateralmente a extensão de sua plataforma continental no que tange aos trechos não reconhecidos pela comissão, seguindo assim a mesma lógica que adotou a Rússia em relação ao mar Ártico.

### **Pedro Ivo Souto Dubra (15/20)**

A extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi um evento relevante do governo Médici ocorrido em 1970. Apoiado por outras nações sul-americanas, esse ato unilateral de Estado costuma ser caracterizado como um dos pontos de atrito mais notáveis da relação entre Brasil e Estados Unidos no período. Considerações geopolíticas e econômicas orientaram o gesto de Médici. Analisar suas razões auxilia na compreensão de suas consequências e de seus desdobramentos.

Proponente da “diplomacia do interesse nacional”, conceito lançado pelo chanceler Mário Gibson Barboza, o governo Médici ensaiou uma política de potência. Não houve abandono integral do terceiro-mundismo atribuído a Costa e Silva, mas uma nova modulação: chegara a hora de o Brasil realizar seu destino de grandeza, simbolizado, no mesmo ano, pela conquista da Copa do Mundo e, em 1972, pelo sesquicentenário da independência. O governo Médici ainda revelaria postura soberanista em outra seara, a ambiental, como mostra sua atuação na Conferência de Estocolmo (1972), ainda que uma secretaria de meio ambiente haja sido criada.

A faixa de mar territorial, essa “Amazônia Azul”, para citar o conceito da geógrafa Bertha Becker, interessava estudiosos de geopolítica brasileiros desde os anos 1940, década em que se criou a Escola Superior de Guerra (ESG). Golbery do Couto e Silva criara uma teoria que apontava para o risco de contaminação comunista no eixo Dacar/Natal. Ainda que aliado do centro de poder no período, Golbery era um teórico respeitado pelos círculos militares. Um episódio de ameaça à soberania marítima ocorrera no princípio dos anos 1960, na costa pernambucana, a chamada Guerra da Lagosta, que tensionou as relações Brasil e França, como ensina Antônio Carlos Lessa. Em um tempo em que a segurança nacional era presença marcante nos artigos da Constituição, estender o mar territorial parecia uma política legítima de soberania sobre recursos naturais potenciais e sobre um território que deveria ser defendido, de acordo com a lógica da infiltração comunista, ainda presente, malgrado a détente entre Estados Unidos e União Soviética que se observava.

Os Estados Unidos protestaram contra a extensão unilateral do mar territorial brasileiro, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. A situação arrastou-se durante o governo Geisel, período em que a relação permaneceria desgastada e em que o Brasil começava a apostar na prospecção petrolífera em águas profundas como forma de minorar sua dependência energética, em um quadro agravado pelo choque do petróleo de 1973.

Apenas com a Convenção de Montego Bay, que remonta a 1982, se deu um encaminhamento multilateral ao problema da extensão do mar territorial. De acordo com esse tratado, o mar territorial deve ter doze milhas náuticas,

havendo uma zona contígua equivalente e uma faixa denominada de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que atinge duzentas milhas náuticas, podendo ser esta estendida até os limites da plataforma continental. É curioso que tal extensão de duzentas milhas náuticas da ZEE seja a mesma do mar territorial reivindicado por Médici. Sobre essa extensão, os Estados atualmente exercem direitos de exploração econômica, sem, porém, deter direitos exclusivos típicos da soberania integral almejada no princípio dos anos 1970.

A discussão sobre o mar territorial têm desdobramentos no presente. A descoberta de reservas de petróleo do pré-sal e sua exploração relançaram as luzes econômicas e geopolíticas sobre a “Amazônia Azul”. A reativação da Quarta Frota norte-americana, que opera no Atlântico Sul, causou tensões. O relançamento da ZOPACAS, criada por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1986, pode ser considerado uma resposta às tentações da militarização. Ademais, o Brasil empenha-se em realizar o levantamento de sua plataforma continental e em prestar cooperação técnica a países como Angola no mesmo sentido. Nada mais distante do eixo de infiltração comunista de Golbery do que tais iniciativas que estreitam os laços solidários entre os países do Sul.

Política soberanista de Médici, a extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi ato unilateral que tensionou as relações com os Estados Unidos. Um regime multilateral benéfico disciplinou a territorialidade marítima, trazendo estabilidade. A questão marítima brasileira, contudo, permanece relevante dadas as perspectivas do pré-sal.

### **Júlia Vita De Almeida (14/20)**

A extensão do mar territorial para 200 milhas, feita por ato unilateral do Brasil, consistiu no exercício de postura autônoma e pragmática durante o governo Médici (1969-1974) e trouxe conseqüências importantes nas relações com países do norte. Os posteriores desdobramentos dessa questão já podem ser identificados durante o governo de seu sucessor, quando o mundo passou por duas crises do petróleo.

O governo Médici teve como característica, no plano externo, a retomada de alguns princípios da Política Externa Independente, em continuidade ao governo Costa e Silva, imediatamente anterior. Dentre esses princípios, destaca-se o afastamento do conflito leste-oeste, o que permitia uma abordagem mais pragmática e autônoma dos assuntos externos. Além disso, a diplomacia de Mário Gibson Barbosa refletiu, de maneira fidedigna, o que acontecia no Brasil internamente. Os anos do governo Médici ficaram, afinal, conhecidos como “Milagre Econômico”, pois o I Plano Nacional de Desenvolvimento permitiu que o país crescesse a altas taxas sem, no entanto, descontrolar a inflação. A busca de novos mercados e investimentos externos, parte essencial desse projeto de desenvolvimento, coube à política externa, o que explica os esforços da diplomacia pátria em diversificar as parcerias do Brasil nesse momento. No entanto, é a noção de “Brasil-potência”, reflexo direto da política econômica interna na política externa, é que explica, em grande parte, o ato unilateral de extensão do mar territorial para 200 milhas.

O crescimento notável da economia não apenas contribuiu para legitimar um regime repressivo no plano nacional, como deu fundamento para uma postura mais afirmativa e incisiva no plano internacional. Ciente de que vários governos estrangeiros, durante aquele período, estavam se mobilizando para expandir o mar territorial de seu país, Médici optou por fazer o mesmo e garantir ao Brasil o domínio sobre recursos estratégicos de sua costa. Esse ato de soberania, tomado em momento em que não havia uma regulação sólida dos mares no âmbito internacional, condiz com a visão que o Brasil tinha de sua posição relativa no concerto das nações.

Embora tivessem sido estabelecidas boas relações com países do norte durante a chancelaria de Gibson Barbosa, essa atitude do Brasil provocou tensões substanciais com os EUA, mas, principalmente, com a França. Essas foram as conseqüências conjunturais da extensão do mar territorial. Convém mencionar, a título de exemplo, o contencioso entre Brasil e França decorrente dessa medida no âmbito da ONU – a chamada “guerra da lagosta”. A recusa do Brasil em permitir a continuidade das atividades pesqueiras francesas em seu mar territorial estremeceu as relações entre os dois países durante o governo Médici.

Posteriores desdobramentos dessa questão podem ser identificados já durante o governo Geisel (1974-1979), por conta, principalmente, da Primeira Crise do Petróleo, que pôs em cheque a continuidade do sucesso econômico

obtido por seu antecessor. A decisão de Geisel por uma “marcha forçada para o crescimento” esteve na base da formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, por sua vez, priorizou a expansão da fronteira energética brasileira, tanto por matrizes não renováveis como renováveis. O impacto, portanto, da medida de extensão do mar territorial tomada por Médici foi, aqui, extremamente positivo, pois assegurou a soberania brasileira sobre os novos recursos petrolíferos que vinha descobrindo em sua bacia marítima. Exemplo notável disso é o início da prospecção na Bacia de Campos.

A questão dos mares foi, definitivamente, regulada pelo Direito Internacional nos anos 1980, com a assinatura da Convenção de Montego Bay. O Brasil, assim como a maioria de seus parceiros, aceitou vincular-se ao regime internacional, de modo que as 200 milhas de mar territorial transformaram-se em zona econômica exclusiva.

## PIOR NOTA (6/20)

A extensão do mar territorial para 200 milhas por meio de decreto do governo Médici, em 1970, foi decisão tomada com fundamentação estratégica e implicações diversas para a política externa brasileira, na medida em que o ato motivou tensões com potências estrangeiras, especialmente os EUA. Sob a presidência de Ernesto Geisel, a Petrobrás buscava ampliar a produção de petróleo e reduzir a dependência externa (em torno de 85% do consumo nacional provinha de importações), razão pela qual a prospecção em águas profundas, ainda em fase inicial de desenvolvimento, exigia a garantia da soberania sobre possíveis bacias no leito do mar territorial brasileiro. Com o propósito de assegurar o êxito da estratégia geopolítica, elaborada pela inteligência situada no Itamaraty e na Escola Superior de Guerra (ESG), a chancelaria de Mário Gibson Barbosa enfrentou a resistência internacional, que pressionou o país em foros multilaterais ao longo de toda a década, até que a solução política e jurídica para a questão fosse decidida em bases definitivas, em Montegobay (1982), de modo que os interesses nacionais fossem assegurados contra possíveis violações à soberania.

No início da década de 1970, a dependência energética brasileira era vista como problema crítico, antes mesmo do choque do petróleo acarretado pela Guerra do Yom Kippur, em 1973. O início da prospecção em águas profundas pela Petrobrás evidencia a necessidade de assegurar a soberania sobre reservas localizadas além da faixa de 12 milhas náuticas de mar territorial, então assegurada pelo direito internacional. A repercussão imediata da decisão do governo brasileiro foi a condenação internacional do ato unilateral, principalmente por parte do governo Nixon, que receava o descontrole mundial sobre sensível tema geopolítico.

A decisão corajosa de Médici demandou intenso esforço diplomático com vistas a obter a aceitação internacional do ato. Na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelas Nações Unidas em 1972, os representantes brasileiros lograram importante vitória ao conseguir a transferência das discussões do tema para a Conferência sobre Direito do Mar, em 1974. Na ocasião, a diplomacia brasileira obteve o apoio de países africanos e latino-americanos, com vistas à elaboração de um regime internacional para o tema.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 conferiram maior legitimidade estratégica à decisão tomada em 1970, corroborando com a necessidade de equacionar os direitos soberanos de um país sobre a exploração econômica dos recursos naturais localizados na plataforma continental, a qual deveria ser interpretada como extensão do território nacional. Vale ressaltar que, em 1973, concomitantemente à assinatura do Tratado de Itaipu, o governo brasileiro

também encetou negociações com o Uruguai a respeito da exploração de petróleo em sua costa, o que suscitou a desconfiança do governo argentino.

A busca de apoio internacional para o pleito brasileiro foi facilitada, na década de 1970, pelo que José Flávio Sombra Saraiva chama de retomada da política africanista brasileira. O estreitamento dos vínculos diplomáticos com o continente, reforçados na gestão de Mário Gibson Barboza, é estratégia aprofundada no governo Geisel, que rompe com a ambiguidade do apoio à descolonização, fato evidenciado, por exemplo, pelo reconhecimento do governo comunista em Angola e pela condenação ao Apartheid na Assembleia Geral da ONU em 1975. A aproximação com o continente também estava subordinada à lógica de fortalecimento dos pleitos brasileiros, como a defesa do desenvolvimento e, a partir de então, da soberania sobre a plataforma continental, fato possibilitado pela convergência de interesses e características geográficas semelhantes com países africanos.

A extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas constituiu decisão estratégica, cujos resultados ainda se verificam na atualidade, a exemplo da exploração de petróleo no pré-sal, de minerais e da biodiversidade da chamada “Amazônia Azul”. O ato envolveu a chancelaria em batalhas diplomáticas que resultaram no reconhecimento do pleito brasileiro, ainda que em termos um pouco diferentes (as 200 milhas constituem, atualmente, Zona Econômica Exclusiva), na Conferência de Montegobay, além de impulsionar a diversificação de parcerias por meio da busca de faixas de convergência de interesses.



## INGLÊS

### TRANSLATION PART A

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from George Orwell's "Homage to Catalonia".

[value: 20 marks]

In winter on the Zaragoza front, except at night, when a surprise attack was always conceivable, nobody bothered about the enemy. They were merely remote black insects whom one occasionally glimpsed hopping to and fro. The prime concern of both sides was essaying to keep warm. The things one normally associates with the horrors of war seldom raised their ugly heads. Up in the hills it was simply the mingled boredom and discomfort of stationary warfare. A life as uneventful as a city clerk's, and almost as regular. Atop each hill, knots of ragged, grimy men shivering round their flag. And all day and night, the senseless bullets and shells wandering across the empty valleys and only by some fluke getting home on a human body.

I would gaze round the wintry landscape marveling at the futility, the inconclusiveness of such a kind of war. Could you forget that every mountain-top was occupied by troops and thus littered with tin cans and crusted with dung, the scenery was stupendous.

George Orwell. **Homage to Catalonia**. Harmondsworth, Penguin, 1975, pp. 25 – 26.

#### **Roberto Szatmari (16,50/20)**

No inverno, na frente de Zaragoza, ninguém se preocupava com o inimigo, exceto à noite, quando um ataque surpresa era sempre plausível. Os inimigos eram apenas pequenos insetos distantes, que eventualmente eram avistados, saltitando para lá e para cá. A preocupação central, de ambos os lados, era apenas tentar se manter aquecido. As coisas normalmente associadas aos horrores da guerra raramente se faziam presentes. Nos morros, havia apenas a mistura de tédio e desconforto de uma guerra estática. Uma vida quase tão monótona quanto a de um escrivão na cidade e quase tão regrada. No topo de cada morro, aglomerados de homens sujos e em farrapos tremiam ao redor de sua bandeira. Todo o dia e toda a noite as balas e cartuchos sem sentido passavam pelos vales desertos, só atingindo algum corpo humano por sorte.

Eu observava a paisagem invernal, admirando a futilidade, a falta de conclusão desse tipo de guerra. Se fosse possível esquecer que cada cume estava ocupado por tropas e, logo, coberto de latas e imundo de fezes, a vista era maravilhosa.

### Adriano Giacomet de Aguiar (12,5/20)

Durante o inverno no fronte de Saragoça, exceto à noite, quando um ataque era **sempre** possível, ninguém se incomodava com o inimigo. Eles eram meros insetos pretos os quais alguém ocasionalmente percebia pulando de um lado a outro. A maior preocupação dos dois lados era tentar **manterem-se** aquecidos. As coisas normalmente associadas aos horrores da guerra raramente **levantava as cabeças feias deles**. Em cima das montanhas era somente a monotinia e o desconforto da guerra estacionária. Uma vida tão sem emoções quanto a de um funcionário da cidade, e quase tão regular. No cume de cada montanha, aglomerados de homens **furiosos** e **pálidos** tremendo ao redor de sua bandeira. E por todo dia e noite, as balas e as **cápsulas** sem sentido passeando através do vales vazios e somente com alguma sorte **voltando para casa** em um corpo humano.

Eu olhava ao redor da paisagem de inverno contemplando a futilidade, e o aspecto inconclusivo de uma guerra como essa. **Não dá** para esquecer que cada topo da montanha era ocupada por tropas e por isso suja com latas e repleta de fezes, a paisagem era estupenda.

### Camilla Neves Moreira (12,5/20)

No inverno na frente de batalha de Zaragoza, ninguém se incomodava com os inimigos, exceto à noite, quando um ataque surpresa era sempre possível de imaginar. Eles eram meramente remotos insetos negros para quem, ocasionalmente, se olhava rapidamente com desdenho. A principal preocupação de ambos os lados era esforçar-se para manter-se aquecido. As coisas que, normalmente, se associa aos horrores da guerra raramente apareciam. Lá nas colinas, estavam apenas o tédio desanimador e o desconforto da guerra parada. Uma vida tão sem acontecimentos quanto a de um tabelião da prefeitura, e quase tão regular. No topo de cada colina, grupos de homens infelizes e em trapos reuniam-se ao redor de suas bandeiras. E, todo o dia e toda a noite, as balas e as cápsulas sem sentido vagavam pelos vales vazios e somente por azar se alojavam em um corpo humano.

Eu olhava a paisagem de inverno chocado com a futilidade, a inconclusão desse tipo de guerra. Poder-se-ia esquecer que o cume de cada montanha estava ocupado por tropas e abarrotado, portanto, com o lixo das latas de comida processada e encrostado por dejetos, o cenário era estupendo.

### PIOR NOTA (5,5/20)

Durante o inverno, ninguém se importava com o inimigo no **front** de Saragoça, a não ser à noite, quando um ataque surpresa era **sempre** possível. Eles eram meros insetos negros remotos, dentre os quais um eventualmente **brilhava, piscando**. A maior preocupação de ambos os lados era tentar permanecer aquecido. As coisas que normalmente se associa aos horrores da guerra raramente **despertavam suas cabeças feias**. No alto das montanhas, o que havia era, simplesmente, o suave tédio e desconforto de uma guerra **estagnada**. Uma vida tão desprovida de acontecimentos, e quase tão regular, quanto uma **cidade clerical**. Ao topo de cada montanha, porções de homens **exaustos** e **obscuros** tremiam ao redor de sua bandeira. E todos os dias e noites, as balas sem sentido vagavam sobre os vales vazios e, apenas por algum incidente, chegavam ao destino de um corpo humano.

Eu poderia **olhar indefinidamente** a gélida paisagem, **maravilhando-me** com a futilidade, a inconclusividade desse tipo de guerra. A cena seria estupenda, se possível fosse esquecer que cada topo de montanha estava ocupado por tropas e, portanto, **iluminado com latas de pólvora**.

## **TRANSLATION PART B**

Translate into English the following excerpt adapted from Foreign Minister Celso Lafer's lecture at Instituto Rio Branco in april 2001.

**[value: 15 marks]**

O novo ambiente internacional e seus cenários de conflito tornaram inadequadas as doutrinas de dissuasão nuclear e do “equilíbrio do terror”, e, assim, passaram a ser ainda mais difíceis de justificar a retenção e o desenvolvimento de arsenais nucleares. Se aparentemente amainaram os riscos de uma conflagração atômica na escala contemplada à época da guerra fria, seguramente aumentaram os perigos difusos da violência de natureza descontrolada. Tais perigos aumentaram em função de uma faceta da globalização, que faz funcionar o mundo através de diversos tipos de redes. Entre estas estão as das finanças, que possibilitam, além dos movimentos rápidos dos fluxos de capital, a “lavagem” de dinheiro; as do crime organizado; as do tráfico de armas e de drogas; as do terrorismo; as das migrações clandestinas de pessoas, causadas por guerras e perseguições. No caso do Brasil, em função da porosidade das fronteiras, esses riscos provêm, em parte, do impacto interno, no território nacional, de fatores externos.

**Roberto Szatmari (13,50/20)**

The new international environment and its scenarios of conflict have made the doctrines of nuclear deterrence and of the “balance of terror” inadequate. Thus, it has become even harder to justify the continued possession and development of nuclear arsenals. If, apparently, the risks of a nuclear conflict on the scale envisaged during the Cold War have decreased, the diffuse dangers have increased due to an aspect of globalization, which makes the world work by means of several kinds of networks. Among these are finance networks, which, beyond enabling for rapid capital flows, also enable money laundering, organized crime networks, drug and arms trafficking networks, terrorist networks and networks for clandestine migrations, caused by war and persecution. In the case of Brazil, due to the porous nature of the borders, these risks arise, in part, from external factors, which have internal impacts on the national territory.

## Helges Bandeira (10/15)

The new international environment and its **possible conflicts**<sup>2</sup> have made the doctrines of nuclear dissuasion and of “**terror balance**”<sup>3</sup> inadequate, thus making it more difficult to justify the retention and (the)<sup>4</sup> development of nuclear arsenals. If the risks of an atomic conflagration **in**<sup>5</sup> the scale contemplated at the time of the Cold War have apparently dwindled, the diffuse dangers **the uncontrolled nature of the violence**<sup>6</sup> have certainly risen. Such dangers have risen due to **an**<sup>7</sup> aspect of globalization, which makes the world work through several types of networks. Among them are the finance networks, which besides **fast**<sup>8</sup> capital flows make money laundering possible; the organized crime networks; the drug and arms trafficking **network**<sup>9</sup>; the terrorism networks; the networks of clandestine people migration, caused by wars and persecutions. In the case of Brazil, due to its porous borders, these risks are partially engendered **from**<sup>10</sup> the internal impact of external factor in its national territory.

---

<sup>2</sup> o candidato recorreu e a banca respondeu: Linhas 1 e 2 - Recursos indeferidos. The candidate's argument here clearly confirms the fact that the phrase should have been translated as "conflict scenarios".

<sup>3</sup> a banca descontou um ponto por traduzir mal a expressão

<sup>4</sup> a banca colocou the entre parênteses, mas não tirou ponto

<sup>5</sup> o candidato errou a preposição e perdeu meio ponto

<sup>6</sup> o candidato não traduziu parte da frase

<sup>7</sup> a banca sublinhou "an", mas não retirou ponto

<sup>8</sup> o candidato recorreu e a banca respondeu: Linha 13 - Recurso indeferido. The mark was deducted for a non-collocational word choice. "Fast" does not collocate with "capital flows"; "rapid" or "swift" would have been adequate choices.

<sup>9</sup> a banca sublinhou, mas não descontou pelo uso do singular

<sup>10</sup> o candidato errou a preposição e perdeu meio ponto

### **Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (9/15)**

The international environment and its **scenarios** of conflict have made the doctrine of nuclear dissuasion and that of “the balance of terror” old-fashioned, and, therefore, holding and developing nuclear weapons have become even harder to justify. If apparently the risks of an atomic conflagration **in** the scale considered during the Cold War times have been negotiated, for sure, the **difuse** danger of uncontrolled violence has increased. This danger has increased due to a particular side of globalisation, which makes the world work through various kinds of **nets**. Among them, there are those of finance, which enable, apart from the rapid movements of capital flows, “**money-washing**”; those of **the** organized crime; those of the **traffic of** weapons and drugs; those of terrorism; those of non-official migrations, which are caused by wars and persecutions. In the case of Brazil, due to the fragility of its borders, these risks in part stem from the internal impact of external factors in **the** national territory.

### MENOR NOTA (0,5/15)

The new international environment and its scenarios of conflict **outdated** the doctrines of nuclear deterrence and of “balance of terror”, and, therefore, it has become even more difficult to justify the **control** and the development of nuclear arsenals. If they apparently diminished the risks of an atomic conflict **in the escalation characterized** during the cold war, they surely increased the diffuse dangers of **the** violence of **uncontrolled** nature. Those perils increased as the result of a characteristic of globalization, which makes the world **works** through multiple kinds of **nets**. Among these nets are the financial ones, which make possible, besides the fast traffic of the flux of capital, **the** money “laundering”; that of organized crime; that of the **traffic** of drugs and arms; that of terrorism; that if illegal migration of people, caused by wars and persecutions. In the Brazilian case, due to the porosity of its borders, those risks **stems from, to a certain degree**, the domestic impact, in **the** national territory, of foreign factors.



## COMPOSITION

The most intense conflicts, if overcome, leave behind a sense of security and calm that is not easily disturbed. It is just these intense conflicts and their conflagration which are needed to produce valuable and lasting results.

Carl Gustav Jung. The Structure and Dynamics of the Psyche. **The Collected Works**. V.8. Routledge: London, 1960. P. 26

**In light of the quote above, comment on the possible positive effects, if any, of different conflicts throughout the twentieth century.**

(value: 50 marks)

**Roberto Szatmari (45,50/50)<sup>11</sup>**

Throughout history, many thinkers have argued that crises and conflicts have positive effects for progress and civilization. German philosopher Hegel compared nations to trees, which occasionally needed to be shaken to be cleared of dead leaves. Proposed benefits of conflicts have included everything from technological development to increased unity and moral edification. As our economic and political analyses improve, however, these views seem increasingly quixotic and untenable.

It is certainly true that the need to best your opponent in a conflict creates a demand for innovation rarely seen in peacetime. The need to break German codes in World War II led to the invention of the first computers and the Manhattan Project drove advances in theoretical physics that went far beyond the creation of the atom bomb.

Another argument suggests that conflicts bring more intangible benefits to populations, by boosting morale and providing a sense of purpose. In this view, Americans in the Cold War enjoyed a sense of kinship with others in the western bloc and their struggles in their daily lives could be seen as part of a broader struggle to prove that their model of society was the superior one. This reflected in the space race, in Hollywood films and in the Olympics.

A third argument claims that it is not the conflict itself that brings prosperity, but its aftermath. A return of soldiers from the front could boost demand and the end of the war effort would raise supply accordingly, driving economic growth. More importantly, the post-conflict world would build new institutions to guarantee lasting progress, such as the creation of the UN and the Bretton Woods system.

---

<sup>11</sup> Por problemas técnicos, não será possível apontar onde estão os erros gramaticais.

All of these views contain some truth, yet all vastly understate the damage brought by conflict. Perhaps unsurprisingly, they tend to be formulated in times of peace and prosperity, not war.

In Europe, pre-World War I levels of growth and prosperity were only matched late in the twentieth century. Political freedoms, in some areas, were not re-established until the end of the Cold War. In conflicts on the periphery of the Cold War, such as in Africa and in Southeast Asia, it is hard to argue for any plausible benefits at all.

Further, technological progress has been proceeding at an extraordinary pace ever since the IT revolution, much of which happened after the end of the Cold War.

Upon more careful analysis, it is clear that conflicts bring guaranteed strife and uncertain benefits. Rather than looking to conflict as a necessary catharsis, it is more important to recognize the positive effects of peace and stability and to always bear in mind the devastating human cost of the twentieth century conflicts.

Organização e desenvolvimento de ideias: 18/20

Qualidade de linguagem: 9,5/10

Correção gramatical: 18/20

## Camilla Neves Moreira (34,5/50)

A hundred years after the beginning of the First World War, debates over conflicts are on the rise. In the twentieth century, the concert of nations witnessed more than its fair share of wars and conflicts between countries. Generations had to learn how to contend with the horrors of war and were long haunted by the memories of those times. Academic theories were developed to try to explain how rational beings could be capable of so much destruction. Despite the well-known negative effects of conflicts, they can also have positive impacts on communities and on the international scene.

Although ethnic differences and political disputes **might** split countries apart, some conflicts can stimulate closer social ties in nations which are facing a foreign enemy. This stems from a sense of solidarity and collectiveness which derives from the shared experiences of hiding and trying to survive in times of war. The United Kingdom epitomises this **possibility**: in the Second World War, Germany **strongly** bombed the country, with the purpose of creating political unrest and instability, which would make the United Kingdom an easier target. Nonetheless, the woes caused by the attacks brought people together and spurred its community to work in **unissom** so as to defeat Germany.

**In** a broader perspective, intense conflicts can result in a strong commitment to peace. The aftermath of the Second World War and the international commitment to prevent new conflicts represent the backdrop which allowed the inception of the United Nations in 1945. After the horrors of this war, the concert of nations decided to create an international organisation with the **quintessencial** purpose of guaranteeing lasting international peace. Moreover, the genocides and the crimes of war that were perpetrated by the Nazis stimulated the development of an international regime to protect humans rights. Therefore, one of the worst conflicts in history fostered the creation of an international system to protect humanity from the menaces of warfare.

Carl Jung had already indicated the possibility of positive outcomes stemming from intense conflicts. Even though his perspective is based on the analyses of individuals, this notion can be applied to countries and even to the international community. The Second World War left to the United Kingdom a legacy of collectiveness which allowed the country to **cross** the hurdles imposed by this war. In addition, the conflicts in the twentieth century brought nations together in the effort to prevent political disputes from becoming full-scale wars. Therefore, not only have past conflicts fostered the current international commitment to lasting peace, but they also **showed** humanity the paramount importance of the task.

Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20

Qualidade da linguagem: 6,5/10

Correção gramatical: 13/20

### **Pedro Ivo Souto Dubra (34,5/50)**

That the twentieth century was a **conflictuous** period is undeniable. Not only was it perceived as a bloody instant of history, but it was also considered a time of potential peace. In those years, Realism and Idealism flourished, which corroborates the argument that the “Age of Extremes” was quite ambivalent. An informed analysis of the possible positive effects of different conflicts throughout the twentieth century will bear fruit only if two aspects are not neglected: the possibility of learning from wars and the need for changing the international system that emerged from that period.

In his writings about the Psyche, Carl Jung advocated that intense conflicts could have productive effects. If overcome, they would pave the way for a valuable sense of security, which could positively last. World War II seems to have contradicted Jung’s standpoint, inasmuch as one could argue that mankind learned nothing from the 1914-1918 events. Nevertheless, that is not entirely true. Wilson’s Points were taken into account in the ambit of the United Nations creation, even if Realism has been prevailing since 1945. Statesmen such as Churchill were firmly decided not to fall prey to a new Hitler. Public opinion started to put pressure on national leaders, **namely** from the 1960s on, as the example of the Vietnam War demonstrates. Moreover, the Cold War can be described as an effort towards equilibrium. As Jung shrewdly suggested, conflicts can teach something, and mankind seemed capable of learning something from them throughout the twentieth century.

The need for changing the international system that derived from the last century also lies at the core of the discussion on the possible positive effects of conflicts. Albeit relatively efficient, that order must be shifted. Should **not** the Security Council be reformed, potential conflicts may emerge. The post-World War II configuration of power is no longer acceptable, and the proposals of reforms **sustained** by countries such as Brazil and India should not fade into the background. As both **world wars** taught men who lived in the twentieth century, conflicts may emerge from peaceful contexts. In that sense, preventive diplomacy is a topic of great germaneness, inasmuch as it paves the way for long-lasting peace by gathering information and advising national leaders.

Mankind always learns something from past experiences. In that sense, the twentieth century, full of contrasts, had much to teach. Millions were unfortunately killed so as to show that peace should not be taken for granted. Moreover, the order that emerged from that period, in spite of its relatively stable basis, must be reformed in order to prevent new conflicts.

Organização e desenvolvimento de ideias: 13/20

Qualidade da linguagem: 6/10

Correção gramatical: 15,5/20

## PIOR NOTA (23,5/50)<sup>12</sup>

The twentieth century was the bloodiest in recorded history. Its first half **encompassed** two World Wars; in its second half, a plethora of small conflicts ravaged underdeveloped nations, particularly in Africa. It is not safe to assume that all the conflicts which took place throughout the twentieth century **have produced** positive effects. In some cases, they did; in others, they jeopardized state sovereignty and national cohesion, leaving behind nothing but chaos.

A long and cruel war can **bring forward** the preciousness of peace. High death tolls and **V** exhaustion of resources make states and national societies more willing not only to celebrate peace, but also to avert new quagmires that **would** lead to conflict. In no other region **this choice has been** more enthusiastically embraced than in Europe. After the second World War, rivalries between France and Germany gave way to integrating efforts that addressed the cultural, economic and social issues that once had led to the worst carnage ever **registered**.

Although **servicing** as a beacon to guide other international **integrating** efforts, Europe has a dynamics of its own. Other regions did not fare that well in post-conflict scenarios. **V** Positive effects of war are more likely to appear when societies are galvanized **towards** the pursuit of peace. Should conflict affect the very fabric of societies, it **would be** harder to sustain broad arrangements for lasting peace. The civil **strifes** that ravaged African countries such as Somalia, Rwanda and Guinea-Bissau **still are** being dealt with by the African Union, which **is focused in** providing the means for those states to achieve peace within their territories.

The comparison between European and African panoramas reveals that different conflicts throughout the twentieth century have produced different results. When these conflicts **have affected** well-formed, fully-fledged national societies, such as the European ones, a lasting peace could follow the end of war; conversely, should the strife tear up national cohesion, which **happened** in Africa, positive outcomes **are** not so easy to spot. The African Union, for instance, is rather a collective answer to **dire instability** than a benefit from those conflicts.

---

<sup>12</sup> Comentários do autor: Observações do primeiro examinador (conteúdo): "Well thought of comparison – Europe x Africa. Sound structure and development of ideas". Dois pontos a menos em gramática, a redação sequer teria sido corrigida. Cometi erros diversos, variados e sortidos, de colocação, de escolha vocabular, de ortografia. Creio que o conteúdo salvou a redação. Sugestão aos candidatos: preocupem-se com a gramática, ela é fundamental; mas não descuidem do conteúdo, ele pode salvar sua prova.

**Beyond** political instability, conflicts in Africa also left a dark legacy of lack of infrastructure and **undedevelopment**. Eventually, Africa might finally overcome the challenges derived from the **twetieth**-century conflicts. Some countries such as South Africa and Nigeria have achieved stability and have prospered. Nonetheless, the healing of the African wounds will be a substantially different process **than** that of the Europeans.

Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20

Qualidade de linguagem: 6,5/10

Correção gramatical: 2/20

## SUMMARY

Write a summary, **in no more than 200 words**, of the following excerpt adapted from Michael S. Lund's 1995 Foreign Affairs article "Underrating Preventive Diplomacy"

(value: 15 marks)

The malaise of U.S. foreign policy is such that academic gadflies now debunk any proposal sounding suspiciously positive. The charge is that proponents of preventive diplomacy oversell its potential, and naive policymakers are taking the bait. It is argued that problems of prescience, policy prescription, and political support mean the "intractable" conflicts "endemic" to the post-Cold War period cannot be averted unless major resources are invested in situations where risks are high and success is doubtful. Preventive diplomacy, the contention runs, merely means that one founders early in a crisis instead of later.

Scaremongers conjure up a nightmare in which zealous purveyors of preventive diplomacy mesmerize unwitting policymakers into buying a discount antidote for local quagmires, one with little potency and hidden side effects. Yet responsible proponents of preventive diplomacy obviously do not presume easy solutions to such disasters can be found, nor do they advise key players to do something, just anything, in dealing with incipient conflicts, tout preventive diplomacy as a cure-all with no cost or risk, or assume no value judgments need be made. Not only do the scaremongers distort the views being expressed but they insult policymakers by implying they would fall for such policy nostrums.

Advocacy of a policy is confounded with adoption of the substance behind it. The fact preventive diplomacy is a buzzword of foreign policy does not imply that early warning and conflict prevention have become official doctrine or standard operating procedure. The term "preventive diplomacy" refers to actions or institutions that are used to keep political disputes arising between or within nations from escalating into armed force. These efforts are needed when and where existing international relations or national politics fail to manage tensions without violence erupting. They come into play before a point of confrontation, sustained violence, or military action is reached.

The claim is that while we know the societal conditions that stoke the chances of war or state collapse (e.g., poverty, environmental degradation, ethnic and economic divisions, and repressive, corrupt regimes, and so forth), murky individual and group decisions make it impossible to predict exactly when

and where violence will surface. But just because political forecasting is not rocket science does not disqualify it. Unheralded acts, such as a military coup or a terrorist bombing, are very difficult to forecast. Early-warning specialists are, though, making progress in pinning down the probable precipitants of more gradual, phenomena, such as ethnic conflict, genocide, and the breakdown of states. Demonstrations, repressive measures, hate rhetoric, arms build-ups, separatist communities forming parallel institutions: these signs one ignores at one's peril.

In Estonia, for example, restrictive citizenship and language laws adopted in 1993 by the newly-independent government were perceived by resident Russian speakers – then a third of Estonia's population – as discriminatory and threatening. Mindful of this group's powerful patron next door, the High Commissioner on National Minorities of the Conference on Security and Cooperation in Europe and other governmental and private actors took preventive steps to allay tensions.

The rub, so the argument runs, lies in knowing what actions to take. But preventive strategy is not the stab in the dark some observers insinuate. The blanket view that ethnic tensions uniformly lead to intractable conflicts is based on a few recent instances where, despite efforts to avoid it, violence has ensued: Croatia, Bosnia, Somalia, and Rwanda. One should look, instead, at the numerous ethnic and national disputes deemed potentially destabilizing and menacing that were actually managed in relative peace: Russia and Ukraine over Crimea, the break-up of the Czech and Slovak Republics, Congo's transition from autocracy, Zambia's non-violent shift toward democracy, and Hungary's moderated relations with its neighbors, among others. Such success stories are virtually ignored. Only two policy options ("little more than talking" or armed force) are mooted, whereas governments and NGOs have resorted to a gamut of measures to influence parties in disputes.

One may well be skeptical that preventive action would save more lives, cost less, and obviate the need for humanitarian intervention. No need, still, to go to the opposite extreme, wherein the financial and political cost of preventing such crises is prohibitive. The logic of conflict escalation is prima facie support for the view that less violent and short-lived disputes offer much greater opportunities for peaceful management by mediators. Issues in those types of disputes tend to be simple and singular, disputants are less rigidly polarized and politically mobilized, fatalities (and thus passions) are low, and communications and common institutions may have survived. Other states or external groups are less likely to have taken sides and may even share an interest in keeping local disputes from burgeoning.

The calculus of deciding whether preventive diplomacy is worth the price must comprehend the costs of alternatives such as mid-conflict intervention and



non-involvement. That covers not only lives lost and injuries but also the price of humanitarian relief, refugee aid, and peacekeeping. It should also include the cost of losses in health, education, infrastructure, trade and investment opportunities, and natural resources.

The feeling is that the public will not endorse preventive diplomacy's risks and costs, but the considerations described above cast the issue of "political will" in a different light. Preventive efforts are often much less challenging and more prosaic than cases in which a government must endeavor to rouse the country to expose troops to possible danger abroad. For example, the dispatch of 500 American soldiers to join the U.N. peacekeeping mission in Macedonia was hardly noticed. Were preventive diplomacy to prosper, incipient conflicts would not even reach the desks of the National Security Council, the State Department's upper echelons, and the Pentagon.

Rather than ignore potential crises and threats out of some unexamined theory of their imagined intractability, policymakers might prudently track emerging political disputes around the world and develop policy options for addressing them promptly as opposed to belatedly. That would enable decision-makers to better assess whether they should act, when, with what means, and with whom. As successes mount, the burden of proof will shift those who would still defend the notion that current wait-and-see policies and practices are best. The stakes in the potential crises are simply too high for such options to be dismissed with cavalier analyses carping on about a few frustrating experiences.

Michael S. Lund, **Underrating Preventive Diplomacy**. Foreign Affairs, July/August 1995 issue. Available at: <http://www.foreignaffairs.com/articles/51214/michael-s-lund/underrating-preventivediplomacy>. Retrieved on 27.03.2014

### **Roberto Szatmari (14/15)**

Naysayers in academia dismiss the value of preventive diplomacy by assuming it is ineffective in the face of post-Cold War challenges. They claim that preventive diplomacy proponents treat the policy as a panacea while ignoring its risks. The critics, however, conflate the actual tenets of preventive diplomacy – preventing disputes from escalating – with the superficial adoption of preventive diplomacy as a policy slogan. They claim that the difficulty in predicting the outbreak of violence makes the policy ineffective. The counterargument is that, thanks to specialists' efforts, predictability is improving.

While in many cases of ethnic violence conflict ensued, claiming that violence is inevitable ignores several other instances in which conflict was avoided. Short disputes are particularly prone to peaceful mediation. The choice

for preventive diplomacy should involve a cost-benefit analysis of its value compared to that of the alternatives. The lower costs of preventive diplomacy also mean it is more easily accepted by national populations. It is, therefore, more useful for policymakers to improve their information gathering and to develop early responses to crises than to assume that the crises are unsolvable. The growing success of preventive diplomacy will make it progressively harder for critics to contend that inaction is the best course of action.

### **Flávio Beicker (12,5/15)**

Academic researchers are critical of preventive diplomacy, which has had great influence on US foreign policymakers. They hold that, in the aftermath of the Cold War, the solution for international problems requires major resources and that preventive diplomacy only speeds up the deepening of a crisis.

Those who seriously propose preventive actions, however, do not assume that there are cost and risk-free solutions for entanglements. Preventive diplomacy comprises the deployment of diplomatic means to prevent an escalation in international or domestic disputes, thus avoiding violence or military action.

Political scientists have improved methods of predicting the surge of ethnic conflicts or the threshold of state collapse. In Estonia, for instance, preventive actions managed to ease tensions arisen by laws deemed threatening to minorities. One should not turn a blind eye to examples in which preventive diplomacy has silently succeeded. This demands an evaluation of the risks and alternatives available and is more likely to succeed in the beginning of a crisis.

Instead of neglecting potential crises, policymakers should monitor emerging disputes and conceive strategies to address them. Only through success preventive diplomacy can enjoy widespread acceptance.

\* expressões sublinhadas pela banca, sem marcação explicativa.

### Clarissa De Souza Carvalho (12/15)

A 1995 Foreign Affairs article supports preventive diplomacy and counters the arguments of those who favor reactive armed responses. Critics of preventive diplomacy say it is expensive, uncertain and risky. You just bring defeat forward by adopting it, and unwanted consequences might ensue, due to its **unefficient** methods. The article retorts that these arguments are misleading, as they suppose that policymakers lack critical thinking. Preventive diplomacy is neither naïve nor a one-size-fits-all solution. It aims at defuse domestic and international conflicts before they become widespread wars.

Anticipating conflicts' place and time is impossible, despite knowing their structural causes. Social strifes, however, are more predictable than terrorist attacks, as decisions related to the latter lack transparency. Early-warning systems also help in the first case. Despite such episodes as Rwanda, preventive diplomacy has successful cases to show, although people often forget them. Acknowledging the challenges to preventive diplomacy, one should not favor its antipode.

Assessing the benefits of diplomatic solutions, the costs of armed responses must be considered. Diplomacy means less troops abroad and less challenges to top-rank security institutions. Officials should therefore anticipate conflicts inasmuch as possible and react soon, so supporters of armed responses will have to justify their preferences.

## PIOR NOTA (4/15)

Preventive diplomacy has been discussed within the framework of United States foreign policy issues. Someone **consider** that the proposal is overvaluated, as it is naive, weak and non comprehensive. Others say that prevention is not a **standart** procedure, indeed it is just a tool to prevent forecasted conflicts. The very fact is when and which this actions have to be taken.

Some conflicts could be predicted, as succesful experiences can illustrate. Situations that cannot be forecasted do not **desqualify** the whole policy. Even in some cases there **are** less **space** to prevention and intervention, so less rigid conflicts can offer great oportuniteis to this kink of diplomacy.

**Finantial** costs have **been also** discussed. Prevention can cost less, but in some cases the price is prohibitive. Nevertheless, there are things that make the calculus hard to be done, such as injuries and humanitarian relief. Risks have also to be considered.

Public support seems to be hard to achieve. Prevention efforts are less challenging than big military interventions, indeed. Thus, prevention should not be ignored. **Track** potential crisis and develop policies **have** to be done, in order to **adress** conflicts. Past experiences cannot determine current actions.

*“weak summary and language”*

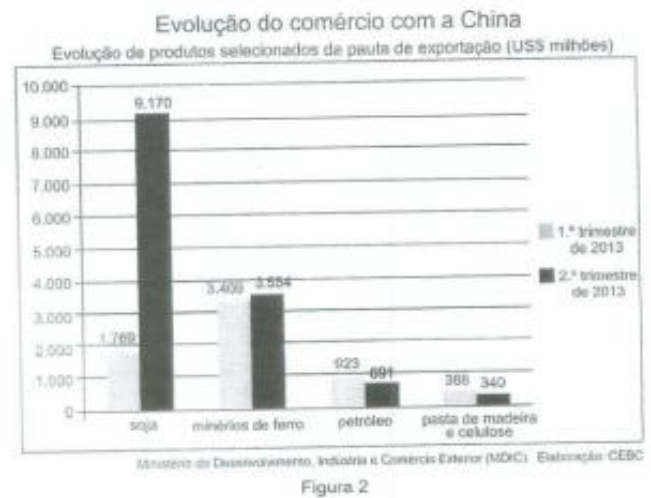
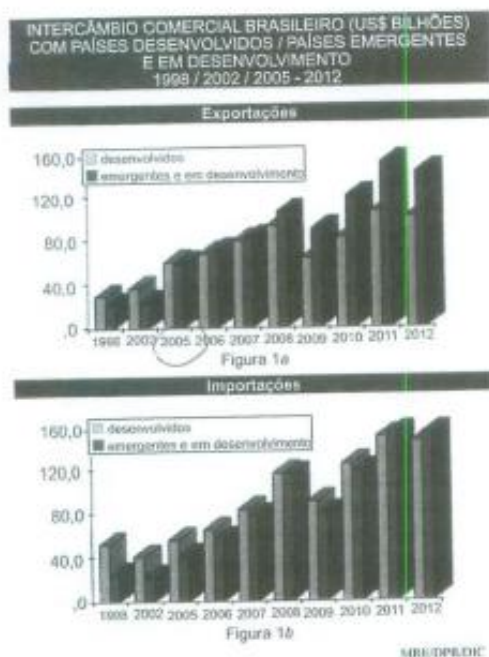
1: 0,5 / 2: 0,5 / 3: 0,5 / 4: 0,5 / 5: 1 / 6: 0,5

use of English: 0,5

## GEOGRAFIA

### QUESTÃO 1

Países do Sul têm-se destacado no mercado global e incrementado as trocas comerciais entre si (figuras 1, a e b). No caso brasileiro, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, observa-se uma intensificação nas relações comerciais com a China, cuja demanda crescente por *commodities* a faz um dos principais parceiros comerciais do Brasil (figura 2). Não se pode deixar de registrar que o redesenho da geografia do comércio mundial remete à problemática ambiental, deixando explícitas as contradições entre a preservação/conservação da natureza e o desenvolvimento econômico.



Considerando, de um lado, a composição e a escala das trocas entre o Brasil e seus parceiros comerciais e, de outro, os instrumentos da política ambiental brasileira, bem como os compromissos assumidos no que se refere à negociação e à implementação de acordos, tratados e convenções internacionais sobre o meio ambiente, discorra sobre as implicações ambientais para o país em face de sua diversidade biológica. Tenha em conta o desenvolvimento dos setores agrícolas, industrial e energético do Brasil.

**Extensão máxima: 90 linhas**

**[valor: 30 pontos]**

## Diego De Souza Araujo Campos (28/30)

A geografia do comércio exterior brasileiro tem mudado de perfil nos últimos anos, graças ao incremento do comércio com países em desenvolvimento. A composição e a escala de trocas entre o Brasil e outros países, no entanto, traz desafios para a gestão do meio ambiente, mormente no que tange à diversidade biológica e ao regime internacional que trata da questão. Nesse contexto, cabe analisar tais desafios, levando em consideração os setores agrícola, industrial e energético do país.

Os países em desenvolvimento são, atualmente, os principais parceiros comerciais do país, como ilustra a primazia da China na demanda por produtos primários nacionais, como soja e minério de ferro. De fato, as exportações de matérias-primas e de outros produtos de baixo valor agregado permitiram manter os superávits na Balança Comercial nos últimos anos. Percebe-se, no entanto, que a escala de trocas entre o país e os seus parceiros comerciais não se resumem ao setor primário exportador. Os países do Mercosul e da Aladi como um todo importam, sobretudo, produtos manufaturados brasileiros, que passaram a dominar a pauta de exportações do país a partir dos esforços do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O caso da China, no entanto, mostra a crescente dependência brasileira em relação às exportações de *commodities*, inclusive para parceiros tradicionais como Estados Unidos e União Europeia.

Esse cenário do comércio exportador brasileiro ressalta o risco de “reprimarização” do quantum das exportações nacionais, altamente dependentes dos ciclos de preços dos mercados internacionais. Vale lembrar que, mesmo no que tange às importações, o Brasil voltou a ser importador líquido de petróleo e de seus derivados por desafios presentes nos sistemas de engenharia que permitem a exploração e o refino dessa *commodity*. Espera-se que o desenvolvimento dos campos do pré-sal traga novamente a autossuficiência para o país. Nesse contexto, deve-se ressaltar que a abertura de novos mercados para os produtos e as empresas nacionais por meio de diversificação de parcerias contribuiu para que a antiga dependência dos mercados desenvolvidos fosse substituída pela maior cooperação Sul-Sul, o que não exclui totalmente a lógica assimétrica no comércio com parceiros comerciais.

A questão comercial brasileira vincula-se à problemática ambiental, principalmente no que se refere às implicações para a biodiversidade em país que lidera o grupo dos Estados megadiversos. Como ator produtivo e responsável, o Brasil renovou credenciais a partir do processo de redemocratização ao aderir aos principais acordos que compõem o regime internacional do meio ambiente. Tome-se como exemplo a Convenção sobre a Biodiversidade, celebrada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), com o intuito de proteger a diversidade biológica em contexto do desenvolvimento de ações antrópicas em

setores como a agricultura. Por isso, o Brasil apoiou a assinatura do Protocolo de Cartagena (2000) e do Protocolo de Nagoya (2010), que são ramificações da Convenção supracitada e se coadunam com a Lei de Biossegurança brasileira. Pelo documento de Cartagena, os países produtores agrícolas devem resguardar a biodiversidade e a saúde humana frente à tendência homogeneizante dos transgênicos. A perda de biodiversidade pode advir do uso de sementes geneticamente modificadas, que podem misturar-se, inclusive às culturas tradicionais.

A erosão genética afeta não apenas a agricultura, mas a indústria, pois esta vende produtos manufaturados que podem conter transgênicos. Consequentemente, o Brasil e a União Europeia sustentaram medida de rotulagem de produtos que contenham transgênicos. No Brasil, medidas adicionais resultantes da Lei de Biossegurança, com a aprovação do Conselho Nacional de Biossegurança, buscam evitar a propagação de transgênicos sem o controle governamental, como ocorria com o contrabando de sementes geneticamente modificadas pela fronteira com a Argentina, um dos maiores produtores de soja transgênica do mundo.

Quanto ao Protocolo de Nagoya (2010), este torna-se alicerce para proteção de tradições e de costumes de povos locais, como os amazônicos, no que tange ao aproveitamento da biodiversidade local. As indústrias, segundo o documento, devem repartir com as comunidades locais o lucro proveniente do uso dessas tradições e desses costumes. Isso é particularmente importante porque muitas empresas estrangeiras recorriam aos conhecimentos indígenas para desenvolverem produtos como cosméticos e remédios, além de tentarem patentear as matérias-primas em outros países, como foi o caso do cupuaçu no Japão. Mostra-se, assim, que as implicações ambientais para o país em face de sua diversidade transcendem a agricultura e alcançam a indústria.

No domínio da energia, a atual dependência das importações de petróleo contrastam com o desenvolvimento dos biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel. A tentativa brasileira de universalizar a *commodity* do etanol, conquanto contribua para o combate ao aquecimento global, como expresso na Convenção sobre Mudanças Climáticas (1992), constitui foco de preocupação de ambientalistas e do Ministério do Meio Ambiente quanto ao desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar. Por isso, o governo trabalha para conter o desmatamento, sobretudo na Amazônia, com políticas ambientais específicas que já incluem o Fundo Amazônia. A perda de biodiversidade, portanto, envolve também a questão da energia. Convém mencionar que o Brasil, como exportador de petróleo para países como Estados Unidos, deve atentar para os efeitos da exploração do pré-sal sobre a biodiversidade marinha da Amazônia Azul, o que foi discutido em reunião da Rio+20.

O Brasil defende o desenvolvimento nacional calcado na proteção ambiental e no combate à pobreza. Não por acaso, é um dos incentivadores do conceito de economia verde. A composição e a escala das trocas entre o Brasil e os seus parceiros, no entanto, impactam no meio ambiente nacional. Por



isso, o Brasil, como país megadiverso, negocia e celebra acordos internacionais para preservar a biodiversidade, com atenção especial para a biossegurança relacionada aos transgênicos. Nesse contexto, o Brasil reflete esses acordos em políticas nacionais de proteção ambiental, sempre considerando a variável do desenvolvimento sustentável na adoção de medidas específicas.

## Victor Hugo Toniolo Silva (28/30)

David Harvey discorreu largamente acerca da reordenação territorial pós-fordista. A flexibilização ocorrida ensejou a expansão da produção nos territórios e a formação de redes. Esse processo criou o que Milton Santos denominou de meio técnico-científico-informacional, que se baseia fortemente no incremento de próteses no território e na formação de espaços luminosos, fluidos e bem informados. As evoluções desse processo atingiram de maneira considerável o Brasil, especialmente pelo seu estoque de recursos naturais. Ademais, o próprio país realizou acelerado processo de desenvolvimento, que atingiu seus setores agrícola, industrial e energético. A discussão atual versa sobre equilibrar de maneira sustentável esse quadro, de modo a crescer segundo um padrão consciente de preservação do meio ambiente. As implicações ambientais são consideráveis, mas o Brasil tem criado modelos adequados para mitigar esses impactos sem comprometer seu desenvolvimento.

A análise da pauta comercial brasileira revela grande discrepância entre a exportação de commodities e a de manufaturados. Na realidade, essa diferença decorre da antiga divisão internacional do trabalho, que resultou em países centrais intensivos em tecnologia e países periféricos intensivos em matérias-primas. É muito questionável que parceiros como EUA e União Européia (UE), após terem esgotado grande parte de seus recursos naturais, baseiem seu atual crescimento nas commodities da periferia. China e Índia são casos distintos, pois seu ritmo de crescimento demanda commodities de outros países. A atividade exploratória e agrícola no Brasil, ensejada pela demanda de parceiros, constitui desafio com sérias implicações ambientais. A expansão da fronteira agrícola rumo à Amazônia, a compactação e contaminação dos solos do Cerrado, o desmatamento decorrente dos eixos de escoamento da produção são exemplos das implicações ambientais decorrentes do “boom” das commodities.

O jargão do regime internacional de proteção ao meio ambiente denomina “NAMA” as medidas nacionais adequadas à proteção do meio ambiente. O Brasil tem diversos NAMA, que surgiram como resposta às questões ambientais, especialmente àquelas vinculadas à produção e extração de commodities. A partir da década de 1990, políticas consistentes foram elaboradas, inclusive com financiamentos do então G-7. Em 2004, no entanto, houve um pico no desmatamento da Amazônia, que demandou novas medidas. Nesse contexto, foi elaborado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que baseou-se nos estudos de Berta Becker. É um conjunto de diretrizes que visa a criar alternativa economicamente viável ao trinômio boi-soja-madeira. Becker dizia que o Brasil realizou três revoluções ambientais — correção dos solos do Cerrado, biocombustível de cana-de-açúcar e exploração de petróleo em águas profundas — e restava criar modelo sustentável para a exploração da Amazônia. Ademais, o Brasil elaborou o Plano Nacional de Mudanças

Climáticas (PNMC), que visa à redução de emissões sobretudo por desmatamento, e o PPCerrado, que versa sobre área degradada pelo agronegócio, especialmente.

A mudança do perfil soberanista para atividade propositiva fez que o Brasil se tornasse líder nas negociações de meio ambiente. Além de sediar a Rio-92 e a Rio +20, o Brasil age intensamente nos trilhos de negociação de mudança climática, o AWG-LC e o AWG-KP. A ambição do compromisso do país foi manifestada na Conferência de Copenhague, onde, diante do impasse criado, o país adotou unilateralmente compromisso ousado de redução de emissões. Em outra vertente, o Brasil é membro da coligação dos países megadiversos, que trabalha intensamente nas negociações vinculadas à proteção da biodiversidade, que resultaram na adoção do Protocolo de Nagoya. Junto com o Protocolo de Kyoto, esses dois compromissos formam o eixo jurídico multilateral da ação do Brasil na proteção do meio ambiente, tanto de negociação quanto de implementação.

O desenvolvimento econômico brasileiro tem-se baseado em três eixos principais: agrícola, industrial e energético. Na vertente agrícola, o país tem expandido a produção tanto verticalmente quanto horizontalmente. A fronteira agrícola tem adentrado cada mais a Amazônia meridional, bem como avançado no Cerrado setentrional. No campo da indústria, a demanda nacional por commodities soma-se à internacional, aumentando as pressões de exploração de minérios e de madeira. No setor energético, malgrado a matriz tenha componente renovável consideravelmente alto, o crescimento dessa oferta não acompanha o crescimento geral da demanda por energia. Desse modo, conforme estudo do Ministério de Minas e Energia, a participação de fontes não-renováveis têm aumentado frente à de fontes renováveis. Resta saber se isso é tendência ou casualidade.

O quadro apresentado suscita numerosas implicações ambientais para o Brasil. O apetite por commodities enseja o aumento da exploração e a expansão da produção agrícola. O desenvolvimento nacional incrementa essas pressões sobretudo por energia. Os “NAMA” brasileiros, assim, são submetidos a estresse, agravado pela adoção do novo Código Florestal, que foi vitória ruralista e derrota ambientalista. Dessa maneira, os compromissos internacionais do Brasil são colocados em risco. Estudos afirmam que o Brasil não alcançará as metas assumidas em Copenhague, e que em 2020 haverá excesso de emissão de gases. É oportuno recordar que, dada a matriz energética relativamente limpa, as emissões do Brasil se devem em grande parte ao desmatamento.

O Brasil sempre advogou que é possível crescer de maneira sustentável. As discussões da Rio +20 mostraram que isso é possível, malgrado Eli da Veiga a tenha considerado, com certa razão, “dois passos para trás e um para a frente”. A fim de executar seus “NAMA” e cumprir os compromissos internacionais, a retórica brasileira precisa converter-se em

maiores ações. Somente assim o Brasil pode desenvolver-se de maneira sustentável, de modo a realizar “o futuro que queremos”.

### **Leonardo Cardote (27/30)**

A análise das implicações ambientais da nova dinâmica comercial brasileira deve relevar, por um lado, as consequências e os desdobramentos da nova inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo global. Essas consequências podem afetar a biodiversidade do país, porquanto espaços territoriais consagrados à produção para o exterior são refuncionalizados segundo a ótica produtiva do século XXI. Por outro lado, deve levar-se em consideração esforços e programas governamentais voltados à sustentabilidade, os quais buscam regular essas novas relações produtivas e estimular o uso adequado do território. Nesse sentido, o desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e energético, no Brasil, deve ser orientado no sentido da promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A nova dinâmica comercial brasileira evidencia a reconfiguração da inserção internacional do país, resultados de esforços de diversificação de parcerias. Além disso, a ascensão dos países emergentes, em especial da China, estimulou formação de novos fluxos comerciais. Na última década, a China assumiu a posição de maior parceiro comercial do Brasil. Essa nova condição consagra o êxito dos esforços de diversificação promovidos pelo Brasil nas últimas décadas; apresenta, entretanto, novos desafios. O principal desses desafios é o risco de reprimarização da pauta exportadora brasileira. De fato, o comércio com a China revela-se profundamente concentrado em quatro tipos de produto (soja, minério de ferro, petróleo e pasta de madeira/celulose). Essa concentração é deletéria para o Brasil, porquanto promove pressões para expansão da produção desses bens no país. Tais bens estão intimamente ligados a questões de gestão do território brasileiro e a temas delicados de preservação ambiental.

A expansão territorial das frentes de cultura da soja envolve aspectos de preservação da biodiversidade. Após a expansão inicial para o estado do Paraná, o cultivo da soja expandiu-se sobremaneira para o Centro-Oeste, impulsionado pelas técnicas agrícolas de correção da acidez do solo do cerrado, desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) no âmbito da EMBRAPA. Hoje, as fronteiras de expansão incluem outros cultivos (algodão e milho) e alcançaram a região Norte e a área central da divisa entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MAPITOBA). As vertentes de expansão refuncionalizaram o território e podem comprometer a diversidade biológicas dos biomas Amazônico e do Cerrado. O bioma do Pantanal, embora ainda bastante preservado, é extremamente vulnerável a este avanço.

A ameaça à diversidade do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal tem ensejado medidas por parte do governo brasileiro para dirimir riscos a esses biomas. O governo brasileiro implementou o Programa Amazônia Sustentável,

cujo objetivo é promover o uso sustentável e o manejo florestal correto de propriedades na região amazônica. O Fundo Amazônia, por sua vez, visa financiar projetos de capacitação em sustentabilidade para aquela região. Da mesma forma, o cerrado também é objeto de Programa de Preservação, sendo o bioma mais devastado pela atividade agrícola. A legislação brasileira estabelece limites mínimos de preservação da cobertura natural das propriedades.

Políticas para os setores industrial e energético também complementam o rol de medidas implementadas pela política ambiental brasileira. O Brasil possui legislação ambiental complexa e multifacetada; a necessidade de obtenção de licenças prévias para atividades industriais e de produção energética que provoquem impacto no meio ambiente é exemplo de norma que reitera o compromisso brasileiro com um desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de novas tecnologias de obtenção de energia que sejam menos agressivas ao meio ambiente insere-se nesse compromisso. A maior parte da matriz elétrica brasileira é composta por fontes renováveis, como a hidroeletricidade; o país utiliza, nesse setor turbinas de “fio d’água”, as quais exigem uma menor área de alagamento para geração de energia. As usinas construídas nos afluentes do Amazonas utilizam essa tecnologia e sua implantação foi precedida de estudos técnico/ambientais e consulta às populações.

Para além de esforços domésticos em prol do desenvolvimento agrícola, industrial e energético sustentável, o Brasil também participa dos principais regimes ambientais internacionais. A adesão a esses regimes proporciona repercussões imediatas na forma de gestão do território brasileiro. O regime ambiental referente à biodiversidade consagrou, pelo Protocolo de Nagoya, a necessidade de repartição equitativa dos benefícios auferidos com pesquisas biológicas. Para o Brasil, esse mecanismo fortalece uma solução sustentável para a “incógnita do Heartland” (Berta Becker); o estabelecimento de obrigações internacionais quanto ao compartilhamento permite ao país buscar soluções adequadas para gerir o espaço amazônico, uma alternativa à simples exploração predatória.

O Brasil também é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Nesse regime, o Brasil comprometeu-se com metas de redução relativa de suas emissões. No caso brasileiro, o deflorestamento responde pela parte mais significativa das emissões de gases de efeito estufa (GEEs). A adoção de programas de preservação da cobertura florestal e de uso sustentável repercute de forma positiva na redução dessas emissões. O controle exercido sobre a atividade agrícola nas áreas de expansão já oferece resultados: nos últimos anos, o país tem registrado decréscimo no ritmo do desmatamento.

Os acordos internacionais e matéria ambiental firmados pelo Brasil proporcionam oportunidades ao país de encetar maiores esforços na gestão adequada de seu território; esses acordos prevêm não somente o estímulo a esses esforços, por vezes via financiamento direto, mas também a troca de expertises e o desenvolvimento de novas tecnologias. O Fundo Amazônia, por exemplo, recebe recursos tanto da Petrobras como do governo da Noruega. Para o Brasil, essa dinâmica revela-se fundamental, uma vez que a diversidade biológica revela-se ativo geoestratégico valioso. O setor agrícola não é o único afetado por essa dinâmica; a exploração de petróleo no poço de Urucu, na selva amazônica, vem sendo feita de forma sustentável pela Petrobras, o que pode ser entendido como exemplo de influência das responsabilidades ambientais no setor energético.

O Brasil precisa manter um equilíbrio delicado quanto à preservação da própria biodiversidade. As novas relações comerciais brasileiras estimulam demandas de “soft commodities”, como a soja, e de commodities energéticas, como o petróleo, que podem provocar impactos nocivos na biodiversidade. Nesse sentido, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil servem para sustentar uma política de promoção da sustentabilidade, enquanto programas e legislações internas servem para promover a adequada gestão territorial. Não obstante, os desafios permanecem prementes, e o Brasil deve continuar os esforços em curso.

## PIOR NOTA (15/30)

A geografia do comércio mundial tem passado por importante mudança atualmente. As trocas comerciais brasileiras ocorrem crescentemente com países emergentes e em desenvolvimento. Ao lado da mudança de origens e destinos comerciais, ocorre um aumento da venda de produtos primários pelo Brasil, sobretudo por causa da grande demanda chinesa. O aumento da produção de commodities no Brasil gera preocupações de cunho ambiental, relacionadas à rica biodiversidade do país. O desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e energético é fonte dessa preocupação, mas deve-se ressaltar que o desenvolvimento econômico não é contraditório à proteção ambiental.

O aumento do comércio com a China, que compra, sobretudo, commodities brasileiras, preocupa ambientalistas. A soja, commodity mais comprada pela China, tem sido causa de desmatamento, ao empurrar a pecuária para novas terras. O arco do desmatamento já chega na Amazônia, levando ao risco de prejuízos para a biodiversidade desse bioma. Com o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia, o desmatamento tem diminuído em ritmo constante, sendo importante incentivar o aumento da produtividade da soja e da pecuária, para que não ampliem suas áreas para aumentar a produção. A produção de minério de ferro, também muito comprado pela China, envolve preocupações em torno de Carajás, ainda que essa região da Amazônia já esteja mais desmatada. Já as exportações de petróleo apresentam riscos de vazamento e de prejuízo para a biodiversidade marítima, nas explorações na costa brasileira. Esses riscos podem, contudo, ser prevenidos com medidas de segurança nas atividades extrativas.

No que se refere às exportações de produtos industrializados, EUA e Argentina são destinos importantes. As preocupações com a biodiversidade nesse caso são menores, pois as indústrias são, em geral, instaladas em regiões já urbanizadas, mesmo no caso da desconcentração industrial que passa o Brasil – é a desconcentração na concentração, segundo Milton Santos. A preocupação ambiental refere-se mais à poluição. O estímulo a indústrias de alta tecnologia e a métodos de controle da poluição pode amainar esse problema.

Cabe observar, também, a relação entre o setor agrícola e industrial, representada na formação do complexo agroindustrial. O aumento da exportação de commodities para a China causa temores sobre a primarização da pauta comercial e a desindustrialização. Agregando valor à produção agrícola por meio de indústrias a montante, que ajudam a aumentar a produtividade, e a jusante, beneficiando o produto, é diminuído o risco ambiental de expansão da fronteira agrícola e são melhorados os índices de valor agregado das exportações. As cadeias de produção de suco de laranja no sudeste e de carne bovina e de aves no sul são exemplos disso. A



implantação do meio técnico-científico-informacional na figura do complexo agroindustrial demonstra, assim, compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

No que se refere ao setor energético no Brasil, observa-se que o país tem uma matriz energética limpa, sobretudo em relação a outros países industrializados. Enquanto o uso de fontes renováveis por países da OCDE é de cerca de 10%, no Brasil o uso está em torno de 50%. No caso da energia elétrica a porcentagem é ainda maior, principalmente pelo predomínio de hidrelétricas. O desenvolvimento econômico do país e o aumento de exportações de commodities para a China não mudará necessariamente o padrão energético limpo do Brasil. O transporte de commodities pode ser realizado adequadamente por hidrovias, ferrovias e dutos, planejados no Plano Nacional de Logística e Transportes e que são menos poluentes que o modal rodoviário. Ademais, a construção de eixos rodoviários é causa de desmatamento, pela ocupação de terras em volta das rodovias, o que não ocorre nos outros modais mencionados. O aumento da fluidez no território é, assim, compatível com a matriz energética limpa brasileira e com a conservação ambiental.

O Brasil é preocupado com o meio ambiente e com a sua diversidade biológica. Políticas internas e ações e compromissos internacionais demonstram essa lógica, que não é prejudicada por seu desenvolvimento econômico. No âmbito interno, instituições e políticas domésticas normatizam a conservação ambiental, como no caso do IBAMA, dos estudos e relatórios de impacto ambiental e dos planos de proteção para a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal. No caso da Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) é exemplar da compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preocupação ambiental. Segundo lógica desenvolvida e defendida por Bertha Becker, o PAS incentiva a preservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos, a valorização de conhecimentos tradicionais e indústrias e atividades limpas, como o turismo sustentável. O estímulo à exportação de produtos sustentáveis oriundos da Amazônia pode ser inserido na estratégia comercial externa do país. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) regulamenta o uso de regiões delimitadas, determinando onde pode ou não ocorrer a produção das commodities demandadas pela China.

No que se refere a compromissos internacionais, o Brasil não tem metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa, mas se comprometeu a tê-las no acordo que substituirá o Protocolo de Quioto e apresentou metas voluntárias internas, pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas, sempre defendendo o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Quanto à biodiversidade, o Brasil, além de membro do Grupo dos Países Megadiversos assinou o Protocolo de Nagoya, embora ainda não o tenha ratificado.

Em face dos compromissos internos e externos do Brasil, nota-se que o país é comprometido com o meio ambiente e a biodiversidade. O

desenvolvimento econômico e as trocas comerciais não prejudicam essa preocupação ambiental, na lógica da defesa do desenvolvimento sustentável e seus três pilares – social, econômico e ambiental.

## QUESTÃO 2

O caso da Ucrânia e de sua região da Crimeia é fato que reafirma a teoria de Sir Halford Mackinder (1904) como modelo para a análise das relações internacionais dos blocos de poder e entre os países. Em face dessa afirmação, analise, com base nos conceitos clássicos da geografia política, a atual geopolítica mundial, considerando as negociações diplomáticas entre os Estados Unidos da América (apoiados pela União Europeia), de um lado, e a Rússia, de outro.

**Extensão máxima: 60 linhas**  
**[valor: 20 pontos]**

### **Diego De Souza Araujo Campos (18/20)**

O caso da anexação da Crimeia pela Rússia suscita a análise de elementos geopolíticos relacionados à disputa de poder entre potências. Esse caso resgata a necessidade de se recorrer a conceitos clássicos de geopolítica, principalmente aquele de Sir Halford Mackinder sobre a importância da Eurásia para o controle do mundo. Nesse contexto, convém discorrer sobre a polarização entre os Estados Unidos e a União Europeia (UE), de um lado, e a Rússia de outro no que concerne à questão da Crimeia e outras variáveis.

De acordo com o Mackinder, a potência que controlar a região da Eurásia, o que inclui a localização geográfica da Ucrânia e da Rússia, dominará o mundo. Nesse sentido, a anexação da República Autônoma da Crimeia pela Rússia ressalta a tentativa russa de influenciar a geopolítica mundial com base em dois fatores principais: a energia e o poderio bélico. No que se refere à energia, a Rússia implementa a diplomacia dos hidrocarbonetos como mecanismo de pressão sobre vizinhos e sobre a UE. A Rússia detém reservas gigantescas de hidrocarbonetos, sendo o maior exportador de gás mundial. Por meio de suas estatais, como a Gazprom, a Rússia tem gasodutos que ligam o país a mercados distantes, como o europeu, e que passam por países como a Ucrânia, uma vez que o gasoduto *Nord Stream* ainda não está em pleno funcionamento. Ademais, a Gazprom já explora petróleo nas águas do Ártico, uma das últimas fronteiras mundiais e que serve de ponto de passagem marítima para navios que ligam a Europa à Ásia.

A Rússia, herdeira da ex-União Soviética, reconhece que a influência de dissuasão de poder sobre vizinhos, como a Ucrânia, passa pela avançada indústria bélica do país, como ilustram os caças SUKOI-35, e pelo poderio das Forças Armadas russas, que têm no porto de Sebastopol, na Crimeia, área estratégica para o domínio do mar Negro, ponto de contato entre o mar Morto e a bacia do Mediterrâneo. Sendo assim, a Rússia almeja controlar não apenas o centro da chamada Eurásia, que tinha em tempos distantes a presença do Império Otomano, mas o acesso marítimo à região – o que se coaduna com as

ideias do almirante Haushofer sobre o domínio dos mares e o poderio hegemônico.

Por outro lado, os Estados Unidos, apoiados pela UE, tentam conter o expansionismo russo. Nesse sentido, a UE negocia com a Ucrânia a adesão ao bloco, que já tem membros como os Estados Bálticos, ex-satélites soviéticos. Ademais, os norte-americanos e os europeus tentam trazer, cada vez mais, os ex-países comunistas para a área de influência ocidental por meio da adesão à OTAN, que negociava a adesão ucraniana. A ação de contenção norte-americana, no entanto, avança para o Oriente Médio, em que o conflito sírio prova a necessidade de negociação dos Estados Unidos e da Rússia. Estes negociaram o fim das armas químicas sírias e a adesão síria à OPAQ. Ambas as potências têm interesses na região, seja pelo petróleo, seja pela localização geográfica, propícia para a base naval russa ali presente e para a segurança de Israel, maior aliado norte-americano no Oriente Médio.

Outra questão pertinente ao contexto é o “pivot” dos Estados Unidos para a Ásia. O governo Obama entende que essa política estratégica de influência depende de negociações com os russos e com os chineses. Por isso, os Estados Unidos negociaram um novo Acordo de Redução de Armas Estratégicas (START) com a Rússia e hesita em aplicar sanções severas contra o país pela anexação da Crimeia. Tanto os Estados Unidos quanto a Rússia sabem que a dissuasão nuclear de ambos impede uma guerra bilateral em termos convencionais, mas não ações estratégicas como o veto no Conselho de Segurança da ONU quando necessário. A influência sobre a Eurásia passa pela concertação entre essas duas potências.

A situação da Crimeia reafirma as ideias de Mackinder, em cenário de disputas geopolíticas de poder entre os EUA e a Rússia. Essas disputas são heranças da Guerra Fria e obedecem à lógica da influência dissuasória para controlar regiões. A atual geopolítica mundial, nesse sentido, decorre da rivalidade entre norte-americanos e russos e da emergência de novos atores.

### **Ana Maria Garrido Alvarim (16/20)**

O conflito em torno da Crimeia envolve motivações de toda sorte, entre elas, razões geopolíticas e geoeconômicas. O apoio americano e da União Europeia à Ucrânia envolve considerações estratégicas que advêm desde pelo menos o século XIX. Dessa maneira, o conhecimento da história e da geopolítica tradicional ajuda políticos e acadêmicos a compreenderem as negociações internacionais para a resolução do caso da anexação da Crimeia pela Rússia.

De acordo com sir Halford Mackinder, no início do século XX, a massa territorial eurásiana, que atualmente corresponde ao território russo e áreas adjacentes, corresponderia ao Heartland geográfico. Essa região, o pivô geográfico, seria de difícil alcance por mar, devido aos mares gelados do Norte e ao Inner Crescent, área de terra firme que circunda o Heartland. Para Mackinder, quem controlasse essa região teria a capacidade de controlar o inner crescent e, posteriormente, o mundo. Apesar de essa teoria poder ser relativizada atualmente, ela tem, ainda, grande poder explicativo para o conflito da Crimeia.

A região da Crimeia foi doada pelos russos à Ucrânia em 1954, no contexto da desestalinização. Entretanto, havia a condição de manutenção das tropas e marinhas russas em bases navais de Sevastopol, no Mar Negro. Esse mar tem importância estratégica para a Rússia, visto que lhe permite alcançar as águas quentes do Mediterrâneo, localizado no inner crescent. A busca russa por uma saída para mares quentes e a temeridade britânica dessa expansão russa ocasionou o surgimento dos topônimos Baleia, para a Grã-Bretanha, e Urso, para o Império Russo. A Guerra da Crimeia (1854), território que fazia parte do combalido Império Otomano, demonstra que a estratégia geopolítica russa pouco se alterou, apesar das mudanças de regime político. Isso deve-se a características geopolíticas permanentes, como a importância do controle do inner crescent, a fim de proteger o Heartland.

No atual conflito envolvendo a Crimeia, os Estados Unidos e a União Europeia, especialmente o Reino Unido, temem que a Rússia continue expandindo-se em direção ao Inner Crescent. Os conflitos na Geórgia, com a separação da Ossétia do Sul, envolvem as mesmas considerações geopolíticas. Entretanto, a Ucrânia é vizinha de países da União Europeia, e uma expansão russa para o Ocidente é temida. Acredita-se que a Rússia possa expandir-se para a Polônia, país com o qual definiu fronteiras há poucas décadas, e para a Transnístria, região separatista de maioria russa na Moldávia.

Nesse sentido, a posição dura dos Estados Unidos e da União Europeia nas negociações diplomáticas com a Rússia é embasada em eventos históricos prévios e na teoria geopolítica clássica. Os países ocidentais visam a evitar a

continuação da expansão russa em direção ao Inner Crescent e aos mares quentes, a fim de evitar a dominação russa dessa região, vital para a segurança e para os interesses estratégicos dos países europeus e dos Estados Unidos, o qual mantém bases navais em diversos pontos do inner crescent. O teórico geopolítico Nicholas Spikman afirmou que o domínio da região que bordeia o Heartland, a qual chamou de Rimland, seria vital para os interesses americanos e europeus na configuração geopolítica mundial.

A Crimeia representa importante *hotspot* geopolítico devido a sua localização geográfica. O teórico Robert Kaplan considera o conflito nessa localidade como uma “vingança da geografia” em termos nos quais os aspectos territoriais são marginalizados nas análises de acadêmicos e nas estratégias de segurança das potências ocidentais. O conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia significa, por sua vez, que as considerações geopolíticas clássicas não são inválidas atualmente.

## Victor Toniolo (14/20)

A atual crise da Criméia não surpreende o geógrafo político. O valor geopolítico da região fez que ela fosse razão de disputas desde tempos imemoriais. Após o Império Mongol dar lugar ao Império Otomano, sua posse foi contestada pelo Império Russo, que deflagrou o conflito mais sangrento do século XIX na tentativa de dominar a Táurida. As vicissitudes decorrentes da Operação Barbarossa, já na Segunda Guerra Mundial, asseguraram o domínio soviético da região, que dada sua importância e peculiaridade assumiu status especial sob o governo de Nikita Krushev. A atual contestação do “status quo” geopolítico pode ser explicada por três teorias geopolíticas, que elucidam as ações da Federação Russa e dos EUA.

“Quem dominar o leste europeu domina o heartland; quem dominar o heartland, domina a ilha mundial; quem dominar a ilha mundial, domina o mundo”. A afirmação de Mackinder sintetiza seu pensamento geopolítico. Ele considerava que havia uma porção de terra no centro da Eurásia cujos recursos naturais, fertilidade e posição naturalmente defensável fazem dela o maior recurso de poder do planeta. A Criméia encontra-se diretamente vinculada ao heartland, compartilhando sua importância geopolítica. Assim, a disputa por essa península sempre se relaciona a uma dimensão maior que ela. Enquanto a Rússia tem posses no heartland, os EUA encontram-se no crescente insular externo. Desse maneira, não interessa ao segundo o aumento de posses na ilha mundial por parte da primeira.

Mahan centrou-se na importância do poder marítimo. A metáfora do urso e da baleia ilustra a oposição entre Rússia e EUA. Enquanto um está presente em grande porção da Eurásia, o outro deve estar presente nos mares. A Criméia é a ponte de acesso da Rússia a mares quentes, e sua importância é confirmada pela magnitude da Base Naval de Sebastopol, sede da frota russo do Mar Negro. Conforme Mahan, pode-se dizer que Criméia seria incremento da presença do urso nos mares, o que confronta os EUA. A teoria do Rimland de Spykman, corrobora a tese de Mahan, na medida em que valoriza a posse dos apêndices da ilha mundial.

Brzezinski, como era próprio ao período da Guerra Fria, definiu áreas de influência. Para o autor, as disputas entre as potências não se davam de maneira direta, mas, sim, por meio dos territórios nas áreas de influência. A Criméia, bem como a Ucrânia, pertenciam à URSS. Com a fragmentação desta, antigos territórios conquistaram a independência, mas ainda assim são considerados área de influência russa, tanto pela OTAN quanto por Moscou. Por essa razão, muitos consideram que a atual crise não é senão uma reedição das tensões da Guerra Fria.

As diferentes teorias apontam para a obviedade do conflito na Criméia. Cumpre compreender que, após o fim da URSS, o governo de Yeltsin desestruturou o país. Vladimir Putin, ainda que de modo discutível, estabilizou a economia e a política, de modo a poder retomar a atividade externa. Não

parece ser, no entanto, que Putin retome por inteiro a geopolítica clássica. Mais que a oposição delineada por Mackinder e Mahan, ele parece valorizar as idéias de Spykman e Brzezinski, na medida em que valoriza a Criméia como acesso ao Mediterrâneo — logo ao Atlântico e ao Índico — e, sobretudo, visa a retomar a zona de influência perdida para o trinômio OTAN – UE – EUA.

A Federação Russa não mais pode pretender-se como potencia mundial. No entanto, sua economia e poder militar remanescente permite que ela queria se afirmar como potencia regional. As teorias geopolíticas clássicas dão subsídio a essa visão russas, especialmente de Putin. Esse entendimento parece ter suscitado, tanto pela Rússia quanto pelos EUA, a opção pela negociação. Mais que reedição da Guerra Fria, o caso da Criméia se encaixa na atual redistribuição de poder. A herança imperial e soviética faz que a Rússia demande maior poder e reconhecimento de seu status. Muito mais que a posse da Criméia encontra-se em jogo no tabuleiro geopolítico.



## PIOR NOTA (8/20)

O brasilianista Kenneth Maxwell, em recente artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, relacionou, de maneira interessante, as tensões atuais na Crimeia com a famosa guerra ocorrida nos anos 1850, dramático enfrentamento que envolveu Rússia, Império Otomano, Reino Unido, França e outras potências menores. Nesse sentido, é proveitoso lançar mão da velha teoria do heartland proposta por Sir Halford Mackinder, em 1904, como modelo analítico das relações internacionais de poder. A história, bem como a geografia e a geopolítica, ensina e contribui para o entendimento do quadro que envolve atores como Estados Unidos, União Europeia e Rússia.

Mackinder definiu o heartland como uma ampla região eurásiana, estratégica pela posição no globo e pelos recursos naturais. Para esse autor, quem dominasse o heartland disporia de enorme poder mundial. A teoria ecoava as disputas de poder entre os impérios britânico e russo nas franjas desse território (a Índia era a joia da Coroa Britânica, o Japão aparecia como possível estabilizador do expansionismo russo na região asiática, o Afeganistão sobressaía como tampão entre os impérios). A tensão diminuiu com a entente anglo-russa criada para conter a Alemanha (ela própria a enxergar no heartland um prolongamento de seu espaço vital), mas o conceito de Mackinder prevaleceu como útil. Ele próprio o revisou parcialmente, já que o desenvolvimento da indústria aeronáutica minorava relativamente a importância da contiguidade territorial implicada no heartland. A geógrafa Bertha Becker o retrabalhou de maneira proveitosa, chamando a atenção para a existência de “novos heartlands” (Amazônia, “Amazônia Azul”, Ártico). É com base nesse aggiornamento conceitual que se pode lançar mão da ideia de heartland no exame da questão da Ucrânia e da Crimeia.

Após o caos econômico dos anos 1990, a Rússia tem ressurgido como uma assertiva potência emergente. Suas impressionantes quantidades de gás e de petróleo em bacias sedimentares tanto nas proximidades da Europa quanto da China corroboram a ideia de centralidade do heartland em termos de recursos naturais. Os hidrocarbonetos alimentam a economia russa e geram excedentes exportáveis, possibilitando uma política de poder capitaneada por Putin, que tenta reviver a influência do Império soviético em países como o Cazaquistão, também cortejados pelo Ocidente. O gás russo flui por dutos que passam pela Ucrânia e, mais recentemente, a contornam pelo norte (projeta-se, ainda, um gasoduto no sul). Nesse sentido, três atores se tornam umbilicalmente ligados: a Rússia precisa exportar hidrocarbonetos para a União Europeia (e flerta com a possibilidade de atender a China com as reservas siberianas); a Europa precisa dos hidrocarbonetos da Rússia (e se vê ansiosa pela possibilidade de diversificar o fornecimento via Noruega e o xisto que flui dos Estados Unidos); a Ucrânia auferir ganhos econômicos como rota de passagem do gás russo e ela própria depende do fornecimento barato do produto (que vinha sendo oferecido por Putin) para equilibrar suas frágeis

contas nacionais. Ainda que a Rússia busque rotas não ucranianas para o gás, hoje o subsolo ucraniano por onde transita o produto é central, constitui um heartland.

Em termos geopolíticos, a questão dramatiza-se por conta da variável da política doméstica da Ucrânia. Importantes segmentos da sociedade ucraniana defendiam a aproximação com a União Europeia, o que desagradava à Rússia, que acenava com o fim da relação especial do gás. Protestos internos depuseram o governo pró-russo e agitaram regiões em que a presença de russos étnicos era relevante, como a Crimeia, que, aliás, fora incorporada à Ucrânia por decisão de Krushev, em tempos de irmandade soviética. Nesse sentido, a presença dos Estados Unidos, potência única em termos militares, atua de maneira complexa. Interessa ao país a estabilidade do fornecimento de gás russo para a União Europeia (ainda que haja possibilidade de competir por esse mercado com os russos), interessa-lhe a integridade territorial ucraniana (a anexação russa da Crimeia desestabiliza as proximidades do arco da OTAN expandida) e interessa-lhe conter a projeção de poder de Vladimir Putin sobre a antiga vizinhança soviética. As negociações têm sido tensas e algo imprevisíveis, já que ressentimentos de parte a parte se têm manifestado em choques entre grupos pró-Rússia e pró-Ucrânia na região leste. Ódios nacionalistas são sempre um preocupante combustível para as guerras.

O conceito de heartland proposto por Mackinder, desde que atualizado, serve para analisar a geopolítica atual. A região das tensões presentes remete a uma porção do território definido em 1904, há disputa envolvendo o trânsito e o fornecimento de recursos naturais e existe o engajamento de importantes potências na questão. Rerler Mackinder com olhos contemporâneos é, pois, um exercício produtivo. Malgrado as muitas diferenças e peculiaridades, a região de contato entre a Europa e a Ásia ainda parece um tabuleiro para um novo Grande Jogo.

## **POLÍTICA INTERNACIONAL**

### **QUESTÃO 3**

Em razão de fatores como a disseminação da democracia, a globalização e os avanços nas tecnologias de informação e comunicação, assistiu-se, nas últimas décadas, à afirmação da importância dos atores não-estatais nas relações internacionais. Esse fenômeno tem reclamado das chancelarias nacionais atenção crescente à diplomacia pública, tanto na esfera multilateral quanto no plano das relações bilaterais, como complemento à diplomacia intergovernamental.

Identifique os princípios que devem fundamentar a diplomacia pública brasileira e sugira meios para seu aprimoramento continuado.

**Extensão máxima: 90 linhas**  
**[valor: 30 pontos]**

#### **Clarissa De Souza Carvalho (22/30)**

Em sintonia com as transformações recentes da sociedade internacional globalizada, e ao mesmo tempo antecipando-se a elas, a política externa brasileira tem valorizado a diplomacia pública como ferramenta indispensável à legitimidade da ação do Brasil no mundo. Se a multipolaridade e o multilateralismo ampliam as oportunidades disponíveis aos países em desenvolvimento, a busca de democracia, desenvolvimento e direitos humanos fortalecem a contribuição da democracia brasileira às relações internacionais. Para se compreender o papel da diplomacia pública nesse processo, deve-se identificar os princípios que a fundamentam e os possíveis meios para aprimorá-la continuamente.

O compromisso com a democracia é o primeiro princípio a informar a diplomacia pública nacional. Esse comprometimento significa que o Brasil compreende a política externa como política pública, para a qual a participação do cidadão é essencial. O planejamento em política externa, para atender aos interesses da sociedade brasileira como um todo, no rumo do seu desenvolvimento sustentável e inclusivo, deve contar com a participação ativa de outras esferas do governo, do setor privado e da sociedade civil. Essa foi a tônica dos diálogos de política externa, promovidos pelo Itamaraty, no primeiro quadrimestre de 2014. As discussões democráticas daí decorrentes subsidiarão a produção do Livro Branco da Política Externa Brasileira, no qual constarão os princípios que tradicionalmente informam a diplomacia nacional,

bem como visões estratégicas para a inserção internacional contemporânea do país.

Corolário do princípio democrático é a busca de transparência na fundamentação da diplomacia pública. A transparência é simultaneamente princípio e meio de fortalecimento da diplomacia pública, porquanto favorece a governança democrática, já que todos os atores têm acesso à informação. Em consonância com esforços do Estado brasileiro como a Lei de Acesso à Informação, o Itamaraty criou o portal Diplomacia Pública, disponibilizou ao cidadão acesso amplo a informações relativas à gestão do Ministério, e ampliou os contatos transparentes com a sociedade civil via canal do “Youtube”, página do “Facebook” e perfil no “Twitter”. Vale lembrar que consoante pesquisa do “Twiplomacy”, o perfil do MRE nesta rede social está entre as páginas de relações internacionais mais visitadas do “Twitter”.

A terceira gama de princípios a orientar a diplomacia pública brasileira refere-se ao tema dos direitos humanos. Para além do compromisso constitucional brasileiro com a prevalência dos direitos humanos (inciso II do artigo 4º da Constituição de 1988), o Itamaraty tem buscado a transversalidade desse princípio, ou seja, valorizá-lo como componente indispensável às diversas áreas abrangidas pela diplomacia pública. Vez que esta depende atualmente dos recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), o Brasil defende a governança multissetorial, democrática, transparente e inclusiva da Internet. Conforme afirma a Presidenta Dilma Rousseff, os direitos do cidadão no âmbito “on-line” devem seguir as garantias já asseguradas na esfera “off-line”. Para que a diplomacia pública atenda aos interesses do desenvolvimento da sociedade brasileira, os direitos humanos, e em particular o direito à privacidade na era digital, devem ser respeitados.

Complementam os princípios da diplomacia pública os meios necessários para seu aprimoramento. Na sociedade globalizada, onde os atores não-estatais buscam informar-se não apenas da diplomacia de seus países, mas também de países parceiros, a diplomacia pública deve levar em conta que seu público não é apenas o nacional, falante de português e plenamente informado em relação à cultura brasileira. Nesse sentido, o fomento a publicações bilíngues, impressas e digitais, tem sido buscado pelo Itamaraty, em parcerias entre a FUNAG e países e blocos parceiros. Assim foi o lançamento de obras específicas sobre o BRICS, que reuniram dados referentes a sociedade, economia, política e cultura dos cinco países, entre outras iniciativas semelhantes.

O fortalecimento das capacidades brasileiras no ramo da TIC é outro meio indispensável ao aprimoramento da diplomacia pública. Conforme aponta o Ministro da Defesa Celso Amorim, a política externa e a política de defesa se complementam na grande estratégia de inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, o Brasil deve valorizar o desenvolvimento de tecnologias informacionais próprias, não apenas como ferramenta para evitar ameaças cibernéticas à soberania, mas para garantir a integridade dos canais digitais,

tão indispensáveis à execução da diplomacia pública. Cooperação com parceiros externos que garantam transferência de tecnologia é possível, como é o caso da parceria entre Brasil e França no ramo da computação petaflopica.

A ênfase em mecanismos multissetoriais também é meio necessário para a consolidação da diplomacia pública. Seguindo modelo de iniciativas que já ocorrem no âmbito do MERCOSUL, como as reuniões especializadas da agricultura familiar, o Itamaraty tem cogitado a possibilidade de criar conselho consultivo de política externa, do qual participariam representantes da sociedade civil e do setor privado, bem como de outras instâncias governamentais. A proposta não foi fechada ainda, e deve levar em conta os princípios que regem a política externa brasileira tanto como política pública quanto como política de Estado.

O aprimoramento continuado da diplomacia pública brasileira é essencial para a legitimidade da política externa nacional. Assim como o Brasil valoriza e contribui para o multilateralismo no plano internacional, de forma a construir a multipolaridade da cooperação, o diálogo permanente, inclusivo, transparente e democrático com a sociedade civil é fundamental. Pode-se afirmar que essa capacidade do Itamaraty de promover a coerência entre as políticas domésticas e externa corresponde a novo recurso de poder a serviço do Brasil nas relações internacionais. País que consegue atender aos interesses de seu povo, rumo ao desenvolvimento, tem mais legitimidade e potencial ao relacionar-se com os demais parceiros no mundo.

## **Helena Hoppen Melchionna (20/30)**

A ascensão da democracia fez com que o Brasil passasse por grandes mudanças na sua política externa, ajustando sua postura internacional para que essa fosse compatível com as demandas provenientes da cidadania. Passando pela "renovação de credenciais" e pela "autonomia pela participação", termos de Gelson Fonseca Júnior, a política externa brasileira tem buscado adaptar-se para corresponder às demandas dos cidadãos brasileiros em âmbito multilateral e bilateral. Nesse sentido, a diplomacia pública brasileira deve fundamentar-se nos princípios de cooperação com a sociedade civil, de promoção de relações interpessoais entre as nações e de supressão do déficit democrático em todas as instâncias.

O Ministério das Relações Exteriores tem buscado fortalecer os laços com a sociedade civil, de forma a trazê-la para o debate de política externa, promovendo a cooperação com diversos setores da sociedade. Nesse sentido, destacam-se os esforços para a consecução de uma estratégia de política externa desenvolvida pelo governo em conjunto com a sociedade civil, que será lançada como um Livro Branco de Política Externa. Isso demonstra o interesse da diplomacia brasileira em superar o monopólio estatal na elaboração de política externa, que prevaleceu durante a ditadura militar, abrindo-se às demandas do povo brasileiro.

Esse princípio da cooperação com a sociedade civil deve servir de base para a diplomacia pública brasileira tanto no âmbito regional como no âmbito multilateral. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Brasil incentivou a criação das Cúpulas Sociais do Mercosul, realizadas anualmente desde 2006, acreditando ser esse um mecanismo fundamental para fortalecer o processo integrador do bloco. Da mesma forma, o Brasil também defende a criação do Fórum de Participação Cidadã da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), cujas diretrizes básicas foram definidas na Cúpula de Paramaribo, em 2013. Em âmbito multilateral, a política externa brasileira também tem buscado encorajar a participação de ONGs, da comunidade científica e de outros grupos. Ressalta-se, nesse sentido, a participação da sociedade civil nos fóruns paralelos à Rio+20, fundamental para fortalecer as demandas pelo desenvolvimento sustentável. Dessa forma, percebe-se que o Brasil reconhece a importância de cooperar com a sociedade civil, como princípio de sua diplomacia pública, para fortalecer projetos regionais e multilaterais que interessem ao país.

Outro princípio fundamental para a diplomacia pública brasileira deve ser a promoção das relações interpessoais no âmbito de suas iniciativas bilaterais e multilaterais, de forma a fortalecer o laço de solidariedade entre Estados e entre povos. Destaca-se, no âmbito bilateral, a importância do Conselho Empresarial Brasil-China, criado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando de sua visita a Pequim, em 2004, para a promoção dos investimentos mútuos. Isso permitiu o estabelecimento de uma gama de parcerias bem

sucedidas, favorecendo o aumento dos investimentos chineses no Brasil e o processo de internacionalização de empresas brasileiras como a EMBRAER, a Vale do Rio Doce e a Gerdau.

Esse princípio da promoção das relações interpessoais também vem tendo bons resultados no âmbito multilateral, favorecendo a diversificação de parcerias, a lógica Sul-Sul e a universalização da política externa brasileira. Vale ressaltar, nesse sentido, a criação da BibliASPA em São Paulo, estabelecida no âmbito das Cúpulas América do Sul-Países Árabes. Essa tem sido uma instituição importante para superar o desconhecimento mútuo entre as duas regiões, promovendo grande aproximação, a qual já tem-se traduzido em ganhos comerciais, uma vez que, apesar da crise na Síria, o comércio com a região tem crescido. De forma semelhante, cabe ressaltar a importância dos foros acadêmicos promovidos no âmbito do IBAS, os quais têm permitido ampliar os laços interpessoais entre a sociedade civil brasileira e a indiana e sul-africana. Isso permite fortalecer o relacionamento trilateral, legitimando as demandas do grupo por uma ordem internacional mais justa e representativa, contribuindo para a multipolaridade.

A supressão dos déficits democráticos nas instâncias regionais é outro princípio basilar da diplomacia pública brasileira, por reforçar a legitimidade dos processos integradores. Ressalta-se, sobretudo, os avanços feitos no âmbito do Mercosul, com o estabelecimento do Parlasul, em 2005, por iniciativa brasileira. A proposta do Parlasul é integrar os cidadãos dos cinco países membros no processo de aproximação, permitindo que as demandas desses sejam representadas. Esse instituto será reforçado com as eleições diretas para o organismo, que irão ocorrer até 2020. Além do Parlasul, o déficit democrático também vem sendo superado por meio da ampliação da agenda do bloco, a qual tem ganhado crescente dimensão social. Iniciativas como a criação do Instituto Social do Mercosul, a criação do Instituto de Políticas Públicas sobre Direitos Humanos e o estabelecimento de uma Comissão Brasileira por um Mercosul social e participativo demonstram a crescente relevância do princípio de superação do déficit democrático para a diplomacia pública brasileira.

Esses princípios condizem com a política interna brasileira e com a estratégia de inserção externa do país. Um Brasil democrático, que busca o desenvolvimento socioeconômico no plano interno e externo, não pode prescindir de uma diplomacia pública que corresponda aos anseios de sua população. Daí a necessidade de buscar suprimir o déficit democrático e de buscar a cooperação com a sociedade civil. Um Brasil universalista, que pauta suas relações internacionais pela lógica da diversificação de parcerias e da cooperação Sul-Sul e pela busca de uma ordem multipolar mais justa e representativa não pode, igualmente, descuidar-se desses princípios de diplomacia pública, sobretudo do princípio de promoção das relações interpessoais, fundamental para o fomento de investimento e comércio. A importância de a política externa brasileira adequar-se aos anseios de outros

atores, como ONGs, indivíduos e empresas, comprova-se pelos debates recentes acerca do Livro Branco da diplomacia. Demonstra-se, nesse sentido, a coerência da atuação externa brasileira com a diplomacia pública.



## **Flávio Beicker (20/30)**

Na condição de política pública, a diplomacia se legitima e se aprimora ao buscar a sintonia com os interesses e aspirações da sociedade à qual serve. Iniciativas como os Diálogos de Política Externa, a criação de um Livro Branco da Diplomacia Brasileira e a busca por transparência e divulgação de políticas e programas por meio de eventos e das mídias sociais orientam o Itamaraty na busca por uma diplomacia pública, visando à promoção dos valores e à persecução de interesses da sociedade brasileira no mundo contemporâneo. Porquanto a transparência seja um valor intrínseco à diplomacia pública, é por meio dela que o Brasil tem buscado definir os princípios que orientam sua atuação externa, como as ideias de não intervenção e, seu outro espectro, a de não indiferença; a defesa da paz e de soluções pacíficas de controvérsias internacionais; e, por fim, o desenvolvimento e a promoção dos direitos humanos. A diplomacia brasileira tem buscado atingir esses objetivos por meio do reforço ao multilateralismo nos fóruns de governança mundial, bem como mediante a diversificação de parcerias, sem prevenções e preconceitos. Nesse contexto, o aprimoramento da diplomacia brasileira dar-se-á mediante a contínua ampliação dos canais de diálogo entre aqueles que a elaboram e os demais atores não-estatais, seja no âmbito multilateral, seja no das relações bilaterais.

A política externa brasileira atual pauta-se pela defesa do multilateralismo como meio legítimo de governança internacional. Para o Brasil, a democratização de foros não deve ocorrer apenas de maneira horizontal, incorporando mais Estados à discussão de temas da agenda internacional, mas também deve ocorrer em sentido vertical, na medida em que passe a assimilar a perspectiva também de atores não-estatais. Essa concepção ampla de multilateralismo, não somente multidimensional, mas também multissetorial, é defendida pelo Brasil em diversos âmbitos. No caso dos avanços no campo das tecnologias da informação e comunicação, o país tem advogado por uma governança plural e inclusiva da internet, com a incorporação de atores não-estatais, na linha do que vinha sendo definido nas Cúpulas de Genebra e Túnis da Sociedade da Informação e nas discussões atualmente em curso na União Internacional de Telecomunicações, no Fórum de Governança da Internet e na Netmundial, realizada recentemente em São Paulo. Em todos esses foros, o Brasil reforça a diplomacia pública, ao defender uma governança multissetorial para a internet, de modo a assegurar a neutralidade da rede e seu pluralismo.

No âmbito da segurança, a diplomacia pública defendida pelo Brasil leva em consideração o peso dos atores não-estatais na projeção de uma paz duradoura e em bases sustentáveis. Nesse sentido, nos contextos plurilateral e multilateral, a diplomacia brasileira defendeu a incorporação de amplos setores sociais envolvidos na chamada Primavera Árabe, com o propósito de favorecer o diálogo e o entendimento, únicos meios para cessar a violência e as hostilidades. No caso da Síria, por exemplo, essa defesa ocorreu no plano

trilateral, por meio da Comissão de Representantes do IBAS (2011) para aproximar governo e setores da oposição. No plano regional, o diálogo e a concertação entre governo e agentes não-estatais também foram promovidos pelo Brasil na Comissão de Chanceleres da Unasul para acompanhar a situação na Venezuela, com o consentimento de Caracas. Cumpre notar, ainda, que a diplomacia pública brasileira tem buscado a mediação de conflitos que podem opor governo e população locais a atores não-estatais brasileiros, a exemplo de divergências ocorridas em Moçambique, no contexto da exploração da mina de Moatize.

A diplomacia pública brasileira ainda se volta para a busca de promoção responsável dos interesses de atores não-estatais nos âmbitos comercial e financeiro. No plano plurilateral, isso tem-se desenvolvido de maneira concertada com outros países, a exemplo do Fórum de Empresários dos BRICS, realizado na África do Sul em 2013. De modo semelhante, pode-se citar o exemplo do programa “Mais Alimentos África”, que disponibiliza recursos do BNDES para o aprimoramento tecnológico de países africanos, mediante a aquisição de produtos (insumos e maquinários) de empresas brasileiras. Como se percebe, a promoção de interesses de atores não-estatais é eixo pragmático que se alinha com princípios mais idealistas da política externa brasileira, como a promoção do desenvolvimento no sul geopolítico.

No âmbito regional, a diplomacia pública é orientada pelo princípio da integração multidimensional. Nesse sentido, o Brasil liderou a criação de Fórum de Empresários do Mercosul, durante sua presidência *pro tempore*, no ano de 2012. Nesse âmbito, também se situam iniciativas como o Fundo PYMES, para garantia financeira de pequenas e médias empresas, bem como o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do Mercosul. A diplomacia pública também é exercida nas Cúpulas Sociais do bloco, por meio das quais atores não-estatais contribuem para a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), coordenado pela Comissão de Ministros de Assuntos Sociais de cada país (CCMAS).

A diplomacia pública brasileira, nesse sentido, deve-se orientar pelos princípios da inclusão de uma pluralidade de atores, seja na concepção das iniciativas de política externa, seja na definição de agendas e prioridades no relacionamento bilateral e multilateral do país. Isso tem ocorrido mais recentemente por meio da ampliação da transparência do Ministério das Relações Exteriores, inclusive no marco da Lei de Acesso à Informação, de 2011, bem como por meio dos Diálogos de Política Externa, que, a exemplo do modelo adotado nos Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável durante a Rio+20, incorporaram atores não-estatais na discussão da política externa em temas variados como imigração, meio ambiente, direitos humanos e comércio exterior.

O conceito de democracia participativa, aplicado a sociedades democráticas com alto grau de diversificação de atores e de interesses, também se estende à política externa. Nesse sentido, o aprimoramento

contínuo da diplomacia pública brasileira pressupõe a manutenção de canais abertos entre Itamaraty e setores da sociedade interessados em assuntos específicos, compromisso que foi assumido pelo Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado no discurso de encerramento dos Diálogos de Política Externa, recebido com entusiasmo pela sociedade brasileira. Pode-se sugerir, nesse caso, a reedição periódica de eventos semelhantes, ou mesmo a reprodução, em outros níveis, da exitosa experiência consular da Comunidade de Brasileiros no Exterior, que promove rede de apoio aos brasileiros residentes no exterior, serviço que é aprimorado por intermédio de reuniões periódicas de subcomitês regionais, com composição diversificada, combinando agentes públicos e atores não-estatais.

## PIOR NOTA (12/30)

Os princípios que orientam o Brasil em suas relações internacionais estão elencados no art. IV da Constituição Federal. Eles podem ser entendidos como a maneira que o país vê tanto o sistema internacional quando sua inserção na comunidade global. O elenco do art. IV da Carta Magna, no entanto, não pode ser considerado exaustivo ou estático, nomeadamente em contexto mundial em transformação, a qual suscita redistribuição de poder. O “aggiornamento” é característico de diplomacias eficientes, que atualizam seus princípios e, sobremaneira, os meios para alcançá-los. Os Diálogos sobre Política Externa corresponderam a esforço com esse objetivo, e o Livro Branco irá apresentar consolidação de princípios, proposição de diretrizes e adoção de meios para alcançá-los. Das discussões dos 14 painéis realizados, pode-se destacar quatro princípios da política externa brasileira: desenvolvimento, integração, reforma da governança global e defesa de temas sensíveis.

O Emb. Figueiredo Machado tem insistido em seu discurso que a política externa não pode ser compreendida senão como instrumento para o desenvolvimento nacional. O Brasil tem alcançado resultados significativos nessa matéria, destacadamente na erradicação da pobreza e na distribuição de renda. O país encontra-se em momento privilegiado para o desenvolvimento, dado um conjunto de fatores: ascensão da China, estabilidade macroeconômica e bônus demográfico nacional. O Itamaraty tem atuado de maneira a sustentar o desenvolvimento, com destaque para iniciativas multilaterais — negociações na OMC, estrutura financeira dos BRICS e discussões no G-20 Financeiro —, bem como regionais — avanços nos acordos do Mercosul e projetos de infra-estrutura da Unasul. O aprofundamento do diálogo com a sociedade, de maneira multissetorial, pode ser considerada como sugestão válida, dado que os agentes privados são protagonistas e primeiros beneficiados do desenvolvimento. As políticas públicas vinculadas a esse princípio podem adquirir maior legitimidade e incremento de eficiência, eficácia e efetividade, na medida em que a sociedade participe de sua formulação.

A integração é um dos princípios mais caros à política externa brasileira. O Brasil, na atualidade, a desenvolve em três círculos concêntricos, como referiu o Emb. Antonio Simões: Mercosul, Unasul e CELAC. O entorno regional é eixo essencial da atuação do Brasil, e os benefícios comerciais, políticos e comerciais têm confirmado o acerto dessa opção brasileira. A superação da crise de 2008 esteve vinculada à integração regional. Pode-se afirmar que nessa vertente a participação da sociedade é antiga, como as iniciativas vinculadas ao Mercosul Social podem confirmar. Em contexto de possível transição política interna duas sugestões podem ser formuladas: continuidade do aprofundamento da integração por meio de atuação mais assertiva, como foi

o caso do ingresso da Venezuela no Mercosul, e aumento da participação da sociedade. Constata-se desconhecimento da realidade da integração por parte da população brasileira, malgrado tenha aumentado o interesse desta pela política externa. Nesse âmbito, a diplomacia pública tornou-se essencial.

A inclusão de novos temas, assim denominados por Figueiredo Machado em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, na agenda da política externa, corresponde ao tratamento de assuntos sensíveis. Nesse contexto, destacam-se os Direitos Humanos e o Meio Ambiente. Quanto ao primeiro, a espionagem cibernética é o mais recente desafio, que foi enfrentado pelo Brasil no âmbito da ONU e no fórum Net Mundial, realizado em São Paulo. A estratégia inovadora brasileira, ao considerar multissetorialidade e transparência, corresponde a raro caso de diplomacia pública multilateral. Quanto ao segundo, a Rio +20, com a participação da sociedade, traçou caminho a ser seguido. Não é acaso que ambos temas tenham recebido tratamento semelhante, na medida em que envolvem atores não-estatais que adquirem protagonismo. A sugestão que emerge, comum aos dois temas, é a continuidade dos processos, dado que a sociedade já está neles inserida. Cumpre aumento o número de decisões que se convertem em ações.

A reforma da governança global pode ser considerada consequência necessária da aplicação dos princípios da política externa brasileira. A redistribuição de poder em curso e a formação de um sistema interpolar demandam que as instâncias multilaterais reflitam essa realidade. Os obstáculos apresentados ao desenvolvimento, integração e novos temas estão vinculados diretamente à governança global. Ademais de o Brasil vincular desenvolvimento a segurança — o que enseja a reforma do CSNU —, as estruturas do FMI e do Banco Mundial impedem avanço no desenvolvimento e complexificam negociações no âmbito regional de integração. No tratamento de novos temas, o superior poder relativo de alguns países influencia negativamente os foros multilaterais. As alianças de geometria variável, como o BRICS, visam a criar alternativas à morosidade das reformas. Cabe, portanto, sugerir o aumento de ambição dessas alianças que, no caso dos BRICS, iniciam novo ciclo, que terá início com a Conferência de Fortaleza, no mês de julho. Pode ser momento propício para tal.

A necessidade de atualização e análise dos princípios da política externa do Brasil ensejou que o Itamaraty abrisse suas portas para o diálogo com a sociedade. Esse ciclo virtuoso demonstrou que os princípios prioritários estão claros, e cada um tem processos iniciados com vistas a alcançá-los. De maneira geral, as sugestões apresentadas a fim de aprimorar esses processos vinculam a participação da sociedade e o aumento do exercício da Diplomacia Pública. Desse modo, pode-se esperar que o Livro Branco sintetize-se em três

eixos: aumento da ambição da diplomacia brasileira, incremento da participação da sociedade e expansão da transparência. A aplicação dos princípios com base nessas sugestões pode suscitar metas de longo prazo para o Itamaraty, a fim de beneficiar o Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral, conferindo ao país a posição e o papel que lhe compete por natureza.

## QUESTÃO 4

A Declaração Final da Conferência Rio+20 ressalta a necessidade de uma melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Da perspectiva brasileira, como esse objetivo deve ser perseguido nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015?

**Extensão máxima: 60 linhas**  
**[valor: 20 pontos]**

### **Camilla Neves Moreira (17/20)**

Sob os auspícios da lógica “crescer, incluir e proteger”, a Rio+20 marca o ponto de partida de um processo de debates que consolidou o conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável. Não se trata apenas de buscar o crescimento econômico sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. A Rio+20 consolida a inclusão definitiva da dimensão social como ponto central do debate ambiental, para o que o Brasil contribui fortemente, visto que a pobreza põe pressões significativas sobre o meio ambiente. Cabe analisar, portanto, como o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo deve ser perseguido nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

O Brasil preconiza que a consecução desse objetivo passa pelo fortalecimento do multilateralismo. A proteção do meio ambiente é um global common, e como tal torna iniciativas individuais inócuas. Desse modo, a consecução do trinômio “crescer, incluir e proteger” requer medidas que favoreçam o fortalecimento do regime ambiental e que permitam a inclusão da dimensão social nos debates. Nesse contexto, a decisão de fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em detrimento da criação de uma nova organização internacional especializada na temática ambiental é crucial, pois arriscaria um retrocesso conceitual, excluindo a importância do combate à fome e à pobreza na realização do desenvolvimento sustentável. O fortalecimento do multilateralismo é vital nas negociações da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, decidida na Rio+20, e abraçadas pela ONU como orientadores da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, sejam flexibilizadas posições soberanistas intransigentes e defensivas com base no tradicional conceito westphaliano, de modo a tender a uma noção de soberania compartilhada, a qual é mais adequada à gestão dos global commons.

Outro ponto enfatizado pelo Brasil como central para a concretização dos objetos de longo prazo da Rio+20, materializados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consiste nos avanços dos mecanismos de cooperação e de transferência de recursos de modo a viabilizar o desenvolvimento integral dos povos, o qual é condição sine qua non para a

proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a diplomacia brasileira celebrou os avanços nos mecanismos de distribuição de recursos no regime de mudanças climáticas, sobretudo do REDD++ com o estabelecimento dos critérios para receber os recursos por redução do desmatamento, além de ter contribuído para a instituição de um mecanismo de perdas e danos na COP 19. Esses exemplos indicam a tendência de amadurecimento do regime ambiental em seu conjunto, o que é um prognóstico positivo para o sucesso de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 que contemple o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O sucesso desse objetivo requer não só a ampliação do esforço cooperativo na promoção do desenvolvimento, mas também a inclusão dos atores não estatais nos debates e nos esforços. No Brasil, a diplomacia pública tem favorecido avanços conceituais e materiais importantes, sendo a sociedade civil aliada central do governo em seu esforço de redução das desigualdades conjugada com uma estratégia de desenvolvimento sustentável inclusivo. Isso demonstra o pragmatismo político brasileiro que percebe que políticas públicas de desenvolvimento sustentável não existem separadas e independentes da sociedade civil. A implementação nacional e internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requer, portanto, um esforço conjunto e o êxito das suas negociações será auxiliado por esse diálogo cooperativo.

O compromisso social da Rio+20 e de sua decisão de estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reflete-se na decisão da ONU de pautar neles sua Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Para o Brasil, o sucesso dessa iniciativa baseia-se no fortalecimento do multilateralismo, visto que este é essencial para a construção de sua ordem ambiental e social mais justa, protegendo os recursos naturais para as gerações futuras e garantindo o desenvolvimento sustentável econômico e social dos povos.



### **Júlia Vita De Almeida (16/20)**

O regime ambiental internacional, criado na Conferência Rio 92, encontra-se, 20 anos depois, em processo de consolidação e aprofundamento, sempre em atenção à evolução do equilíbrio Norte-Sul na ordem internacional. Trata-se de temática em que os países emergentes têm maior peso na definição da agenda, o que se observa, especialmente, no caso do protagonismo brasileiro. Da perspectiva da diplomacia pátria, o objetivo da Rio+20 de melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável deve ser perseguido em três principais frentes de negociação da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

A primeira frente diz respeito à manutenção da ideia de tripé, acima mencionada, no conceito e abordagem da economia verde. Esse conceito, que não havia sido aprovado por consenso no seio do PNUMA, foi aceito em seguida, na Rio+20, como significando um tipo de exploração de recursos naturais que promova o bem-estar da população e a inclusão social. O Brasil, ciente dos desafios à manutenção dessa abordagem conjunta de economia, sociedade e meio ambiente, recusou, durante a Rio+20, a proposta de criação de uma organização ambiental internacional, justamente porque esse formato provavelmente estimularia a imposição de sanções ambientais em vez de promover os outros pilares do desenvolvimento sustentável. A solução acordada na Declaração Final da Rio+20 foi, como sugeriu a diplomacia brasileira, fortalecer o PNUMA; criar, no longo prazo, um foro ambiental na ONU; e, mais importante, definir os objetivos do desenvolvimento sustentável, juntamente com a revisão dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que serão vigentes no pós-2015.

Esse objetivo de manter a abordagem em tripé do desenvolvimento sustentável, já alcançado durante a Rio+20, será privilegiado nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. É aqui que se insere a segunda frente de negociação da diplomacia brasileira, que diz respeito ao aprofundamento dos mecanismos de financiamento dos países em desenvolvimento para que eles se adaptem ao regime ambiental internacional e, também, sejam compensados pelos impactos destrutivos da degradação do meio ambiente em seus territórios. A complexificação do regime ambiental, que não mais abrange apenas medidas de mitigação, como também de adaptação e perdas e danos, é notável no âmbito das mudanças climáticas. A última COP, realizada em Varsóvia no final de 2013, por exemplo, fortaleceu o Fundo Verde, que terá sede na Coreia do Sul e capitalização de 100 bilhões de dólares até 2020. Foi também previsto nessa conferência que o financiamento de REDD será condicionado por ações mensuráveis, reportáveis e verificáveis, bem como foi criado o mecanismo de perdas e danos de Varsóvia.

Na Agenda de Desenvolvimento pós-2015, o Brasil acredita que o incremento de mecanismos de financiamento possibilitará a integração de aspectos econômicos, sociais e ambientais na economia verde. Sua terceira frente de negociação, nesse sentido, preza pela manutenção do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, sem prejuízo, entretanto, do comprometimento multilateral dos países em desenvolvimento em fazerem concessões, quando necessário e oportuno, em prol do avanço do regime. Exemplo dessa postura foram as concessões realizadas pelos países do sul para permitir a prorrogação do Protocolo de Kyoto na COP 17, em Durban.

Finalmente, cumpre destacar que o Brasil, ciente dos desafios para se alcançar um equilíbrio entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, tem buscado, por meio da realização de conferências, sugestões da sociedade civil para a Agenda pós-2015. Essa estratégia se faz acertada na medida em que, em primeira instância, são os próprios cidadãos que se beneficiarão de uma abordagem ambiental que assegure igualdade e melhores condições de vida.

## **Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (16/20)**

Desde a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, sob a liderança da norueguesa Gro Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável vem se consubstanciando, consagrando a superação do velho debate entre preservacionistas e conservacionistas. Consolidou-se a visão da plena compatibilidade do desenvolvimento socioeconômico e o respeito ao meio ambiente. A concepção de que recursos naturais, apesar de localizados no espaço territorial das nações, devem ser geridos de forma a garantir as possibilidades das gerações futuras prevaleceu sobre posturas soberanistas intransigentes. Ao reconhecer o meio ambiente como um bem público global, torna-se necessário o fortalecimento das instâncias multilaterais, que, de acordo com a perspectiva brasileira, conformam a melhor arquitetura institucional para a definição dos novos objetivos globais para o desenvolvimento.

O Brasil foi um dos grandes entusiastas dos objetivos de desenvolvimento do milênio, defendendo a expansão do conceito de desenvolvimento, que não deve se limitar apenas a aspectos relacionados ao crescimento econômico. Com a caducidade do prazo para a realização dessas metas, torna-se necessária a elaboração de novos objetivos que possam abarcar, de maneira ainda mais ampla, a evolução conceitual de desenvolvimento. A Rio+20 visou a dar um novo impulso nesse sentido, estabelecendo o lema: “crescer, incluir e proteger”, ações respectivamente relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento. A necessidade de conferir uma visão integrada desses três elementos pauta a atuação da diplomacia brasileira. A perseguição desmedida do crescimento econômico, sem a preocupação com a correção de assimetrias sociais, por exemplo, não se basta. Tampouco é aceitável que países de menor desenvolvimento relativo, os que mais sofrem com os efeitos das mudanças climáticas, tenham suas possibilidades limitadas pela retórica ambientalista. O multilateralismo, por permitir a participação de todos os envolvidos, por privilegiar o diálogo entre as nações, por democratizar o processo decisório acerca de temas de interesse global, é o sistema mais adequado para a construção de consensos legítimos e eficazes em torno da Agenda do Desenvolvimento.

Ao defender a substituição do Conselho de Desenvolvimento Sustentável por um fórum de alto nível sobre sustentabilidade e economia verde, o Brasil pretende reforçar o regime multilateral para o meio ambiente, fortalecendo a multiconectividade da agenda ambiental com temas sociais. O desrespeito ao meio ambiente e o subdesenvolvimento reforçam-se mutuamente. A incipiência dos sistemas de saneamento básico, por exemplo, além de provocar danos ambientais, limita o exercício da dignidade humana e mina as possibilidades de desenvolvimento econômico. Dessa forma, deve-se buscar um tratamento abrangente para o tema do desenvolvimento,

relacionando-o com aspectos do regime de direitos humanos e do regime ambiental. A interconexão de agendas, portanto, é um elemento adicional que justifica a adoção do multilateralismo. Como é indesejável, senão impossível, tratar de tais assuntos de maneira desintegrada, os fóruns multilaterais são o espaço privilegiado que permite que distintos interesses se articulem, viabilizando o avanço das negociações.

A importância da cooperação para o desenvolvimento tampouco pode ser negligenciada. Nesse sentido, a política externa brasileira dos últimos doze anos buscou refundar os mecanismos de cooperação periférica, porém dotando-os de melhores meios práticos para sua viabilização. O discurso terceiro mundista, de reivindicação, que acusava o desenvolvimento dos países centrais como causa da pobreza do mundo periférico, foi abandonado, cedendo espaço para posicionamentos propositivos e construtivos. O Brasil, assim como os demais países emergentes, tem-se mostrado crescentemente disposto a assumir responsabilidades, baseando suas ações no princípio da não indiferença. A ativa cooperação prestada aos países africanos materializa o discurso brasileiro. O estabelecimento de escritórios da EMBRAPA, da FIOCRUZ, e mais recentemente, do BNDES na África consubstanciam o compromisso brasileiro com o desenvolvimento desse continente. A articulação do Fundo IBAS, com a África do Sul e a Índia, também exemplifica o engajamento brasileiro com a redução das assimetrias globais. Com recursos desse fundo, financiou-se um projeto de reciclagem de resíduos no Haiti, uma iniciativa que combina geração de renda, e, portanto, redução de pobreza, e respeito ao meio ambiente. A cooperação é um instrumento tradicional da promoção do desenvolvimento. Nesse âmbito, o Brasil ilustra a importância dos países emergentes para a construção de uma agenda global para o desenvolvimento.

O tradicional objetivo da política externa brasileira, a busca do desenvolvimento, reveste-se de novo impulso com a ampliação conceitual do desenvolvimento. A pluralidade de circunstâncias que caracteriza esse objetivo enseja o reforço do multilateralismo de reciprocidade e de cooperação, o que será consubstanciado pela negociação das metas do desenvolvimento sustentável, com vigência a partir de 2015.

## PIOR NOTA (13/20)<sup>13</sup>

O Brasil insere-se no regime ambiental como importante ator, tendo-se afastado de postura soberanista em prol de inserção mais propositiva nos temas sobre meio ambiente. Para a diplomacia nacional, a proteção ao meio ambiente está diretamente vinculada à promoção de desenvolvimento inclusivo. Dessa maneira, a declaração final da Rio + 20 revela posição equilibrada e integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

A Conferência Rio+20 representou o reconhecimento internacional da liderança brasileira nesse regime. Como “conferência de partida”, nas palavras do Chanceler Figueiredo, a conferência alcançou importantes consensos, os quais foram construídos por meio do trabalho intenso da diplomacia nacional. Entre esses consensos, está a Declaração “O Futuro que Nós Queremos”, escrita pelo Brasil e negociada na conferência. O documento ressalta a importância do pilar do desenvolvimento social para a maximização dos resultados dos outros pilares. Ele consagra, por conseguinte, o desenvolvimento como fator necessário para a proteção do meio ambiente e para o crescimento econômico.

Na Conferência Rio+20, ficou estabelecido que os Estados se comprometeriam a definir, nos anos seguintes, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso é de extrema importância para a definição da agenda internacional para as próximas décadas. Nesse sentido, a definição dos ODS terá importância fundamental nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, a qual dará continuidade aos Objetivos do Milênio de maneira renovada e atualizada.

A Agenda de Desenvolvimento pós-2015 é vital instrumento para a definição dos objetivos e das negociações internacionais nos próximos anos. O Brasil, como potência ambiental e social, tem papel essencial na definição das estratégias futuras. O objetivo do desenvolvimento sustentável, na perspectiva brasileira, deve ser perseguida de maneira holística. Isso significa que as ações nas áreas ambiental, econômica e social devem ser estabelecidas de maneira conjunta e interdependente, visto que, assim, o desenvolvimento sustentável se concretizaria em sua magnitude.

O Brasil é modelo evidente de integração bem-sucedida dos três pilares do desenvolvimento sustentável. Na última década, o país cresceu economicamente, por meio da inclusão social e da proteção ambiental, realizada de forma sustentada. Milhões de pessoas foram integradas à economia formal ao mesmo tempo em que houve a redução do desmatamento. Isso fornece as credenciais necessárias para o Brasil assumir a liderança nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, período em que as

---

<sup>13</sup> Por razões técnicas, não foi possível colocar a pior nota (11/20).

metas serão traçadas de maneira que os três pilares do desenvolvimento sustentável se tornem cada vez mais integrados.

A concertação com países com interesses comuns fornecerá maior legitimidade e representatividade ao objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável integrado. Nesse sentido, as organizações regionais de integração, como a UNASUL e a CELAC, reúnem países em desenvolvimento com grande potencial ambiental. A coalizão dos países do BASIC também pode representar um foro adequado de concertação de posições de países de diferentes regiões geográficas.

O futuro da agenda do desenvolvimento envolve o fortalecimento de organismos multilaterais, como a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e o PNUMA. O Brasil, como potência ambiental e líder em políticas de inclusão social, tem muito a oferecer para o delineamento da agenda pós-2015. A concertação de posições com outros atores internacionais fortalecerá e legitimará a estratégia brasileira de integração dos pilares do desenvolvimento sustentável, a qual gerará ganhos difusos para a população e meio ambiente globais.

## DIREITO

### QUESTÃO 1

**Leia o texto abaixo e faça o que se pede a seguir.**

O século XX foi o mais sangrento na história conhecida da humanidade. A cifra total de mortes causadas direta ou indiretamente por guerras alcança cerca de 187 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 10% da população mundial em 1913. Se tomamos 1914 como ponto de partida, o século XX foi um século de guerras quase ininterruptas, com poucos e curtos períodos sem conflitos armados organizados em algum lugar. Foi um século dominado por guerras mundiais, ou seja, guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estados. Pode-se considerar o período compreendido entre 1914 e 1945 como uma só "guerra dos 30 anos", interrompida apenas por uma pausa nos anos vinte: uma pausa que se iniciou com a retirada final dos japoneses das regiões mais orientais da União Soviética, em 1922, e que se concluiu com a invasão da Manchúria em 1931. Seguiram-se, quase imediatamente, 40 anos de guerra fria, que se conformavam à definição de Hobbes de que a guerra não consiste "apenas na batalha ou no ato de lutar, mas no lapso de tempo em que a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida".

Eric Hobsbawm. Guerra e Paz no Século XXI (com adaptações).

**Há 100 anos, eclodia a I Guerra Mundial, que, para Hobsbawm, marcaria o início do século XX. À luz dos desenvolvimentos ocorridos no direito internacional com o período das grandes guerras mundiais (1914-1945), analise a legalidade do recurso à ação armada pelos Estados e o princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais.**

Extensão máxima: 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

#### **Flora Cardoso De Almeida Mendes Pereira (29/30)**

Durante muito tempo, a guerra foi considerada meio legítimo de solução de controvérsias internacionais. Como disse **Carl von Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios**. Normas internacionais formavam o chamado **jus ad bellum**, que regulava a possibilidade de recurso ao uso da força. Essa ideia foi, contudo, superada. Atualmente, o uso da força não é mais permitido para a resolução de controvérsias, sendo apenas autorizado em casos restritos. O princípio da solução pacífica de controvérsias é, assim, **arvorado** como obrigação de todos os membros da comunidade internacional.

Os horrores da Primeira Guerra Mundial fizeram que os Estados buscassem proibir o recurso ao uso da força. Em **1928**, foi então assinado o **Pacto Briand-Kellog**, que proscreeveu o uso da força, sem ter, contudo, êxito. A eclosão de uma nova guerra mundial levou os Estados a outra tentativa de

proibir o uso da força, dessa vez com sucesso. A Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) é, portanto, marco desse processo.

A Carta da ONU tem a defesa da paz e da segurança internacionais como princípio basilar. Nesse sentido, os membros da ONU são obrigados pela Carta a recorrerem a meios pacíficos para resolver suas controvérsias e são proibidos de usar a força, exceto em duas hipóteses. A primeira é no caso de legítima defesa, individual ou coletiva, **respeitando os princípios da proporcionalidade e da necessidade**. A segunda hipótese ocorre por meio de autorização do Conselho de Segurança da ONU, **com base no Capítulo VII da Carta da ONU**, para casos de ameaça à paz ou segurança internacionais. Cabe ressaltar que **essa autorização deve ser expressa e anterior ao uso da força**. Outro caso em que o uso da força é comumente permitido é para movimentos de libertação nacional, em sua luta pela autodeterminação contra o domínio de uma potência estrangeira.

**Não podendo, enquanto regra, utilizar a força, devem os Estados recorrer a meios pacíficos para solucionar controvérsias, conforme prescreve o Capítulo VI da Carta da ONU e a Carta da OEA.** Cabe aos Estados escolher o meio pacífico que considere adequado. Dada a importância na atualidade, os tipos e complexidade de meios pacíficos têm aumentado, mas podem ser, essencialmente, divididos em **meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais**.

Os meios diplomáticos têm como característica comum o fato de não precisarem recorrer ao direito internacional e de não produzirem soluções vinculantes. Negociação, mediação, bons ofícios e conciliação são alguns dos meios que ilustram os meios pacíficos diplomáticos, facilitando o entendimento entre as partes.

Os meios políticos se caracterizam pelo recurso a uma organização internacional para ajudar a resolver o conflito, como é o caso do recurso à Assembleia Geral da ONU e ao Conselho de Segurança da ONU. Esses meios também não precisam recorrer ao direito e não geram soluções obrigatórias, a menos que o Conselho de Segurança emita uma resolução com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Os meios jurisdicionais são de grande importância no contexto do direito internacional, por fazerem uso do direito em suas decisões, e têm apresentado grande proliferação recentemente, sobretudo dos meios judiciais, como a **Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal de Revisão do Mercosul**. **A arbitragem é, também, meio jurisdicional, embora não judiciário**. Esses meios produzem soluções obrigatórias para as partes e em respeito ao caso em questão.

De acordo com o **artigo 103 da Carta da ONU, as obrigações da Carta prevalecem sobre outras obrigações assumidas pelos Estados-partes**. Sendo assim, mesmo que façam acordos com objetivos contrários, os Estados devem respeitar a defesa da paz, a obrigação de buscar soluções de controvérsias por meios pacíficos e a proibição do uso da força, exceto nas hipóteses de legítima defesa e autorização pelo Conselho de Segurança contidas na Carta da ONU.



## **Fernanda Maciel Leão (28/30)**

No início do século XX, o recurso à guerra ainda era considerado instrumento legítimo à disposição dos Estados, sendo poucas as limitações ao seu emprego. A dimensão dos dois conflitos mundiais levaria a uma grande transformação no jus ad bellum, que seria convertido, na realidade, em um jus contra bellum, estabelecendo a ilegalidade do uso da força no direito internacional e a necessidade da solução pacífica de controvérsias, conforme restou codificado na Carta da Organização das Nações Unidas.

Finda a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações foi estabelecida, com o objetivo de promover a paz internacional e evitar que outro conflito de grandes proporções fosse conflagrado. Anteriormente à Liga, o jus ad bellum tinha poucas limitações, como demonstrado pelo Direito de Haia, que tratava de fenômenos como neutralidade, armistício e declaração de guerra, além do estabelecido pelo Direito Humanitário, constituindo, assim, um jus in bellum. O pacto da Sociedade das Nações modificou esse quadro ao estabelecer a moratória da guerra por um prazo limitado. Estados em conflito não deveriam recorrer à ação armada por pelo menos três meses, tempo em que o Conselho da Liga examinaria a questão. Terminado o prazo, entretanto, ainda era possível engajar-se em ações militares. Com efeito, o recurso à ação armada não era tido como ilegal, desde que se respeitasse a moratória da guerra.

Em 1928, o Pacto de Paris avançaria nessa questão ao estabelecer que os Estados deveriam renunciar à guerra como instrumento de suas políticas nacionais. Embora o Pacto tenha sido firmado por vários países, não logrou a consecução de seus objetivos, uma vez que em poucos anos um clima de agressividade iria pairar por sobre a Europa, em função do avanço dos fascismos e totalitarismos na região. Com efeito, eclodiu um novo conflito mundial, que não foi impedido nem pelos esforços da Liga nem pelo Pacto de Paris.

A Carta de São Francisco de 1945 foi produto da Segunda Guerra Mundial e modificou radicalmente a situação da legalidade da guerra. O documento estabeleceu a proibição do uso da força, promovendo o princípio da solução pacífica de controvérsias. Ao Conselho de Segurança foi delegada a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais, devendo os membros da ONU submeter-se às suas decisões. Conforme o artigo 33, capítulo VI da Carta da ONU, os Estados devem resolver suas controvérsias por meios pacíficos, como a negociação, a mediação e o inquérito. Caso desejem, as partes em conflito podem submeter a questão à apreciação do Conselho de Segurança, que tomará as medidas que achar necessárias. É, portanto, obrigatório engajar-se na solução pacífica de controvérsias, sendo o recurso à força proibido, a não ser em caso de legítima defesa. Em consonância com os capítulos VI e VII, o Conselho de Segurança pode tomar diversas medidas para a preservação da paz e da segurança

internacionais, sendo-lhe permitido, inclusive, a realização de ações militares, uma vez que possui o monopólio do uso da força.

Hodiernamente, existem autores que advogam que a proibição do uso ou da ameaça do uso da força, por seu caráter axiológico para a sociedade internacional, constitui norma de “jus cogens”, da qual não seria possível derrogação. Ademais, o artigo 2º da Carta da ONU estabelece que a organização fará com que Estados que não sejam membros da ONU atuem de acordo com os princípios estabelecidos na Carta, o que inclui, obviamente, o princípio da solução pacífica de controvérsias internacionais. Tais fenômenos apontam para o crescente objetivismo jurídico atribuído ao Direito Internacional, representando limitações à soberania estatal e ao voluntarismo dos Estados, conforme exposto por Luigi Ferrajoli. Na questão da legalidade ou não do uso da força e da obrigatoriedade do princípio da solução pacífica de controvérsias, os fenômenos apresentados refletem o adensamento jurídico do Direito Internacional, conformando novas limitações à ação agressiva dos Estados.

No período posterior às duas guerras mundiais, o Direito Internacional passou por significativas transformações, como a multiplicidade de tribunais internacionais e de organizações interestatais atesta. Uma das maiores transformações ocorreu em relação à guerra como instrumento válido, uma vez que o recurso à ação armada passou de válido a sujeito à moratória e, posteriormente, claramente ilegal, devendo prevalecer o princípio da solução pacífica de controvérsias. A Carta da ONU constitui marco fundamental nesse processo, que é aprofundado quando se considera o uso da força como proibido, em razão de seu caráter de norma peremptória de Direito Internacional.

### **Adriano Giacomet De Aguiar (28/30)**

A eclosão das duas Guerras Mundiais foi evento traumático da vida política internacional, a qual refletiu imediatamente no Direito internacional. O processo de construção de normas e instituições que buscavam mitigar ou mesmo superar o flagelo das guerras foi fator fundamental que catalisou a transformação do Direito internacional e interno, viabilizando a incorporação de características de cooperação, como argumentado por Wolfgang Friedmann, em sistema que antes se reduzia à noção de coexistência. Essa mudança permitiu a re-significação dos objetivos, valores e meios do Direito das Gentes, influenciando a formação de princípios contrários à guerra como meio de ação internacional dos Estados e de mecanismos para coibir o uso da força.

Há cem anos, a guerra não constituía necessariamente um ilícito internacional, havendo apenas frágil corpo normativo que limitava os meios de guerra, em contexto no qual predominava a noção westphaliana de soberanias rígidas. A Liga das Nações foi uma primeira tentativa no contexto do pós-guerra de evitar a emergência de um novo conflito sistêmico, sendo complementada pelo Pacto Briand-Kellog (1928) o qual previu a renúncia dos Estados de recorrer à guerra. Faltavam, no entanto, à configuração jurídica estabelecida, meios de garantir a eficácia das obrigações e das promessas de renúncia ao que era, então, o direito da guerra (jus ad bellum). A autolimitação da vontade, tal qual apresentada por Jellinek, como fundamento de validade do Direito internacional, falharia e mostraria suas limitações com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Foi com a criação da Organização das Nações Unidas que a guerra se tornava um ilícito internacional, sendo estabelecido em sua Carta Constitutiva tanto obrigações negativas de não fazer a guerra (art. 2.4) quanto obrigações positivas de buscar a paz (art. 2.3). Ao contrário da Liga das Nações, no entanto, eram incorporados, nos meios para garantir a eficácia das normas, elementos de verticalização no Direito internacional, de que é exemplo não apenas os artigos 2.4 e 2.5 da Carta da ONU que discorrem sobre o reconhecimento pelos Estados do papel do Conselho de Segurança na manutenção da paz mundial e a obrigatoriedade de suas decisões, mas principalmente o artigo 2.6 que vincula a essas obrigações mesmo os Estados que desejarem não serem membros da ONU. Cabe aos Estados, portanto, resolverem suas controvérsias pelos meios pacíficos existentes, sejam os elencados no artigo 33 da referida Carta, sejam os meios jurisdicionais existentes, como a arbitragem e as cortes internacionais, de que é exemplo a Corte Internacional de Justiça. Esses mecanismos deram substância ao princípio de solução pacífica de controvérsias.

A emergência de situação que ameace a paz e a ordem internacionais são referidas ao Conselho de Segurança que pode agir sob o abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU, adotando a força (art. 42) ou meios não violentos (art.41) para resolver a controvérsia. Deve-se ressaltar, no entanto, a

possibilidade de os Estados usarem a força em caso de legítima defesa individual ou coletiva, bem como sob autorização do Conselho de Segurança, sendo estas as únicas hipóteses contempladas pelo Direito das Gentes para o uso da força pelos Estados. Deve-se ressaltar ainda as previsões existentes no Capítulo VIII da Carta que garantiu às organizações regionais papel ativo no processo de resolução pacífica de controvérsias, o que viabilizou a construção de arranjos sui generis adequados às particularidades geopolíticas das diferentes regiões.

Ainda que o sistema de efetivação do princípio de solução pacífica de controvérsias criado pela ONU não seja perfeito, ele aumenta significativamente os custos dos Estados de recorrerem à guerra. Além disso, o Conselho de Segurança demonstrou plasticidade suficiente para criar novas estruturas e mecanismos de solução de controvérsias, superando os entraves políticos do uso do veto de forma criativa, seja pelo estabelecimento do chamado Capítulo Seis e meio que disciplina a criação de operações de manutenção da paz, seja pela criação dos Tribunais Penais Internacionais de Ruanda e da Ex-Iugoslávia. Esse processo de proscricção gradativa da guerra iniciada há mais de um século foi o principal vetor das mudanças sofridas pelo Direito internacional, sendo o Direito de solidariedade, a como se refere Alberto Amaral a essa dinâmica, tributária da busca global pela paz.

## PIOR NOTA (21/30)

O primado do direito internacional, observado atualmente nas relações internacionais, decorre do flagelo de duas guerras mundiais no século XX e de diversas outras ocorridas antes e depois delas. Esses conflitos internacionais levaram os Estados a buscar desenvolver mecanismos jurídicos que obstem sua repetição. Nesse sentido, o que se tem verificado, nos últimos séculos, é o surgimento de institutos que, progressivamente, têm feito o direito internacional superar a ótica coexistencialista, que não foi capaz de evitar a deflagração de dois conflitos globais, e que têm contribuído para estabelecer um direito de solidariedade, o qual tem como uma de suas características mais marcantes a proscrição ao recurso à ação armada.

O flagelo da Primeira Guerra Mundial mostrou aos Estados a necessidade de se estabelecer mecanismos claros com vistas a evitar conflitos armados. Desde a Paz de Vestfália, em 1648, quando se superou a percepção de que a guerra seria legítima quando em resposta a atos imorais, até 1814, verifica-se a existência de um sistema jurídico internacional incipiente, o qual permitia aos detratores do direito internacional justificar a guerra como a política por outros meios. O intento doutrinário de autores dessa época, como Hugo Grotius, de regulamentar a paz e a guerra, tornou-se regra internacional com o tratado da Liga das Nações. Neste os Estados-parte acordam em criar mecanismos como a “Moratória da Paz”, que obstava a deflagração de conflito armado se não houvesse antes um período de tentativa de negociações com suspensão de provocações. Além dessa previsão do pacto, Estados que dele não fizessem parte tinham ainda, desde 1928, a opção de aderir a pacto Briand-Kellog, o qual efetivamente proibia o recurso à ação armada entre as partes no acordo.

Isso não foi suficiente para que se impusesse a paz entre todos os Estados, porquanto aqueles que desses dois instrumentos jurídicos não fizessem parte poderiam, sem constrangimentos jurídicos, recorrer à guerra. A carta das Nações Unidas vem superar essa lacuna. Em seu artigo 2(4) fica estabelecido que a guerra estaria prosrita como recurso de solução de controvérsias. Esse princípio basilar do Tratado mostra-se extensível a todos os Estados, na medida em que o inciso 6 desse mesmo artigo expressa que os princípios da Carta da ONU devem ser respeitados por todos os Estados, sejam eles membros da Organização ou não. Resguardou-se o direito ao uso da força em apenas três ocasiões: nos casos de autorização do Conselho de Segurança (art 41); nas ocasiões de legítima defesa (art 52); e quando da existência de povos sob ocupação colonial. Dessa forma, o direito internacional contemporâneo surgia com uma essência marcadamente distinta daquela do direito internacional clássico: nenhum Estado estava mais autorizado a usar

discricionariamente a força, o que reforçava sobremaneira o princípio da solução pacífica de controvérsias como balizador da ordem internacional.

Esse princípio foi consagrado no artigo 2 da Carta da ONU, que expressa que os Estados não devem cessar de buscar a solução pacífica, mesmo quando o mecanismo inicialmente utilizado não logre resolver a questão. O artigo 33 da carta vem reforçar esse entendimento, apresentando rol exemplificativo de meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais para a solução do conflito. Aos tradicionais meios diplomáticos, como a solução direta, os bons ofícios, a mediação e a conciliação, se adicionam os meios políticos, como os recursos à Assembleia Geral da ONU ou ao seu Conselho de Segurança, o qual está autorizado a buscar a solução, caso observe que a controvérsia coloca em risco a paz e a segurança internacionais. Ademais, o meio jurisdicional judicial foi reforçado por meio da criação da CIJ e da Cláusula Raul Fernandes. Desde então, o meio jurisdicional judicial tem avançado de forma significativa, por intermédio da criação de redes policêntricas de tribunais internacionais o que facilita o acesso dos sujeitos ao direito internacional.

O adensamento dos institutos jurídicos que tornam ilegal o recurso à ação armada e reforçam os mecanismos pacíficos de solução de controvérsias se deu, nos últimos séculos, por meio de retrocessos pontuais e de avanços expressivos. Tal adensamento ganhou contornos mais significativos no direito internacional contemporâneo por meio dos dispositivos da Carta de São Francisco e do que Marti Koskenniemi chama de “fragmentação do direito internacional”. Essa nova dinâmica, que proscreve a guerra e reforça o primado do direito, é imprescindível para que os Estados avancem na constituição de uma ordem internacional cada vez mais pautada nas lógicas da cooperação e da solidariedade.

## QUESTÃO 2

**Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen e Lisboa são cidades marcantes no processo de construção da União Europeia. Comente o significado jurídico dessa assertiva.**

Extensão máxima: 60 linhas  
[valor: 30 pontos]

### **Flávio Beicker (30/30)**

O processo de construção da União Europeia é caracterizado por diversas etapas, com implicações políticas e jurídicas para o adensamento da integração do continente. Do Tratado de Paris ao de Lisboa, diferentes marcos jurídicos foram responsáveis pela progressiva consolidação do atual direito internacional comunitário, cujo fundamento central é a transformação da concepção de soberania estatal ilimitada, conceito caro ao direito internacional (DI) clássico. Nesse sentido, o avanço da integração europeia vai além da mera união aduaneira ou, ainda, monetária, podendo servir de modelo para outras regiões do globo e contribuir para a transformação do atual DI.

A integração europeia teve início, do ponto de vista jurídico, com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), por meio do Tratado de Paris, de 1951, a qual consistia em uma união aduaneira de escopo limitado a determinados setores econômicos, com a participação de Itália, Alemanha, França e do chamado Benelux. A moldura jurídica da integração adquiriu nova conformação com os dois tratados de Roma, de 1957, os quais instituíram duas novas frentes de integração: a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). A expansão dos membros dessas comunidades de integração nas décadas de 1970 e 1980 ensejou a edição do chamado Ato único Europeu, o qual tratou de incorporar novas questões e procedimentos ao processo de integração.

A reformulação institucional do processo integrador ocorreu com o Tratado de Maastricht, o qual criou a União Europeia, embora ainda não fosse dotada de personalidade jurídica, com base na lógica dos três pilares de atuação: a cooperação em matéria judiciária e policial; o pilar das “Comunidades Europeias”; e o da Política Externa de Segurança Comum (PESC). Maastricht, ademais, disciplinou as regras de interação entre os órgãos da integração, com caráter de supranacionalidade, como o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia – instituições destinadas a direcionar o processo integrador – e a Comissão Europeia – órgão executivo da integração.

Da perspectiva jurídica, o Tratado de Amsterdã, de 1997, deve ser analisado à luz das disposições do Acordo Schengen e do Tratado de Nice

(2001), os quais, respectivamente, disciplinam questões de controle fronteiriço no interior da União Europeia (UE) e lidam com o déficit democrático da integração. Nesse sentido, a limitação do controle de fronteiras, a fim de assegurar o livre trânsito de bens, pessoas e capital dentro da UE, envolve a renúncia de parcela da soberania estatal, tão central ao DI clássico. O déficit democrático, por outro lado, é compensado pela existência de um Parlamento Europeu, o qual já conta com eleições diretas e composição proporcional, e dispõe de competências fiscalizatórias, além de participar do processo normativo do bloco em questões atinentes aos chamados temas de codecisão, em conjunto com os demais órgãos da integração. Em Amsterdã, ademais, definem-se, também, as regras para o ingresso na união monetária, o que implicou limitação evidente à autonomia dos bancos centrais nacionais, com a criação do Banco Central Europeu, cujo mandato atual caminha para uma ampliação.

O marco jurídico definitivo da integração e da emergência de um novo direito comunitário é o Tratado de Lisboa, de 2008, o qual, além de dotar a UE de personalidade jurídica, conferiu contornos constitucionais ao processo integrador. Merece destaque, nesse sentido, o abandono do sistema de pilares, adotado em Maastricht, e a instituição de um sistema de divisão de competências entre os órgãos da integração e os Estados nacionais, tema que havia se tornado típico do constitucionalismo clássico. Por esse sistema, a UE possui temas de competência exclusiva – como a PESC, anteriormente mencionada –, competência concorrente com os Estados – a exemplo de questões como o uso de recursos naturais transfronteiriços –, e os Estados também exercem uma competência apoiada – temas nos quais a UE oferece suporte e cooperação na tomada de decisões no âmbito doméstico. Registre-se, também, que Lisboa incorporou a Convenção de Direitos Humanos de 1950 e a Carta Social europeia de 1965 ao processo integrador, bem como que há crescente judicialização dos temas da integração, conforme evidenciado pela Corte de Justiça Europeia, que julga litígios entre a Comissão Europeia e os Estados membros, além de deter a autoridade para interpretar as normas comunitárias (reenvio prejudicial).

O processo de integração europeia, como visto, representa o movimento evolutivo do atual direito internacional comunitário, o qual passou a incorporar dois temas caros ao constitucionalismo clássico, conforme descrito por Carl Schmitt: a distribuição de competências executivas, normativas e jurisdicionais entre Estados nacionais e órgãos do processo de integração, de um lado; e a garantia de direitos e de liberdades fundamentais aos cidadãos, de outro.



### **Adriano Giacomet De Aguiar (30/30)**

A União Europeia é, segundo diversos autores, entre eles Guido Soares, o mais ambicioso projeto de integração regional. Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen, Lisboa e, por que não, Nice e Bruxelas são cidades simbólicas e juridicamente relevantes para esse longo processo de conformação do espaço europeu, pois abrigaram conferências fundamentais para a viabilização da integração do continente. Se alinhados historicamente, permitir-se-á vislumbrar a progressiva evolução da ambição do processo integrador, o qual tem na sua experiência elementos motivadores de outros processos de integração regional pelo mundo.

Os Tratados de Paris e Roma, do final da década de 1940 e meados da década de 1950, apresentavam como principal objetivo não apenas a articulação dos setores produtivos e da exploração do carvão e do aço, mas como descrito por Jean Monnet, um dos principais articuladores e incentivadores do projeto de integração europeia, a superação da rivalidade franco-alemã por meio do entrelaçamento de obrigações jurídicas e a mitigação das controvérsias, em período sensível do pós-Segunda Guerra, pela afirmação do Direito. Especialmente relevante nesse sentido foi o estabelecimento, desde o início do processo integrador, de uma opção pela supranacionalidade técnica na organização da integração. Deve-se ressaltar também o efeito de “spill over” da vertente técnico-comercial do processo, para áreas sensíveis como a de energia nuclear por meio da Euratom.

Após interregno em que a emergência de questões geopolíticas sensíveis, como a política europeia de De Gaulle e a existência de ditaduras na península ibérica, diminuíram o ritmo do processo de afirmação do direito da integração sobre as vulnerabilidades políticas, deu-se, a partir do Ato Único Europeu e da entrada de novos membros (Europa dos 9 e dos 12) na década de 1980, novo ímpeto ao processo de integração. Os tratados de Maastricht, Amsterdã e Schengen são a materialização jurídica do processo de relançamento. A comunidade europeia que se construiu no passado, transformar-se-ia numa União Europeia, fundada juridicamente no sistema dos “três pilares” que previa diferentes graus de renúncia da soberania para a formação de um espaço comum. Ainda que os membros da União Europeia e as partes do Acordo de Schengen não sejam coincidentes é inevitável afirmar que o incremento de mobilidade e deslocamento garantiu maior substância ao processo de integração jurídico-política. O Tratado de Amsterdã de 1995, insere-se nesse mesmo processo, definindo diretrizes institucionais e normativas para a continuidade e ampliação da estrutura comunitária.

O Tratado de Lisboa, já no século XXI, responde a novos tipos de questões que emergiram com a superação da rivalidade militar do pós-guerra, como a superação do déficit democrático, por meio do aumento das prerrogativas e competência do Parlamento Europeu e da criação de elementos identitários, e a criação de corpo de normas e instituições jurídicas

inovadoras que deram origem a elemento inovador no Direito internacional que é o Direito Comunitário, expressão mais bem acabada daquilo que Pierre Marie Dupuy chamou comunitarização do Direito internacional. Entre outras inovações dessa nova fase da integração e que são juridicamente relevantes são o reenvio prejudicial e a afirmação do Direito Comunitário sobre o ordenamento interno, como feito evidente no caso Costa vs. ENEL, e a incorporação da Convenção Europeia de Direitos Humanos como norma comunitária.

A integração europeia é, até o momento, o processo de integração mais profundo e radical da história contemporânea, tornando-se importante precedente para outras regiões do mundo, em particular os mecanismos jurídicos criados no processo de integração, como elementos de supranacionalidade, o estabelecimento de cortes internacionais capazes de se sobrepor em determinadas matérias ao Direito nacional e os acordos de livre circulação.

### **Júlia Vita De Almeida (30/30)**

As seis cidades em questão são marcantes na construção da União Europeia, porque sediaram a celebração dos tratados mais importantes do processo integrador. A análise de cada um deles pode ser dividida em três grandes períodos nos quais se nota a evolução do bloco: a década de 1950 (Tratados de Paris e Roma), a década de 1990 (Tratados de Maastricht, Amsterdam e Acordos Schengen) e, finalmente, a década de 2000 (Tratado de Lisboa).

A década de 1950 marca o início da integração europeia com a celebração do Tratado de Paris, em 1951, e do Tratado de Roma, em 1957. O Tratado de Paris foi assinado entre França e Alemanha para a criação da Comunidade do Carvão e do Aço, uma instituição supranacional responsável por regular a produção dessas duas matérias-primas altamente sensíveis. Esse tratado simboliza duas estratégias fundamentais ao processo de construção da União Europeia: marca o início de uma integração em eixo, ou seja, estimulada por Alemanha e França; e uma integração pensada para pacificar o continente, já que foi inaugurada pelos dois grandes rivais históricos justamente para regular um setor (carvão e aço) estratégico em tempos de guerra. Por sua vez, o Tratado de Roma inaugura a integração econômica do continente, por meio da criação da Comunidade Europeia com vistas à formação de um mercado comum, inicialmente, entre seus seis fundadores (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos). A ideia era utilizar a livre-circulação de mercadorias, capitais e pessoas como elemento de convergência entre os europeus que não apenas os fortalecesse economicamente depois da destruição da II Guerra, como também desestimulasse conflitos entre eles e os transformasse em uma unidade política de maior peso relativo na ordem internacional.

Três décadas depois, já no início dos anos 1990, o processo integrador havia superado desafios internos importantes ao seu avanço e incluído países relevantes da Europa Ocidental, como Inglaterra, Portugal e Espanha. O novo desafio que se impunha, nesse momento, era consolidar o que se havia alcançado até então para incorporar, no futuro próximo, os países da Europa Oriental recém-libertados do domínio da antiga URSS. O Tratado de Maastricht foi, então, assinado em 1992 para consolidar o processo integrador por meio da criação da União Europeia. A previsão era de uma estrutura em três pilares: PESC (política externa de segurança comum), Comunidade Europeia e cooperação judiciária. Além disso, quatro órgãos seriam encarregados de conduzir a integração: Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. No entanto, foi preciso a assinatura de mais dois tratados para dar conta dos desafios que a expansão do bloco impunha. O Tratado de Amsterdam, de 1998, forneceu as bases para a entrada em vigor da zona do euro, nos anos seguintes, e reformulou o processo

decisório da normativa da União Europeia, estabelecendo uma votação com duplo critério (maioria e abrangência/representatividade) na Comissão Europeia. Os Acordos de Schengen, por sua vez, instauraram a livre circulação de pessoas entre seus signatários. Convém lembrar que nem todos os membros da União Europeia o assinaram, a exemplo de Inglaterra e Irlanda, e que ele não se restringe aos membros da União Europeia.

Finalmente, o Tratado de Lisboa, assinado em 2007 e ratificado em 2009, conformou a União Europeia que se conhece hoje. Depois do fracasso da tentativa de assinatura de uma Constituição Europeia, o Tratado de Lisboa teve a função de incorporar essa ideia sem, no entanto, forçar uma integração para além do que os cidadãos europeus podiam aceitar. O Tratado de Lisboa, nesse sentido, unificou todos os tratados anteriores em um mesmo documento; conferiu personalidade jurídica à União Europeia; substituiu a estrutura de pilares por uma divisão entre competência exclusiva, compartilhada e subsidiária; incorporou a Convenção Europeia de Direitos Humanos como anexo ao seu texto; e, em vez de criar um presidente e um chanceler para a União Europeia, como previa a Constituição rejeitada, optou por criar o cargo de presidente do Conselho Europeu e de alto-representante para assuntos externos.

## PIOR NOTA (27/30)

O processo de construção da União Europeia (UE), como utopia transformada em realidade das relações internacionais, caracteriza-se tanto pela internacionalização dos constitucionalismos, quanto pela constitucionalização do direito internacional (DI). A importância das cidades de Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen e Lisboa no processo de integração europeu revela-se não apenas no fato de haverem sediado negociações para o surgimento de tratados constitutivos do direito comunitário e da integração, mas também como “locus” do processo de coconstrução da EU entre diversos sujeitos do DI, como Estados, Organizações Internacionais (OI) e indivíduos.

Em que pesem precedentes anteriores às guerras mundiais do século XX, como a união aduaneira do Zollverein entre Estados alemães, pode-se afirmar que a integração europeia começa a se tornar realidade jurídica na esteira dos conflitos de 1914 e 1939. Paris, que fora o local da “paz punitiva de Versalhes”, responsável, em boa medida, pelo fracasso da Liga das Nações, ganha importância após a Segunda Guerra Mundial como sede das negociações que desembocaram na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A Comissão da CECA – organização baseada na ideia de homens como Jean Monnet de que a interdependência econômica evita a guerra – pode ser vista como uma das primeiras transferências de soberania que os Estados europeus fizeram aos órgãos comunitários. Essa transferência embasa a noção de supranacionalidade.

A integração europeia se adensou juridicamente nas cidades de Roma, Maastricht e Amsterdã. O tratado de Roma (1957), responsável por criar a Comunidade Europeia, definiu as bases do projeto integracionista, pautado não apenas na coordenação entre órgãos como conselhos e comissões, mas também por abrir caminho à definição de posições conjuntas dos Estados membros em relação a terceiros Estados, como na definição de preferências comerciais às ex-colônias (tratados de laundé, Lomé e Cotonou). O tratado de Roma também esclareceu o objetivo comunitário de criar mercado comum, superando as fases de zona de livre comércio, união aduaneira e desembocando ao fim ao cabo em uma união entre Estados. Maastricht, por sua vez, avança na institucionalização jurídica do bloco em 1992. O tratado de Maastricht definiu os pilares da UE, evidenciando o caráter de processo misto, entre a intergovernamentalidade e a supranacionalidade: a cada pilar variava o grau de soberania que os Estados transferiam ao bloco. Definem-se, assim, competências supranacionais, intergovernamentais (em que não há transferência) e de cooperação. Tanto Amsterdã, como Nice, aprofundam esforços de institucionalização do bloco europeu, atraindo novos membros à UE.

Quanto às cidades de Schengen e Lisboa, seus significados jurídicos são bastante diversos, mas ambos apontam para o desejo europeu de integrar sociedades, e não apenas Estados. Em Schengen foi firmado acordo visando à livre circulação de pessoas, o qual não se limita a membros da UE. A liberdade de circulação reforça a preocupação europeia com a cidadania no bloco, a fim de garantir mobilidade ao indivíduo, beneficiário último da integração, que tem assim reforçada sua personalidade jurídica internacional. O tratado firmado em Lisboa (2007), por seu turno, substituiu os pilares da UE por competências classificadas em domínios: domínios de competência exclusiva, partilhada e subsidiária. Exemplo do primeiro é a política externa e de segurança comum; do segundo, a política agrícola comum; e do terceiro, a competência dos Estados em temas como cultura e turismo. O tratado também atribuiu personalidade jurídica internacional à UE, reforçou os poderes legislativos do Parlamento Europeu (que decide junto com o Conselho Europeu na criação do direito comunitário), e reconheceu, ainda, “status” comunitário às normas da Carta Europeia de Direitos Humanos (artigo 6º do tratado de Lisboa)

Misto de intergovernamentalidade e supranacionalidade, a integração europeia requereu que os constitucionalismos se abrissem ao Direito Internacional. O paradigma do diálogo intersistêmico entre direito interno e internacional superou a dicotomia doutrinária entre monismo e dualismo, reforçando a validade e a eficácia das normas internacionais na sociedade globalizada. O processo de integração europeu, portanto, pode ser visto como símbolo da internacionalização do direito constitucional. Igualmente, ao estabelecer hierarquia entre a normativa comunitária, que tem efeito direto e aplicabilidade imediata, a integração europeia reforçou a verticalização na sociedade internacional, originalmente anárquica. Nesse sentido, ao exigir, por exemplo, a observância dos direitos humanos como condição “sine qua non” da participação na UE, este bloco contribui para a preservação dos valores mais caros à comunidade internacional, apontando, inclusive, para processos de constitucionalização do direito das gentes.

### QUESTÃO 3

**Um dos aspectos mais controversos nos casos contenciosos perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o estabelecimento de sua jurisdição. Discorra sobre as várias formas de fixação da competência da CIJ, mencionando precedentes do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas.**

Extensão máxima: 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

#### **Ana Maria Garrido Alvarim (20/20)**

A Corte Internacional de Justiça, criada pela Carta da ONU, representa importante evolução da juridicização do Direito Internacional. Apesar de todos os Estados-partes da ONU serem parte do Estatuto da CIJ, a competência contenciosa daquele Tribunal não é universal. Os Estados devem, expressamente, aceitar essa competência da Corte.

Cabe ressaltar que a CIJ julga apenas questões entre Estados soberanos, com base nas fontes do Direito Internacional estabelecidas no artigo 38 do seu Estatuto. Enquanto a CIJ pode emitir pareceres consultivos sobre situações jurídicas envolvendo um Estado sem haver sua autorização, no caso de sua jurisdição contenciosa, os Estados partes de uma controvérsia devem aceitar expressamente sua competência contenciosa. Uma das formas mais usuais para tal é por meio do depósito da Cláusula Facultativa de Jurisdição Obrigatória (Cláusula Raul Fernandes). Por meio dessa, a CIJ poderá julgar qualquer caso que envolva dois ou mais Estados que tenham depositado a cláusula, desde que um deles leve sua controvérsia à Corte. Exemplo de processo que seguiu esse ritual é o concernente ao caso entre Alemanha e Itália de 2012 sobre imunidade de execução, visto que todos os membros da União Europeia devem aceitar a jurisdição contenciosa da CIJ.

Outro meio pelo qual a CIJ pode fixar sua jurisdição contenciosa é por meio da existência de tratados que estabeleçam a obrigatoriedade da solução de controvérsia na CIJ. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados estabeleceu, em um de seus artigos, que qualquer controvérsia poderia ser levada à CIJ. O Brasil ratificou a Convenção com reserva a esse artigo, visto que não reconhece a jurisdição contenciosa da CIJ. Nesse âmbito, a decisão da Corte sobre os limites marítimos entre Peru e Chile foi realizada com base em tratado.

Outra maneira de exercício da competência contenciosa da CIJ é em casos concretos. Um Estado que não tenha aceitado esse tipo de jurisdição pode levar uma controvérsia à Corte Internacional de Justiça, desde que a outra parte da controvérsia também aceite. Esse meio é, entretanto, mais raro.

Verifica-se que existem diversos meios para que um Estado leve suas controvérsias à CIJ mesmo nunca tendo aceitado expressamente em documento esse desejo. Casos emblemáticos como Nicarágua x EUA (Contras), o caso Nottebohm, o caso da Plataforma do Mar do Norte e, mais recentemente, o caso Bolívia x Peru sobre limites territoriais perfazem o extenso rol de jurisprudência da Corte Internacional de Justiça, que representa importante instituição de promoção do Direito Internacional e da solução pacífica de controvérsias.



## Helges Samuel Bandeira (20/20)

A CIJ, corte criada como órgão da ONU, tem competência consultiva e contenciosa. Sua jurisdição, nos casos contenciosos, pode ser estabelecida de quatro maneiras: existência de cláusula facultativa de jurisdição obrigatória; tratado anterior entre as partes, prevendo recurso à corte; acordo “ad hoc” entre as partes, para levar o caso à Haia; e prorrogação de foro.

A cláusula facultativa de jurisdição obrigatória é, como seu próprio nome diz, facultativa, mas obriga os Estados que aderiram a ela a aceitar a jurisdição da corte caso emerja controvérsia com outro Estado ou conjunto de Estados que a ela, outrossim, aderiram. A aplicação da cláusula Raul Fernandes pauta-se, assim, pelo princípio do mínimo denominador comum: um Estado que não aderiu à cláusula não pode exigir que outro que aderiu esteja obrigado a submeter-se à jurisdição da CIJ. A cláusula facultativa foi utilizada pela Nicarágua para levar os EUA à CIJ, por conta da atuação dos “contras”. Após sua condenação, os EUA retiraram sua adesão à cláusula facultativa de jurisdição obrigatória e, como o Brasil, hodiernamente só pode ser levado à corte por alguma outra das três hipóteses.

É possível que dois ou mais Estados hajam pactuado que mediante o surgimento de alguma controvérsia entre eles, recorreriam à CIJ. Tal possibilidade é vislumbrada por exemplo pela Convenção de Viena de Direito dos Tratados no caso de controvérsia quanto à interpretação do jus cogens; salienta-se, porém, que o Brasil fez reservas quando aderiu à supracitada convenção, uma das quais afastando tal possibilidade.

Os Estados podem ainda, mediante o surgimento de uma controvérsia entre eles, decidir levar o caso, de comum acordo, à CIJ. Nos marcos da necessidade de solução pacífica de controvérsias propugnada expressamente pela Carta da ONU, nada mais lógico que mediante o surgimento da controvérsia, os Estados recorram à CIJ. Salienta-se, porém, que nunca prosperou nessa corte reclamação contra o Brasil, apesar de a possibilidade ter sido aventada por Honduras.

Por fim, é possível que o Estado não se defenda preliminarmente quanto à incompetência da corte, o que implica na prorrogação de foro. Foi por meio de “forum prorogatum” que a Albânia foi chamada à corte da Haia no Caso do Canal Corfu proposto pelo Reino Unido. Aponta-se também para o Caso do Pessoal Diplomático da Embaixada Americana em Teerã como outro caso em que a prorrogação de foro foi alegada.

Cumpre salientar, à guisa de conclusão, que é a própria CIJ que dispõe da competência para afirmar se é competente ou não, algo que os jurisconsultos francófonos chamam de “compétence de la compétence”.

## Clarissa De Souza Carvalho (20/20)

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), herdeira da antiga Corte Permanente de Justiça Internacional, é o principal órgão judiciário das Nações Unidas (ONU). Todo Estado membro da ONU é, “ipso facto”, parte do Estatuto da CIJ. Ser parte nesse tratado, porém, não é suficiente para que se afirme a jurisdição obrigatória da corte, pois há várias formas de fixação da competência da CIJ. Vale lembrar que, excepcionalmente, Estado não membro da ONU pode acessar a CIJ desde que adira a seu estatuto ou seja autorizado pelo Conselho de Segurança (CSNU). A CIJ tem competências consultiva e contenciosa no exercício de suas funções.

Há três formas principais para a fixação da competência da CIJ, que pode julgar exclusivamente casos envolvendo controvérsias entre Estados. A primeira denomina-se cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, solução proposta pelo brasileiro Raul Fernandes e que se baseia no princípio da reciprocidade. Estado que tenha firmado essa cláusula estará reconhecendo a competência da CIJ sempre que acionado, mas só pode basear pleito nessa cláusula se sua contraparte no contencioso também tiver se obrigado pela cláusula Raul Fernandes. A segunda possibilidade de competência da CIJ caracteriza-se pela existência de tratado no qual dois ou mais Estados acordaram levar eventuais disputas à Corte. Essa previsão, por exemplo, é feita na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, no artigo 66, ao qual o Brasil fez reserva. Finalmente, um Estado pode reconhecer de forma “ad hoc” a competência da CIJ, manifestando sua vontade nesse sentido, tanto explícita como tacitamente. Acionar a Corte, por exemplo, significa reconhecimento tácito.

Quando se discorre sobre a competência da CIJ, é vital mencionar o entendimento da própria corte a respeito de sua “compétence de la compétence”. Podendo conhecer de controvérsia jurídica relativa a qualquer tratado internacional, não apenas a Carta da ONU, a CIJ se reserva o direito de afirmar sua competência em cada caso. Essa jurisprudência foi assentada no Caso Lockerbie, no qual a Corte foi questionada sobre a possibilidade de se pronunciar e expressou tal prerrogativa. No plano da competência consultiva, é preciso destacar que apenas a Assembleia Geral e o CSNU, além de outros órgãos da ONU devidamente autorizados pela Assembleia, podem solicitar parecer consultivo à CIJ, o qual faz “coisa julgada interpretada”, no dizer de Carvalho Ramos.

Entre os inúmeros precedentes da Corte que abarcam temas de sua competência, merece destaque o Caso Nicarágua, pelo qual a CIJ esclareceu seu caráter exclusivamente jurídico. O fato de o CSNU estar lidando com determinada questão pode impedir o exame desta pela Assembleia (artigo 12 da Carta da ONU), mas não a atuação jurisdicional da Corte. Outro precedente célebre relativo às competências da CIJ foi o caso La Grand, no qual a Corte reiterou o caráter obrigatório de suas medidas provisórias, embora este tenha

sido desrespeitado por países como os Estados Unidos, em afronta à jurisdição da CIJ.

Em outras situações, a Corte manifestou não poder conhecer de disputas por razões diversas. No caso Atividades Armadas no Congo, a CIJ afirmou que nem mesmo violação a norma de “jus cogens” afasta a exigência de que sua competência seja reconhecida pelos Estados em disputa. Entendimento relacionado foi proferido no Caso Responsabilidade Internacional do Estado (Alemanha versus Itália), quando a CIJ reiterou que violações de normas imperativas não afastam a imunidade do Estado estrangeiro frente a cortes de outros Estados. Percebe-se, portanto, que, apesar de controverso, o tema da fixação da competência da CIJ se baseia em normas decorrentes de fontes como a Carta da ONU, o Estatuto da CIJ e de meios auxiliares como sua esclarecedora jurisprudência em vários casos.

## PIOR NOTA (12/20)

A Corte Internacional de Justiça, meio jurisdicional judiciário, segundo classificação clássica de Francisco Rezek, dispõe de duas competências fundamentais: uma litigiosa e outra consultiva. A jurisdição da CIJ para cada uma das competências é distinta e foi prevista não apenas na Carta da ONU e no Estatuto da CIJ, mas em seus próprios julgados e na emissão de seus pareceres consultivos, na medida em que detém a competência de definir sua competência.

A jurisdição litigiosa é acessível apenas aos Estados, que podem se obrigar por meio de depósito e aceitação da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória (36.2); de cláusula ad hoc e por meio de tratado que preveja a CIJ como foro jurisdicional apropriado. Excepcionalmente é prevista a possibilidade de Estados não membros da ONU se tornarem partes do Estatuto, desde que contem com a recomendação do Conselho de Segurança e aprovação da Assembleia Geral, como ocorrido com a Suíça, por exemplo. Para que a CIJ se pronuncie e exerça sua competência litigiosa é necessário, no entanto, que haja uma controvérsia jurídica sobre direito, tal como definida no Caso Mavrommatis (CPIJ). A CIJ também determinou não julgar casos que sejam fundados apenas em aspectos políticos, devendo haver controvérsias acerca de direito, o que restou evidente no Caso Lockerbie. Ademais, a causa do pedido não pode ser fundada exclusiva e principalmente em direito de terceiros Estados, tal qual ocorrera no caso envolvendo Portugal e Austrália sobre questões relativas à Indonésia e o Timor Leste, o que evidencia a necessidade da vontade do Estado em se obrigar.

A competência consultiva da CIJ, pela qual são emitidos pareceres consultivos não obrigatórios, não é, por sua vez, acessível aos Estados. Somente o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU podem solicitar o parecer consultivo da Corte sobre determinada questão de Direito. As agências especializadas da ONU, como a UNICEF e a UNESCO, podem solicitar pareceres desde que autorizadas pela Assembleia Geral da ONU e devem ser sobre tema pertinente à atuação e funções da agência especializada. O parecer consultivo de 2010 sobre a declaração unilateral do Kosovo, a partir de solicitação da AGNU, bem como sobre o uso de armas nucleares, exemplifica a importância dos pareceres, na medida em que, embora não vinculantes, são capazes de influenciar determinantemente questões controvertidas no âmbito internacional, dando forma ao que, para o âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, André de Carvalho Ramos chamou coisa julgada interpretada.

A CIJ define sua competência e jurisdição não apenas a partir dos seus instrumentos constitutivos, mas também por meio de sua atuação, tanto por meio de pareceres consultivos quanto de decisões litigiosas. Essas prerrogativas garantem papel fundamental para a CIJ na evolução do Direito das Gentes.

#### QUESTÃO 4

**Considerando que, com o objetivo de favorecer a aproximação bilateral e o desenvolvimento da região fronteira determinado país fronteiro proponha ao Brasil a negociação de tratado bilateral segundo o qual todos aqueles nascidos a cinquenta quilômetros da fronteira comum tenham reconhecida, além da nacionalidade de seu país de origem, a nacionalidade do país vizinho, analise a viabilidade jurídica dessa proposta.**

Extensão máxima: 40 linhas  
[valor: 20 pontos]

#### **Helena Hoppen Melchionna (20/20)**

Para verificar a viabilidade jurídica de um tratado bilateral que concedesse a nacionalidade brasileira aos indivíduos de dado país vizinho, de forma recíproca, é preciso analisar a questão sob uma perspectiva de direito interno e de direito internacional. Leva-se em consideração, ainda, que cabe, via de regra, ao direito interno dos Estados determinar como se dá a concessão de sua nacionalidade de forma soberana.

Em termos de direito interno, a Constituição de 1988, art. 12, estabelece os requisitos para que um indivíduo possa obter nacionalidade brasileira. Será brasileiro nato que nascer no Brasil (*jus soli*), desde que não seja filho de agentes estatais estrangeiros; quem for filho de pai ou mãe brasileira nascido no exterior, devidamente registrado perante autoridades brasileiras e podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir maioridade civil (*jus sanguini*); e quem for filho de agentes estatais brasileiros nascido no exterior (*jus sanguini*). Logo, o indivíduo do país vizinho só poderia ser brasileiro nato nessas circunstâncias.

O art. 12 também estabelece as condições para que alguém seja brasileiro naturalizado. Nesse caso, se o estrangeiro for proveniente de país de língua portuguesa, é necessário que resida no Brasil há pelo menos um ano e demonstre idoneidade moral. Caso o estrangeiro seja de qualquer outro país, é preciso residir ao menos 15 anos no Brasil e não pode ter condenação criminal. Nesse sentido, o tratado proposto só seria viável se todos os indivíduos do outro país apresentassem essas condições necessárias para a naturalização, o que é, obviamente, uma situação quase impossível. Como os tratados entram na legislação brasileira com natureza infraconstitucional, esse tratado não poderia ser cumprido, sob a perspectiva do direito interno, devido ao princípio do primado da Constituição. Logo, a menos que houvesse reforma constitucional, esse tratado seria inviável pela legislação brasileira, podendo o Brasil incorrer em responsabilidade internacional caso o firmasse.

Do ponto de vista do direito internacional, essa concessão de nacionalidade só seria reconhecida caso houvesse algum tipo de vínculo social

efetivo entre o indivíduo e o Brasil, tal como o jus solis ou o jus sanguini. A necessidade de comprovação da existência desse vínculo foi consagrada no caso Nottebom, no âmbito do qual a CIJ considerou que a Guatemala não era obrigada a reconhecer a nacionalidade concedida por Luxemburgo a um indivíduo com o qual esse país não tinha qualquer vínculo. No caso do possível tratado entre o país vizinho e o Brasil, dificilmente poder-se-ia comprovar a existência de vínculo social efetivo entre o país e o indivíduo estrangeiro, de forma que esse tratado também seria inviável para fins de direito das gentes.

Verifica-se, assim, que o tratado seria inviável em termos de direito internacional e de direito interno – mesmo porque, a Constituição brasileira só permite a dupla nacionalidade se o outro Estado reconhecer a brasileira como primária. O que poderia ser feito, de forma alternativa, seria algum acordo nos moldes do Estatuto da Igualdade existente entre Brasil e Portugal, o qual permite a concessão de cidadania brasileira a portugueses, desde que preenchidos certos requisitos.

### **Camilla Neves Moreira (20/20)**

A faixa de fronteira, definida pela Constituição Federal em 150 quilômetros a partir do limite internacional, tem frequentemente regulamentação especial, decorrente de sua característica especial de forte contato com países vizinhos evidenciando elevado nível de interdependência, além de sua importância na defesa nacional. A proposição de negociar tratado bilateral que reconheça nacionalidade originária aos nascidos a cinquenta quilômetros da região fronteira coaduna-se com a transição do Direito Internacional de coexistência (marcado por rivalidades e preocupação excessiva com a defesa da soberania westphaliana) para um Direito de cooperação, facilitador de aproximações. Entretanto, é mister analisar a viabilidade jurídica da proposta.

A possibilidade de aplicação diferenciada do princípio da soberania à faixa de fronteira apresenta precedentes jurídicos importantes, como a soberania compartilhada via concessão em condomínio ao Uruguai da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão no início do século XX ou gestões integradas atuais que permitem entre Brasil e vizinhos mútuo acesso a sistema de saúde na faixa de fronteira. Nessa perspectiva de institutos jurídicos diferenciados à região de fronteira, a proposta tem viabilidade jurídica, embora requeira adaptação de 50 para os 150 km previstos pela CF. Além disso, a concessão de nacionalidade representa ato de soberania cujos requisitos podem ser discricionariamente estabelecidos pelos Estados, de modo que, sob esse aspecto, a decisão bilateral de conceder dupla cidadania originária aos nascidos na faixa de fronteira tem viabilidade jurídica.

Entretanto, as hipóteses de nacionalidade originária brasileira elencadas na CF têm status hierárquico superior e constituicional, não podendo, nesse diapasão, ser modificadas por tratado bilateral, visto que, embora superada para temas de Direitos Humanos sob o paradigma da Emenda Constitucional 45/2004, a tese da legalidade ordinária dos tratados, com base no RE 80004 de 1977, continua a vigorar sobre os demais temas. Tendo a CF hierarquia superior a possível tratado bilateral que vise a adicionar nova hipótese de nacionalidade originária, não alcança este o fim jurídico pretendido, pois sua inferioridade normativa impede seus efeitos. No caso brasileiro, a nova hipótese de nacionalidade proposta só pode ser adicionada ao rol constituicional por meio de emenda constituicional, não constituindo, portanto, o tratado referido o meio jurídico adequado, de modo que a proposta é inviável juridicamente.

Verifica-se que, embora juridicamente viável na perspectiva de possibilidade de regulamentação diferenciada à faixa de fronteira e de ser a atribuição de nacionalidade ato discricionário, a proposta de tratado para prever

nova hipótese de nacionalidade brasileira aos nascidos na região de fronteira comum sob a jurisdição do país fronteiriço não tem viabilidade jurídica no Brasil, visto que violaria a hierarquia do ordenamento jurídico pátrio, tendo tratado status de lei ordinária e sendo, portanto, incapaz de alterar previsões constitucionais.



## Diego De Souza Araújo Campos (20/20)

A questão da nacionalidade é tema de Direito Interno dos Estados e, no caso brasileiro, abrange a expressão constitucional, insculpida no artigo 12 da Carta Magna de 1988. Sendo assim, o caso em tela enseja a análise de tratado internacional que versa sobre nacionalidade em relação aos ditames constitucionais.

O artigo 12 da Constituição brasileira adota o critério jus solis, com possibilidades inerentes ao jus sanguinis para a aquisição da nacionalidade originária brasileira. Além disso, apresenta as possibilidades da aquisição da nacionalidade derivada. De forma clara, o legislador brasileiro buscou evitar a apatridia, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com o Pacto de São José da Costa Rica, que menciona, inclusive, a concessão na nacionalidade do local de nascimento do indivíduo no caso de ele não ter direito a outra.

Como tema constitucional, a questão da atribuição da nacionalidade brasileira associa-se ao respeito à soberania (fundamento constitucional) e à independência nacional, um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Além disso, convém mencionar que o tratado bilateral em apreço seria equivalente a uma lei ordinária, tendo em vista que ele precisaria ser recepcionado pelo Brasil por ato subjetivamente complexo entre os Poderes Executivo e Legislativo.

O tratado bilateral em exame, entretanto, apresenta inconstitucionalidade flagrante, ao tratar de questão afeta à norma suprema do país, com base no topo da pirâmide de Kelsen. Por isso, ainda que o controle preventivo de constitucionalidade do Poder Executivo (ao assinar e ao ratificar) e do Poder Legislativo (ao referendar o tratado sob a égide do artigo 49 da Constituição) falhassem, poderia haver a apreciação do Pretório Excelso por meio de controle direto de inconstitucionalidade.

Além da inconstitucionalidade relacionada à afronta ao artigo 12 do Texto Fundamental, o tratado bilateral em análise fere os princípios constitucionais supracitados, especificamente o fundamento da soberania e o princípio da independência nacional. É inconcebível que norma equivalente à lei ordinária pretenda emendar a Constituição, visto que tal hipótese se mostra taxativa no artigo 60 do documento fundamental.

Pelo exposto, defende-se a inviabilidade jurídica da proposta apresentada por tratar de tema constitucional, o que levará à flagrante inconstitucionalidade tanto material quanto formal. O Estado brasileiro é soberano para decidir quais são os seus nacionais e respeita os princípios internacionais. A inconstitucionalidade desse tratado bilateral, portanto, impede a sua recepção pelo ordenamento jurídico pátrio.

## PIOR NOTA (12/20)<sup>14</sup>

Conforme o hodierno direito internacional a nacionalidade é uma questão intimamente imbricada à soberania, verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil conforme o art. 1º I da Constituição Federal (CF). Apesar da ampla liberdade de ação dos Estados quanto ao reconhecimento ou atribuição de nacionalidade no seu próprio ordenamento jurídico, podem ser estabelecidas limitações para que essa nacionalidade surta efeitos no âmbito internacional.

A Carta da ONU expressamente garante aos Estados temáticas de sua atuação exclusiva. Poder-se-ia argumentar que a nacionalidade pode ser considerada como uma dessas temáticas. Ora, qualquer Estado está livre para adotar o critério que julgar conveniente para a atribuição de sua nacionalidade. Enquanto os países europeus tendem a preferir o “jus sanguinis”, os americanos preferem o “jus soli” - ou uma combinação de ambos, conforme consubstanciado no art. 12 da CF.

Cumprе salientar, porém, que a nacionalidade é um direito humano elencado não só pela Declaração Universal dos Direitos Humanos como

---

<sup>14</sup> Comentário do autor: Insatisfeito com a nota, o candidato interpôs recurso:

“Em sua resposta, o candidato apresenta sólida fundamentação jurídica (jurisprudência internacional, tratados internacionais e Constituição), caso o Brasil deseje celebrar o referido tratado. Como se trata de parecer, o candidato enfatiza quais seriam as consequências da celebração do referido tratado e sua possível viabilidade, caso isso fosse do interesse brasileiro. O candidato desenvolve sua análise da seguinte forma:

Introdução: O candidato inicia sua resposta enfatizando o entendimento cristalizado no caso *Nottebohm* de que apesar da liberdade dos Estados na atribuição de sua nacionalidade no que tange o seu direito interno, há limitações para que essa nacionalidade surta efeitos no plano do direito internacional.

2º parágrafo: O candidato evidencia a liberdade de ação dos Estados na atribuição de sua nacionalidade, considerando o atual direito internacional e especifica o artigo da Constituição que trata da nacionalidade no Brasil, indicando a possibilidade de sua modificação.

3º parágrafo: O candidato explora as limitações internacionais no que tange a possibilidade de atribuição da nacionalidade - o repúdio à apatridia, presente em diversos documentos internacionais, e a necessidade de que essa nacionalidade seja efetiva

4º parágrafo: O candidato apresenta fundamento constitucional para a celebração do tratado. Ora, o enunciado fala em país vizinho, então é evidente que se trata de país latino-americano, é possível, portanto, vislumbrar que a a exegese do art. 4º parágrafo único poderia ser utilizada para fundamentar a celebração do referido tratado.

conclusão: Os países poderiam celebrar o referido tratado livremente. Bem certo que talvez teriam que fazer ajustes em seus ordenamentos jurídicos internos, mas não há nenhuma norma que os impeça peremptoriamente de celebrar o referido tratado.

Considerando que, por mais outras posições sobre o tema sejam possíveis, o candidato utilizou-se de sólidos argumentos jurídicos e esmero léxico jurídico, para justificar a viabilidade do tratado, caso isso fosse do interesse do Brasil, e indicou os seus possíveis questionamentos (principalmente no âmbito internacional), merece a majoração de sua nota.”

A banca indeferiu:

“Recurso indeferido. Além da recorrente utilização de linhas suplementares, a resposta não aborda, de modo claro e suficiente, elementos essenciais esperados na resposta, com base nas normas constitucionais que disciplinam o instituto da nacionalidade perante o ordenamento brasileiro. A pontuação foi atribuída à luz do conjunto das respostas dos demais candidatos e reflete tal comparação”

também pela Convenção Americana de Direitos Humanos. A garantia de atribuição de nacionalidade visa a evitar a situação indesejável em uma ordem jurídica ainda protagonizada por Estados, a proliferação da apatridia. Outra limitação à atuação estatal nessa seara é a necessidade de a nacionalidade ser efetiva para que o Estado possa, por exemplo, oferecer proteção diplomática, conforme já decidiu a Corte da Haia no Caso Nottebohn.

No caso em tela, poder-se-ia argumentar, caso a constitucionalidade da proposta fosse questionada, que a aproximação bilateral com o país vizinho encontra respaldo jurídico-constitucional no parágrafo único do artigo 4º da Constituição, pois fomenta a integração latino-americana. Ademais, a proposta consolidaria situação fática representada pela porosidade existente em sinápticas relações transfronteiriças do Brasil com seus vizinhos e seria mais um passo rumo à livre circulação de pessoas - parte fundamental de um mercado comum, como o Mercosul aspira a ser.

Resta claro, portanto, que os países poderiam livremente atribuir suas respectivas nacionalidades àqueles nascidos a cinquenta quilômetros da fronteira comum, sem como reconhecer a nacionalidade atribuída pelo país vizinho nos marcos desse acordo. Outros Estados, porém, não estariam obrigados por esse tratado e poderiam ou não reconhecer a efetividade dessa nacionalidade. Caso outros Estados não considerem essa nacionalidade como efetiva, fica obstada a projeção dessa dupla nacionalidade no direito internacional, impedindo destarte esses Estados de protegerem esses seus nacionais no exterior. Salienta-se, por fim, que apesar de uma nacionalidade derivada geralmente substituir uma originária nada impede a existência de duas nacionalidades originárias.

## **ECONOMIA**

### **QUESTÃO 1**

O regime de câmbio flutuante puro, na realidade, não se verifica há algum tempo em nenhum país. Mesmo os países que flutuam o câmbio, a exemplo dos Estados Unidos da América, da Europa do euro e do Japão, entre outros, intervêm, vez ou outra, no mercado cambial, adotando assim o denominado regime "sujo". No Brasil, desde a crise cambial de 1999, tem-se, na prática, um sistema de câmbio administrado pelas frequentes intervenções no mercado cambial, como se verifica nas subidas e descidas na curva de câmbio nominal real/dólar, especialmente a partir da crise financeira de 2008.

Considerando esse contexto, explique as razões dessas subidas e descidas, considerando, separadamente: (a) os fatores externos; (b) os fatores domésticos que resultam em apreciação cambial. Ao apresentar seus comentários, considere os seguintes elementos: liquidez internacional, taxas internacionais de juros, fluxo de capital externo, termos de troca, taxa de poupança doméstica, política fiscal do governo em termos de gastos e déficit público, e inflação.

**Extensão máxima: 60 linhas**

**[valor: 30 pontos]**

**Flora Cardoso de Almeida Mendes Pereira (30/30)**

A taxa de câmbio é o preço da moeda nacional em relação a uma moeda estrangeira, em geral o dólar. Em um contexto de câmbio flexível, modificações nessa taxa refletem alterações na oferta e na demanda do mercado de divisas. Se a oferta de dólares aumenta, por exemplo com a entrada de capitais externos, o aumento das exportações ou a venda de divisas pelo Banco Central, o real tende a valorizar-se. Se a oferta de dólares diminui ou a demanda por dólares aumenta, o real se desvaloriza. Diversos fatores externos e internos têm influenciado essa dinâmica.

No que se refere a fatores externos, a liquidez internacional, é elemento importante. As políticas monetárias expansionistas que os países desenvolvidos têm empregado para lidar com a crise, como o quantitative easing dos Estados Unidos, geram grande entrada de dólares em emergentes como o Brasil, o que a Presidente Dilma Rousseff chamou "tsunami monetário". Essa entrada de dólares causa valorização cambial. A reversão dessas políticas expansionistas, ou a simples expectativa de reversão, como ocorreu em meados de 2013 em relação ao programa do FED dos EUA, gera efeito contrário.

Outro elemento são os juros internacionais, mantidos em patamares baixos por causa das políticas monetárias expansionistas. Em cenário de livre mobilidade de capitais, os capitais migram para países com taxas de juros mais altas, como o Brasil, valorizando a moeda nacional.

Os termos de troca, por sua vez, influenciam o mercado de divisas por causa do aumento ou diminuição do valor das exportações líquidas. Nos anos 2000, os termos de troca evoluíram favoravelmente ao Brasil, sobretudo pelo alto crescimento da China e sua forte demanda por commodities exportadas pelo Brasil. A consequente alta do preço dessas commodities possibilitou grandes superávits na balança comercial brasileira, aumentando a oferta de dólares e favorecendo a valorização cambial. Recentemente, ocorre, contudo, certa redução do crescimento e da demanda da China, o que pode gerar efeito contrário ao já mencionado, com desvalorização cambial do real.

O fluxo de capitais externos é grande elemento modificador do mercado de divisas. A atração de capitais para países com juros maiores que os internacionais, estabilidade macroeconômica e baixo risco de investimento gera valorização do câmbio. É o caso do Brasil, ainda que recentemente uma agência de rating tenha aumentado o nível de risco brasileiro.

Em relação a fatores domésticos, a poupança doméstica, a política fiscal e a inflação são elementos importantes para a apreciação do real. A poupança doméstica brasileira, em torno de 15% do PIB, não é suficiente para financiar os investimentos do país. Dada a igualdade entre poupança e investimento, é necessário recorrer à poupança externa, que se materializa em déficits em transações correntes. Para financiá-los é necessário que a conta capital e financeira seja positiva, o que é favorecido pelo aumento de juros. Esses juros altos atraem capital externo, valorizando a moeda nacional.

A política fiscal do governo, em regime de câmbio flutuante, tende a apreciar o câmbio, quando há aumento de gastos ou déficit público. Isso ocorre porque, ao aumentar os gastos ou o déficit, o governo age no mercado de fundos emprestáveis, seja diminuindo a oferta de fundos caso se financie com a própria poupança, seja aumentando a demanda por fundos e concorrendo com agentes privados, o que aumenta a taxa de juros. O aumento de juros atrai capital externo e valoriza o câmbio. Ainda que o governo brasileiro tenha atingido a meta de superávit primário, gastos em investimentos podem ter esse efeito.

Por fim, a inflação pode ser uma causa de apreciação cambial. A recente alta dos preços internos, por fatores como o baixo desemprego, variações climáticas e a alta demanda, tem levado à realização de um ciclo de aperto monetário. A taxa SELIC tem sido aumentada, o que atrai capitais, valorizando o câmbio.

Diversos fatores agem simultaneamente sobre o câmbio brasileiro, sendo que a interação deles tem levado, principalmente, à valorização cambial nos últimos anos.

### **Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (29/30)**

São diversos os motivos que contribuem para a tendência de apreciação do câmbio no Brasil, na última década e, principalmente, desde a crise financeira de 2008. Pode-se elencar ao menos três fatores internacionais e quatro elementos da economia nacional.

O primeiro fator internacional é o excessivo aumento da liquidez no mercado externo, desde as crises econômicas deflagradas nos EUA (crise subprime) e na zona do euro (crise de dívidas soberanas). De modo a reverter o quadro econômico recessivo, os bancos centrais de EUA, do Japão e o da Zona do Euro lançaram mão de políticas fiscais e monetárias expansionistas. A manutenção, por tempo significativo, da política de afrouxamento monetário dessas moedas de elevada conversibilidade internacional aumentou a liquidez do mercado e fez investidores externos passarem a buscar mercados com maiores perspectivas de retorno, sobretudo mercados emergentes, como o Brasil, o que resultou na pressão pela valorização do Real, vez que aumentou a entrada de moeda externa (dólar, euro, iene) no país.

Essa dinâmica está intimamente relacionada com o segundo fator externo a ser analisado: a diminuição da taxa de juros internacional. O aumento da oferta de moedas de países desenvolvidos reduziu significativamente suas taxas de juros domésticas, o que tornou muito mais atrativo mercados como o brasileiro, que tem taxas básicas de juros elevadas para padrões internacionais. Dessa forma, na bastasse a tendência natural de entrada de mais moeda externa pela liquidez internacional, a elevada taxa de retorno dos títulos públicos brasileiros reforçou essa tendência e, conseqüentemente, a pressão pela valorização do real. Esse fluxo de capital externo passou a ser mais substantivo no Brasil, também devido ao dinamismo da economia. Taxas de crescimento expressivas na segunda metade dos anos 2000 exacerbou as expectativas dos agentes estrangeiros em relação a economia brasileira. Isso favoreceu ainda mais a entrada de moeda externa, sobretudo entre 2009, quando o Brasil revele que retomaria rapidamente o crescimento, e 2011, quando o crescimento de 2010 de mais de 7% fez a conta capital e financeiro do balanço de pagamentos registrar superávit histórico. Assim, os três fatores externos (alta liquidez global, baixa taxa de juros internacional e excessivo influxo de capital externo) auxiliam na compreensão do porquê, após rápido momento de depreciação no auge da crise subprime (2º semestre 2008 e 1º semestre 2009, contexto de elevada incerteza internacional), a moeda brasileira voltou a valorizar, sendo uma das moedas que mais valorizaram no mundo.

No referente aos fatores nacionais que explicam a pressão baixista, destaca-se como o primeiro deles a valorização nos termos de troca de parte das exportações do país. O aumento da demanda internacional por bens

agrícolas e minerais fez o valor dessas commodities subir na última década. O Brasil, como exportador desses bens, foi beneficiado e registrou elevados superávits comerciais, o que pressiona pela valorização do real, já que a venda desses bens resulta no aumento da entrada de divisas estrangeiras. Entre 2008 e 2011 essa dinâmica foi ainda mais estimulada pela política chinesa de combate à crise internacional por meio do aumento nos investimentos públicos em infraestrutura, elevando a demanda por minérios. Hoje essa dinâmica se revela menos exacerbada, diante da redução no ritmo de crescimento chinês, embora os preços dos bens primários continuem acima do observado em décadas passadas.

Um segundo fator (nesse caso, estrutural) da tendência de apreciação do real é a baixa taxa de poupança doméstica. Ela faz com que o país precise captar poupança externa para financiar investimentos e dificulta redução substancial da taxa de juros do país. No atual contexto de baixa taxa de juros externa, isso corrobora o processo de entrada de capital no país (seja para investimento ou para especulação) e pressiona a valorização. Terceiro fator interno para a apreciação do real é a política fiscal expansionista anticíclica adotada no contexto da crise de 2008, a qual levou à redução da meta de superávit primário nos últimos anos e elevou a necessidade de financiamento do setor público. A redução na poupança do governo gerou um efeito deslocamento, reduzindo a oferta de poupança doméstica e corroborando para a manutenção da elevada taxa de juros. Esses juros elevados, em conjunto com as políticas de esterilização, que evitam maior valorização do real via compra do excedente de moeda externa, mas que tem o custo de carregamento transferido para a dívida pública, acabam aumentando o déficit público, embora esse continue em níveis muito inferiores ao de economias desenvolvidas. Por fim, o quarto fator que pressiona a valorização do Real é a manutenção da inflação acima da inflação dos mercados de moeda conversível, o que encarece bens e serviços nacionais em termos de câmbio real e diminui a competitividade do produto nacional.

Verificam-se ao menos três fatores externos e quatro domésticos que pressionaram pela valorização do real nos últimos anos. Diante desse cenário e no contexto em que diversos países passam a administrar sua taxa de câmbio, cabe ao Brasil buscar meios de evitar que a apreciação do real continue.



### **Fernanda Maciel Leão (28/30)**

Em um mundo globalizado, a taxa de câmbio representa importante instrumento para a política econômica de um país, uma vez que é capaz de influenciar a balança comercial e a taxa de juros, entre outras variáveis. No Brasil, variações da taxa de câmbio têm sido causadas tanto por fatores externos quanto internos.

Entre os fatores externos capazes de influenciar a taxa de câmbio está o fluxo de capital externo. Quando há grande entrada de capital externo no país, a taxa de câmbio se aprecia, uma vez que os investidores entram com os dólares, desejando trocá-los por reais, o que aumenta a procura por reais, gerando sua valorização. O grau de liquidez internacional está diretamente relacionado ao fluxo de capital externo, visto que maior liquidez engendra maior entrada de capitais. Esses dois fatores foram fundamentais, por exemplo, para a alta do real no ano passado, porquanto as políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos geraram excesso de liquidez internacional e grande entrada de capital externo em países emergentes. A perspectiva de revisão da política americana de quantitative easing, chamada de tapering, deu origem a um movimento inverso a partir do segundo semestre de 2013, com a desvalorização do real em relação ao dólar.

Outro fator externo determinante para as taxas de câmbio dos países é a taxa de juros praticada internacionalmente. Em um regime de livre fluxo de capitais, estes tendem a migrar para países que apresentem maiores taxas de juros, uma vez que o capital é melhor remunerado. Caso um governo deseje atrair capital externo, deve levar em consideração as taxas de juros praticadas internacionalmente e estabelecer um nível mais alto para suas taxas de juros. Taxas de juros mais altas atraem capital externo, o que pode acarretar a diminuição da taxa de câmbio, com valorização da moeda internacional. A perspectiva de aumento das taxas de juros dos EUA no ano passado diminuiu o fluxo de capital para países emergentes, resultando na desvalorização de suas moedas.

Os termos de troca dos produtos constituem outro fator importante, uma vez que impactam no saldo da balança comercial. Termos de troca mais favoráveis para um país geram a expansão, em valor, de suas exportações. Com maior entrada de dólares no país, a taxa de câmbio tende a se apreciar, com a valorização da moeda nacional.

Internamente, também diversos fatores podem influenciar a taxa de câmbio nominal, ou serem influenciados por ela, sendo um deles a poupança doméstica. No caso brasileiro, a poupança doméstica é extremamente baixa, em torno de 13%. Para um país em desenvolvimento, que necessita aumentar o investimento, a poupança doméstica não é suficiente. Dessa forma, é necessário atrair poupança externa, o que é feito por meio da alta da taxa de

juros. Taxas de juros altas atraem capital externo, o que, por sua vez, leva à valorização da moeda, com diminuição da taxa de câmbio.

A política fiscal do governo atua de maneira semelhante. Se a política fiscal governamental é expansionista, com aumento de gastos, há a necessidade de financiar esses gastos. Uma das maneiras de fazê-lo é atraindo poupança externa, o que ocorre por meio do aumento das taxas de juros, por exemplo, nas operações de mercado aberto, em que títulos da dívida pública são colocados à venda. Mais uma vez, juros mais elevados levam à atração de capital externo, o que tenderia à valorização da moeda nacional. O problema de financiar o déficit governamental por meio dessas operações é que o déficit tenderá a crescer no futuro. Nesse sentido, a geração de superávits primários pelo governo tende a ser positiva para o clima econômico. No ano passado, houve superávit primário no país.

Em economias com menores restrições à entrada de produtos estrangeiros, a taxa de câmbio nominal é importante para determinar a inflação. Se o dólar estiver relativamente mais caro, por exemplo, o preço interno dos produtos importados aumenta, o que aumenta as pressões inflacionárias. Recentemente, por meio da alta das taxas de juros, o governo tem tentado conter a inflação, que em 2013 foi de 5,91% de alta em relação a 2012, aproximando-se do teto da meta de 6,5%. Nesse sentido, é importante que não haja uma grande desvalorização do real, ou o preço dos produtos importados aumentará, acarretando a alta da inflação, o que seria prejudicial à economia brasileira.

Tendo em vista o que foi exposto acima, percebe-se que a taxa de câmbio constitui variável essencial para a economia dos países, não sendo diferente no caso do Brasil. O regime de câmbio flutuante pressupõe maior instabilidade econômica. Para diminuir essa instabilidade, faz-se necessária a adoção, na prática, de um sistema de câmbio administrado, em que as intervenções no mercado cambial levem em consideração as necessidades da economia brasileira.

## PIOR NOTA (25/30)

O regime de câmbio flutuante foi adotado pelo Brasil no âmbito do Plano Real. Na ocasião, foi adotada a âncora cambial, que visava a impedir excessiva valorização da moeda nacional e seus decorrentes efeitos deletérios, especialmente o que concerne a inflação. As crises de 1999 e os ataques especulativos ao Real fizeram que a âncora fosse abandonada e a autoridade monetária passasse a intervir esporadicamente no mercado cambial a fim de controlar as oscilações da moeda. A partir da crise de 2008, houve considerável incremento nas pressões para valorização da moeda nacional, em função de fatores externos e fatores domésticos.

No âmbito externo, a crise ensejou o que Guido Mantega denominou “guerra cambial”, bem como o “tsunami monetário” aludido por Dilma Rousseff. Políticas adotadas em países centrais, especialmente o “quantitative easing” do FED, aumentaram a liquidez internacional. Em si, esse mecanismo aumenta o valor relativo do Real, dada a abundância de dólares no mercado financeiro internacional. Mas, sobretudo, a disparidade da taxa de juros doméstica e das taxas de outras economias fez que a liquidez abundante se dirigisse para o Brasil. Com efeito, os capitais buscam mercados que oferecem maiores rendimentos, como o Brasil que tem das mais altas taxas de juros do mundo. Ademais, políticas anticíclicas nos EUA e na Europa comprimiram taxas de juros, aumentando a disparidade. Dessa maneira, a liquidez internacional somada ao diferencial de taxas de juros fez que os capitais buscassem o Brasil. Esse movimento resultou em apreciação da moeda nacional, dado o aumento por sua procura. As intervenções do BACEN evitaram valorização excessiva, mas não foram capazes de impedir o surgimento de distorções na economia nacional. O Brasil procurou suscitar, no âmbito da OMC, discussão acerca das questões cambiais sem, no entanto, obter sucesso.

No âmbito interno, um conjunto de elementos corrobora a volatilidade cambial. Os estudos Prebisch e Furtado demonstraram haver um desequilíbrio estrutural decorrente da especialização da periferia no setor agroexportador e a especialização dos países centrais no setor manufatureiro. No longo prazo, comprovou-se que, na periferia, as exportações ficam mais baratas e as importações mais caras, relativamente. As oscilações cambiais reforçam esse processo, na medida em que a apreciação da moeda nacional aumenta a disparidade do poder de compra, deteriorando ainda mais os termos de troca. Conseqüência desse mecanismo, apontada pela CEPAL, é a tendência a déficit no Balanço de Pagamentos na periferia, o que demanda fluxos de financiamento que impedem a formação de poupança externa e corroem a poupança doméstica. Esta é comprometida pelo esforço do Governo e pelo padrão artificial de consumo adotado pelas famílias, ensejado por taxas desvalorizadas artificialmente, como na China.

Pode-se afirmar que a “flutuação suja” tem grave impacto fiscal no governo. As intervenções do BACEN supõe retirada de moeda estrangeira da economia; ora, os reais lançados no mercado, decorrentes dessa operação de compra precisam ser esterilizados, a fim de não provocar aumento da inflação, em função da Teoria Quantitativa da Moeda. A esterilização é feita por meio da emissão de títulos, o que impacta negativamente na dívida pública brasileira. Essas operações comprometem recursos que não são investidos no país, mas garante melhor equilíbrio do BP. Sobretudo, a contínua aplicação do mecanismo faz que os fluxos internacionais não cessem de se dirigir ao Brasil, e tendem a manter elevadas as taxas de juros. Não seria realista considerar que a esterilização elimina pressões inflacionárias. O elevado volume de importações provoca sérias distorções de preços, além de impactar diretamente em índices como o IGP-M. Especialmente elementos não passíveis de importação, como determinados serviços, têm aumento de pressões inflacionárias. O próprio mecanismo da âncora cambial demonstrou a vinculação entre câmbio e inflação.

A volatilidade da taxa de câmbio no Brasil enseja imprevisibilidade para os agentes. A elevação de operações de “swap” cambial e sua criação no âmbito dos BRICS demonstra essa preocupação. O tema tem suscitado debate por parte de economistas, nomeadamente no contexto de surgimento de déficit no BP e à sombra do risco de Doença Holandesa. Dada a existência de pressões de valorização do Real, endógenas e exógenas, não é fácil adotar uma proposta consistente. Para muitos, o câmbio flutuante tem se revelado incômodo, e a adoção de controles de câmbio seria oportuna a fim de equilibrar o mercado. Para outros, é preciso esperar sinais mais claros da reconfiguração econômica mundial. Enquanto isso, as oscilações penalizam o Brasil.

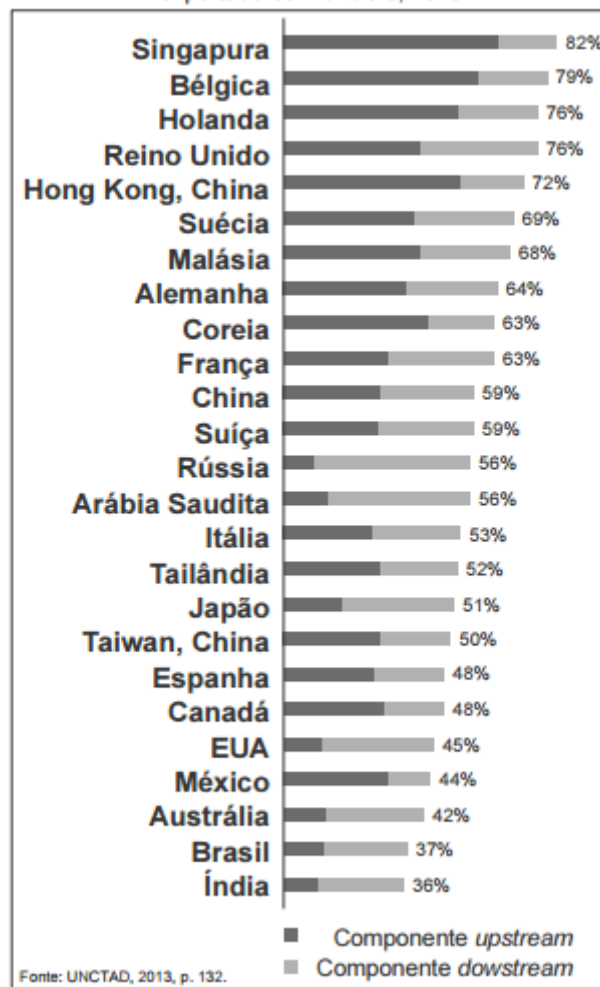
## QUESTÃO 2

Análises a partir de novas bases de dados de comércio de bens e serviços finais e intermediários têm destacado os benefícios da participação em cadeias globais de valor (CGVs), mas, também, os desafios, em especial para países em desenvolvimento (e.g. World Investment Report 2013 – Global Value Chains: Investment and Trade for Development, UNCTAD, Geneva, 2013; Perspectives on Global Development – Industrial Policies in a Changing World – OECD, Paris, 2013).

Com relação a esse contexto, faça o que se pede a seguir.

- a) Explique por que e como a participação em CGVs está associada ao desenvolvimento econômico.
  
- b) A participação do Brasil em CGVs não apenas é relativamente modesta, mas se dá, basicamente, por meio do componente downstream de comércio, tal como mostra a figura abaixo, extraída do relatório da UNCTAD acima referido. Considerando essas informações, discorra sobre o que o modo e a intensidade da participação do Brasil nas CGVs revelam e as implicações econômicas e os riscos dessa participação, incluídos os principais desafios para as empresas brasileiras.

Participação nas CVGs dos 25 maiores exportadores mundiais, 2010



**Extensão máxima: 60 linhas**

**[valor: 30 pontos]**

**Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (28/30)**

Com a intensificação do processo de globalização, as cadeias globais de valor alteraram profundamente o paradigma produtivo até então vigente. A redução relativa dos custos logísticos, a atenuação das barreiras ao comércio internacional e a expansão da atividade industrial para novas fronteiras geográficas fragmentaram as cadeias produtivas mundiais. A constante busca por vantagens competitivas levou as empresas multinacionais a descentralizarem sua estrutura produtiva. Assim, passaram a buscar novos locais que oferecessem custos mais baixos, favorecendo o estabelecimento de verdadeiras cadeias produtivas globais. Isso intensificou o comércio internacional de componentes, cuja produção foi deslocada para a periferia do mundo, em geral. Por outro lado, o domínio tecnológico passou a ser o fator

fundamental para a criação de valor. A inserção internacional dos países nessa nova lógica produtiva relaciona-se, portanto, com suas perspectivas de desenvolvimento econômico.

A intensificação da concorrência internacional por investimentos produtivos levou à redução dos custos de produção de bens e serviços. Dessa forma, houve uma certa commoditização da atividade produtiva, com o incremento do processo de terceirização da produção, por exemplo. Com isso, a industrialização, tradicionalmente associada ao desenvolvimento econômico, atingiu novas zonas do globo, sem, no entanto, engendrar desenvolvimento. A proliferação de indústrias “maquiladoras” na fronteira mexicana e de meras montadoras de equipamentos no Sudeste Asiático a partir da importação de componentes é emblemática desse processo. Dado o baixo valor agregado atribuído a essas atividades, a geração de bem estar social oriunda desse novo esquema produtivo é reduzida. Em compensação, os grandes centros produtores de tecnologia concentram os ganhos da maior parte da cadeia, beneficiando-se das reduções de custos e do aumento de suas margens. Portanto, contemporaneamente, o desenvolvimento econômico está associado à forma como as economias domésticas aderem à lógica das cadeias globais de valor.

O Brasil realmente ainda apresenta tímida participação nas cadeias globais de valor. Historicamente, o desenvolvimento econômico nacional deu-se por meio da substituição de importações, processo que se esgotou durante a década de 1980. Com a abertura comercial empreendida no início dos anos 1990 e as iniciativas de integração econômica regional, como o MERCOSUL, o país buscou rever sua inserção internacional, participando mais ativamente no comércio internacional. Entretanto, ainda se pode reconhecer que o consumo interno tem sido o principal motor do crescimento brasileiro nos últimos anos, apesar de esforços para se diversificar parcerias comerciais. No mercado automobilístico, um exemplo clássico de cadeia global de valor, o país ainda pratica taxas de importação acima da média mundial, o que ocasiona uma relativa baixa competitividade mundial, apesar da escala da produção nacional e da importância do mercado interno brasileiro. Nesse sentido, ainda se verifica a predominância de um modelo de crescimento voltado para dentro.

De qualquer forma, não se pode comparar a participação brasileira nas cadeias globais com a de países como Singapura e Holanda, que baseiam sua inserção econômica em forte atividade portuária e possuem um diminuto potencial de consumo interno. Países de dimensões continentais, como Canadá, os EUA, a Austrália e a Índia, localizam-se, no ranking apresentado pelo enunciado, em posição similar à do Brasil. É de certa forma compreensível que a participação do componente upstream seja menor do que a verificada em países que não contam com um parque industrial tão completo quanto o brasileiro. Nesse sentido, a diversidade presente na composição do produto

brasileiro determina, em alguma medida, uma menor integração de sua produção nas cadeias globais de valor.

Com relação às implicações econômicas, constata-se ainda um peso baixo do comércio exterior brasileiro no PIB, bem como um resultado em transações correntes deficitário na maior parte do tempo (superávits em transações correntes são mais uma exceção do que a norma, no caso brasileiro). A balança de serviços brasileira também é estruturalmente deficitária, dada à baixa presença de empresas brasileiras nos setores de fretes e seguros internacionais, por exemplo. Se por um lado, a força do mercado interno torna o país menos vulnerável à economia internacional, um risco possível da tímida participação brasileira nas cadeias globais de valor é a queda de competitividade das empresas nacionais. Sabe-se que o contato com a concorrência é um dos fatores que estimula a inovação, pois a busca de vantagens competitivas incentiva o surgimento de novas tecnologias, que ampliam a fronteira das possibilidades de produção. Nesse sentido, a baixa participação brasileira nas cadeias globais de valor não deixa de ser um obstáculo à internacionalização de empresas brasileiras, tanto como fornecedoras de componentes, quanto como consumidores de bens intermediários e exportadoras de produtos finais.



## Diego de Souza Araujo Campos (27/30)

Em um mundo cada vez mais interdependente pela globalização, a participação dos países nas cadeias globais de valor (CGVs) torna-se necessária, inclusive para países em desenvolvimento, como meio de adensar a industrialização a interligá-la com o setor de serviços, de forma que se estimule o desenvolvimento econômico por meio da agregação de valor e da melhora da infraestrutura necessária. A participação do Brasil em CGVs ainda é relativamente modesta. Por isso, deve-se analisar o modo e a participação do Brasil nas CGVs e as implicações econômicas e os riscos inerentes a tal relação.

As CGVs representam cadeias de agregação de valor do produto. Tal agregação dá-se pela simbiose e pela sinergia entre os setores industrial e de serviços. Não basta produzir um produto com tecnologia estrangeira, existe a necessidade de inovar, de investir em desenvolvimento de novas tecnologias e de capital humano. Tome-se como exemplo o iPad, da Apple, o qual tem 90% do seu custo relacionado a royalties e a outras despesas associadas a serviços. Esse produto é feito na China, mas boa parte dos recursos auferidos direciona-se aos Estados Unidos. Outra forma de participar das CGVs é ilustrada por Cingapura: com modais de transporte e com sistemas de engenharia, como o porto e o aeroporto, esse país utiliza os serviços de infraestrutura para agregar valor a bens, finais e intermediários, produzidos em outros países, funcionando como hub de ligação da Ásia com o mundo. Essa participação ativa nas CGVs permite aumentar o componente upstream do comércio, gerando mais renda e emprego e multiplicando-se por toda a economia. Contribui-se, portanto, para o desenvolvimento econômico, visto que a interdependência dos fluxos comerciais se apresenta de forma ativa e não reativa.

O Brasil tem participação modesta em CGVs, com predomínio atual do uso das vantagens comparativas e competitivas das commodities nacionais, como comprova os produtos exportados pelo país, como minério de ferro e soja. O país passa por processo de “reprimarização” da pauta de exportações e de “desindustrialização precoce”, em que a diminuição da participação do setor industrial no PIB não foi acompanhada de aumento significativo da renda per capita. Nesse sentido, o Brasil vincula-se às CGVs por meio do componente downstream do comércio, imperando, na economia interna, os serviços (cerca de 70% do PIB) de baixa produtividade e de baixo valor agregado.

Por isso, o Brasil e as suas empresas precisam investir em inovação, em pesquisa e desenvolvimento, em capital humano e físico. Precisa-se diminuir o “custo Brasil”, atrelado à infraestrutura e à carga tributária, de modo a incentivar a inserção competitiva do país nas CGVs. Deve-se adensar a industrialização, aproveitando-se a transição demográfica, e estimulá-la por

meio das vantagens comparativas nacionais, como a agricultura. A inserção do país nas CGVs deve agregar valor ao produto nacional, com ajuda dos serviços de alta tecnologia, como faz a EMBRAER. O desafio reside em não apenas exportar produtos primários, mas produzir bens que aprofundem o processo produtivo interno e que permitam a inserção competitiva do país com base no componente upstream.

Caso contrário, o Brasil ficará refém das oscilações cíclicas dos preços das commodities, aumentando, cada vez mais, a dependência de poupança externa, consequência do déficit estrutural em Transações Correntes. Ademais, o setor primário exportador gera poucos empregos e o de serviços, no caso brasileiro, tem produtividade baixa, o que prejudica o crescimento sustentável da economia. Nesse cenário, há riscos inerentes à participação do Brasil nas CGVs por meio de produtos de baixo valor agregado, o que traz implicações econômicas importantes relacionadas ao setor externo da economia, como a diminuição do saldo da balança comercial e a dependência do influxo de capitais externos.

A participação em CGVs associa-se ao crescimento da renda e do emprego, bases do desenvolvimento econômico sustentável, desde que haja agregação de valor aos produtos. A “reprimarização” da pauta exportadora do Brasil e a desindustrialização precoce evidenciam implicações econômicas e riscos na inserção do Brasil nas CGVs. Necessita-se aprofundar a industrialização e, para tanto, os investimentos das empresas brasileiras - para aumentar a produtividade e a simbiose entre os setores primário, secundário e terciário – são elementos cruciais, de forma a desenvolver a economia sem dependência externa.

### **Ernesto Batista Mané Júnior (26/30)**

As cadeias globais de valor (CGV) dizem respeito à nova estrutura produtiva que se vem esboçando, em nível generalizado, em que os sistemas produtivos estão distribuídos globalmente na produção de bens intermediários e finais, bem como a grande imbricação entre os setores de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico. O sistema é reticular, o que significa que há pontos, ou nós, na rede que exercem o papel de comando na concepção, no design e no marketing desses produtos. Por outro lado, há pontos menos adensados na rede que se caracterizam pela fraca conexão com os demais pontos e estão responsáveis pela montagem dos componentes produzidos em outros locais. Um exemplo clássico desse tipo de relação com a rede são as “maquiladoras” mexicanas. O Brasil precisa buscar uma estratégia de inserção diferente nas CGV, que propicie o desenvolvimento econômico e não o deixe em posição subordinada na rede.

Evidências empíricas demonstram que países que possuem alta produtividade conseguem, no médio e no longo prazo, aumentar a renda de sua população. O Brasil, atualmente, padece de três anomalias que se configuram em um sério desafio para os formuladores de política econômica. Em primeiro lugar, o país passa por um processo de reprimarização de sua economia. Uma indústria que já ocupou 35% do PIB na década de 1980, atualmente, ocupa menos da metade desse percentual, com o agravante de não ter conseguido um nível de adensamento produtivo satisfatório. Em segundo lugar, o país conta com um setor de serviços que corresponde a 70% do PIB, cuja produtividade é notoriamente baixa. Em terceiro lugar, o país possui renda média, baixa poupança e seu bônus demográfico aproxima-se do fim. O país tem mais uma ou duas décadas para educar e qualificar tecnicamente sua população.

O crescimento econômico está relacionado ao crescimento do produto com a redução das desigualdades. Para atingir esse objetivo, será preciso aumentar a produtividade, sobretudo da população de baixa renda e das pequenas e médias empresas. A maneira pela qual a inserção nas CGV pode contribuir com esse fim está ligada ao fato de que se verifica o aumento da produtividade nas economias que se inseriram nessas redes, já que essas economias compartilham de práticas, mentalidade e marcos institucionais similares. A competitividade inerente a esse modelo de produção impõe aos pontos da rede a adequação aos mais altos padrões produtivos.

É preciso analisar mais detalhadamente a divisão setorial da economia brasileira em conexão com a CGV. Considerando a segunda anomalia da estrutura produtiva nacional – a de que 70% está ligada ao setor de serviços-, verifica-se que é nesse setor onde há grandes chances de aumento de

produtividade. Em uma cadeia, é importante que cada elo seja otimamente utilizado, caso contrário, ganhos de produtividade marginais em alguns elos podem ser perdidos se os elos finais são ineficientes. Atualmente, esse parece ser o caso do Brasil. Problemas estruturais, a exemplo das péssimas condições de mobilidade urbana nas grandes cidades do país, a relativa baixa velocidade de transmissão de dados digitais no país e a excessiva burocratização nas relações entre os agentes econômicos se somam ao baixo nível técnico-científico da população e resulta nas baixas produtividades verificadas nos elos produtivos nacionais.

Riscos e desafios são um lado da moeda; o outro lado são as oportunidades. O Brasil tem condições de inserir-se competitivamente nas CGV em nichos que o país apresenta vantagens competitivas. A quase incomensurável diversidade biológica encontrada em território brasileiro é, em verdade, uma reserva de valor que deve ser explorada economicamente. O Brasil pode tornar-se líder na área de bioengenharia, com desdobramentos na indústria farmacêutica, por exemplo. O agronegócio é outra área em que o Brasil deve adensar seus elos produtivos. Finalmente, a exploração de petróleo e gás em águas profundas tem a possibilidade de induzir o desenvolvimento de competências técnicas tanto na componente “upstream” quanto na “downstream” das CGV.

A população brasileira é bastante criativa, flexível e adaptável a situações externas. O país tem desafios enormes a serem vencidos, a começar pela correção das três anomalias de que a economia padece. Para que se obtenham ganhos de produtividade significativos, os formuladores de políticas públicas devem ir um passo além em termos de políticas sociais. Nesse sentido, faz-se urgente a convergência dessa agenda com a do investimento. O país possui áreas específicas em que se podem potencializar a inserção nas CGV, a partir do adensamento produtivo e industrial das vantagens competitivas. Finalmente, enfatiza-se o fato de que a qualificação profissional do trabalhador brasileiro e o incentivo para que as empresas brasileiras invistam em P&D podem, a um só tempo, aumentar a renda do país e melhorar as contas externas.

## PIOR NOTA (20/30)

A crescente integração financeira e comercial tem levado ao surgimento das Cadeias Globais de Valor (CGVs). Nesse quadro, bens e serviços não são mais criados de acordo com a velha moldura fordista de grandes plantas e de consequentes concentração de operários e patrocínio de políticas de Estado de bem-estar social. Conforme ensina David Harvey, a produção pulverizou-se, sendo que o valor final de bens e serviços é constituído por uma série de etapas intermédias descentralizadas e distribuídas desigualmente pelo planeta. Há benefícios em participar das cadeias globais de valor, sobretudo em suas componentes de maior valor agregado (upstream). Este é um desafio relevante para o Brasil, país que se integra cada vez mais ao sistema financeiro internacional e aos fluxos de comércio entre as nações.

A abertura às dinâmicas econômicas mundiais é uma realidade incontornável. O Brasil tem-se empenhado, em termos de política externa, em reformar o sistema financeiro internacional a fim de democratizar suas instâncias decisórias e de tornar os fluxos de capital mais estáveis. Em termos de comércio, o país privilegia o multilateralismo, buscando mitigar o protecionismo nortista e consolidar reduções tarifárias, posição madura que concilia postulados das vantagens comparativas ricardianas com a necessidade do desenvolvimento da periferia propugnada no âmbito da CEPAL e da UNCTAD. Não há como não participar, atualmente, das CGVs. O setor externo das economias nacionais é uma relevante alavanca do desenvolvimento econômico, gerando efeitos multiplicadores domésticos (a construção por empreiteiras brasileiras do porto cubano de Mariel, por exemplo, gera empregos no Brasil). Nesse sentido, quanto maior a participação do país nos estágios de maior valor agregado das cadeias produtivas, maiores serão os ganhos nas balanças comercial e de serviços.

O exame da participação dos vinte e cinco maiores exportadores mundiais nas CGVs enseja reflexões interessantes. Note-se a proeminência de países do Sul Global, como Singapura, Hong Kong/China, Malásia e Coreia do Sul. Já chamados de tigres asiáticos, esses países desenvolveram, no contexto do transbordamento da indústria japonesa, importantes plataformas de exportação de manufaturados, produzindo, paulatinamente, conteúdo tecnológico próprio (evoquem-se as coreanas Samsung e Hyundai). O Brasil, por seu turno, teve, em boa parte do século XX, uma postura mais introspectiva em termos comerciais, privilegiando o processo de substituição de importações e o mercado interno. Esse legado de autarquia relativa ajuda a explicar a participação modesta atual nas CGVs, ainda que a tendência seja a de o país aumentar sua presença, dada sua estabilidade macroeconômica e a dinâmica política de promoção de exportações.

A prevalência do componente downstream da participação brasileira nas CGVs, todavia, representa um risco. Ela reflete a presença de primários na pauta exportadora (farelo de soja que alimentará porcos chineses, minério de ferro que servirá para processos produtivos mais refinados). A alta dos preços dessas commodities enseja a apreciação da moeda nacional, estimulando a importação de produtos de alto valor agregado. Há, dessa maneira, riscos de deterioração dos termos de troca e de primarização da pauta (a presidenta Dilma Rousseff já vocalizou aos chineses a necessidade de diversificação da pauta exportadora brasileira para o país asiático).

A busca pelo componente upstream representa um desafio e uma oportunidade para as empresas brasileiras. A decisão da nova geração política chinesa de privilegiar o mercado doméstico e a qualidade do consumo pode ensejar ganhos para um empresariado nacional que se internacionaliza, não raro participando de missões comerciais que contam com a presença do Itamaraty e do MDIC. Não basta fornecer mão-de-obra barata que costura caros jeans italianos em uma cidade cearense: é preciso internacionalizar as grifes brasileiras, aproveitando a simpatia “soft power” que a cultura brasileira tem despertado.

Não há como não participar, no presente, das cadeias globais de valor. A participação brasileira é modesta e centrada no componente downstream, algo explicável por razões históricas de opção econômica de introspecção e pela alta dos preços das commodities alavancada pela demanda chinesa. Há riscos e oportunidades, devendo o Brasil investir em promoção comercial de alto valor agregado e no incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o que já vem sendo ensaiado no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras.

### QUESTÃO 3

**Explique e comente o II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado no governo de Ernesto Geisel, sobretudo no que diz respeito às suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 80.**

**Extensão máxima: 40 linhas**

**[valor: 20 pontos]**

**Clarissa de Souza Carvalho (20/20)**

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) representou o ápice da industrialização substitutiva de importações. Os objetivos de Geisel e seu ministro Simonsen representaram a opção pelo crescimento com endividamento na esteira do primeiro choque do petróleo (1973). Para compensar a deterioração na balança comercial, devido às importações de petróleo (numa época em que o país dependia muito desse insumo), a gestão Geisel buscou atrair os petrodólares via empréstimos externos feitos sobretudo por estatais. Diz-se que o II PND, baseado em amplos investimentos em transportes, energia e telecomunicações, além de bens de capital, pôs a economia em marcha forçada, pois enquanto os países desenvolvidos adotavam o ajustamento via “mix” monetário e fiscal recessivo, o Brasil não quis sacrificar o nível de investimento, para avançar no PSI e reduzir a dependência externa.

O contexto de abertura política ajuda a explicar a opção de Geisel e Simonsen pela manutenção do crescimento via II PND. Após as altas taxas do Milagre Econômico (1968-73), a inflação começou a dar sinais de aumentar, assim o II PND visou conciliar crescimento e controle da inflação, com base na ampliação do produto potencial e no desenvolvimento do parque industrial. Nesse sentido, o papel das estatais destacou-se, pois ao mesmo tempo em que Simonsen visava controlar, em certa medida, o gasto público, fazendo política fiscal mais austera, as estatais ampliaram muito sua participação nos investimentos e no PIB. A política monetária do II PND, por vez, objetivou fornecer crédito e manter os juros domésticos baixos enquanto possível, estimulando a FBKF.

As consequências do II PND para o desempenho da economia brasileira podem ser divididas em três áreas: avanço do PSI com redução da dependência externa; alteração na pauta comercial com melhoria na qualidade dessas trocas; e complicações macroeconômicas decorrentes do aumento da inflação e do endividamento público a taxas flutuantes, em cenário de reversão negativa dos juros internacionais, após o segundo choque do petróleo. A

maturação dos investimentos do II PND reduziu a dependência da indústria nacional em relação a insumos externos, consolidando o parque industrial brasileiro e o setor energético.

Do ponto de vista da economia no início dos anos 1980, o II PND legou a Figueiredo e Delfim Netto não apenas a redução dos gargalos infraestruturais, mas pauta de exportação mais composta de manufaturados e menos dependente da importação de insumos energéticos. A obtenção de superávits comerciais foi fundamental na década de 1980, na medida em que o Brasil precisou acomodar em saldos comerciais a elevação dos juros sobre a dívida pública, para tentar compensar as crescentes partidas na balança de rendas em contexto de menor liquidez internacional e asfixia cambial dos países periféricos. Após a crise entre 1981 e 1983, a recuperação contou com a balança comercial melhorada pelo II PND.

Entretanto, a redução da dependência externa foi seguida de maior vulnerabilidade externa, sobretudo após a grande elevação dos juros nos EUA (17% no auge da gestão de Paul Volker no Fed). A saída de capitais da periferia em direção ao centro foi uma questão monetário-financeira que as transformações estruturais do II PND não poderiam evitar. Ao contrário, o elevado endividamento decorrente desse plano acarretou a necessidade da maxidesvalorização cambial, feita por Delfim. Esta agravou o quadro inflacionário, que já sofria com pressões de demanda desde o fim do Milagre. A deterioração macroeconômica nos anos 1980, com a maior vulnerabilidade externa, foi a consequência indesejada do II PND.



### **Fernanda Maciel Leão (20/20)**

Em um contexto internacional complicado, com o primeiro choque do petróleo em 1973, o governo Geisel agiu na contramão da maior parte dos países, negando-se a adotar um ajuste econômico recessivo. Ao invés disso, o governo implementou o segundo PND, que seria fundamental para a economia brasileira nos anos 70 e 80.

A estratégia do II PND era aprofundar a substituição de importações para lidar com o contexto econômico restritivo. O crescimento do período do milagre econômico tinha sua origem nas reformas do PAEG e no aproveitamento da capacidade ociosa. Na época do II PND, a capacidade ociosa diminuíra consideravelmente, sendo necessário, portanto, aumentar a oferta na economia brasileira. Nesse sentido, o II PND elegeu setores importantes que necessitavam de investimento, como o setor energético, o de transportes e o da indústria de base. O desenvolvimento desses setores dotaria a indústria brasileira de capacidade de crescer de maneira sustentada, superando a fase de industrialização restringida ou baseada na utilização de capacidade ociosa.

Esses investimentos foram fundamentais para a economia do país, a exemplo do setor energético, com o PROALCOOL e o avanço nas negociações de Itaipu. O choque do petróleo explicitara a carência brasileira nesse setor fundamental, o que levou o governo brasileiro a tentar diversificar suas parcerias comerciais, aproximando-se de países africanos, árabes e da Alemanha, como mostra o acordo nuclear bilateral.

O II PND foi financiado prioritariamente por meio do endividamento público externo. Os petrodólares forneciam a liquidez internacional necessária para a realização dos pesados investimentos do II PND. Como resultado, foi possível manter o modelo de crescimento econômico em “marcha forçada”, com taxas de crescimento em torno de 7% e inflação não tão alta, em um contexto internacional recessivo.

Os problemas do modelo adotado no II PND ficariam mais evidentes no início dos anos 80. A nova alta dos preços do petróleo, em 1979, representou outro choque para a economia internacional. Dessa vez, as consequências foram mais sérias. Buscando conter a depreciação do dólar, as taxas de juros americanas foram elevadas. Como resultado, a dívida externa brasileira, que havia crescido consideravelmente durante o II PND, aumentou ainda mais, uma vez que boa parte dos empréstimos havia sido tomada a juros flutuantes. Teria início, assim, a crise da dívida no Brasil, que também atingiu outros países em desenvolvimento, como o México.

A liquidez internacional também seria drasticamente reduzida, pondo fim à viabilidade do modelo de crescimento via endividamento externo,

tradicionalmente aplicado no Brasil e aprofundado durante o II PND. A inflação também sairia do controle, representando um grave problema econômico para o país, que só seria sanado em 1994.

O governo Geisel optou por não fazer um ajuste econômico recessivo em meados dos anos 70, procurando expandir a oferta na economia brasileira via endividamento externo. O adiamento do ajuste recessivo acabou por torná-lo mais grave, com a deterioração dos fundamentos da economia brasileira nos anos 80; ainda que os investimentos produtivos do II PND tenham sido importantes, o seu preço foi muito caro.

## **Helena Hoppen Melchionna (20/20)**

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado no governo de Ernesto Geisel, insere-se em um contexto externo desfavorável, no âmbito do qual a crise do petróleo de 1973 gerava problemas para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro e punha fim ao “milagre econômico”. A forma como o II PND foi implementado bem como seus objetivos terão impacto no desempenho da economia brasileira dos anos 1980, relacionando-se à crise da dívida enfrentada pelo governo de João Figueiredo.

Em um contexto em que o Saldo em Transações Correntes deteriorava-se rapidamente, em decorrência da alta de preços do petróleo (produto do qual o Brasil era muito dependente), era preciso reequilibrar o Balanço de Pagamentos e, ao mesmo tempo, completar o parque industrial brasileiro. Esse último objetivo era fundamental para que o país superasse a dependência energética e tecnológica no longo prazo, sendo capaz de gerar resultados positivos nas Transações Correntes; porém isso só seria possível com a manutenção do ritmo de crescimento no curto prazo.

Para atingir esses objetivos, o II PND aproveitou-se do cenário de alta liquidez do Sistema Financeiro Internacional, com a reciclagem dos petrodólares. Pondo a economia em “marcha forçada”, o país captava recursos externos (Sext) pela Conta Capital e Financeira, por meio de endividamento das empresas estatais. Essas tinham mais facilidade para captar empréstimos externos, por estarem ligadas ao governo brasileiro, e mais dispostas a fazer investimentos em setores estratégicos para o ajuste estrutural da economia – os quais tinham rendimento de longo prazo e apresentavam maiores riscos.

Esse endividamento, além de permitir equilibrar o Balanço de Pagamentos e manter certo nível de crescimento econômico, permitia investir em setores estratégicos para o ajuste estrutural da economia brasileira. Investiu-se em energia, com a Petrobrás começando a explorar o petróleo off-shore, com o Pró-Álcool, e com a cooperação com a Alemanha para a construção de usinas nucleares. Investiu-se, igualmente, em bens de capitais, completando o processo de substituição de importações; e em tecnologia, via EMBRAPA e centros de pesquisa ligados a estatais ou a universidades públicas.

Essa estratégia de endividamento, contudo, gerou graves problemas para o desempenho econômico da década de 1980, devido ao aumento dos juros promovido pelos EUA a partir de 1979. Uma vez que a dívida era contraída a juros flutuantes, o Aperto Monetário norte-americano levou a um grande déficit na Conta Rendas, desequilibrando mais uma vez o Balanço de Pagamentos, em um cenário de baixa liquidez internacional. O ajuste teve de ser feito via desvalorização cambial e via políticas contracionistas. O resultado foi a “estagflação” vivida na “década perdida”, em que altos níveis de preço

(agravados pelas desvalorizações) conviviam com baixos níveis de crescimento econômico, devido às políticas recessivas.

O II PND, pela forma como foi implementado, acabou comprometendo o desenvolvimento econômico da década de 1980. Não obstante, tendo atingido seu objetivo de completar o parque industrial brasileiro, ele também permitiu o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos em 1984 e favoreceu o desenvolvimento econômico de longo prazo do Brasil, permitindo grandes ganhos de competitividade em setores de mais alto valor agregado.

## PIOR NOTA (17/20)

O II PND corresponde a esforço de crescimento da economia em contexto adverso. O Brasil — sob Vargas, JK e Médici, especialmente — havia apoiado seu crescimento no capital estrangeiro e pautado sua estrutura na dependência externa, em grande parte. Ora, a Crise do Petróleo comprometeu o modelo, na medida em que o aumento dos juros e dos custos do “brent” tornou inviável o prosseguimento daquela proposta de substituição de importações. A mudança da conjuntura internacional impunha a escolha: crescer somente em períodos favoráveis, como até então, ou colocar a economia em ritmo forçado, a fim de reduzir a dependência externo por meio da conclusão do PSI. A literatura entende que o II PND foi um misto de ambos.

O aumento de preço dos petróleo fez que divisas acessem em maior volume para os países produtores. Estes, por sua vez, os enviavam para centros financeiros a fim de obter rendimentos, o que aumentou as taxas de juros. Por outro lado, esses petrodólares criavam abundante liquidez internacional. Era fácil aceder a crédito, o que configurava conjuntura favorável para obter empréstimos. No entanto, o aumento dos juros alterou a magnitude das dívidas assumidas e elevou o espectro dos compromissos a serem assumidos. No caso do Brasil, o aumento do serviço da dívida ensejou déficit no Balanço de Pagamentos (BP). Diante disso, o governo optou por poupar divisas e gerar divisas, a fim de não somente saldar compromissos anteriores, mas também assumir novos empréstimos decorrentes dos petrodólares. Esse mecanismo, cerne do II PND, colocou a economia em ritmo forçado a fim de realizar as necessárias mudanças estruturais do final do PSI.

Já no final da década de 1970, o II PND começou a apresentar conseqüências nefastas. O Segundo Choque do Petróleo fez que houvesse aumento das taxas de juros também na Europa, o que tornou a dívida brasileira impagável. No esteio de outros países latino-americanos não restou ao Brasil senão declarar a moratória, o que interrompeu os fluxos de capitais que financiavam seus déficits. Os juros flutuantes dos empréstimos vinculados ao II PND, e não só, afirmaram suas conseqüências negativas.

Ao longo da década de 1980, porém, o II PND começou a apresentar suas conseqüências positivas. As últimas etapas do PSI, relativas a bens de capital, haviam ensejado profunda mudança estrutural na economia brasileira. Começaram a surgir superávits no BP e expansão da produção nacional, de modo a gerar divisas para o serviço da dívida. Malgrado a hiperinflação, o país dava claros sinais de recuperação. A marcha forçada produzia conseqüências positivas que superavam as negativas.

O desempenho da economia brasileira na década de 1980, devido às mudanças advindas do II PND, permitiu que o país iniciasse o combate à inflação e adotasse medidas liberais, ainda que discutíveis. Ainda que a década de 1980 tenha ficado para a história como a década perdida, a consolidação dos projetos do II PND permitiram que, nos anos de 1990, o Brasil realizasse a derrota da inflação e a aquisição da estabilidade econômica. O risco da marcha forçada do II PND, não sem percalços, havia obtido êxito.

#### **QUESTÃO 4**

**Depois de vinte anos, a adoção generalizada da URV ainda está cercada de uma aura de mistério e fascinação (...). Era apenas o começo, é claro, e o programa prosseguiu, inclusive, porque havia clareza de que o Plano Real, diferentemente dos outros planos econômicos, compreendia uma extensa agenda de ações que contemplavam os chamados fundamentos econômicos da estabilização e do desenvolvimento.**

**Gustavo Franco (com adaptações).**

**Explique os fundamentos do Plano Real, aponte as principais razões de o Plano ter logrado reduzir drasticamente a inflação e comente os principais desafios até a crise de 1999.**

**Extensão máxima: 40 linhas**

**[valor: 20 pontos]**

**Leonardo Cardote (20/20)**

As principais razões para o sucesso do Plano Real são a capacidade desse plano de combater os múltiplos aspectos do fenômeno hiperinflacionário brasileiro e a adoção de um conjunto de medidas macroprudenciais rígidas que impediram o retorno da espiral inflacionária. Até a crise de 1999, quando se rompe a âncora cambial, os principais desafios podem ser percebidos na própria manutenção da âncora e na questão da taxa de juros.

O Plano Real propôs uma nova abordagem no enfrentamento da inflação. Diferentemente dos planos que o antecederam, o Plano Real não promoveu congelamento ou confiscos. Baseando-se na experiência implementada por Hermann Schacht para debelar a hiperinflação na Alemanha dos anos 1930, o Plano Real estabeleceu um hiperindexador: a Unidade Real de Valor (URV). A função desse instrumento pode ser analisada em três aspectos: primeiro, buscava-se neutralizar a componente inercial da inflação, restringindo-se os efeitos da inflação passada; segundo, a URV permitiria a retomada do equilíbrio entre os preços relativos, corroído pela inflação; terceiro, isso restauraria a função de unidade de conta da moeda, prejudicada por aquele desequilíbrio. A substituição da URV pelo Real em 1994 resultou no “descolamento” da memória inflacionária atrelada à moeda.

A proposta de um “hiperindexador”, com posterior troca de moeda, já fora aventada pelos economias Pérsio Arida e André Lara Resende; no entanto, apenas esta troca não bastaria para conter as pressões inflacionárias.

Para tanto, foram necessárias políticas macroprudenciais rígidas, de matriz ortodoxa, que incluíram: reescalonamento da dívida externa (Plano Brady); aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; contenção significativa dos gastos públicos e início de um programa de privatização; por fim, adoção de âncora cambial, a qual permitia que importados competissem com produtos nacionais, reduzindo pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

Os desafios econômicos enfrentados nesse período foram bastante significativos. Em primeiro lugar, a manutenção da âncora cambial revelou-se bastante dificultosa. De fato, em contextos de fugas de capitais (como foram os contextos das crises dos tigres asiáticos e da Rússia) a manutenção da âncora significou erosão das reservas internacionais brasileiras. A âncora cambial mantinha o país em situação de vulnerabilidade. Em segundo lugar, a atração de capitais estrangeiros, inclusive para manter a âncora, dependia de sustentação de altas taxas de juros. O período, o Brasil chegou a figurar entre os países com maior diferencial entre a taxa doméstica e a taxa internacional. Juros altos desestimulam investimentos e podem comprometer a renda doméstica. Em terceiro lugar, o conjunto de ajustes recessivos, conjugado com um câmbio fixo e com juros altos provocou recessão, além de retardar a retomada do crescimento. No período, o Brasil registrou índices baixos, eventualmente recessivos, de crescimento. Além disso, a âncora cambial, por manter o câmbio valorizado, implicou desequilíbrios no Balanço de Pagamentos, o que tornava ainda mais delicada a situação econômica.

A crise russa de 1999 ensejou tal volume de fuga de capitais que o governo se viu obrigado a romper com a âncora do câmbio. Ainda assim, a espiral inflacionária não retornou, porquanto inexistiam condições para esse tipo de desequilíbrio. Nesse sentido, pode-se apontar o bom êxito do Plano Real no combate à inflação sustentada.



### **Pedro Ivo Souto Dubra (20/20)**

O Plano Real retomou uma proposta de combate à inflação inercial não adotada pelo Brasil nos anos 1980: a da moeda indexada. Defendida pelos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida, a sugestão Larida remetia a experiência ensaiada na Hungria e evitava o congelamento de preços, choque heterodoxo proposto por Francisco Lopes que acabou balizando o Plano Cruzado. O Real beneficiou-se da longa experiência de fracassos dos planos anteriores –a década de 80 e os primeiros anos da de 90 foram um laboratório de políticas econômicas defendidas por diferentes instituições acadêmicas (FGV, PUC-Rio, Unicamp, USP). Dessa maneira, como sugere Gustavo Franco, o Real não negligenciou a estabilização como fundamento nem deixou de reter a preocupação com o desenvolvimento. Houve sucesso na redução drástica da inflação, mas também percalços e desafios.

O sucesso do Real tem diferentes causas explicativas. O abandono definitivo do congelamento, que, de certa maneira, traumatizara a população, foi acompanhado por um diálogo transparente com a sociedade civil, o que não ocorreu por ocasião do Plano Collor (sequestro de ativos). O Real continha o aprendizado de que a heterodoxia não poderia ser a única ferramenta (Bresser já adotara, aliás, o contracionismo como política). Na primeira metade dos anos 1990, havia grande liquidez internacional, o Brasil acumulara reservas internacionais (abertura comercial e privatizações) e conseguira refinar a dívida externa (Plano Brady). A grande explicação, contudo, reside, provavelmente, na sofisticada engenharia conceitual da URV, uma quase-moeda que conseguiu, de maneira paulatina, eliminar a memória inflacionária da população. Para acabar com a indexação, adotou-se a completa indexação monetária, que, dia após dia, ia descontaminando o ativo, até que surgisse a nova moeda.

Apesar de bem-sucedida, a experiência do Real não esteve imune a percalços. Além da reforma monetária inovadora, o Plano demandou política monetária bastante restritiva, chegando a atingir a totalidade das reservas bancárias, tornadas compulsórias. A alta dos juros ajudava a atrair capitais voláteis e diminuía as pressões da demanda. Essa política, contudo, elevava a dívida pública, diminuía a competitividade das exportações (ainda que, em paralelo, a importação de insumos resultasse mais barata) e sangrava as reservas internacionais. O câmbio fixo apreciado, verdadeira âncora, mitigava a inflação com o sacrifício do investimento produtivo (ainda que se acreditasse que a redução da inflação tivesse efeito saneador de estímulo ao consumo e ao investimento, o que levaria a um crescimento sustentável de longo prazo). A âncora cambial, de certa maneira, simbolizava uma aposta, haja vista que dependia da boa situação internacional. Havia, em suma, vulnerabilidade.

A crise de 1999, antecedida por turbulências no México, na Ásia e na Rússia, tornou a âncora cambial de moeda apreciada inviável, forçando a desvalorização. O Real teve de ser parcialmente reinventado por meio do tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Àquela altura, contudo, a memória inflacionária já estava exaurida. Políticas contracionistas e baixo crescimento foram marcas dos anos seguintes, mas o desafio persistente da inflação inercial espiralada havia sido vencido. A década de 2000, com a alta do preço das commodities, abriu novas possibilidades ao país sem que postulados do plano ortodoxo/heterodoxo da moeda indexada fossem abandonados.

### **Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (19/20)**

Ao identificar componentes tanto de demanda (visão ortodoxa) quanto de inércia (visão heterodoxa), o Plano Real logrou reduzir a inflação. Essa contenção teve, contudo, consequências para a balança de pagamentos do país, revelando novos desafios econômicos.

O Plano Real fundamentou-se em três etapas a partir do diagnóstico misto (ortodoxo e heterodoxo) da inflação. A primeira etapa visava a reequilibrar as contas públicas. Para tanto, promoveu-se mudanças jurídicas que desvincularam cerca de 20% das receitas da União, criou-se o Fundo Social de Emergência, para gerenciar essas receitas desvinculadas, combateu-se a sonegação e aumentou-se o controle sobre os gastos públicos. Essa política fiscal contracionista fez o governo registrar um superávit primário de cerca de 5% em 1992, atacando o componente de demanda da inflação. A segunda etapa visava a resolver a inércia inflacionária. Para tanto, criou-se um padrão monetário (URV) a fim de que todos os preços fossem a ele indexados, na medida em que isso reestabeleceria a função de unidade de conta da moeda e possibilitaria o realinhamento de preços e salários. A terceira etapa foi a introdução da nova moeda (o real), que substituiria a moeda antiga com base nos valores da URV. Com isso, buscava-se acabar com a memória inflacionária, que criava uma expectativa que retroalimentava a espiral inflacionária.

As principais razões para o êxito desse projeto foram a maneira de sua implementação e os mecanismos estabelecidos para evitar o retorno da espiral inflacionária. Além de se ter atuado de modo a efetivamente conter a demanda (vários planos anteriores não viam nas contas públicas um fator inflacionário, devido ao equilíbrio dos resultados fiscais operacionais, em razão do que Edegar Bacha chamou de “Efeito Tanzi às avessas” – indexação das receitas da União e não indexação de despesas), o plano foi adotado de maneira gradual e transparente. Não se buscou combater a memória inflacionária via tratamento de choque (como era feito ao se congelar preços e salários sem aviso prévio) e a transparência norteou a ação do governo, que diariamente anunciava a desvalorização da URV em relação à moeda em circulação, de modo a mostrar à população o real valor dos bens. Ademais, o equilíbrio alcançado foi atrelado às âncoras cambial e monetária, as quais mantiveram o controle da inflação, mas criaram novos desafios.

Entre 1995 e 1999, o governo teve como novo desafio estabilizar as contas externas e a dívida pública. O real foi introduzido sob um regime de bandas cambiais que promoveram pequena desvalorização anual em relação ao dólar (cerca de 7%) e foi assim mantido sobrevalorizado. Isso evitou uma desvalorização súbita da nova moeda, a qual elevaria a inflação. Contudo, o

real valorizado foi nocivo à balança comercial, que se deteriorou muito nos anos seguintes. A maneira que o governo encontrou para equacionar essa deterioração foi a política monetária contracionista. Ela serviria não apenas para conter a expansão da demanda, provocada pela estabilização dos preços, mas também para atrair capital externo a fim de financiar os crescentes déficits na balança comercial e em transações correntes. O revés dessa política, contudo, era o crescente endividamento público, que leva a perda de confiança, em relação à solvência do governo e terminou por incentivar ataques especulativos que resultaram na liberalização da moeda em 1999.

Diferentemente dos planos anteriores, o Plano Real conseguiu estabilizar em patamares historicamente baixos a inflação do país. Os custos dessa política se observaram sobretudo no aumento da dívida pública e os efeitos positivos e negativos do plano são observados até os dias atuais.

## PIOR NOTA (13/20)

Após o fracasso de diversos planos econômicos em reduzir a inflação de forma duradoura, o Plano Real foi exitoso em realizar esse objetivo. Nesse contexto, deve-se analisar os fundamentos do Plano Real, as principais razões de seu sucesso e os desafios enfrentados até a crise de 1999.

O Plano Real continha elementos ortodoxos e heterodoxos. Sua parte ortodoxa consistiu no emprego de políticas fiscal e monetária contracionistas, que ajudariam a conter a demanda agregada e pressões sobre a inflação. Altas taxas de depósito compulsório e redução de gastos públicos, por exemplo, foram instrumentos com esse intento.

Em relação ao aspecto heterodoxo do plano, nota-se a novidade de não aplicar o congelamento de preços e salários como planos anteriores. A estratégia utilizada foi a da moeda indexada – a “proposta Larida”. A economia foi totalmente indexada, por meio da Unidade Real de Valor (URV), que tinha seu valor igualado ao dólar. Conseguiu-se, assim, amainar a memória inflacionária e as expectativas de alta de inflação, grandes causas da inflação inercial que o plano combatia firmemente.

A principal razão para o êxito do Plano Real foi a combinação de medidas macroeconômicas, além de um contexto externo mais favorável, por exemplo por causa do Plano Brady, e do aprendizado após os insucessos anteriores. A nova moeda reduziu as expectativas de inflação. As políticas contracionistas contiveram a demanda agregada eficientemente, ainda que gastos de consumo aumentem, em geral, após estabilizações inflacionárias. Ademais, foi empregada uma âncora cambial, sendo o real mantido valorizado em relação ao dólar, de modo que a oferta de produtos importados ajudasse a forçar a manutenção de preços internos em patamares baixos.

A manutenção do câmbio valorizado estava, contudo, no cerne de desafios enfrentados até 1999. A alta de importações gerou déficits na balança comercial e em transações correntes, nem sempre compensados pela conta capital e financeira, o que levava à redução das reservas internacionais. Com as crises dos anos 1990, ocorria maior saída de capitais do Brasil e ataques especulativos contra a moeda nacional. Sucessivos aumentos de juros foram empregados para tentar evitar a fuga de capitais, mas não foi possível evitar que o Brasil enfrentasse uma crise cambial em 1999.

Ainda que as medidas do Plano Real tenham tido consequências cambiais negativas no decorrer dos anos, seu êxito no controle da inflação é incontestável, tendo contribuído para o crescimento brasileiro nas décadas seguintes.

